



Brasil Telecom S.A.
CNPJ 76.535.764/0001-43
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

28. IMOBILIZADO

Natureza do Imobilizado	Taxas Anuais de Depreciação	CONTROLADORA			
		2006		2005 ⁽¹⁾	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Obras em Andamento	-	242.319	-	242.319	491.054
Equipamentos de Comutação Pública	20%	5.016.397	(4.740.672)	275.725	372.694
Equipamentos e Meios de Transmissão	17,2% ⁽²⁾	10.887.456	(9.012.909)	1.874.547	2.418.642
Terminação	20%	500.174	(463.217)	36.957	37.128
Equipamentos de Comunicação de Dados	20%	1.887.659	(1.094.331)	793.328	784.910
Prédios	4%	916.314	(520.505)	395.809	415.329
Infra-estrutura	8,9% ⁽²⁾	3.557.701	(2.261.370)	1.296.331	1.424.789
Bens de Uso Geral	18,5% ⁽²⁾	862.886	(622.709)	240.177	267.455
Terrenos	-	79.737	-	79.737	81.319
Outros Ativos	-	66	-	66	66
Total		23.950.709	(18.715.713)	5.234.996	6.293.386

(1) Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

(2) Taxa anual média ponderada.

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da Sociedade que estiverem na condição de indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à Sociedade resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos. O valor dos bens reversíveis na data de encerramento do balanço era de R\$ 21.131.523 para o custo, com residual de R\$ 4.015.235.

Natureza do Imobilizado	Taxas Anuais de Depreciação	CONSOLIDADO			
		2006		2005 ⁽¹⁾	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Obras em Andamento	-	322.712	-	322.712	636.251
Equipamentos de Comutação Pública	20%	5.149.971	(4.778.262)	371.709	450.724
Equipamentos e Meios de Transmissão	17,4% ⁽²⁾	12.169.816	(9.507.397)	2.662.419	3.171.884
Terminação	20%	500.518	(463.325)	37.193	37.436
Equipamentos de Comunicação de Dados	20%	1.962.710	(1.138.392)	824.318	812.659
Prédios	4%	943.059	(530.421)	412.638	430.254
Infra-estrutura	8,9% ⁽²⁾	3.777.488	(2.327.178)	1.450.310	1.577.160
Bens de Uso Geral	18,5% ⁽²⁾	1.088.783	(719.753)	369.030	389.729
Terrenos	-	84.830	-	84.830	86.411
Outros Ativos	-	66	-	66	66
Total		25.999.953	(19.464.728)	6.535.225	7.592.574

(1) Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

(2) Taxa anual média ponderada.

Aluguéis

A Sociedade e suas Controladas alugam imóveis, direitos de passagem (postes e faixas de domínio em estradas) e equipamentos e meios de conexão, formalizados através de diversos contratos, os quais vencem em datas diferentes. Alguns desses contratos estão relacionados intrinsecamente à prestação de serviços e são de longo prazo. As despesas totais de aluguéis, meios e conexões relativas a esses contratos foram de R\$ 369.405 (R\$ 456.476 em 2005) e R\$ 471.493 (R\$ 498.340 em 2005) relacionados ao Consolidado.

Arrendamento Mercantil

A Sociedade possui contratos de leasing financeiro para equipamentos de informática. As despesas registradas com leasing foram de R\$ 17.662 (R\$ 11.265 em 2005) e de R\$ 17.979 (R\$ 13.032 em 2005) para o Consolidado.

A seguir está demonstrada a posição consolidada na data de encerramento do exercício, dos valores a pagar decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, por ano de desembolso:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
2006	-	13.420	-	14.080
2007	20.193	13.320	20.953	13.980
2008	19.453	11.443	19.643	11.608
2009	7.614	1.909	7.614	1.909
Total dos Pagamentos Mínimos	47.260	40.092	48.210	41.577

O prazo médio da contratação de equipamentos de informática é de 45 meses e sua remuneração está vinculada à variação da taxa DI-Over.

Seguros

A Sociedade mantém programa de apólices de seguros para cobertura dos ativos reversíveis, lucros cessantes e garantias contratuais, conforme estabelecido no Contrato de Concessão firmado junto ao poder público. Os gastos realizados com seguros foram de R\$ 10.229 (R\$ 9.473 em 2005) e R\$ 13.212 (R\$ 12.448 em 2005) relacionados ao Consolidado.

Os ativos, responsabilidades e interesses cobertos por seguros são os seguintes (não auditados):

Modalidade	Abrangência	Valor Segurado	
		2006	2005
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura e equipamentos de tecnologia de informação	12.046.261	11.923.121
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	9.015.211	8.163.247
Garantias Contratuais	Cumprimento de obrigações contratuais	143.648	214.142
Responsabilidade Civil	Operações de serviços de telefonia	12.000	12.000

Também existe a cobertura de seguros relacionados à responsabilidade civil de administradores, amparada em apólice da Brasil Telecom Participações S.A., abrangente à Controladora e à Sociedade, cujo valor total segurado equivale a US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Não há cobertura de seguros para responsabilidade civil facultativa, relacionada a sinistros com veículos da Sociedade envolvendo terceiros.

29. INTANGÍVEL

A demonstração deste grupo é adotada a partir das presentes demonstrações contábeis, em atendimento à Deliberação CVM nº 488/05.

	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	1.450.324	(866.472)	583.852	651.530
Marcas e Patentes	1.121	(745)	376	319
Outros	125.034	(110.028)	15.006	1.214
Total	1.576.479	(977.245)	599.234	653.063

	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	1.872.153	(1.010.985)	861.168	908.124
Licenças Regulatórias	325.367	(53.345)	272.022	307.684
Marcas e Patentes	1.850	(749)	1.101	1.091
Outros	140.679	(111.578)	29.101	3.087
Total	2.340.049	(1.176.657)	1.163.392	1.219.986

30. DIFERIDO

	CONTROLADORA			
	2006		2005 ⁽¹⁾	
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos com Instalação e Reorganização	51.804	(36.933)	14.871	26.483
Outros	14.250	(9.741)	4.509	5.885
Total	66.054	(46.674)	19.380	32.368

(1) Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

	CONSOLIDADO			
	2006		2005 ⁽¹⁾	
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos com Instalação e Reorganização	36.357	(36.231)	126	1.148
Ágio Decorrente de Incorporação	337.453	(203.628)	133.825	186.889
Outros	14.258	(9.741)	4.517	6.407
Total	388.068	(249.600)	138.468	194.444

(1) Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

Brasil Telecom S.A.
CNPJ 76.535.764/0001-43
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

31. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Salários e Honorários	-	145	4.402	3.995
Encargos Sociais	52.358	49.150	61.064	61.091
Benefícios Sociais	5.687	5.421	6.447	6.383
Outros	6.098	5.608	6.648	6.745
Total	64.143	60.324	78.561	78.214

32. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Fornecedores	1.119.856	1.285.984	1.481.367	1.807.892
Consignações a Favor de Terceiros	90.634	137.580	104.165	154.696
Total	1.210.490	1.423.564	1.585.532	1.962.588
Circulante	1.203.820	1.402.245	1.578.823	1.941.231
Longo Prazo	6.670	21.319	6.709	21.357

Os valores registrados no longo prazo decorrem de obrigações com a remuneração da rede de terceiros, cuja liquidação depende da evolução dos trabalhos de aferição entre as operadoras, tais como confronto de tráfego.

33. TRIBUTOS INDIRETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ICMS, líquido de Depósitos Judiciais do Convênio nº 69/98	695.109	811.032	775.471	858.868
ICMS	912.425	1.076.926	993.009	1.124.874
Depósitos Judiciais referentes ao Convênio ICMS nº 69/98	(217.316)	(265.894)	(217.538)	(266.006)
Tributos Sobre Receitas Operacionais (COFINS e PIS)	67.452	146.934	77.112	158.965
Outros	37.487	38.129	54.451	52.764
Total	800.048	996.095	907.034	1.070.597
Circulante	747.268	705.383	851.234	776.527
Longo Prazo	52.780	290.712	55.800	294.070

A Sociedade mantém saldo de parcelamento de PIS e COFINS, através do Parcelamento Especial ("PAES"), cujo saldo atualizado pela aplicação da TJLP é de R\$ 2.828 (R\$ 31.224 em 31/12/05), a ser pago parceladamente pelo prazo restante de 78 meses.

O saldo referente ao ICMS contempla valores decorrentes do Convênio nº 69/98, que vem sendo questionado na Justiça, ocorrendo depósitos em juízo mensalmente. Inclui, também, o diferimento incentivado pelo Governo do Estado do Paraná, relativo ao ICMS.

34. TRIBUTOS SOBRE A RENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Valores a Pagar	43.601	140.561	60.189	151.510
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	6.171	7.323	6.171	7.323
Subtotal	49.772	147.884	66.360	158.833
Contribuição Social Sobre o Lucro				
Valores a Pagar	14.400	45.134	18.654	47.071
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	2.222	2.636	2.222	2.636
Subtotal	16.622	47.770	20.876	49.707
Total	66.394	195.654	87.236	208.540
Circulante	16.725	186.782	37.050	199.127
Longo Prazo	49.669	8.872	50.186	9.413

35. DIVIDENDOS/JSOP E PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Acionistas Controladores	241.145	220.708	241.145	220.708
Dividendos/JSOP	276.354	259.656	276.354	259.656
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(35.209)	(38.948)	(35.209)	(38.948)
Acionistas Não Controladores	171.730	155.871	171.730	155.871
Dividendos/JSOP	134.418	126.744	134.418	126.744
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(17.126)	(19.012)	(17.126)	(19.012)
Dividendos de Exercícios Anteriores, Não Reclamados	54.438	48.139	54.438	48.139
Total de Acionistas	412.875	376.579	412.875	376.579
Participação de Empregados e Administradores nos Resultados	68.530	54.149	76.334	64.445
TOTAL	481.405	430.728	489.209	441.024

36. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui Debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Empréstimos	-	58.378	3.457	81.668
Juros Provisionados e Outros sobre Empréstimos	-	420	-	420
Financiamentos	5.109.971	4.362.862	5.129.237	4.379.027
Juros Provisionados e Outros sobre Financiamentos	242.065	447.110	242.496	447.110
Total	5.352.036	4.868.770	5.375.190	4.908.225
Circulante	1.105.677	1.489.117	1.109.564	1.489.384
Longo Prazo	4.246.359	3.379.653	4.265.626	3.418.841

Empréstimos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Mútuos com a Controladora – Moeda Estrangeira	-	58.798	-	58.798
Empréstimos – Moeda Estrangeira	-	-	3.457	23.290
Total	-	58.798	3.457	82.088
Circulante	-	7.288	3.457	7.288
Longo Prazo	-	51.510	-	74.800

O valor registrado como empréstimos, no valor de R\$ 3.457 (R\$ 23.290 em 31/12/05), refere-se a uma dívida da VANT com o seu antigo controlador. Tal passivo foi renegociado com o credor para pagamento em 05/02/07, tendo por atualização somente a variação cambial do dólar norte-americano.

Financiamentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
BNDES	2.448.583	2.386.442	2.448.583	2.386.442
Moeda Nacional	2.240.615	2.076.211	2.240.615	2.076.211
Cesta de Moedas, incluindo dólar	207.968	310.231	207.968	310.231
Instituições Financeiras	1.275.337	1.311.564	1.295.034	1.327.729
Moeda Nacional	42.276	21.834	61.973	37.999
Moeda Estrangeira	1.233.061	1.289.730	1.233.061	1.289.730
Debêntures Públicas	1.625.939	547.767	1.625.939	547.767
Debêntures Privadas	-	560.459	-	560.459
Fornecedores – Moeda Estrangeira	2.177	3.740	2.177	3.740
Total	5.352.036	4.809.972	5.371.733	4.826.137
Circulante	1.105.677	1.481.829	1.106.107	1.482.096
Longo Prazo	4.246.359	3.328.143	4.265.626	3.344.041

Financiamentos em moeda nacional: incidem (i) juros fixos de 2,4% a.a. a 14% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,16% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP acrescidos de 2,3% a 6,5% a.a., UMBNDES acrescidos de 5,85% a 6,5% a.a., 104% do CDI, CDI acrescido de 1,0%, resultando, esses juros variáveis, numa taxa média ponderada de 12,65% a.a.

Financiamentos em moeda estrangeira: incidem (i) juros fixos de 0% a 9,38% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,27% a.a.; e (ii) juros variáveis de 0,5% a.a. acima da LIBOR e 1,92% a.a. acima da YEN LIBOR, resultando numa taxa média ponderada de 2,48% a.a. As taxas LIBOR e YEN LIBOR em 31/12/06, para pagamentos semestrais, eram de 5,44% a.a. e 0,1519% a.a., respectivamente.

Debêntures Públicas:

Terceira emissão pública: 50.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 500.000, ocorrida em 5 de julho de 2004. O prazo de pagamento é de cinco anos, vencendo em 5 de julho de 2009. A remuneração corresponde à taxa de juros de 100% do CDI, capitalizada de uma sobretaxa de 1% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral.

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080.000, ocorrida em 1º de julho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2006 não existiam debêntures de própria emissão adquiridas.



Brasil Telecom S.A.
CNPJ 76.535.764/0001-43
COMPANHIA ABERTA

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
2007	-	927.173	-	927.173
2008	437.569	510.736	437.569	510.736
2009	1.026.792	914.024	1.026.792	914.024
2010	588.426	409.718	588.426	409.718
2011	651.880	128.431	651.880	128.431
2012	520.459	7.613	520.459	7.613
2013 em diante	1.021.233	481.958	1.040.500	521.146
Total	4.246.359	3.379.653	4.265.626	3.418.841

Composição da dívida por moeda / indexador

Atualizada pela(o)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
TJLP	2.240.615	2.076.211	2.240.615	2.076.211
CDI	1.625.939	1.108.226	1.625.939	1.108.226
Dólares Norte-Americanos	484.935	608.853	488.391	632.143
Hedge da Dívida em Dólares Norte-Americanos	-	(116)	-	(116)
Ines	351.786	431.947	351.786	431.947
Hedge da Dívida em Ines	398.518	311.585	398.518	311.585
UMBNDDES – Cesta de Moedas do BNDES	185.881	272.601	185.881	272.601
Hedge da Dívida em UMBNDDES	22.087	37.630	22.087	37.630
IGP/DI	5.803	3.145	25.501	19.310
IGP-M	-	8.158	-	8.158
Outras	36.472	10.530	36.472	10.530
Total	5.352.036	4.868.770	5.375.190	4.908.225

Garantias

Os empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia e aval da Controladora.

A Sociedade mantém operações de *hedge* sobre 47,5% (47,3% para o Consolidado) dos empréstimos e financiamentos contratados em dólar norte-americano e iene firmados com terceiros e sobre 15,1% da dívida em UMBNDDES (cesta de moedas) firmada com o BNDES, com intuito de proteger-se de oscilações significativas nas cotações desses fatores de atualização da dívida. Em 31/12/06, considerando as operações de *hedge* e aplicações financeiras em moeda estrangeira, a Sociedade possuía uma exposição efetiva de 9,7% (12,6% em 31/12/05). Os ganhos e perdas com estes contratos são reconhecidos pelo regime de competência.

As debêntures públicas possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela Brasil Telecom Participações S.A. Pela escritura da emissão, a Controladora, na qualidade de interveniente garantidora, obriga-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas a essas debêntures.

37. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Serviço Móvel Pessoal	-	-	275.985	295.300
Concessão do STFC	67.363	-	67.363	-
Outras Autorizações	-	-	12.033	12.490
Total	67.363	-	355.381	307.790
Circulante	67.363	-	135.848	55.516
Longo Prazo	-	-	219.533	252.274

As autorizações do Serviço Móvel Pessoal estão representadas pelos termos assinados em 2002 e 2004 pela controlada 14 Brasil Telecom Celular S.A. junto a ANATEL, para exploração do SMP pelo período de

quinze anos na mesma área de atuação em que a Sociedade possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da Controlada para ser amortizado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para os exercícios de 2007 a 2010 (saldo de quatro parcelas) e 2007 a 2012 (saldo de seis parcelas), mantendo relação com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% ao mês.

A concessão do STFC refere-se à provisão constituída de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior. O primeiro pagamento está previsto para o mês de abril de 2007.

O valor de outras autorizações pertence à BrT Multimídia e são referentes à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. Inicialmente tal outorga foi obtida junto à ANATEL pela VANT e em abril de 2006 foi efetuado o registro de transferência para a BrT Multimídia, que assumiu o saldo devedor, sobre o qual incide variação do IGP-M acrescida de 1% ao mês. A liquidação do saldo dessa obrigação correrá em cinco parcelas anuais, iguais e sucessivas, contadas a partir de maio de 2007.

38. PROVISÕES PARA FUNDOS DE PENSÃO

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos previdenciais de benefício definido administrados pela FBrTPREV e do plano previdencial administrado pela Fundação 14, avaliados por atuários independentes de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00. Tais planos patrocinados estão detalhados na nota nº 6.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2006	2005
FBrTPREV – Planos BrTPREV, Alternativo e Fundador	648.567	727.915
Fundação 14 – Plano PAMEC	646	174
Total	649.213	728.089
Circulante	43.238	45.495
Longo Prazo	605.975	682.594

39. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Cessão de Meios de Telecomunicações	5.119	5.529	92.630	87.210
Serviços Pré-Pagos	-	-	28.969	27.249
Outros Adiantamentos de Clientes	1.581	1.687	1.709	1.730
Total	6.700	7.216	123.308	116.189
Circulante	2.320	1.694	52.643	31.602
Longo Prazo	4.380	5.522	70.665	84.587

O saldo de longo prazo refere-se a contratos de cessão de meios de telecomunicações, para os quais os clientes efetuaram adiantamentos visando a obtenção dos benefícios por um período de maior abrangência, com realização prevista para ocorrer nos seguintes exercícios:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
2007	-	691	-	8.910
2008	716	691	7.063	6.818
2009	716	691	6.976	6.818
2010	716	691	6.826	6.789
2011	716	691	6.774	6.640
2012	716	691	6.774	6.136
2013	708	691	6.766	6.136
2014 e seguintes	92	685	29.486	36.340
TOTAL	4.380	5.522	70.665	84.587

(continua)

Brasil Telecom S.A.
CNPJ 76.535.764/0001-43
COMPANHIA ABERTA

40. OUTRAS OBRIGAÇÕES

					2006					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Eliminações entre Segmentos	Consolidado	
	2006	2005	2006	2005						
Recursos de Autofinanciamento – Filial Rio Grande do Sul	24.143	24.143	24.143	24.143	Receita Operacional Bruta	13.653.447	1.788.972	342.050	(673.151)	15.111.318
Obrigações com Outras Empresas de Telecomunicações	15.271	4.322	1.616	1.613	Deduções da Receita Bruta	(4.234.182)	(541.595)	(42.508)	3.626	(4.814.659)
Obrigações por Aquisição de Créditos Tributários	15.086	37.301	15.086	37.301	Receita Operacional Líquida	9.419.265	1.247.377	299.542	(669.525)	10.296.659
Créditos Bancários e Recebimentos Reincidentes em Processamento	10.663	9.296	12.226	9.860	Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.769.433)	(1.176.083)	(145.564)	625.859	(6.465.221)
Provisão para Perdas com Controladas	8.347	19.028	-	-	Lucro Bruto	3.649.832	71.294	153.978	(43.666)	3.831.438
CPMF – Exigibilidade Suspensa	2.286	27.114	2.286	27.114	Despesas Operacionais, Líquidas	(2.328.060)	(548.647)	(215.155)	43.725	(3.048.137)
Outros Tributos	1.915	13	4.835	297	Comercialização dos Serviços	(986.621)	(432.432)	(135.687)	84.108	(1.470.632)
Devolução de Parcelas de Autofinanciamento – PCT	737	1.185	737	1.185	Despesas Gerais e Administrativas	(1.123.975)	(125.930)	(76.575)	19.089	(1.307.391)
Outras	4.044	6.070	8.997	13.722	Remuneração dos Administradores	(7.767)	-	(213)	-	(7.980)
Total	82.492	128.472	69.926	115.235	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(209.697)	9.715	(2.680)	(59.472)	(262.134)
Circulante	71.296	81.689	64.643	85.536	Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	1.321.772	(477.353)	(61.177)	59	783.301
Longo Prazo	11.196	46.783	5.283	29.699	Contas a Receber de Clientes	1.966.744	196.266	69.383	(104.739)	2.127.654
					Estoques	5.674	58.490	-	-	64.164
					Imobilizado e Intangível, Líquidos	6.129.360	1.472.858	96.399	-	7.698.617

Recursos de autofinanciamento – Filial Rio Grande do Sul

Correspondem aos créditos de participação financeira, pagos por promitentes assinantes, para aquisição do direito de uso de serviço telefônico fixo comutado, ainda sob a modalidade do extinto autofinanciamento. Ocorreu que, tendo os acionistas da Sociedade subscrito integralmente o aumento de capital efetuado para retribuir em ações os créditos de participação financeira, inexistiram sobras de ações para entrega aos promitentes assinantes. Parte desses promitentes que não aceitaram a Oferta Pública da Sociedade para devolução dos referidos créditos em dinheiro, conforme estabelece o art. 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, aguardam solução do processo judicial em tramitação, interposto pelo Ministério Público e Outros, pretendendo a retribuição em ações.

41. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo que o montante existente de R\$ 7.974 (R\$ 7.974 em 31/12/05) é oriundo de planos negociados anteriormente à edição da citada Portaria, cujos acervos correspondentes já estão incorporados ao imobilizado da Sociedade através das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT. Para a retribuição em ações é necessário aguardar o desembargo judicial decorrente de processos promovidos pelos interessados.

42. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

As informações por segmentos são apresentadas em relação aos negócios da Sociedade e de suas controladas, que foram identificados com base na sua estrutura de atuação e gerenciamento, assim como nas informações gerenciais internas.

As operações realizadas entre os segmentos de negócios apresentados foram baseadas em condições equivalentes ao mercado.

Os resultados por segmento, assim como os itens patrimoniais apresentados, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, levando em conta também aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

	2005				
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	13.924.898	989.263	582.081	(809.003)	14.687.239
Deduções da Receita Bruta	(4.190.616)	(289.415)	(68.894)	370	(4.548.555)
Receita Operacional Líquida	9.734.282	699.848	513.187	(808.633)	10.138.684
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.911.156)	(959.251)	(337.784)	684.689	(6.523.502)
Lucro Bruto	3.823.126	(259.403)	175.403	(123.944)	3.615.182
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.916.776)	(588.461)	(168.405)	123.957	(3.549.685)
Comercialização dos Serviços	(1.227.199)	(487.783)	(115.034)	174.267	(1.655.749)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.079.120)	(128.092)	(58.640)	9.917	(1.255.935)
Remuneração dos Administradores	(9.196)	-	(2.499)	-	(11.695)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(601.261)	27.414	7.768	(60.227)	(626.306)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	906.350	(847.864)	6.998	13	65.497
Contas a Receber de Clientes	2.055.750	186.143	62.918	(151.998)	2.152.813
Estoques	5.372	77.672	-	(9)	83.035
Imobilizado e Intangível, Líquidos	7.239.759	1.486.865	85.936	-	8.812.560

43. EVENTO SUBSEQÜENTE**Crédito de Juros sobre o Capital Próprio - JSCP**

A Administração da Sociedade deliberou em 30 de janeiro de 2007, por delegação do Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data, o crédito de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 245.000 (R\$ 208.250 líquidos de imposto de renda na fonte). A data determinada para os registros contábeis do crédito é 31 de janeiro de 2007. Os JSCP creditados poderão ser imputados aos dividendos relativos ao exercício social de 2007 e ficarão sujeitos à assembléia geral de acionistas a ser realizada em 2008, que deliberará sobre a data de pagamento.



Brasil Telecom S.A.
CNPJ 76.535.764/0001-43
COMPANHIA ABERTA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Spinelli Silva Junior
Presidente

Pedro Paulo Elejalde de Campos
Conselheiro

Elemér André Surányi
Conselheiro

Ricardo Ferraz Torres
Conselheiro

Antonio Cardoso dos Santos
Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Knoepfelmacher
Presidente

Charles Laganá Putz
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Francisco Aurélio Sampaio Santiago
Diretor Técnico

Luiz Francisco Tenório Perrone
Diretor de Recursos Humanos

João Alberto Santos - Diretor de Controladoria

Wagner Brilhante de Albuquerque - Gerente de Contabilidade Corporativa

Célio José Godinho - Contador CRC SC-0007293/T-8 DF

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Brasil Telecom S.A.
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Brasil Telecom S.A. e de suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil Telecom S.A. e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, que estão

sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, tomadas em conjunto.

5. Os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos e as informações suplementares referentes às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, datado de 27 de março de 2006, conteve parágrafo de ênfase sobre acordo celebrado em 28 de abril de 2005, prevendo a incorporação da controlada 14 Brasil Telecom Celular S.A. na Tim Brasil Serviços e Participações S.A.

São Paulo, 31 de janeiro de 2007.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"1. O Conselho Fiscal da Brasil Telecom S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as demonstrações contábeis que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, bem como as Notas Explicativas relacionadas e demonstrações complementares que as acompanham e o correspondente parecer emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

2. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises de determinados documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e por representantes da Diretoria da Companhia.

3. Dessa forma e com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu parecer, emitido sem ressalvas com data de 27 de fevereiro de 2007 e, ainda, nos esclarecimentos prestados por representantes da Diretoria da Companhia, este conselho fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas convocada para os examinar".

Brasília, 27 de fevereiro de 2007

José Arthur Escodro
Presidente

Roberto Henrique Gremler
Conselheiro

Eduardo Grande Bittencout
Conselheiro

Carlos Alberto Caser
Conselheiro

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Brasil Telecom Participações S.A. submete à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidado e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

Conjuntura Econômica

A economia do País encerrou 2006 com crescimento próximo de 3,0%, abaixo das expectativas iniciais, que projetavam um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 3,5%.

Não obstante, a economia brasileira produziu bons resultados no tocante ao controle da inflação, redução da taxa de juros e ao superávit comercial. A inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 3,1% em 2006, o menor índice dos últimos anos. A taxa de juros encerrou o ano em 13,3% ao ano, com tendência de queda. A balança comercial melhorou os bons resultados do ano anterior, registrando superávit de US\$ 46 bilhões, 2,8% acima do volume registrado em 2005.

Verificou-se ainda em 2006 um significativo aumento da massa salarial e uma redução na taxa de desemprego, que ao final do ano foi de 8,4%. O comportamento dos salários é um indicativo importante para a avaliação do desempenho futuro da economia, porque incide diretamente sobre a renda e o consumo.

Em que pese os bons resultados da economia, ganhou força a tese de que a reversão na expectativa inicial para o crescimento em 2006 deve-se, principalmente, à questão fiscal. De acordo com essa análise, o aumento dos gastos públicos tem como consequência a elevação da carga tributária, que em 2006 ultrapassou o patamar registrado em 2005, de 37,4% do PIB.

Registre-se, a propósito, que a elevada carga tributária praticada no País, além de inibir o crescimento, também contribui para a redução dos necessários investimentos em infra-estrutura. De acordo com projeções de mercado, estima-se que para o País alcançar um maior nível de desenvolvimento, a relação entre a taxa de investimento e o PIB deveria girar em torno de 26,0%. Todavia, o que se constatou, em setembro de 2006, é que essa taxa foi de 20,8% no Brasil.

A redução da cotação do dólar norte-americano frente ao Real é outra questão que afeta a competitividade das exportações de alguns setores da economia e provoca crescente substituição da produção doméstica por importados. Em 2006, o Real manteve sua valorização frente ao dólar e encerrou o ano cotado a R\$ 2,14, uma valorização de 9,5% em relação a 2005.

Há que se considerar, contudo, que de maneira geral o setor de Telecomunicações encontrou espaços para crescer em 2006. E a Brasil Telecom, em particular, foi bem sucedida na implementação de suas estratégias. Minimizou a projeção inicial de erosão de Telefonia Fixa e obteve crescimento nas operações da Telefonia Móvel e na Transmissão de Dados, com resultados muito positivos no balanço final de sua operação em 2006.

Ambiente Regulatório

De acordo com o previsto na prorrogação dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), várias mudanças deveriam surtir efeito a partir de 2006, porém algumas foram postergadas alterando as previsões iniciais. Entre elas estão a cobrança das chamadas locais em minutos, com unidade de tarifação em décimos de minuto, em substituição à medição por pulsos, e o detalhamento das chamadas locais na fatura, a pedido do assinante. Essas mudanças, que deveriam entrar em vigor até agosto de 2006, foram adiadas por mais um ano, sugestão do Ministro das Comunicações.

Ainda em 2006, os novos contratos definiram o parâmetro utilizado como base para o reajuste das tarifas e o Índice de Serviços das Telecomunicações (IST), criado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a partir de uma cesta de índices de preços públicos existentes. Este índice passou a corrigir as tarifas do setor. A Anatel elaborou também um modelo de cálculo para o Fator de Transferência (Fator X), cuja função é transferir aos usuários parte dos ganhos de produtividade obtidos pelas concessionárias.

Em atendimento ao Regulamento de Separação e Alocação de Contas, a Brasil Telecom entregou em 2006 o Demonstrativo de Separação e Alocação de Contas (DSAC), que sistematiza e amplia a base de informações físicas e financeiras disponibilizadas à Anatel. Este processo permite uma análise de custos mais detalhada e será utilizado a partir de 2008 para determinar o valor das tarifas de interconexão e Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD). Além disso, essas informações contribuem para a base de informações da Empresa, facilitando o processo decisório.

Ao longo de 2006 foram colocados pela Anatel diversos regulamentos em consulta pública, entre eles o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), o Regulamento de Conselho de Usuários do STFC e o Regulamento para Utilização do Terminal de Acesso Público e sua certificação e homologação. Após a consulta pública, entraram em vigor:

- o Plano Geral de Autorizações;
- o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do SMP;
- a Norma do Processo de Afiação do Grau de Satisfação da Sociedade com Relação ao STFC, ao SMP e aos serviços de televisão por assinatura; e
- o Regulamento de Controle de Bens Reversíveis.

Também em vigor, após consulta pública, a alteração do texto do art. 18 do Regulamento sobre as Condições de Acesso e Fruição dos Serviços de Utilidade Pública e de Apoio ao STFC. As alterações visaram estabelecer direitos e deveres dos usuários e das prestadoras, além de como tratar as formas de prestação do serviço.

Dentro da mesma filosofia, a consulta pública referente ao processo de implantação da portabilidade numérica no Brasil foi proposta em 2006. A medida permitirá ao usuário trocar de prestadora de serviço, seja fixo ou móvel, ou mudar de endereço mantendo o seu atual número de telefone. No caso da telefonia fixa, a proposta da Anatel prevê a portabilidade dentro do mesmo município ou localidade com continuidade urbana e, na telefonia móvel, dentro da mesma área de registro, ou seja, atendido pelo mesmo número de Discagem Direta a Distância (DDD).

A convergência tecnológica foi um assunto recorrente durante o ano de 2006. A Anatel está analisando os pedidos de aquisição de autorizações ou de empresas de televisão por assinatura em suas diversas modalidades

por concessionárias do STFC, de forma que elas possam ofertar simultaneamente serviços de voz, dados e vídeo (*triple-play*). A Brasil Telecom já iniciou os seus testes de *Video on Demand* (VoD) através do fornecimento da *Internet Protocol Television* (IPTV). As decisões da Anatel a respeito da participação das concessionárias no mercado de televisão por assinatura estão previstas para 2007.

A Anatel abriu o processo de licitação para o uso de radiofrequência nas faixas de 3,5 GHz e 10,5 GHz, estabelecendo que as concessionárias do STFC, na modalidade de serviço local, bem como suas controladoras, controladas ou coligadas, não poderiam apresentar propostas financeiras para as mesmas áreas onde detêm concessão.

A licitação para faixas de frequência de 3,5 GHz e 10,5 GHz foi suspensa por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que alegou haver inconsistências no edital. Paralelamente, outra determinação judicial favorável às concessionárias do STFC deu a elas o direito de participar da licitação em suas áreas de concessão. Em função das expectativas de utilização dessa tecnologia, em especial para acesso à Internet banda larga, a participação das concessionárias nesta licitação é muito importante.

Em junho de 2006, a Anatel definiu ainda os detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de EILD para velocidades de transmissão menores ou iguais a 2.048 kbps.

O PMS é um conceito utilizado pela Anatel para estimular a competição no mercado de telecomunicações. Para a determinação dos detentores de PMS, a agência deve avaliar, entre outros critérios, participação no mercado de linhas dedicadas, controle de infra-estrutura cuja duplicação não é economicamente viável, poder de negociação nas compras de insumos, equipamentos e serviços, ocorrência de integração vertical, existência de barreiras à entrada de competidores e acesso a fontes de financiamento.

A Brasil Telecom pertence ao grupo de PMS para o mercado de Áreas Locais do PGO e para o mercado relevante geográfico Entre Áreas Locais, na região de sua concessão.

As prestadoras de serviços de telecomunicações, pertencentes ou não ao grupo detentor de PMS na oferta de EILD, encaminharam à Anatel suas considerações no sentido de rever as determinações até dezembro de 2006.

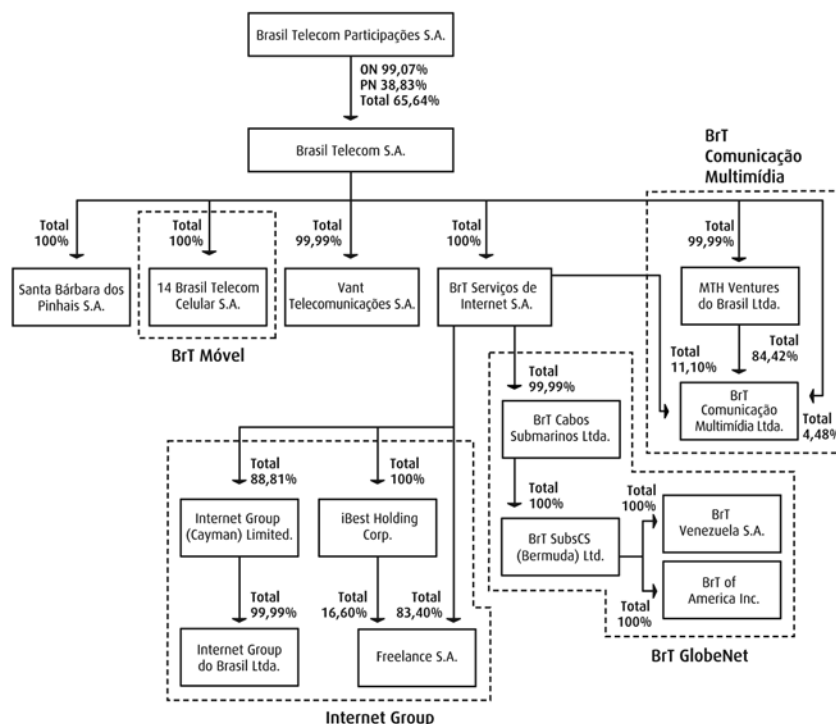
Por fim, em decorrência dessas várias gestões efetuadas junto à Anatel, ao Ministério das Comunicações e outros órgãos, o Governo Federal resolveu acatar as ponderações das concessionárias e decidiu adiar por sete meses o cumprimento de obrigações e metas de universalização relacionadas à implantação dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST) e das Unidades de Atendimento de Cooperativas (UAC), ou seja, o início destes serviços foi postergado de janeiro para agosto de 2007.

O Grupo

O Grupo Brasil Telecom é composto por empresas que atuam no setor de telecomunicações, oferecendo toda a gama desses serviços, em especial telefonia fixa local, telefonia fixa longa distância nacional e internacional, telefonia móvel, transmissão de dados, além de serviços de *data center* e Internet.

Abaixo, segue estrutura societária simplificada do grupo:

Estrutura Societária Simplificada em 31/12/2006



Brasil Telecom S.A.

A Brasil Telecom S.A. é responsável pela prestação de serviços de telefonia fixa para voz e dados, local e longa distância. É uma concessionária pública que atua nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Essa área corresponde à Região II e faz fronteira com Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Empresa é a principal provedora de serviços de telefonia fixa na Região II, sua carteira de clientes conta com 8,4 milhões de linhas fixas em serviço, o equivalente a 19,4 linhas em serviço por cem habitantes. Destas linhas, 5,6 milhões são residenciais e 277,8 mil são telefones de uso público, reforçando o compromisso da Brasil Telecom de garantir o amplo acesso dos serviços de telefonia ao público em geral.

A liderança em telefonia fixa é observada também pela participação de mercado em longa distância, que em dezembro de 2006 era de 85,2% no segmento intra-regional. E nos mercados em que iniciou operações a partir de 2004, já conquistou 62,6% de participação no segmento inter-regional e 36,0% no internacional. Nos últimos anos, a Brasil Telecom S.A. promoveu aquisições importantes no setor de telecomunicações, tornando-se uma provedora completa de serviços em âmbito nacional. A Empresa conta com uma infra-estrutura de rede modelo em eficiência operacional que, utilizando recursos tecnológicos de última geração, garante flexibilidade e qualidade na oferta dos serviços. Baseada no modelo convergente de serviços e aplicações, a rede única está pronta para oferecer, com a flexibilidade necessária, os diferentes serviços de voz fixa ou móvel, dados ou imagem, a qualquer cliente, em qualquer lugar e a qualquer momento. Sempre em busca da convergência, a Brasil Telecom S.A. está presente em toda a cadeia de valor do setor de telecomunicações.

BrT Móvel

A BrT Móvel, que iniciou suas operações em setembro de 2004, permite ao Grupo Brasil Telecom a oferta integrada de soluções em telecomunicações. O ano de 2006 foi uma fase de amadurecimento para a BrT Móvel, quando deixou de ser uma empresa em início de operação para se posicionar como uma importante unidade de negócio dentro da Brasil Telecom.

A vocação para revolucionar o mercado resultou no reconhecimento pelos consumidores da Região II, que tornaram a BrT Móvel recordista, entre as quartas entrantes, em participação de mercado após o 2º ano de operação, com seus 3,4 milhões de clientes ao final de dezembro de 2006.

Em 2006, a busca da rentabilidade não fez com que a BrT Móvel perdesse o foco na aquisição de clientes, os objetivos traçados foram superados sem prejudicar os resultados operacionais. A chave para atingir esse resultado foi o redimensionamento de planos e tarifas, a racionalização no uso dos subsídios e a redução das despesas de marketing com a convergência entre as operações fixa e móvel.

Por fim, a implementação do modelo *full bill* pela Anatel, para regulamentar a interconexão entre operadoras de telefonia móvel, ocasionou a procura por planos inteligentes que buscassem atrelar os benefícios concedidos ao resultado da Empresa. O modelo *full bill* estabeleceu que todas as chamadas entre operadoras móveis passariam a ser tarifadas. Anteriormente só eram tarifadas as chamadas quando a diferença entre os tráfegos sainte e entrante das operadoras fosse superior a 55%.

Participação de Mercado

O acerto da estratégia de convergência adotada pela BrT Móvel pode ser observado principalmente nos segmentos corporativo e empresarial, onde a Empresa ocupa o 3º lugar na Região II, e destaca-se como líder nos estados do Acre, Rondônia, Tocantins e no Distrito Federal, conforme constatou a pesquisa Expertise, de junho de 2006.

Nos outros segmentos, a BrT Móvel também já ocupa a terceira posição em participação de mercado na Área 7 (Centro-Oeste, Tocantins, Acre e Rondônia) e em 6 estados (GO, DF, AC, RO, TO e MT).

Pontos-de-Venda

Em dezembro de 2006, a Brasil Telecom contava com 3.503 pontos de venda, distribuídos em 28 lojas próprias, 52 quiosques, 829 agentes autorizados, 2.191 revendas nas principais cadeias de varejo, além de 82 pontos de venda de recarga.

Cobertura

Durante 2006, a BrT Móvel implementou a cobertura em 37 novas localidades, passando a atender um total de 819 localidades, ou 87% da população da Região II. Além disso, foram efetuadas diversas ampliações de cobertura nas localidades já atendidas anteriormente.

Serviços de Valor Adicionado

Com o objetivo de incrementar a receita de comunicação de dados, a BrT Móvel procurou criar novas necessidades para seus clientes, oferecendo novas funcionalidades através da Internet. Para isso, disponibilizou uma gama de serviços e conteúdos para o maior evento esportivo de 2006: a Copa do Mundo de Futebol na Alemanha. Foram diversos conteúdos para download e serviços como Bolão Adidas e Joga Brasil, que distribuíram prêmios para os clientes participantes.

Ampliar os serviços de interação, seja com programas de TV e outras mídias, seja com outros clientes da Brasil Telecom, como os serviços PakEros e Beltrano, foi outra preocupação da Empresa.

Na estratégia de convergência, o destaque ficou com o novo portal Wireless Application Protocol (WAP) da Brasil Telecom, que disponibiliza informações e notícias atualizadas periodicamente pela equipe do iG, além de ter um visual mais atrativo e uma navegação mais fácil.

Internet Group

O Internet Group, unidade de Internet da Brasil Telecom, é formado pelos provedores de acesso iG, iBest e BrTurbo. Em 2006, a Brasil Telecom decidiu investir nos seus provedores, reposicionando-os numa única operação e unificando-os para ganhar escala, reestruturar as plataformas tecnológicas e ampliar a oferta de conteúdo. Para o comando da unidade foi contratado um executivo com larga experiência no mercado de mídia e Internet.

No primeiro ano dessa consolidação, o Internet Group apostou na ampliação do conteúdo e no serviço de banda larga. O resultado veio rápido. Em apenas 12 meses verificou-se o aumento de 64% no número de clientes de acesso rápido à Internet, atingindo a marca de um milhão de clientes em outubro de 2006 posicionando o Internet Group como o segundo *player* de banda larga do país. Em audiência, o portal iG foi o que mais cresceu em meio aos sete maiores portais nacionais. Conforme o Ibope/NetRatings, o iG cresceu 39% em quantidade de visitantes únicos de janeiro a dezembro de 2006. O segundo lugar em crescimento mostra um percentual de 33% e os restantes tiveram crescimento entre 12% e 25% na audiência.

Juntos, os portais da Brasil Telecom administravam, ao final de 2006, uma base de aproximadamente 3,7 milhões de usuários ativos e cerca de 8 milhões de visitantes domiciliares mensais únicos, o que posiciona o Grupo como o maior provedor de acesso discado da América Latina e um dos 15 maiores do mundo em número de clientes. Estes números significam uma presença em 28% dos domicílios brasileiros que possuem computador, ou seja, a liderança de um mercado no qual o segundo colocado detém apenas 16,7%.

A unificação proporciona vantagem competitiva, permite sinergias e os resultados são palpáveis. A excelência operacional foi reconhecida e premiada pelo Marketing Best 2006, que avalia empresas que melhor executam suas estratégias de marketing, e pelo cobiçado Ampro Globe Awards.

Atualmente, cerca de 60% da receita do Internet Group vem de serviços de banda larga, 15% de publicidade e os outros 25% são gerados pelo acesso discado à rede e venda de outros produtos, como e-mail com maior capacidade de armazenamento. Para chegar nesse patamar, além de novas campanhas publicitárias e do reforço do relacionamento com empresas de telefonia, todo o conteúdo dos *sites* que integram o Grupo foi reformulado, passando a oferecer aos clientes a experiência plena de interatividade, lançada pela nova geração da rede mundial de computadores, a Web 2.0. Ferramentas como *blogs*, buscas personalizadas, revistas e jornais de debates são algumas das apostas para fundamentar a relação preço/contéudo pretendida. A estratégia do Grupo para 2007 é fechar novas parcerias de conteúdo com outras mídias ou portais, lançar uma plataforma de vídeos e uma loja virtual de música, que irá incentivar a adoção de banda larga.

Os resultados alcançados em 2006 pelo Internet Group são expressivos e refletem taxas de crescimento maiores do que a média do mercado. O Grupo está preparado para continuar crescendo a taxas elevadas durante os próximos anos e, com isso, atingir seu objetivo de ser o principal veículo em comunicação, informação, serviço, lazer e entretenimento da Internet brasileira.

BrT GlobeNet

A BrT GlobeNet, provedora de serviços de conectividade e circuitos de banda larga internacionais, opera através da mais avançada rede de fibra óptica conectando Brasil, EUA, Venezuela e Bermudas. São 22.000 km em rede submarina, totalmente redundante, com a mais alta tecnologia e com a menor latência conectando as Américas. A integração de seus *backbones* possibilita a expansão dos serviços da Brasil Telecom aos clientes no cenário internacional.

A BrT GlobeNet é formada por quatro empresas: BrT Cabos Submarinos Ltda., BrT of America Inc., BrT Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. e BrT Venezuela S.A. Todas controladas direta ou indiretamente pela Brasil Telecom S.A. e distribuídas em escritórios em Boca Raton, São Paulo e Caracas.

Visando consolidar sua posição de liderança nos mercados em que atua, em 2006, a BrT GlobeNet concentrou seus esforços no aumento da capacidade disponível e da capilaridade, no desenvolvimento de novos serviços e na criação de parcerias estratégicas.

A rede *Synchronous Digital Hierarchy* (SDH) foi ampliada em 40 Gbps, e a expansão da rede *Dense Wavelength Division Multiplexing* (DWDM) submarina foi iniciada e já se encontra em estágio avançado, o que vai resultar em maior capacidade disponível para os clientes e maior economia de escala. Atualmente, a rede possui uma capacidade instalada de 80 Gbps, que pode ser ampliada para até 1,36 Tbps.

A abertura de novos pontos de presença em Miami e Nova York ampliou a capacidade de atendimento a um número maior de clientes, através da expansão da capilaridade da rede e da capacidade de oferta de novas interfaces. Como resultado, foram concretizados importantes negócios com grandes operadoras norte-americanas. Essa iniciativa gerou também redução dos custos de formação de rede nos Estados Unidos.

Novos serviços foram desenvolvidos, baseados nas tecnologias de Internet Protocol (IP) e Ethernet, que proporcionaram à BrT GlobeNet atender às demandas de seus clientes, ao mesmo tempo em que maximizaram suas margens operacionais. Além dos serviços, novas parcerias com operadoras da América Latina e Estados Unidos criaram importantes oportunidades de negócio.

A confiabilidade de mais de 99,99% das operações do sistema resultou na mais alta qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e garantiu, à própria Brasil Telecom, a autonomia necessária para carregar todo o seu tráfego internacional de voz, dados e, principalmente, IP. Essa autonomia tem reflexo direto na redução de custos de interconexão e de transporte.

BrT Comunicação Multimídia

A BrT Comunicação Multimídia presta serviços nas áreas de *data center*, acesso à Internet e transmissão de dados para empresas que necessitam de soluções técnicas de última geração. Seu objetivo é oferecer uma solução totalmente customizada a cada um de seus mais de mil clientes.

Com uma infra-estrutura tecnologicamente avançada e complementar à da Brasil Telecom S.A., com redes de dados e IP totalmente integradas e interligadas sobre um *backbone* de transporte em alta velocidade, a BrT Comunicação Multimídia oferece acesso direto aos principais clientes corporativos do país, possibilitando um atendimento diferenciado de abrangência nacional e também internacional, através da parceria com a BrT GlobeNet.

Para isso, a BrT Comunicação Multimídia conta com uma infra-estrutura de 1.600 km de rede de longa distância que interligam São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de aproximadamente 350 km de redes metropolitanas nessas cidades. Assim, está presente em mais de 650 prédios, podendo ainda atingir outros 5 mil novos endereços.

Brasil Telecom Participações S.A.CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Gestão de Risco**

A Brasil Telecom preocupa-se em desenvolver ações para aprimorar as práticas de gestão de riscos, além de estabelecer formalmente as responsabilidades das áreas de gestão de riscos e de processos, auditoria interna e outros setores envolvidos.

Em 2006, tiveram continuidade os trabalhos iniciados em 2003 para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) – promulgada em 2002 e aplicável às empresas estrangeiras listadas na NYSE e também recomendável para as listadas no Nível 1 de Governança Corporativa na Bovespa.

Certificação SOx

Com o objetivo de atender as exigências da Lei Sarbanes-Oxley, a Brasil Telecom criou em 2006 o Comitê SOx. Formado por representantes de todas as áreas e coordenado pela Diretoria de Governança Corporativa, a Empresa mapeou vinte e sete processos internos do negócio, com as respectivas áreas, identificando os riscos envolvidos em cada um. Ao final de 2006, identificou-se um universo de cerca de 2.700 pontos de controle. Deste universo, aproximadamente 1.500 foram considerados controles-chave. Planos de ação foram desenvolvidos e já se encontram implementados nos processos considerados de potencial risco. Naqueles casos que conflitavam com o padrão adotado pela Empresa, os riscos foram mitigados e os conflitos solucionados mediante a implantação de novos controles.

Foram designados gestores responsáveis por cada um dos vinte e sete processos e pela implementação de Planos de Ação, sendo que esta atividade mobilizou cerca de 320 profissionais de todos os níveis da Empresa. O projeto propiciou a consolidação dos conceitos de gestão de risco por toda a Empresa, desdobrando a metodologia e abordagem SOx por todos os colaboradores.

Os relatórios de todo esse trabalho, analisados pela Deloitte Touche Tohmatsu, serão enviados à Securities and Exchange Commission (SEC), órgão do governo norte-americano encarregado de fiscalizar as empresas de capital aberto nos EUA.

Mais do que adequar-se à rígida lei antifraude norte-americana, receber a certificação SOx celebra os esforços de todos os colaboradores em prol do objetivo de preparar os controles internos, os procedimentos e os processos de gestão almejando conquistar outras importantes certificações.

A busca pela certificação da SOx foi vista como a oportunidade para que a Brasil Telecom buscasse perenidade em seus negócios e capacidade de gerar valor a todas as partes que se relacionam com ela, desde seus colaboradores até as comunidades onde ela opera. Tal iniciativa demonstra que a Empresa age estrategicamente, com consistência e transparência. O desafio para a Empresa é agora dar continuidade a esse trabalho de maneira a aprimorar cada vez mais suas operações.

Fatores de Risco**Risco Regulatório**

A Brasil Telecom atua segundo os contratos de concessão e termos de autorização firmados com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e sob os dispositivos legais e regulamentares, gerais e específicos para o setor. Qualquer alteração nas regras inicialmente estabelecidas pode afetar o negócio. Por conta disso, a Empresa acompanha a evolução da regulamentação e do setor, atuando pró-ativamente com o intuito de minimizar o risco regulatório.

Risco de Mercado

A Brasil Telecom possui 75,6% da sua receita bruta total proveniente do serviço de telefonia fixa. A tendência da substituição parcial do tráfego da rede fixa para a telefonia móvel é uma realidade que está sendo devidamente considerada pela empresa. De forma estratégica, são desenvolvidas diversas ações, como o lançamento de novos produtos e serviços, visando à manutenção do tráfego local. Além disso, a sua operação móvel faz com que parte do tráfego da rede fixa venha a ser substituída pelo tráfego da sua rede móvel.

Risco da Competição

A cada ano, o setor de telecomunicações torna-se mais competitivo, principalmente nos segmentos de telefonia de longa distância, telefonia móvel e de comunicação de dados. A Brasil Telecom possui uma participação expressiva nos mercados local e de longa distância de telefonia fixa. Quanto à telefonia móvel, a Empresa atingiu 3,4 milhões de clientes em dois anos e três meses de atividade e alcançou 12,1% de participação de mercado na Região II. Tais resultados são fruto da estratégia baseada na convergência tecnológica e no lançamento de produtos inovadores.

A evolução tecnológica, notadamente a introdução de serviços de voz baseados em protocolo IP (Voz sobre IP ou VoIP), também aumenta a competição. A Brasil Telecom destaca-se, pois detém a tecnologia de serviços IP e oferece soluções como o PABX Virtual Net e Vetor para o mercado corporativo. Adicionalmente, o investimento em infra-estrutura feito nos últimos anos proporcionou condições para que a Empresa pudesse oferecer os mais sofisticados serviços a todos os segmentos de clientes.

Buscando continuamente a eficiência operacional e a excelência no relacionamento com o cliente, a Brasil Telecom garante sua posição predominante na Região II.

Risco Financeiro

A Brasil Telecom possuía um endividamento bruto consolidado de R\$ 5.375,2 milhões ao final de 2006, dos quais 79,4% estavam alocados no longo prazo, e a dívida líquida consolidada da Empresa era de R\$ 1.311,8

milhões. Independentemente da geração de caixa crescente, a Empresa tem uma política conservadora na utilização de recursos onerosos, principalmente em moeda estrangeira. Da dívida total, desconsiderados os ajustes de hedge, R\$ 1.026,1 milhões foram contratados em dólar, iene e cesta de moedas, sendo que a Brasil Telecom possuía proteção cambial para 53,2% desse montante.

No que se refere à taxa de juros dos empréstimos, a Brasil Telecom encontrava-se em uma posição privilegiada, considerando que o custo acumulado da dívida em 2006 foi equivalente a 79,6% do CDI.

Risco Operacional

Com o intuito de proteger seu patrimônio, a Brasil Telecom contrata seguros específicos, como o Seguro de Riscos Operacionais e Lucros Cessantes. O Seguro de Riscos Operacionais cobre todos os bens contra danos materiais ocasionados por incêndio, raio, explosão, vendaval, roubo, alagamento e inundação. Para garantir a total reposição dos seus ativos, a Empresa atualiza mensalmente as quantidades de linhas instaladas por filial e seus respectivos valores. Os prejuízos resultantes da interrupção ou da perturbação do giro do negócio causados por eventual sinistro de danos materiais estão cobertos na apólice de Lucros Cessantes.

A responsabilidade civil de administradores, conselheiros e diretores da Brasil Telecom está segurada na apólice de *D & O – Directors and Officers* (Diretores e Executivos), contratada pela Brasil Telecom Participações S.A., que indeniza terceiros até o limite máximo da importância segurada, caso seja comprovada alguma falha na gestão.

Competição

O ano de 2006 foi marcado por um acirramento da competição no setor de telecomunicações, com o aumento de participação de empresas de outros setores como as TVs por assinatura, os portais globais, os provedores de *Information and Communications Technology* (ICT) e outros provedores de nicho, que ofertam produtos e serviços baseados em modelos de negócios emergentes, competindo com os grupos tradicionais. A integração completa da operação, ou *triple play*, confere nova dinâmica ao mercado, principalmente no relacionamento entre o provedor de serviços e o cliente.

As operadoras tradicionais, por sua vez, começam rapidamente a se estruturar a fim de prover ofertas cada vez mais centradas em pacotes de serviços, oferecidos a preços competitivos quando comparados aos preços praticados por esses serviços isoladamente. Tal estratégia tem como objetivo principal criar maior vínculo entre o cliente e o seu provedor de serviços e, conseqüentemente, maior fidelidade.

A Brasil Telecom reforçou, ao longo de 2006, a liderança na sua área de atuação nos produtos de telefonia fixa, longa distância nacional, comunicação de dados e banda larga. E conquistou também parcelas expressivas em mercados onde iniciou operações recentemente, como o de longa distância internacional e o de telefonia móvel. No mercado de telefonia fixa, a Brasil Telecom é responsável por mais de 90% das linhas em serviço na Região II. Atualmente, a Empresa enfrenta competição da empresa espelho autorizada a atuar em sua região, das operadoras de TV por assinatura, que passaram a oferecer banda larga de alta velocidade e VoIP, e das operadoras de telefonia móvel.

No mercado de banda larga, a Brasil Telecom também é líder dentro de sua área de atuação. Seus principais concorrentes neste mercado são as empresas de TV por assinatura e a empresa espelho da Região II. Em 2006, o aumento da competição foi conseqüência da agressividade nas ofertas de banda larga pelas empresas de TV a cabo, que aumentaram sua participação neste mercado.

No mercado de telefonia móvel, apesar de ter sido a quarta entrante na Região II, ao final de 2006 a BrT Móvel detinha 12,1% do mercado. A participação da Brasil Telecom neste mercado vem crescendo de maneira consistente, baseada em produtos e ofertas convergentes.

Prioridades Estratégicas

Como iniciativa inédita na história da Empresa, foi desenvolvida uma visão de longo prazo com o objetivo principal de melhor entender a evolução da indústria para os próximos dez anos. Nesse sentido, modelamos economicamente e analisamos cenários alternativos, considerando os principais vetores de mudanças: novas tecnologias, o mundo IP, a convergência dos serviços e a atual migração fixo-móvel.

Como se sabe, a indústria de telecomunicações vem passando por uma transformação sem precedentes na sua história. As formas de comunicação estão se modificando e se multiplicando. Destacam-se, nesse contexto, a substituição fixo-móvel, principal vetor na mudança do mercado, o aumento da relevância do mundo IP (*Internet Protocol*), englobando banda larga e provedores, as tecnologias emergentes: Interoperabilidade Mundial para Acesso de Micro-ondas (WiMAX), rede local sem fio (Wi-Fi) e Terceira Geração (3G), que facilitam a entrada de novos provedores e a necessidade crescente de tratamento cada vez mais segmentado do mercado.

A importância da formatação, armazenamento, distribuição e troca de conteúdos altera significativamente o comportamento da sociedade. E essa alteração tem provocado importantes mudanças no modelo de negócio até agora utilizado, principalmente pelas operadoras tradicionais.

Tendências que antes eram incipientes estão agora em franco processo de aceleração e concretização, tornando as fronteiras entre as várias linhas de negócios menos nítidas, com impacto direto na cadeia de geração de valor. Diante deste quadro, é cada vez mais imperiosa a necessidade de rigor na administração dos custos, das despesas e dos investimentos por parte das empresas.

Neste novo cenário, a competição avança para além das operadoras tradicionais. Entram em cena novos concorrentes, entre eles portais de Internet, empresas de TV por assinatura, provedores de banda larga sem fio (*wireless*) e integradores de ICT. Cada transformação no cenário gera oportunidades e ameaças, e todas ampliam o nível de complexidade na gestão do negócio.

A Brasil Telecom, em termos corporativos, fixou as seguintes prioridades estratégicas:

- aproveitar todas as oportunidades decorrentes da posição de vanguarda da Empresa na área de convergência de serviços, incluindo lançamento de produtos inéditos, como o Telefone Único;
- avaliação das potencialidades das tecnologias emergentes: Wi-Max, Wi-Fi e 3G, mantendo posições e ativos capazes de viabilizar movimentos de ataque e defesa em relação à concorrência. Desenvolver projeto piloto com o Wi-MAX;



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- expansão da telefonia móvel para aumentar escala, rentabilidade e compensar a perda em voz fixa;
- otimizar e expandir a exploração do modelo IP *Internet Service Provider* (portal nacional), com agregação e distribuição de conteúdos e exploração de outras oportunidades de crescimento do mundo IP/Internet;
- iniciar a operação com IPTV;
- implementar abordagens cada vez mais segmentadas aos clientes, com foco na fidelização e na rentabilidade;
- atuar pró-ativamente para adequar o arcabouço regulatório ao novo cenário de convergência;
- gerenciar a substituição fixo-móvel de forma a defender o principal negócio da Empresa (voz fixa);
- blindar a base de clientes banda larga, em face de sua importância para geração de valor e para oferta de novos serviços convergentes; e
- reduzir o patamar de custos, despesas e investimentos, com rigoroso controle na alocação de caixa.

No âmbito de cada linha de negócio, a Brasil Telecom definiu também um conjunto de prioridades específicas.

Telefonia Móvel

A telefonia móvel, no cenário internacional, vem crescendo continuamente nos últimos anos. O acirramento da competição está ocorrendo com o surgimento de novas tecnologias e, cada vez mais, as fusões e aquisições são fundamentais para que as operadoras ganhem escala e se tornem mais competitivas e rentáveis.

Os serviços de valor adicionado têm representado um papel crescente na receita das operadoras e o lançamento de novas tecnologias móveis (3G e Wi-Max) no Brasil deve acelerar ainda mais esse crescimento.

Diante desse contexto, e considerando as características do mercado em que atua, a Brasil Telecom estabeleceu as seguintes prioridades para o negócio de telefonia móvel:

- racionalizar as ofertas;
- manter o momento de crescimento;
- otimizar custos, despesas e investimentos; e
- aumentar a oferta de serviços convergentes e de valor adicionado.

Comunicação de Dados – Mercado Corporativo

O uso de redes de comunicação baseadas em IP é a grande tendência mundial do mercado corporativo, exigindo uma demanda por banda adicional para suportar as novas aplicações. Diante deste cenário altamente competitivo, os serviços estão migrando de conectividade e aplicações simples para soluções completas e customizadas e para pacotes integrados e sofisticados.

A Brasil Telecom definiu as seguintes prioridades para o negócio de dados no mercado corporativo:

- defender a posição alcançada;
- ampliar a receita média por usuário; e
- desenvolver novos mercados.

Banda Larga

Neste mercado, o surgimento das tecnologias WiMax, 3G, redes integradas WiFi e Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanais (MMDS), permite a oferta de maiores velocidades com mobilidade além da demanda crescente por banda mais larga e redução dos preços para viabilizar ofertas integradas.

Diante destas questões, a Brasil Telecom definiu as seguintes prioridades para o negócio de banda larga:

- expandir geograficamente o serviço, com foco na rentabilidade;
- otimizar o portfólio, com novas velocidades e novos serviços; e
- aumentar o grau de satisfação dos seus clientes, aprimorando o processo de retenção.

Provedores de Internet

Os provedores de Internet estão sofisticando seus serviços, direcionaram seus conteúdos para a Web 2.0 que tem no internauta o seu protagonista e já concorrem diretamente com as empresas que oferecerem serviços de voz convencional. Paralelamente, as empresas de telecomunicações, focadas em convergência, estão alavancando os conteúdos de seus portais para criar diferenciação e agregar valor.

O surgimento do conteúdo pessoal, onde o internauta atua como protagonista, via sites de compartilhamento e redes comunitárias, está expandindo o tempo on-line, valorizando os sites e criando a WEB 2.0, conceito abraçado pelos portais da Brasil Telecom. A disponibilização de conteúdo sob demanda, desagregado e distribuído via banda larga, começa a viabilizar os modelos de negócio dos conteúdos pagos, como vídeos (Vídeo on Demand) e músicas (iTunes).

Conseqüentemente, o crescimento dos acessos à Internet está provocando a migração da publicidade e dos anunciantes das mídias tradicionais para os espaços on-line. O esforço de anunciantes em otimizar investimentos em comunicação e a criação de ferramentas on-line para segmentação da mensagem fez a receita de propaganda on-line crescer 22% entre 1999 e 2006 nos EUA (Taxa Composta de Crescimento Anual).

A Brasil Telecom, através do Internet Group, líder no provimento de acesso discado no Brasil e um dos maiores provedores de banda larga da América Latina, definiu as seguintes prioridades:

- reposicionar as marcas;
- aprimorar a rentabilidade e fidelizar seus usuários;
- firmar posição em produtos empresariais; e
- otimizar a operação via integração dos provedores.

Voz Fixa

A substituição de voz fixa por móvel já é realidade em diversos países. A velocidade com que ocorre essa

substituição é determinada pelo preço do minuto cobrado na telefonia móvel. À medida que o valor do minuto móvel se aproxima do valor cobrado pela telefonia fixa, a substituição do tráfego se acentua. Nos EUA e na Europa, entre 2004 e 2005, as linhas fixas caíram 2,5% e 0,5%, respectivamente.

Além disso, a popularização e o crescimento da banda larga e dos novos aplicativos desenvolvidos sobre as plataformas IP também afetam a utilização da telefonia fixa. Atualmente, na Europa, 2% do tráfego total já é de VoIP e projeta-se que este valor alcance 10% em 2010.

Diante dessas mudanças, das novas tecnologias e dos serviços convergentes, o setor de telecomunicações está passando por um período de aquisições e expansões internacionais, com consolidação em grandes grupos e racionalização dos custos.

Para a Brasil Telecom, as prioridades para essa linha de negócio são:

- gerenciar a migração da telefonia fixa para a móvel;
- ampliar ações de fidelização e retenção;
- abordar o mercado de forma cada vez mais segmentada; e
- explorar os serviços convergentes.

Rede

Em 2006, a Brasil Telecom ampliou a sua plataforma, que dá suporte à prestação do serviço móvel pessoal, em 326 Estações Rádio Base (ERBs), sendo que 41 novas localidades passaram a ter cobertura da rede GSM. Adicionalmente, ocorreu um grande aumento na cobertura Enhanced Data rates for GSM Evolution (EDGE, uma evolução do padrão GSM rumo à terceira geração) e na cobertura em roaming de voz e dados no Brasil e no exterior. Atualmente, a Brasil Telecom tem acordos comercialmente liberados com seis operadoras para tráfego de voz e três operadoras para tráfego de dados no Brasil e, no exterior, tem acordos com 126 operadoras em 87 países para o roaming de voz e com 20 operadoras em 20 países para *roaming* de dados.

A prestação de serviços de telecomunicações móveis passou a contar ainda com a adoção da Rede de Nova Geração (NGN) na rede GSM da Brasil Telecom, reduzindo os investimentos e, principalmente, os custos com transporte de voz.

Foi colocada em operação a Plataforma de VoIP da Brasil Telecom, possibilitando o atendimento do mercado residencial e comercial em sete capitais na Região II (Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Brasília, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá) e em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, fora da Região II. Esta plataforma utiliza os conceitos de NGN e disponibiliza ao seu usuário um terminal VoIP com funcionalidades de um terminal convencional, gerando e recebendo chamadas por terminais fixos e móveis do Brasil e do mundo. Com a plataforma, diversos serviços podem ser programados, como a Restrição de Chamadas, Caixa de Mensagem, Siga-me, Siga-me Inteligente e a Chamada em Espera. Caso o usuário esteja utilizando o VoipFone, *software* disponibilizado junto com o serviço e que simula um aparelho telefônico no computador, é possível saber sobre a presença dos demais usuários do VoipFone e enviar mensagens, mesmo que não estejam on-line, devido à funcionalidade de *store-and-forward* da plataforma, ou seja, receber a mensagem, guardar e depois encaminhar.

Em 2006, foi implementada também a Plataforma OSA/PARLAY que, com o uso de um *gateway* que utiliza Interfaces de Programação e Aplicação (APIs) capazes de interagir com as centrais de telefonia via Pontos de Transferência de Sinalização (PTS), agrega mais serviços para telefonia fixa e móvel, independentemente dos fabricantes e modelos de *hardware*.

A Brasil Telecom iniciou em 2006 suas operações na oferta de serviços *triple-play* trafegando sobre a infraestrutura da rede ADSL2+ e possibilitando interatividade e entretenimento ainda não experimentados pelos usuários de TV a cabo. A plataforma é composta por servidores que armazenam o conteúdo criptografado e o distribuem pela rede de forma segura e com alta qualidade.

A Brasil Telecom atendeu às Resoluções 423 e 426 da Anatel, que prevêm a implantação da conta telefônica detalhada. Para isso, foram instalados 100 novos bilhetadores e realizadas mais de mil obras, para atendimento de 6.325 localidades, em 1.223 áreas locais.

Foi possível também ampliar e digitalizar os entroncamentos, propiciando a redução dos congestionamentos e dos custos operacionais, aumentando a abrangência do atendimento das solicitações de ações judiciais, da quebra de sigilo telefônico e da detecção de fraudes. Além disso, a modernização da planta propiciou capacidades adicionais para tratamento de demandas iminentes, como *Double-Data-Rate* (DDR), interconexão, novos Códigos de Seleção de Prestadoras (CSP) e Serviços Inteligentes.

A Brasil Telecom ampliou sua Rede de Sinalização por Canal Comum, o que permitiu um crescimento de mais de 50% na capacidade da BrT Móvel. Entrou em operação, em parte do Distrito Federal, uma rede 100% em tecnologia NGN, que permite flexibilidade no atendimento à demanda e introdução de novos serviços. Ainda em 2006, foi implantado *backbone* de transmissão em 10 Gbps - *Ethernet*, sobre tecnologia DWDM, aumentando a capacidade do IP da rede de dados, além da rede satélite da Brasil Telecom, formada pelo Centro de Operações e Controle (NOC), 7 *Gateways* e 382 remotas, utilizadas para atendimento de acessos individual e coletivo, em atendimento ao Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), regulamentado pela Anatel.

Metas de Universalização

Em relação aos indicadores do PGMU, a Brasil Telecom obteve os resultados apresentados na tabela abaixo, que comprovam o cumprimento de todas as metas em 2006.

Em 2006, a Brasil Telecom disponibilizou o serviço individual e coletivo do STFC em 29 novas localidades com população entre 300 a 600 habitantes. Além disso, instalou TUPs em 79 novas localidades dentro de sua área de concessão com população de 100 a 300 habitantes.

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Metas de Universalização

Indicadores	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Quantidade de acessos fixos instalados (em mil acessos)	10.820	10.821	10.814	10.811	10.804	10.794	10.789	10.793	10.795	10.791	10.787	10.423
Quantidade de localidades com mais de 300 habitantes não atendidas com STFC com acessos individuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de solicitações de instalação de acessos individuais, atendidas em mais de 1 (uma) semana (meta: 1 semana)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de solicitações de instalação de acessos individuais realizadas pelos estabelecimentos de ensino regular e instituições de saúde, atendidas em mais de 1 (uma) semana (meta: 1 semana)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de solicitações de acessos individuais realizadas pelos deficientes auditivos e da fala, atendidas em mais de 1 (uma) semana (meta: 1 semana)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de telefones de uso público (TUPs) em serviço	296.715	296.477	295.244	293.592	292.160	290.700	290.348	289.989	288.806	284.901	280.216	277.855
Quantidade de localidades atendidas por STFC com acessos individuais que não atendem à distribuição de TUPs por mil habitantes, distribuídos territorialmente de maneira uniforme (meta: 3 TUPs por grupo de mil hab.)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades, atendidas pelo STFC com acessos individuais, com disponibilidade de acesso ao telefone de uso público com distância superior à meta (meta: menor que 300 m)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades que não atendem ao percentual de TUPs disponíveis 24 horas para ligações de longa distância – com capacidade de originar e receber chamadas locais e de longa distância nacional (meta: 50% de TUPs)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades que não atendem ao percentual de TUPs disponíveis 24 horas para ligações adicionais de longa distância internacional (meta: 25% de TUPs)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de solicitações de TUPs em estabelecimentos de ensino regular e de instituições de saúde atendidos em mais de 1 semana (meta: 1 semana)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de solicitações de TUPs realizadas por deficientes auditivos, da fala e os que utilizam cadeira de rodas atendidas em mais de 1 semana (meta: 1 semana)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Localidades com mais de 100 habitantes, sem STFC, sem pelo menos um TUP (meta: maior que 100 hab.)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Densidade de TUP por mil habitantes (meta: 6,0)	7,94	7,94	7,90	7,94	7,86	7,94	7,77	7,77	7,74	7,74	7,63	7,43
Quantidade de localidades com STFC que não atendem ao percentual de 2% de TUPs adaptados para deficientes auditivos e da fala e para os que utilizam cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Localidades atendidas somente com acessos coletivos, sem pelo menos um TUP com acesso 24 horas, com capacidade de originar e receber chamadas locais, LDN e LDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Metas de Qualidade

Em 2006, passou a vigorar o novo Regulamento dos Indicadores de Qualidade, Resolução nº 417 da Anatel. A Brasil Telecom atingiu e superou 331 das 360 medições dos indicadores de qualidade estabelecidos no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), conforme apresentado na tabela abaixo.

Metas de Qualidade

Metas de Qualidade do Serviço	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Taxa de chamadas locais originadas completadas (meta de 70%) – Matutino	71,37	70,88	70,91	71,63	72,04	72,55	72,70	72,34	71,13	71,12	71,25	71,72
Taxa de chamadas locais originadas completadas (meta de 70%) – Noturno	70,20	70,97	71,38	71,68	72,53	72,50	72,89	73,18	71,20	72,13	71,24	70,92
Taxa de chamadas locais originadas não completadas por congestionamento (meta de 4%) – Matutino	1,07	0,98	0,71	0,67	0,77	0,65	0,66	0,61	0,86	1,46	0,59	0,57
Taxa de chamadas locais originadas não completadas por congestionamento (meta de 4%) – Noturno	1,20	0,91	0,94	0,83	0,75	0,84	0,69	0,68	0,66	0,65	0,67	0,70
Taxa de chamadas na rede da prestadora, destinadas ao Centro de Atendimento da própria Prestadora, que resultam em chamada completada (meta de 98%) - Matutino	98,68	98,01	99,52	99,44	99,56	99,55	99,39	98,30	99,47	80,60	99,23	99,33
Taxa de chamadas na rede da prestadora, destinadas ao Centro de Atendimento da própria Prestadora, que resultam em chamada completada (meta de 98%) – Noturno	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22	98,22
Metas de Qualidade do Serviço LDN – Consolidado todos os CSP												
Taxa de chamadas de longa distância nacional originadas completadas (meta de 70%) – Matutino	72,38	71,97	71,97	73,03	73,17	73,25	73,60	73,70	72,14	73,41	73,48	73,39
Taxa de chamadas de longa distância nacional originadas completadas (meta de 70%) – Noturno	70,63	71,45	71,45	71,44	71,90	71,97	71,78	72,69	70,88	72,51	71,31	70,86
Taxa de cham. de longa distância nac. originadas não completadas por congestionamento (meta de 4%) – Matutino	1,52	1,41	1,41	1,22	1,43	1,53	1,07	0,96	1,24	1,15	0,91	0,96
Taxa de cham. de longa distância nac. originadas não completadas por congestionamento (meta de 4%) – Noturno	1,99	1,83	1,83	1,46	2,43	2,03	1,51	0,99	0,95	1,23	1,11	1,33
Metas de Atendimento às Solicitações de Reparo												
Taxa de solicitações de reparo por 100 (cem) acessos em serviço (meta de 1,5%) – Integral	1,26	1,07	1,27	1,06	1,11	1,06	1,16	1,19	1,28	1,27	1,27	1,26
Taxa de atendimento de solicitações de reparo de usuários residenciais em até 24 horas (meta de 98%)	99,70	99,60	99,54	99,53	99,52	99,63	99,63	99,65	99,50	99,57	99,46	99,51
Taxa de atendimento de solicitações de reparo de usuários não residenciais em até 8 horas (meta de 98%)	99,34	98,85	99,04	99,38	99,38	99,28	99,49	99,41	99,33	99,44	98,99	99,09

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Metas de Qualidade do Serviço	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Taxa de atendimento de solicitações de reparo de usuários que são prest. de serviço de utilidade pública em até 2 horas (meta 98%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Metas de Atendimento às Solicitações de Mudança de Endereço												
Taxa de atendimento às solicitações de mudança de endereço de usuários residenciais em até 3 dias úteis (meta de 98%)	99,85	99,62	99,82	99,77	99,85	99,88	99,87	99,86	99,80	99,75	99,78	99,85
Taxa de atendimento às solicitações de mudança de endereço de usuários não residenciais em até 24 horas (meta de 98%)	99,40	99,18	99,18	99,21	99,39	99,40	99,30	99,45	99,35	93,66	98,98	99,21
Taxa de atendimento às solicitações de mudança de endereço de usuários que são prestadoras de serviço de utilidade pública em até 6 horas (meta 98%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Metas do Atendimento por Telefone ao Usuário												
Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos (meta de 95%) – Matutino	99,89	99,74	99,89	99,95	99,88	99,95	99,93	99,93	99,76	99,25	99,82	98,32
Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos (meta de 95%) – Noturno	99,94	99,66	99,96	99,97	99,95	99,96	99,94	99,94	99,82	99,88	99,29	99,79
Metas de Qualidade para Telefone de Uso Público (TUPs)												
Número de solicitações de reparo de TUPs por 100 TUP em serviço (meta de 8%)	5,56	5,20	7,20	5,89	5,17	5,22	6,48	6,17	5,46	6,35	5,28	5,73
Taxa de atendimento de solicitações de reparos de TUPs em até 8 horas (meta de 98%)	99,45	99,01	99,45	99,65	99,74	99,73	99,73	99,76	99,53	99,64	99,49	99,71
Taxa de atendimento de reparos de TUPs instalados em regiões não caracterizadas como remotas ou de fronteira em até 8 (oito) horas, detectadas por sistema de supervisão (meta de 98%)	92,13	96,05	98,25	98,82	99,38	99,34	99,64	98,56	98,02	99,29	99,29	99,72
Metas de Informação do Código de Acesso do Usuário												
Taxa de informação do código de acesso do usuário respondida em até 30 segundos (meta de 98%)	98,93	98,88	98,83	98,77	98,86	98,92	98,90	98,76	98,58	98,62	98,55	98,33
Metas de Atendimento à Correspondência do Usuário												
Taxa de atendimento à correspondência do usuário respondida em até 10 dias (meta de 100%)	91,55	85,56	96,53	95,48	96,16	95,34	97,73	95,17	96,90	96,19	93,11	93,93
Metas de Atendimento Pessoal ao Usuário												
Taxa de atendimento pessoal ao usuário em até 10 minutos (meta de 95%)	94,13	96,72	98,01	98,30	98,95	99,45	99,23	99,10	99,32	99,37	99,67	98,84
Metas de Emissão de Contas												
Número de contas com reclamação de erro, na modalidade local, em cada 1.000 contas emitidas (meta de 2%)	2,11	2,19	2,14	2,22	2,26	2,30	2,17	2,25	2,28	2,41	2,45	2,53
Número de contas com reclamação de erro, na modalidade Longa Distância Nacional, em cada 1.000 contas emitidas (meta de 2%)	0,00	1,72	1,98	1,78	1,87	1,78	1,57	1,84	1,86	1,89	1,52	1,79
Taxa de contas contestadas com crédito devolvido ao usuário, referente à modalidade local (meta de 98%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Taxa de contas contestadas com crédito devolvido ao usuário, referente à modalidade Longa Distância Nacional (meta de 98%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Taxa de entrega de documentos de cobrança ao assinante com antecedência de 5 dias do vencimento (meta de 100%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Metas de Modernização de Rede												
Taxa de digitalização da rede local (meta de 95%)	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
NÚMERO TOTAL DE METAS CUMPRIDAS (META DE 30)	26	27	28	28	28	28	28	28	28	26	28	28

Convergência

A convergência é, sem dúvida, a grande tendência global do mercado de telecomunicações. Por meio dela, é possível ofertar produtos e serviços inovadores, fidelizar os clientes e ainda reduzir despesas operacionais, maximizando o retorno dos investimentos.

Trata-se de um processo que envolve a oferta de pacotes integrados, a disponibilização de serviços novos que exijam uma infra-estrutura única, além da necessidade de mudança na postura dos executivos e colaboradores na prestação dos serviços.

Somente uma infra-estrutura convergente, flexível e moderna, suportando a oferta de serviços de voz fixa, móvel e dados, permite a oferta rápida e eficaz de novos serviços, com custos adequados. No ano de 2006, a Brasil Telecom consolidou a convergência de toda sua operação, abrangendo a estrutura organizacional, processos, serviços, produtos e tecnologia.

Na área organizacional, toda a cadeia de prestação de serviços, envolvendo planejamento, implantação, operação e atendimento ao mercado, passou a ser de responsabilidade da Vice-Presidência de Operações (VPO). Com isso, foram consolidadas diversas áreas, como: Marketing, Comercial, Relacionamento com Operadoras, Tecnologia da Informação, Rede, Relacionamento com Clientes e Operação Móvel.

O lançamento da operação móvel, há dois anos, havia exigido a alocação de estruturas exclusivas, dedicadas, nas áreas de marketing, vendas, planejamento e operação. Em 2006, concluída esta fase e consolidados os serviços móveis, esta atividade foi integrada à estrutura da Empresa, com o aproveitamento das sinergias entre as operações fixa e móvel.

As atividades de marketing foram integradas, passando a elaborar campanhas de comunicação e ofertas convergentes, maximizando o retorno destas ações e reforçando a posição da Brasil Telecom como a primeira operadora convergente. No segundo momento, as forças de vendas foram unificadas, proporcionando uma experiência única demandada pelo cliente, através de um único ponto de contato (*one-stop-shop*).

Alinhada com o movimento mundial de convergência de Telecomunicações e Tecnologia de Informação, a reestruturação foi completada com a fusão das áreas de infra-estrutura e a consolidação das atividades de duas diretorias: a Diretoria de Tecnologia e Planejamento Técnico, responsável pela concepção das soluções e pelo planejamento da evolução da rede de telecomunicações e das soluções de TI e a Diretoria de Gestão de Rede, responsável pela implantação e operação de todos os serviços.

Tecnologia da Informação

Para a Brasil Telecom, a convergência engloba, entre outros conceitos, o tratamento unificado de todas as mídias como voz, dados e imagem sobre uma estrutura de transporte única, baseada em IP, tanto para acessos fixos como móveis, em um ambiente integrado entre os mundos de Telecom e Tecnologia da Informação (TI).

Alinhada com padrões internacionais, a Empresa aposta na convergência também para o planejamento das redes de telecomunicações fixa e móvel e TI. Com esse objetivo, busca capacitar e promover uma definição coerente, capaz de atender ao conceito de rede única, com a flexibilidade necessária para prover diferentes serviços, a qualquer cliente, em qualquer lugar e a qualquer momento. Essa rede única permite oferecer serviços completamente integrados e otimizados, o que é um diferencial competitivo da Brasil Telecom, além de gerar expansão com eficiência operacional.

O cliente de telecomunicações é cada vez mais exigente e demanda serviços que agregam valor às suas atividades e à sua qualidade de vida. Para atendê-lo é necessária uma infra-estrutura flexível, adaptável, com controle integrado, gestão integrada e com Sistemas de Suporte à Operação e à Gestão (OSS/BSS) ágeis e flexíveis.

Para isso, a Brasil Telecom promoveu uma mudança importante na sua atividade de planejamento. As atividades, até então executadas por equipes especializadas e dedicadas de TI, Rede Fixa, Rede Móvel e Plataformas de Serviços, passaram a ser de responsabilidade de uma única diretoria.

continua

Brasil Telecom Participações S.A.CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Com esta mudança, passa a ser de responsabilidade desta área a garantia da evolução integrada e convergente das infra-estruturas tecnológicas da Empresa. Ou seja, passaram a ter um controle centralizado as atividades de prospecção tecnológica, desenvolvimento de soluções, planejamento da evolução da rede e planejamento de Sistemas de Suporte à Operação e à Gestão da Empresa.

Marketing**Mercado Consumidor de Massa**

Refletindo uma tendência mundial, a Brasil Telecom recorreu à mais avançada tecnologia para oferecer a seus clientes uma gama de serviços completa. Para atender às demandas do mercado consumidor, a Empresa ofereceu, em 2006, soluções de telefonia fixa, móvel, longa distância nacional e internacional e Internet de forma integrada.

Seguindo esta estratégia, merecem destaque as ofertas convergentes lançadas em 2006:

- Oferta Telefone Único, na qual o cliente ganha o ponto de acesso ao Único mediante a contratação de um plano pós-pago de telefonia móvel e do serviço Identificador de Chamadas;
- Oferta Fale Grátis no Orelhão, onde o cliente móvel pré-pago pode ligar gratuitamente do telefone público para telefones fixos da Brasil Telecom aos sábados, das 16 às 20h; e
- Pacotes Convergentes, que integram telefone fixo, telefone móvel, Turbo (Internet rápida), Serviços Inteligentes e Longa Distância Nacional (LDN 14).

Com essas ofertas, os usuários da Brasil Telecom ganham comodidade e economia e a empresa otimiza a utilização de seus recursos, investindo na fidelização de seus clientes.

Além disso, foram lançadas ofertas específicas em cada mercado para incremento das vendas, como:

- Telefonia Fixa, com ofertas de maior valor agregado (*upselling*) para o cliente de LigMix e Super Econômico;
- Telefonia Móvel, com a promoção Pula-Pula Fale Ganhe;
- Longa Distância Nacional, com a promoção Fale 7, Ganhe 7;
- Longa Distância Internacional, com a promoção DDI em Dobro; e
- Internet Banda Larga, com a promoção Modem Grátis, em parceria com provedores.

Além da oferta de produtos e serviços, a Brasil Telecom lançou, em março de 2006, sua primeira *Newsletter* para os clientes do mercado consumidor de massa. Esta nova ferramenta, que em dezembro chegou à sua 10ª edição, tornou-se um importante canal de divulgação das ofertas, informações sobre os produtos e serviços, dicas de economia e relacionamento com o cliente.

Mercado Empresarial

Em 2006, a Brasil Telecom destacou-se no Mercado Empresarial ao investir e inovar na convergência de produtos e serviços. Com a otimização de seus recursos e o fortalecimento da marca como empresa provedora de soluções completas e direcionadas, a Brasil Telecom apresenta-se como um grupo forte no mercado de telecomunicações, transmitindo aos seus clientes empresariais segurança, comodidade, economia e transparência.

Diante de um cenário bastante competitivo, a Empresa optou por uma estratégia de aumento da base de clientes oferecendo produtos inovadores, ofertas de pacotes convergentes e promovendo ações para recuperação de clientes e para incremento de tráfego LDN.

Mercado Telefonia Pública

O mercado de telefonia pública é um mercado maduro que apresenta resultados consistentes em decorrência do crescimento do tráfego inter-redes provocado pelo incremento da base de terminais móveis pré-pagos. Os terminais de telefonia pública representam a principal alternativa para esse cliente móvel, em função da maior atratividade das tarifas praticadas.

Neste segmento, a Brasil Telecom obteve um crescimento de 8,8% na receita bruta em 2006, sustentado, principalmente, por uma política de distribuição sólida e cada vez mais próxima do cliente. A expansão da capilaridade, associada a campanhas recorrentes para a divulgação das vantagens do uso do telefone público e o incentivo à aquisição de cartões de maior valor foram igualmente importantes para este crescimento.

Mercado Corporativo e Governo

Em 2006, a Brasil Telecom destacou-se como a primeira empresa fornecedora completa de soluções convergentes do mercado nacional de telecomunicações, integrando telefonia fixa e móvel, comunicação de dados, Internet e Tecnologia de Informação. Esse é um diferencial representativo para o mercado corporativo, devido ao impacto gerado pela redução de custos e maior eficiência na utilização dos serviços.

A oferta de soluções de maior valor agregado, seguras e totalmente adaptáveis às estruturas de diferentes dimensões ou perfis institucionais, reforça a estratégia da Brasil Telecom de atuação comercial em nichos. Nesse sentido, a Empresa ampliou suas ofertas para segmentos verticais, como prefeituras e setor automotivo, e lançou ofertas específicas para os segmentos de agronegócios, segurança e educação.

Baseada em estudos e pesquisas sobre os principais agentes que compõem a cadeia desses setores, a Brasil Telecom desenvolveu soluções exclusivas e personalizadas conforme a necessidade de cada segmento. Para melhor atender aos clientes corporativos, ampliou sua presença em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza e diversificou sua gama de serviços como o Cyber Data Center. No mercado internacional, atuou principalmente na prestação de serviços e produtos de comunicação de dados.

Cyber Data Center (CyDC)

Dentro do conceito de provedora de soluções corporativas completas, a Brasil Telecom manteve sua política de oferecer serviços de *data center* nas unidades localizadas em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Brasília,

Fortaleza e Rio de Janeiro. O Cyber Data Center responde por uma participação de cerca de 7% das receitas com serviços de comunicação de dados, Internet e *data center* prestados pela empresa aos seus clientes pessoa jurídica, excluindo-se as receitas de banda larga.

Banda Larga

Em 2006, a Brasil Telecom concentrou esforços na qualidade do serviço e no relacionamento com clientes, garantindo elevados índices de satisfação e, por consequência, a fidelização do cliente, mesmo diante da maior agressividade dos concorrentes. Além disso, a Empresa investiu para buscar maior rentabilidade de sua base de clientes de banda larga, com foco no aumento da receita média mensal por usuário (ARPU) e na oferta de planos segmentada, ou seja, identificada com cada uma das localidades atendidas. Como resultado dessa política, a Brasil Telecom superou a marca histórica de R\$ 1 bilhão de receita bruta com o produto e 1,3 milhão de acessos em serviço.

Novos Produtos e Serviços**Convergência**

Em 2006 a Brasil Telecom reforçou sua posição de líder em convergência lançando no mercado brasileiro o Telefone Único e o PABX Virtual Único, dois produtos sem precedentes no mundo. A integração de produtos e serviços que trazem praticidade e comodidade com o que há de mais avançado em termos de tecnologia no mundo traduz o compromisso da Brasil Telecom para com seus clientes.

Telefone Único: A Brasil Telecom lançou, em agosto de 2006, o primeiro telefone do mundo que é fixo e móvel ao mesmo tempo, utilizando as tecnologias GSM e *Cordless Telephony Profile* (CTP). Com este produto, a Brasil Telecom leva comodidade ao cliente, já que hoje aproximadamente 30% das ligações feitas por telefone móvel são feitas de dentro de casa, acarretando um custo maior para os usuários. Fora de casa, o Telefone Único funciona como um celular. Em casa ou no escritório, as ligações feitas pelo Telefone Único utilizam a linha telefônica fixa quando o destino for outro número fixo. Além da economia proporcionada por esta seleção automática da rede de menor custo, o cliente tem a mobilidade de um telefone sem fio associada aos benefícios de um celular e uma única agenda de telefones. Esse lançamento faz parte da estratégia da Brasil Telecom de proteger sua base de clientes da telefonia fixa.

PABX Virtual Único: Integrar produtos e serviços oferecendo comodidade e alta tecnologia é o desafio permanente da Brasil Telecom. Para atender uma vez mais a este objetivo, a Empresa lançou em 2006 o PABX Virtual Único, que integra a telefonia móvel na solução de PABX Virtual. Voltado para o mercado corporativo, todos os equipamentos necessários para controlar as chamadas e funcionalidades típicas de um PABX digital ficam hospedados na rede *Next Generation Network* (NGN) da Brasil Telecom. Dessa forma, os gastos com manutenção do sistema e com atualizações tecnológicas são eliminados, além da redução significativa dos custos das ligações entre os ramais fixos ou móveis. Os celulares da BrT Móvel passam a funcionar como ramais da empresa, permitindo a realização de chamadas entre ramais fixos e móveis, mesmo se estiverem em localidades diferentes, utilizando para isso apenas 5 dígitos. O novo produto permite também o gerenciamento *on-line* de todos os ramais através da *web* sem nenhum custo adicional.

Comunicação de Dados e Internet

Em 2006, a Brasil Telecom manteve seu perfil inovador ao lançar três soluções de vanguarda no mercado brasileiro de comunicação de dados. Com estes novos serviços, os clientes da Brasil Telecom contam com uma gama completa de soluções voltadas para as suas necessidades.

O lançamento do serviço IPTV destaca a Brasil Telecom como a primeira operadora fixa do país a disponibilizar serviços de vídeo através de conexões banda larga, tendência verificada nos mercados mais avançados do mundo.

Além disso, em 2006, a Brasil Telecom lançou o Internet Toda Hora e o Solução Card, dois novos produtos que buscam atender, respectivamente, às necessidades de economia e de simplicidade, cada vez mais valorizadas pelos seus clientes.

IPTV: O objetivo do IPTV é o fornecimento de conteúdo, na modalidade de *Video on Demand*, sobre acessos ADSL, que podem ser assistidos na TV do cliente. Este serviço pode ser contratado através de uma interface desenhada para a Brasil Telecom. A fase pré-comercial do projeto IPTV da Brasil Telecom foi lançada no mês de outubro de 2006, em Brasília. Durante o ano de 2007, o serviço entrará na segunda fase, com a ampliação da sua cobertura. Com o IPTV, a Brasil Telecom investe em uma nova plataforma para a geração de receitas sobre sua base de acessos banda larga.

Internet Toda Hora: Produto voltado para o mercado de massa, o Internet Toda Hora foi o primeiro plano de uso ilimitado de telefonia fixa lançado pela Brasil Telecom. Com ele, o cliente pode acessar os provedores conveniados, através de um discador especial, por um preço fixo de R\$ 29,90 mensais. Atualmente, o Internet Toda Hora está disponível nas principais capitais da região atendida pela Brasil Telecom e proporciona à Empresa a oportunidade de aumentar sua receita com a Internet discada.

Solução Card: O Solução Card traz uma tecnologia que permite, através de acessos no *backbone* IP *Multi Protocol Label Switching* (MPLS) da Brasil Telecom, a interconexão de empresas a fornecedores de soluções de cartões de crédito ou de outros tipos de transações. A ferramenta é única no país, onde, até então, acessos dedicados para essas soluções demandavam redes com tecnologia X.25. Através do Solução Card, a Brasil Telecom ganha um novo mercado de atuação, proporcionando aos atuais clientes de suas redes de dados o uso desse tipo de conteúdo sem necessidade de contratação de novos acessos de redes dedicados.

Telefonia Fixa

Como líder em telefonia fixa na Região II, a Brasil Telecom aposta na convergência investindo em tecnologia para atender cada vez melhor seu cliente. Em 2006, a Empresa desenvolveu diversas soluções de telefonia



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

voltadas para os diferentes tipos de mercado em que atua. Clientes de todas as classes sociais, localizados em grandes centros urbanos ou em áreas remotas e com diferentes perfis de consumo, possuem a comodidade de poder escolher sempre a melhor solução para suas necessidades.

A iniciativa de oferecer o plano de minutos Conta Completa garantiu transparência, economia, controle dos gastos, flexibilidade e personalização dos planos de voz, local e de longa distância. Com o plano, os clientes aumentaram ainda mais a sua percepção em relação aos benefícios do telefone fixo e das vantagens oferecidas pela Brasil Telecom. Lançamentos como estes fazem parte da estratégia da Empresa de manter a rentabilidade do negócio de telefonia fixa.

Plano Conta Completa: Desde novembro de 2006 a Brasil Telecom passou a oferecer aos seus clientes o plano de minutos. Neste plano a conta é detalhada, identificando as chamadas locais realizadas. Esta inovação permite, ao cliente que adquirir o Plano Conta Completa, escolher a franquia ideal, de acordo com seu perfil de consumo, e controlar melhor seus gastos através da cobrança em minutos. Além disso, os clientes podem contratar franquias opcionais para falar mais pagando menos. No caso da franquia Noite e Fim de Semana, é possível falar à vontade das 20h às 8h, nas ligações locais entre telefones fixos Brasil Telecom e durante todo o dia nos finais de semana e feriados nacionais, sem gastar sua franquia de minutos ou pagar minutos excedentes.

Plano 14 Simples: Como o próprio nome diz, este é o plano para os clientes que querem simplicidade e transparência nas tarifas, sem abrir mão da economia. Com uma tarifa única, independente de horário ou distância, o plano oferece 30 minutos de ligações de longa distância por apenas R\$ 6,90 mensais (líquido de impostos).

Plano 14 Meu Perfil: Voltado para clientes com alta utilização, o Plano 14 Meu Perfil oferece uma forma simplificada de cobrança, com uma tarifa para dentro do estado e outra para fora do estado, dia e noite.

Plano 14 Minhas Cidades: Voltado para clientes que concentram suas ligações em poucas localidades, o Plano 14 Minhas Cidades oferece tarifa supereconômica para ligações à noite e nos finais de semana, para três cidades escolhidas pelo usuário, dentro de uma lista com 18 opções.

Telefone Rural: Com o objetivo de atender a todos os seus clientes, com produtos voltados para cada necessidade, a Brasil Telecom disponibilizou para seus usuários localizados em regiões Fora da Área de Tarifação Básica (FATB), o Telefone Rural. O produto é um telefone fixo que utiliza a rede GSM da Brasil Telecom para atendimento a localidades remotas.

AICE: O Acesso Individual de Classe Especial (AICE) é um produto de telefonia fixa pré-pago, definido pela Anatel e lançado em julho de 2006. Voltado para o mercado de baixa renda, o serviço tem uma assinatura mensal reduzida e oferece várias opções de cartões pré-pagos: R\$ 15, R\$ 20, R\$ 30 e R\$ 60. As ligações são cobradas em minutos, incluindo uma taxa para quando a chamada é atendida (completamento).

Telefonia Móvel

Plano Sua Empresa: Plano de voz voltado para clientes dos Mercados Corporativo, Governo, Empresarial e *Small Office/Home Office* (SOHO). Com este plano, o controle dos gastos da empresa pode ser feito de maneira individual ou compartilhado, com franquias econômicas que vão de 100 a 100 mil minutos e garantia de um custo fixo mensal. No Plano Sua Empresa, os preços são mais competitivos em ligações locais para celulares da Brasil Telecom e telefones fixos de qualquer operadora.

Plano Conta Light: Plano de voz voltado para clientes do Mercado Consumidor. Nesse plano, as franquias vão de 50 a 2.000 minutos e contemplam chamadas locais destinadas aos acessos móveis da Brasil Telecom ou para qualquer telefone fixo.

Pula-Pula Fale Ganhe: Com a promoção Pula-Pula Fale Ganhe, quanto mais o cliente recebe ligações, mais bônus ganha. Voltada para clientes pós-pagos de telefonia móvel, a promoção fornece bônus mensal para o usuário falar de graça em ligações para celulares de outras operadoras. Cada minuto de ligação recebida de outra operadora móvel é revertido em bônus para realização de chamadas locais para outra operadora móvel. A promoção está disponível para quem aderir a um dos novos planos: Sua Empresa ou Conta Light.

Pula-Pula Cartão Mais: A convergência de produtos e serviços, marca da Brasil Telecom, é reforçada na promoção Pula-Pula Cartão Mais, exclusiva para acessos pré-pagos com bônus de até R\$ 100 por mês para realizar chamadas locais do celular para qualquer número fixo de qualquer operadora ou para outro celular da Brasil Telecom. A promoção, válida até dezembro de 2008, permite ainda ligações gratuitas locais e de longa distância nacional, com o uso do número 14 do telefone público para telefones fixos da Brasil Telecom. Para aumentar a comodidade e fazer ligações gratuitas de um telefone público, basta o cliente da promoção Pula-Pula Cartão Mais adquirir o Cartão Único e ligar gratuitamente aos sábados, das 16 às 20 horas. As ligações podem ser locais ou interurbanas nacionais com o Código de Seleção de Prestadora (CSP) 14, desde que destinadas para um número fixo da operadora.

Brasil Mail: A Brasil Telecom lançou o Brasil Mail para garantir aos seus clientes a mobilidade de receber no celular as suas mensagens de *e-mail*. O serviço utiliza a tecnologia *Push* capaz de enviar imediatamente para o celular as mensagens de *e-mail* recebidas na caixa postal convencional. Além de permitir a leitura de *e-mails* de forma prática e segura, o Brasil Mail sincroniza ainda os contatos, a agenda pessoal e as tarefas.

Reajuste de Tarifas

Telefonia Fixa

Em 11 e 18 de julho de 2006, a Anatel homologou os reajustes tarifários do STFC, conforme critérios e condições estabelecidas nos Contratos de Concessão Local e de Longa Distância Nacional. A partir de 14 de julho de 2006, entrou em vigor o reajuste médio de -0,42%, para o Plano Básico Local, enquanto as tarifas do Plano Básico Longa Distância Nacional tiveram uma redução média de 2,77% a partir de 21 de julho.

A estratégia adotada para o reajuste de tarifas no Plano Básico de Longa Distância Nacional foi a de diminuir as tarifas mais caras, D4 nos horários Normal e Diferenciado, e aumentar as tarifas de menor valor absoluto, nos horários Super-Reduzido e Reduzido. Este posicionamento teve por objetivo alcançar maior participação de mercado nas modalidades de tráfego onde a competição é mais acirrada.

Sempre em busca de melhor atender a seus clientes e antecipando-se à determinação da Anatel, a Brasil Telecom lançou em novembro de 2006 a família de planos locais Conta Completa, os primeiros planos em minutos disponibilizados pela Empresa. Estes planos oferecem, além das opções de franquias de minutos, dois pacotes opcionais. O primeiro permite, através do pagamento de um valor mensal de R\$ 9,90, fazer ligações locais ilimitadas de um telefone fixo para outro da Brasil Telecom no período noturno e nos finais de semana. O outro pacote é o Plano Alternativo Local Internet Toda Hora. Os clientes que contratarem o Plano Conta Completa poderão fazer ligações locais para celulares da Brasil Telecom com 22% de desconto em relação a ligações para outras redes.

Telefonia Móvel

Ao longo de 2006, foram readequados os planos e promoções da BrT Móvel, diminuindo a diferença de preços que existia entre a Brasil Telecom e as demais empresas. É importante ressaltar que apesar dos reajustes, as tarifas da BrT Móvel continuam bastante competitivas e inferiores às de grande parte da concorrência.

Seguindo essa diretriz, alguns planos foram reavaliados e novos planos foram lançados. A introdução do *full bill* incentivou também o lançamento de novos planos que readequassem a oferta à nova estrutura de custos, ou seja, aqueles que incentivam o tráfego intra-rede, tanto para móvel quanto para fixo, e mantenham uma margem positiva no tráfego para outras operadoras.

Foram lançados, em novembro de 2006, os planos Conta Light e Sua Empresa, que incluem em sua franquia de minutos o tráfego local para móveis da BrT Móvel e para fixos de qualquer operadora. A promoção Pula-Pula desses planos bonifica de acordo com o tempo de ligações recebidas de outras operadoras móveis. Ou seja, para cada minuto recebido de fora da rede o cliente recebe um minuto para falar com telefones móveis de outras operadoras. Esse mecanismo garante o equilíbrio financeiro para o cliente e para a Brasil Telecom. Ainda devido ao *full bill*, em setembro de 2006, o desconto dado na mensalidade dos planos Brasil Empresa e Brasil Conta foi diminuído, bem como o desconto na tarifa excedente extra-rede, que passou a ser de R\$ 0,65.

Dentre os planos já existentes, o Plano Controle teve seu desconto reduzido, passando sua mensalidade de R\$ 29,90 para R\$ 34,90 em fevereiro de 2006. Além disso, a mecânica da promoção Pula-Pula para novos clientes foi alterada, ao invés de não pagarem a franquia em um mês e pagarem o valor integral no mês seguinte, os clientes adimplentes recebem um bônus de igual valor ao da franquia paga para ser usado no mês seguinte após o consumo da franquia principal.

Dentre as promoções, as maiores mudanças concentraram-se no Brasil Vantagens, uma série de benefícios a que todos os clientes da Brasil Telecom Móvel têm direito.

A promoção Amigos Toda Hora permite que o cliente fale com uma tarifa mais barata para números cadastrados. Essa tarifa, em agosto de 2006, além de sofrer alteração no total de números cadastrados, passou de R\$ 0,10 líquidos de impostos para 50% de desconto na tarifa normal no pré-pago e controle, e para uma tarifa bruta de R\$ 0,25 nos planos pós-pago para novos clientes.

O Bônus Todo Mês, que permite ao cliente cadastrar um telefone fixo e receber pulsos gratuitos neste terminal, foi reduzido de 50 para 25 pulsos nos planos pós-pago, para 10 pulsos, no plano controle e de 25 para 5 pulsos no pré-pago.

Por fim, o Bumerangue 14, promoção que permitia que a cada minuto de ligações de longa distância que utilizasse o CSP 14 o cliente recebesse um minuto para chamadas locais para móveis da Brasil Telecom, sofreu mudanças na sua mecânica. Em outubro, para os novos clientes, o benefício foi diferenciado para os planos Pré-pago, Controle e Pós-pago. Clientes do plano Pré-pago têm direito a um minuto de chamadas locais a cada 3 minutos de chamadas feitas com o CSP 14; clientes do plano Controle recebem o benefício a cada 2 minutos; e os clientes do Pós-pago recebem o direito a cada 1 minuto de ligações com o CSP 14.

Relacionamento com Clientes

A Brasil Telecom, como parte de sua estratégia de negócios, busca se diferenciar da concorrência e garantir sua posição de liderança no mercado de telecomunicações por meio da excelência no relacionamento com o cliente. Para isso, reforça seu compromisso de buscar novas tecnologias e maior eficiência nos serviços prestados, proporcionando aos seus clientes cada vez mais conforto, mobilidade e qualidade de vida.

Foram aproximadamente 200 milhões de contatos realizados pelos diversos canais de relacionamento da Empresa com seus clientes em 2006.

Centrais de relacionamento (Call Center)

Os esforços na capacitação e treinamento dos profissionais e as melhorias nas ferramentas de atendimento resultaram na evolução dos indicadores operacionais das centrais de relacionamento. O índice médio de 0,37 chamadas por cliente, registrado em dezembro, corresponde aos melhores indicadores do mercado.

A Brasil Telecom investe constantemente na modernização e na ampliação das centrais de relacionamento em busca de sua maior eficiência e conforto. Ao final de dezembro de 2006, 8,2 mil profissionais trabalhavam no atendimento de uma média de 16,4 milhões de ligações por mês. São 5.300 posições de atendimento, distribuídas pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Centrais de vendas

Em 2006, diversas ações foram desenvolvidas em busca da melhoria dos indicadores comerciais, sempre visando reduzir custos por meio da otimização da força de vendas. Dentre elas, destacam-se:

- a mudança da gestão operacional do canal televendas para a Diretoria Comercial;
- a centralização da operação de vendas em Curitiba;
- a gestão dos resultados por filial;
- o redirecionamento dos atendentes para operações mais rentáveis;
- o aumento da velocidade na captura de oportunidades de vendas; e
- o lançamento de novos produtos, com destaque para o Telefone Único, a Conta Completa e o plano LD de franquia.

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As centrais de vendas comercializaram 5,7 milhões de produtos e serviços ao longo do ano de 2006, um aumento de 16% em relação a 2005, vendendo mais de 1 milhão de acessos fixos, 400 mil acessos ADSL e 45 mil acessos móveis.

Como resultados das mudanças implementadas, as centrais de vendas comercializaram mais terminais pós-pagos (de 69% das vendas em 2005 para 76% em 2006) e mais acessos pós-pagos móveis (de 17% das vendas em 2005 para 56% em 2006). Além disso, as vendas de acessos ADSL e *upselling* de ADSL aumentaram 9% e 158%, respectivamente.

Centrais de retenção

A criação de novas ofertas e a intensificação das campanhas de incentivo permitiram que, em 2006, aproximadamente 1,8 milhão de produtos e serviços fossem retidos pelas centrais. O resultado na operação fixa é bem representativo, responsável por 1,3 milhão do total de produtos e serviços retidos.

Centrais de telecobrança

No decorrer de 2006, foram recuperados R\$ 512,8 milhões nas centrais de telecobrança, um crescimento de 333% em relação a 2005. A receita mensal recuperada por atendente cresceu em 89% durante o ano.

Auxílio à lista (102)

Os pedidos de auxílio à lista representaram 54,4% do total de chamadas recebidas pelos *call centers* em 2006. As centrais que prestam este atendimento forneceram mais de 63,3 milhões de informações e atenderam 8,9 milhões de ligações por mês.

Unidade de Resposta Audível (URA)

Com o objetivo de resolver de forma rápida e automática os serviços mais solicitados pelos clientes, sem a necessidade de intervenção do atendente, durante o ano de 2006, houve um processo de revisão da Unidade de Resposta Audível, melhorando a interface com o usuário e garantindo o índice de retenção das centrais de relacionamento em aproximadamente 50%. Consulta ao valor da conta telefônica ou do saldo do pré-pago, alteração da data de vencimento, solicitação de segunda via, consulta ao bônus do Pula-Pula e cadastro no Brasil Vantagens são alguns dos serviços com atendimento automático.

Website

Os serviços *on-line* da Brasil Telecom encerraram 2006 com cerca de 798,6 mil clientes cadastrados, um crescimento de 10,4% em relação a 2005. A seção Sua Conta continuou sendo a responsável pela maior parte das entradas, com 325,5 mil cadastros para o recebimento de informações da conta telefônica via *e-mail* ou *website*.

Atendimento presencial

A Brasil Telecom está presente nas cidades onde atua através de lojas próprias, agentes autorizados, agências dos Correios, lotéricas e pontos alternativos, como drogarias, mercearias, mercados etc. Ao final de 2006, a Brasil Telecom possuía 2.116 pontos de atendimento presencial em sua área de concessão. Nas lojas próprias, nos agentes autorizados, nas agências dos correios e nos pontos alternativos foram realizados, em média, 85,6 mil atendimentos por mês. Nas casas lotéricas foram 946,1 mil consultas no ano, um aumento de 12% em relação a 2005.

E-mail

Em 2006, 534,2 mil *e-mails* foram recebidos e respondidos por especialistas, dedicados exclusivamente ao atendimento via internet. Este número de *e-mails* representa um aumento de 93,5% em relação aos recebidos em 2005. Em julho de 2006, na busca por inovação e conforto para seus clientes, a Brasil Telecom lançou o serviço *e-billing* para a operação móvel, pelo qual a fatura mensal pode ser recebida por *e-mail*.

Correspondências

Os clientes da Brasil Telecom, ao longo do ano, enviaram 101,2 mil correspondências referentes aos diversos serviços prestados pela Empresa. O Centro de Soluções ao Cliente respondeu a todas, com a maior brevidade possível.

Desempenho operacional

Telefonia Fixa

Indicadores da Planta – Telefonia Fixa

PLANTA	2006	2005	2004	2003
Linhas Instaladas (Mil)	10.423	10.816	10.737	10.687
Linhas em Serviço – LES (Mil)	8.418	9.560	9.503	9.851
Linhas Médias em Serviço – LMES (Mil)	8.989	9.532	9.677	9.658
LES/100 Habitantes	19,4	22,3	22,4	23,4
Taxa de Utilização	80,8%	88,4%	88,5%	92,2%
Taxa de Digitalização	100,0%	100,0%	99,7%	99,0%

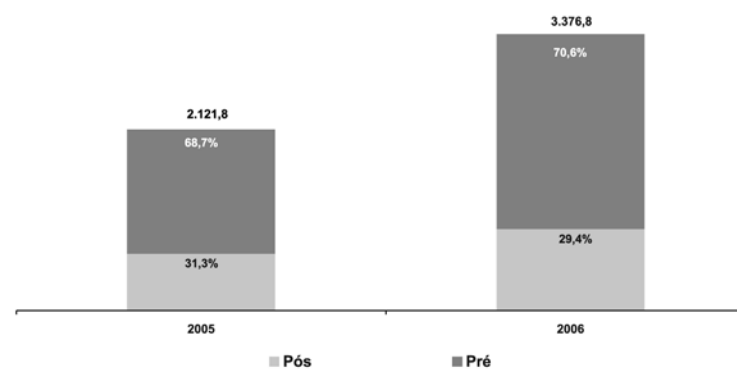
Ao final de 2006, a planta da Brasil Telecom era composta por 10,4 milhões de linhas instaladas, das quais 8,4 milhões estavam em serviço. Seguindo sua estratégia de minimizar a erosão de linhas fixas, a Brasil Telecom adotou, a partir do terceiro trimestre de 2006, medidas mais rigorosas em sua política de arrecadação e cobrança, com o objetivo de promover uma melhoria em sua base de clientes. Estas medidas foram focadas em linhas que estavam bloqueadas e não geravam receita, resultando no cancelamento de 786,7 mil linhas ao longo do segundo semestre do ano. Não há efeito negativo para a receita com o cancelamento em 2006, pois estes clientes já não geravam tráfego há alguns meses.

Telefonia Móvel

A BrT Móvel atingiu 3,4 milhões de acessos ao final de 2006, o que representou a adição líquida de 1.169,9 mil acessos no ano, ultrapassando em 76,8 mil assinantes a meta de 3,3 milhões. Ao final de 2006, a carteira de clientes da BrT Móvel era, portanto, 52,6% superior à base de clientes de 2005.

A participação de mercado da BrT Móvel na Região II teve aumento de 3,4 p.p. no ano, atingindo 12,1% em dezembro de 2006. O *mix* de pós-pagos ficou em 29,4% ao final de dezembro de 2006, acima da média do mercado.

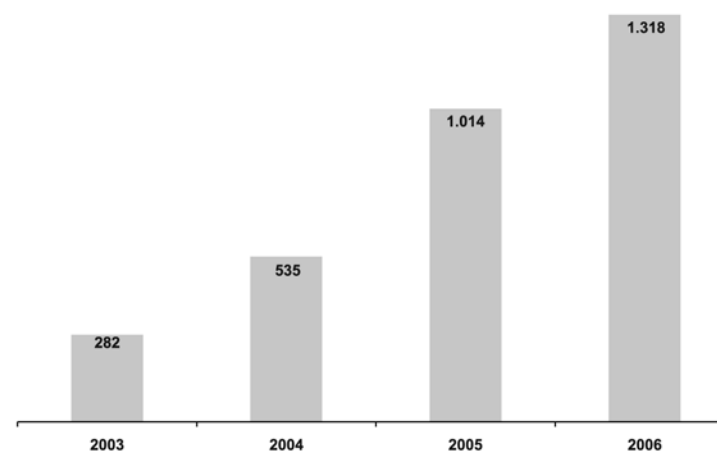
Evolução da base de clientes
(Mil Acessos)



Transmissão de Dados

Durante 2006, a Brasil Telecom adicionou 303,8 mil acessos banda larga à sua planta, totalizando 1.317,7 mil acessos ao final do ano, um crescimento de 30,0% em relação a 2005. O acesso banda larga é fundamental na estratégia da Brasil Telecom, em face de sua importância para geração de valor e para oferta de novos serviços convergentes. Os acessos banda larga representavam 15,7% da planta em serviço da Brasil Telecom ao final de 2006, contra 10,6% em 2005. A Empresa também observou crescimento em serviços de transmissão de dados para o mercado corporativo ao longo de 2006.

Acessos Banda Larga em Serviço
(Mil Acessos)





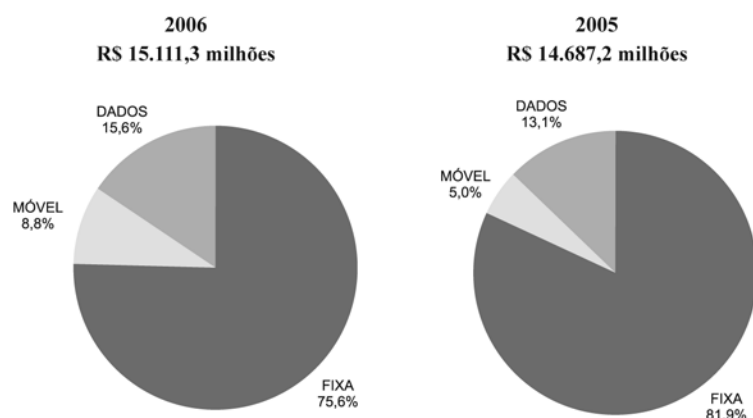
Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho financeiro consolidado

Receita Bruta



Em 2006, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 15.111,3 milhões, 2,9% superior à receita observada no ano de 2005. O crescimento de R\$ 424,1 milhões da receita deve-se, principalmente, à expansão da planta de acessos banda larga em serviço e à ampliação da base de assinantes do serviço móvel.

Fixa

A receita consolidada do serviço local alcançou R\$ 6.929,0 milhões em 2006, uma queda de 4,1% em relação a 2005. A receita consolidada de chamadas de longa distância atingiu R\$ 2.770,1 milhões em 2006, uma queda de 7,4% em relação a 2005. As quedas das receitas do serviço local e de longa distância são reflexos da redução do tráfego, influenciada pelo aumento na planta de acessos banda larga e migração de chamadas de terminais fixos para móveis.

Em interconexão, a receita consolidada totalizou R\$ 442,1 milhões em 2006, uma diminuição de 30,2% em relação a 2005, influenciada pela redução nas tarifas de interconexão de 19,1% em janeiro de 2006 e recuperação de receitas referentes à remuneração pelo uso da rede com outras operadoras de telefonia.

A receita consolidada de telefonia pública atingiu R\$ 540,6 milhões, representando 3,6% da receita bruta em 2006. No ano, a receita de telefonia pública cresceu 8,8%, efeito de campanhas para a divulgação das vantagens de uso dos Terminais de Uso Público (TUPs) e do incentivo à aquisição de cartões de maior valor.

Comunicação de Dados

O segmento de comunicação de dados e outros serviços da atividade principal geraram receita bruta consolidada de R\$ 2.366,8 milhões, representando um aumento de 23,0% em comparação à registrada em 2005. A receita de ADSL totalizou R\$ 288,9 milhões em 2006, representando 44,5% do total de comunicação de dados. Ressalta-se também o crescimento de serviço de formação de rede (Interlan, Vetor, Serviço Plus e ATM).

Móvel

Em 2006, a BrT Móvel contribuiu com uma receita bruta equivalente a R\$ 1.323,3 milhões, um aumento de 80,7% em relação ao ano anterior, em decorrência do aumento da carteira de clientes e do efeito da nova regulamentação da Anatel (*full bill*).

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 10.296,7 milhões, superando em 1,6% a obtida em 2005.

Custos e despesas operacionais

Em 2006, a Brasil Telecom deu especial atenção às ações para contingenciamento de custos e despesas, entre elas: centralização dos Centros de Gerência de Redes, renegociação de contratos, centralização da estrutura de *call center*, redesenho do modelo de operação de TI e unificação das estruturas de marketing e comercial. Os resultados dessas ações já puderam ser observados a partir do segundo semestre de 2006. Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, atingiram R\$ 6.802,7 milhões em 2006, representando uma diminuição de 8,4% em relação a 2005. Os custos e despesas operacionais em 2006 foram equivalentes a 45,0% da receita operacional bruta consolidada, contra 50,6% em 2005.

Os custos e despesas com pessoal, incluindo a remuneração dos administradores e a participação dos empregados nos resultados, atingiram R\$ 666,5 milhões, um aumento de 5,0% em relação a 2005, decorrente do dissídio coletivo e dos custos de rescisão gerados pela diminuição no quadro de colaboradores da Brasil Telecom.

Os custos com interconexão totalizaram R\$ 2.114,9 milhões, representando 31,1% dos custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, de 2006. Em relação a 2005, os custos com interconexão tiveram uma diminuição de 7,1%, justificada pelo aumento de escala da operação móvel, parcialmente compensado pela implementação do *full bill* em junho de 2006.

No ano de 2006, os custos e despesas com serviços de terceiros, excluindo propaganda e marketing, atingiram R\$ 2.232,2 milhões, o equivalente a 14,8% da receita operacional bruta, comparado a 15,1% em 2005.

As despesas com propaganda e marketing totalizaram R\$ 149,1 milhões ao final de 2006, uma queda de 35,9% em relação a 2005.

Os créditos de liquidação duvidosa atingiram R\$ 384,3 milhões em 2006, 14,5% inferior aos R\$ 449,3 milhões registrados no ano anterior. Dessa forma, os créditos de liquidação duvidosa representaram 2,5% da receita bruta em 2006, contra 3,1% em 2005.

As provisões para contingências totalizaram R\$ 488,1 milhões em 2006, contra R\$ 482,5 milhões no ano anterior, devido à reavaliação de contingências tributárias e cíveis.

EBITDA

Em 2006, o lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (EBITDA), também conhecido como LAJIDA, totalizou R\$ 3.493,9 milhões, 29,0% acima dos R\$ 2.709,4 milhões registrados em 2005. A margem EBITDA foi de 33,9% em 2006, contra 26,7% em 2005. Este resultado foi influenciado pelo aumento da receita, principalmente nos segmentos de dados e móvel, e pela redução dos custos e despesas operacionais ao longo de 2006.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado em 2006 foi negativo em R\$ 610,0 milhões, sendo composto por R\$ 803,4 milhões de receitas, R\$ 885,8 milhões de despesas e R\$ 527,6 milhões de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP). Em 2005, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 1.161,9 milhões, sendo composto por R\$ 850,5 milhões de receitas, R\$ 1.237,9 milhões de despesas e R\$ 774,5 milhões em JSCP.

Lucro líquido

Em 2006, a Brasil Telecom apresentou um lucro líquido de R\$ 470,4 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 29,6 milhões do ano anterior.

Investimentos

O Grupo investiu R\$ 1.451,1 milhões em 2006, contra R\$ 1.935,3 milhões em 2005. A relação entre o CAPEX e as receitas líquidas em 2006 foi de 14,1%, com redução de 5,0 p.p. frente a 2005. A diminuição dos investimentos de 25,0% em relação a 2005 é decorrente da postergação e redução de obrigações regulatórias previstas e de investimentos não ligados ao crescimento da receita, renegociação de contratos de fornecedores com centralização de compras anuais e realização de leilões reversos.

Os investimentos na telefonia móvel totalizaram R\$ 281,5 milhões em 2006 e, na telefonia fixa, atingiram R\$ 1.169,5 milhões.

Endividamento

Ao final de 2006, a dívida líquida consolidada totalizava R\$ 1.311,8 milhões, uma diminuição de R\$ 643,5 milhões em relação à observada em 2005. Da dívida total, R\$ 488,3 milhões eram denominados em dólares, R\$ 185,9 milhões em cesta de moedas e R\$ 351,8 milhões em ienes, sendo que 53,2% estavam protegidos contra variação cambial, resultando em uma exposição total de 9,7% da dívida.

Ao final do ano, a dívida total era de R\$ 5.375,2 milhões, cujo custo acumulado em 2006 foi de 12,0%, ou 79,6% do CDI no mesmo período.

A relação dívida líquida/patrimônio líquido era de 24,7% ao final de 2006, contra 37,3% ao final de 2005.

Em 2006, o patrimônio líquido da Brasil Telecom foi reduzido pelos créditos de JSCP, que totalizaram R\$ 413,4 milhões, e dividendos complementares provisionados, no valor de R\$ 36,6 milhões.

Gestão das Contas a Receber

Iniciativas de Garantia da Receita

Em 2006, a Brasil Telecom ampliou o seu foco de atuação em Garantia da Receita, intensificando ações que resultaram na redução dos níveis de fraude da despesa de interconexão, no incremento de receita pelo aumento nos patamares de recuperação ao longo da cadeia e na redução dos níveis de fraude na telefonia pública, com a implantação de um sistema de supervisão antiburla.

Os resultados dessas ações melhoraram a performance em relação ao ano de 2005 em 24%, e geraram mais de R\$ 260 milhões em benefícios para a Empresa.

RA Turbo: Eficiência do Ciclo de Receita

Em 2006, a Brasil Telecom deu início ao projeto RA Turbo, cuja implantação definitiva está prevista para 2008. O projeto tem como objetivo o monitoramento da cadeia da receita, desde a sua coleta até a arrecadação efetiva, de forma automática e preventiva, a partir de um sistema de alarmes.

Dentre os principais produtos decorrentes da implantação do projeto, que visa aumentar a eficiência da operação, estão a otimização das filas de atendimento e de atualizações sistêmicas unificadas e a identificação seqüencial de bilhetes.

continua

Brasil Telecom Participações S.A.CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Eficiência de Co-billing**

O projeto Eficiência de *Co-billing* teve por objetivo otimizar a capacidade de arrecadação da prestação do serviço de telefonia cobrado em conta telefônica de outra operadora e com uso do CSP 14.

O incremento nos níveis de eficiência durante o ano de 2006 foi resultado da implantação do Programa de Redução de Perdas por rejeição, contestação, fraude e inadimplência com a obtenção de benefícios superiores a R\$ 8 milhões.

MIS Corporativo de Receita

A dinâmica do mercado de telecomunicações brasileiro, calcada na complexidade e diversidade do setor, decorrente da intensificação do cenário de competição, levou a Brasil Telecom a aprimorar o MIS corporativo de receita.

Com conclusão prevista para o ano de 2007, o novo modelo permitirá a identificação preventiva de oportunidades de receita, de modo a contribuir no processo de redução da evasão da receita, inerente a este ramo da indústria.

Gestão da Adimplência

Durante o exercício 2006, a Brasil Telecom adaptou seu modelo de Gestão da Adimplência à estratégia de cobrança pela alavancagem operacional das filiais e dos diversos canais de cobrança. Tal remodelagem aumentou os níveis de recuperação e reduziu o contas a receber *at risk* aumentando a adimplência, com a consequente queda no prazo médio de recebimentos.

A intensificação dessas ações de alavancagem da adimplência foi resultado da implantação do modelo de cobrança de *Co-billing*, da customização do atendimento por segmento de mercado e do fortalecimento das ações da cobrança terceirizada.

Brasil Telecom S.A.

O novo modelo de Gestão das Contas a Receber melhorou consideravelmente o perfil do recebimento da dívida dos clientes em 2006, aumentando em 17,2% o volume de recuperações ao longo do ano.

A melhoria na performance da adimplência refletiu-se na redução de R\$ 51,6 milhões do contas a receber vencido da operadora fixa da Brasil Telecom S.A. entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006.

BrT Móvel

Na BrT Móvel, o objetivo foi manter sua base de clientes e combater a inadimplência. Para isso, foi modificada a política de parcelamento de aparelhos celulares, através da adequação dos planos do cliente ao seu perfil de consumo e ao alongamento dos prazos de pagamento da dívida (reparcelamento).

Gestão de Fornecedores

Uma das principais iniciativas de redução de custos e despesas operacionais e investimentos no ano de 2006 foi o processo de renegociação de contratos de fornecimento. O processo foi iniciado ao final de 2005 por meio de um amplo diagnóstico da situação de compras da Empresa.

O primeiro passo foi segmentar o volume de compras (em torno de R\$ 4,5 bilhões por ano) em “categorias de compra” com características de fornecimento semelhantes, que tinha como objetivos:

- definir a seqüência do processo de revisão de contratos, que foi iniciado pelas maiores categorias;
- estabelecer uma nova organização de compras, baseada em “gestores de categoria”, possibilitando a especialização de células de compradores em processos de compra com as mesmas características; e
- permitir o ataque simultâneo a grandes categorias de compras e a definição de estratégias específicas de negociação para cada categoria e subcategoria.

A priorização do processo de revisão de contratos foi fundamental para a captura dos ganhos ainda em 2006, pois, com mais de 1.500 fornecedores ativos, 1.600 contratos ativos e uma estrutura que processa mais de 2.500 aquisições de compra por ano, a condução do processo de renegociação tornou-se uma verdadeira “operação de guerra”.

Todas as maiores categorias passaram por grandes concorrências ou tiveram seus contratos renegociados, tais como: equipamentos das redes fixa, móvel e de dados; operação e manutenção das redes externa e interna de telecomunicações; operação dos *call centers*; compra de mercadorias vendidas (*handsets* e cartões telefônicos), operação de TI (desde serviços de manutenção de *software* até a compra de *hardware*), agências de publicidade e serviços de marketing em geral; impressão de contas telefônicas; serviços administrativos diversos (como segurança, limpeza e manutenção predial) e outras.

Entre as diversas estratégias utilizadas pode-se destacar:

- redução do número de fornecedores em grandes categorias de serviços com o objetivo de capturar ganhos de escala e introduzir mais competição em grandes processos abertos de concorrência. No processo de revisão dos contratos de operação e manutenção da planta externa, a maior categoria de compras e serviços da Empresa, o número de empresas foi reduzido de 7 para 4;
- agrupamento de compras de equipamentos e serviços (*bundling*) com o objetivo de agregar sinergias de negociação junto a fornecedores comuns;
- concentração de volumes comprados através da redução drástica do número de eventos de compra ao longo do ano, aumentando a atratividade e o nível de competição entre os fornecedores;
- viabilização de projetos de *swap* do parque de equipamentos instalados, possibilitando a realização de concorrências mesmo em projetos de *upgrade* da rede existente;
- revisão do modelo de *outsourcing* em grandes áreas da Empresa. Na operação de fábricas de *software* e manutenção de TI, por exemplo, o redesenho implementado pela área possibilitou a redução de 45 fornecedores para apenas 15, reduzindo complexidade e gerando ganhos de escala; e

- realização intensa de leilões reversos pela Internet, mesmo na compra de serviços e equipamentos “não-comoditizados”.

Além da condução do processo de renegociação de contratos, uma medida adotada pela Empresa que teve grande impacto na redução dos volumes comprados foi a criação do “Comitê de Investimentos e Compras”, composto por membros da diretoria executiva, que avalia semanalmente pedidos de compra acima de R\$ 1,0 milhão. Nestas reuniões semanais, os requisitantes de cada um destes pedidos de compra devem justificar para este Comitê de Diretores, que muitas vezes conta com a presença do próprio Presidente, por que uma determinada compra não pode ser eliminada, postergada ou reduzida. Esta medida, além de ter estabelecido limites ao valor total de diversos contratos e efetivamente reduzido os volumes comprados, introduziu uma prática de redução de desembolsos que se fez sentir na forma de trabalho das pessoas em todas as áreas da Empresa, criando uma mentalidade saudável de frugalidade e contenção.

A Administração da Brasil Telecom considera que o processo de reestruturação conduzido pela Diretoria de Suprimentos foi um sucesso. Gerou não apenas uma significativa redução de investimentos e custos, mas também consolidou perante toda a Empresa e os seus fornecedores a visão clara, que esta Administração tem, a respeito do impacto de uma boa gestão de compras nos resultados financeiros do negócio.

Governança Corporativa

Diante da nova realidade em que a informação é disponibilizada a tantas pessoas a uma velocidade tão grande, as empresas têm necessidade de estabelecer novos padrões de conduta e de comunicação com suas partes interessadas. A Brasil Telecom deu andamento, em 2006, a um conjunto de ações para ampliar suas práticas de governança corporativa com base em quatro pilares: transparência, ética, equidade e prestação de contas.

O primeiro passo desse processo foi a criação da Diretoria de Governança Corporativa, em dezembro de 2005, cujo principal objetivo foi construir um sistema de governança que, independentemente do controle acionário, tivesse transparência na divulgação de informações ao mercado financeiro, apoiasse o crescimento sustentável da Empresa, além de contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atua.

Para imprimir a marca da governança corporativa foram necessárias ações concretas que provassem aos acionistas, fornecedores, colaboradores, clientes e comunidade em geral que a Empresa tem, de fato, clareza em seus processos, atua de forma ética, trata de forma igualitária e justa seus acionistas e presta contas por todos os seus atos. O conceito de sustentabilidade passou a nortear todas as ações nesse sentido. Para a Brasil Telecom, sustentabilidade é criar uma empresa em condições de promover um crescimento constante e de forma responsável sob todos os aspectos.

Ao longo de 2006, inúmeras ações passaram a fazer parte do cotidiano da Empresa. A questão da transparência foi trabalhada interna e externamente. Dentro da Brasil Telecom, a transparência na gestão e no processo decisório, bem como a equidade podem ser observadas através de vários instrumentos de gestão. Dentre as principais ferramentas, destacam-se: o Canal de Denúncia, o Canal Aberto com o Presidente e o Canal de Ética, além da própria estrutura dos Conselhos de Administração e Fiscal, que conta com conselheiros externos independentes, e com o Portal de Governança.

Em relação à ética, a principal iniciativa foi estabelecer uma política anticorrupção com a elaboração dos Códigos de Ética e de Conduta, do Comitê de Compras, além dos procedimentos adotados que levam a obter a certificação SOx, entre outras praticadas pela Empresa.

Código de Ética

Foi criado em 2006 com o objetivo de formalizar os padrões éticos definidos pela Brasil Telecom a serem seguidos pelo público interno, buscando reduzir conflitos de valores que possam ocorrer no desempenho das atividades. Tal iniciativa faz parte da missão da Empresa de atuar com transparência, de acordo com princípios morais de ética na relação com seus públicos estratégicos.

No Código de Ética, foram estabelecidas as diretrizes a serem observadas por todos os níveis hierárquicos da Empresa no relacionamento com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, agentes autorizados, investidores, acionistas, governos, órgãos regulatórios, mídia, comunidade, meio ambiente, sindicatos e as demais empresas do setor.

As discussões sobre o tema foram feitas por grupos de dez representantes de cada uma das filiais da Brasil Telecom. Outro eixo orientador foi a pesquisa realizada ao longo do ano a respeito de valores éticos que deviam constar no documento. Depois de realizados os debates, o Código de Ética foi redigido e enviado a todos os colaboradores, que assinaram um termo de ciência e declaração de ausência de conflito de interesses com as normas, e lançado em 19 de junho de 2006. A divulgação do conteúdo do documento ocorreu por meio de palestras e reuniões na matriz e nas filiais, além da difusão feita pelos próprios colaboradores que participaram do processo em suas respectivas áreas.

As normas determinam que todo colaborador tenha postura igualitária e justa (é vedado qualquer tipo de discriminação de raça, sexo, origem, idade, religião ou condição física), faça o uso racional dos bens e recursos da Empresa, assim como siga a política de segurança de informação, entre outros.

Pelo documento, a Brasil Telecom compromete-se a interagir e divulgar informações ao mercado em consonância com as boas práticas de governança corporativa. O Código de Ética estabeleceu ainda um Comitê de Ética, responsável por implementar a cultura ética e deliberar sobre questões mais polêmicas ou que gerem dúvida. O comitê é formado pelo presidente e outros membros da diretoria executiva da Empresa.

Código de Conduta Corporativa

Com o objetivo de estabelecer parâmetros éticos para a atuação dos compradores da Empresa e também de seus fornecedores, diminuindo a possibilidade de corrupção no processo de aquisição de materiais e serviços, a Brasil Telecom criou, em 2006, o Código de Conduta Corporativa. A Diretoria de Suprimentos, em parceria com a Diretoria de Governança Corporativa, elaborou duas versões: uma para orientação interna e outra para seus fornecedores.



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Código de Conduta – Colaboradores

O documento estabelece parâmetros e regras para nortear o relacionamento entre todos os compradores da Empresa e os fornecedores. Entre os preceitos, os colaboradores estão proibidos de aceitar qualquer tipo de gratificação, favores, presentes e brindes (com valores superiores a R\$ 100) ou participar de almoços ou eventos promovidos pelas empresas com as quais negocia. Caso descumpra alguma regra, o colaborador será submetido ao Comitê de Ética para aplicação de medidas corretivas.

Código de Conduta – Fornecedores

Para que consiga ter uma atuação calcada pela ética e transparência, a Brasil Telecom também solicita que cada um de seus fornecedores obedeça às normas do Código de Conduta. O descumprimento de tais determinações poderá acarretar até na rescisão contratual, a ser analisada pelo Comitê de Ética.

Política Corporativa Anticorrupção

Além dos códigos de Conduta e de Ética, outras ferramentas e procedimentos internos anticorrupção foram implantados:

- Canal de Denúncia (*hot line*): permite aos colaboradores denunciar irregularidades, ilegalidades ou fraudes dentro das operações da empresa. O contato é feito por meio de uma Linha Confidencial com código 0800.
- Canal Aberto: por meio de carta ou via correio eletrônico, os colaboradores de todos os níveis hierárquicos da Empresa mantêm contato direto com o presidente da Empresa, podendo fazer denúncias e reclamações ou dar sugestões. Todas as manifestações são pessoalmente respondidas por ele. A finalidade é eliminar filtros para que o presidente da Empresa tome conhecimento do que está acontecendo no dia-a-dia dos colaboradores e possa direcionar as ações para solução de problemas. Entre as centenas de correspondências recebidas pelo Canal Aberto em 2006, mais de 18% foram encaminhadas aos diretores das áreas mencionadas e outras 63% motivaram ações corretivas. Entre as conseqüências de tal troca de informações está a revisão do Programa de Oportunidades Internas (POI), da política de cargos e salários e o treinamento das lideranças.
- Segmentação do processo de compra: na Brasil Telecom o processo para aquisição de materiais ou serviços é totalmente segmentado para eliminar a possibilidade de ocorrer fraudes ou condutas antiéticas no processo.

Audidores independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381/03, a Brasil Telecom Participações S.A. tem como procedimento submeter os honorários e tipos de serviços a serem prestados por seus auditores independentes à aprovação do Conselho de Administração da Empresa. A política de contratação adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais para o seu cliente ou promover os interesses deste.

Durante o exercício de 2006, além dos serviços de auditoria externa, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para análise dos aspectos fiscais, relacionados a estudo elaborado pela Administração com relação à redução do número de empresas subsidiárias da Brasil Telecom. O valor dos honorários totais destes serviços foi de R\$ 167.400, que corresponderam a 6% dos honorários de auditoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Brasil Telecom Participações S.A. é formado por seis membros efetivos e igual número de suplentes. Reúnem-se ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu presidente ou por dois conselheiros, com antecedência mínima de dez dias, e delibera por maioria de votos, desde que a maior parte de seus membros esteja presente. Apesar da previsão de reuniões ordinárias bimestrais, o Conselho de Administração, durante o ano de 2006, reuniu-se pelo menos uma vez por mês, totalizando 18 reuniões no ano.

Buscando facilitar a atuação do Conselho de Administração foi instituído um calendário anual de reuniões aprovado pelos próprios conselheiros no final do ano anterior e revisto no meio do ano vigente, com as convocações respeitando prazos e regras estabelecidas.

O calendário anual de reuniões contém o encadeamento lógico das matérias que são deliberadas durante o ano, cujos temas complexos são apresentados e discutidos em etapas, de modo que os conselheiros participem da construção do processo decisório, desde as etapas preliminares, evitando-se acúmulos que possam comprometer a plena compreensão dos assuntos e, conseqüentemente, a qualidade da decisão.

São observados prazos específicos para que as matérias sejam pautadas no Conselho de Administração. O formato das propostas deve ser definido claramente, bem como as informações a serem apresentadas, de modo que os conselheiros tenham todas as condições de decidir sobre os temas que serão discutidos. Os conselheiros avaliam os diversos aspectos da reunião do Conselho de Administração e sugerem medidas para aumentar a eficiência do processo decisório.

Número de reuniões do Conselho de Administração em 2006: 18

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Brasil Telecom Participações S.A., órgão responsável por fiscalizar a administração da Empresa, é composto por três membros efetivos, e igual número de suplentes, e se manifesta por maioria absoluta de votos.

O Estatuto Social da Empresa previa reuniões trimestrais, tendo sido alterado em 2006 para que as reuniões ocorram mensalmente. Isso reflete uma postura de atuação mais ativa, sobretudo em função das atribuições assumidas no final de 2005, de Comitê de Auditoria.

Número de reuniões do Conselho Fiscal em 2006: 19

Regimento Interno

O Regimento Interno é um conjunto de regras e princípios jurídicos que define as atividades às quais estão incumbidas o Conselho Fiscal da Brasil Telecom Participações S.A. no exercício de suas prerrogativas e no cumprimento de seus deveres legais e estatutários, de forma a atender às disposições legais brasileiras e às condições para a manutenção da listagem da Empresa na NYSE.

Conselheiros Independentes

Buscando agir com transparência, os conselhos da Brasil Telecom são compostos por conselheiros externos independentes, sem qualquer vínculo com a Empresa. Tal distanciamento possibilita que os conselheiros tenham melhores condições de fiscalizar situações de conflito dentro da Empresa. Com formações profissionais diversas, os conselheiros têm ampla experiência profissional e são escolhidos por sua capacidade de tomar decisões que reforcem a sustentabilidade da Empresa.

Programa de Capacitação dos Conselheiros

Diante da diversidade de formação profissional dos conselheiros, a Brasil Telecom percebeu a necessidade de promover uma capacitação em telecomunicações para todos os membros. No Portal de Governança, são disponibilizados cursos e programas de atualização por temas ou etapas, como: “A Brasil Telecom e as Linhas de Negócio”, “Princípios Fundamentais de Telecomunicações”, “Conceitos Básicos de Regulação” e “Governança Corporativa na Brasil Telecom”.

Os assuntos, sugeridos pelos próprios integrantes dos Conselhos, são tratados em programas de capacitação presencial, como foi o caso do *workshop* sobre as “Principais Tendências de Telecom no Brasil e no Mundo”, e também em cursos *on-line*.

Portal de Governança Corporativa

O Portal de Governança Corporativa surgiu da necessidade da Empresa de prover agilidade aos conselheiros para a tomada de decisões. São disponibilizadas informações de qualidade e em prazo suficiente para que os conselheiros possam se preparar adequadamente para as reuniões.

O portal atende aos Conselhos de Administração e Fiscal da Brasil Telecom S.A. e da Brasil Telecom Participações S.A. e pode ser acessado de qualquer lugar, pela Internet, com a utilização da senha individual do conselheiro. O conteúdo é composto de informações para simples divulgação, assuntos de deliberação e também é fonte de pesquisa, já que agrega todas as atas de reuniões e assembléias, além de todos os documentos que foram utilizados pelos conselhos para todas as decisões da Empresa. Dessa forma, o trabalho dos conselheiros ganhou em agilidade, praticidade e qualidade do conteúdo.

Controles Internos e Auditoria

O processo de adequação à SOx proporcionou à Brasil Telecom um grande aprendizado, alterando sua visão sobre a estrutura de controles internos. Em 2006, foram implementadas melhorias em seus processos corporativos, com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles internos, principalmente os relacionados à elaboração das demonstrações financeiras e confiabilidade e integridade das informações.

A Administração da Empresa determinou o estabelecimento de uma estrutura de procedimentos, avaliando sua efetividade com base nas melhores práticas de controles internos, como os critérios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

Em 2006, a Brasil Telecom executou uma avaliação completa de seus principais processos corporativos e unidades de negócio e manteve um contínuo processo de avaliação de risco, através da atuação preventiva da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria (função exercida pelo Conselho Fiscal). A Empresa também garantiu um procedimento de avaliação de novos processos e controles, mantendo uma verificação acompanhada pela auditoria externa, visando constatar a maturidade e efetividade das ações.

Além disso, visando garantir maior independência da Diretoria de Auditoria Interna, suas funções passaram a ser vinculadas ao Conselho de Administração, que por sua vez aprovou a criação da Gerência de Auditoria de Serviços Especiais, vinculada à Diretoria acima mencionada, para tratar de assuntos relacionados ao *hot line*, apuração e controle de denúncias sobre atitudes ou práticas que ponham em risco a exatidão no tratamento de questões contábeis, informações e qualidade dos controles internos.

A equipe de auditores internos da Brasil Telecom encontra-se em fase de certificação *Certified Internal Auditor* (CIA) e *Certification Control Self-Assessment* (CCSA), concedidos pelo *Institute of Internal Auditors* (IAA) e buscam seguir as melhores práticas para o exercício profissional de auditoria interna e controle.

Comitês no Âmbito da Diretoria

A Brasil Telecom iniciou em 2006 um processo de tornar as operações da Empresa cada vez mais transparentes. Um dos instrumentos que auxilia a refletir melhor sobre a tomada de decisões são os comitês. Depois do Comitê de Investimentos e Compras e o Comitê de Ética, a Empresa prepara-se para formar novos comitês em 2007.

Comitê de Investimentos e Compras

Alinhada aos preceitos da Governança Corporativa, uma importante iniciativa para promover a redução de custos da Empresa foi a criação do Comitê de Compras, que promove a racionalização dos recursos, visto que as aquisições somente são efetuadas depois da avaliação de uma junta de diretores. Todo pedido de compra com valor superior a R\$ 1 milhão é submetido ao Comitê, que solicita a comprovação da necessidade da aquisição do produto ou serviço e a comprovação de que não é possível reduzir o valor ou postergar a compra. Mesmo obtendo todas as respostas a contento, cabe aos diretores a decisão final sobre a compra.

Nível 1 Bovespa

A Brasil Telecom é a única Empresa do setor de telecomunicações a estar presente no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, o que ocorre desde maio de 2002. Com isso, a Empresa compromete-se a garantir a qualidade e consistência das informações, transparência e rapidez nas respostas ao mercado, respeitadas as exigências legais e regulatórias. Essa adesão é estratégica, pois está alinhada à política de transparência, ética, equidade e prestação de contas assumidas pela Empresa.

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral

De acordo com o Estatuto Social, a Assembleia Geral é o órgão superior da Empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento das mesmas. As assembleias gerais da Brasil Telecom Participações S.A. são convocadas pelo presidente do Conselho de Administração com, no mínimo, 15 dias de antecedência em primeira convocação e dez dias em segunda convocação.

A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente nos quatro primeiros meses subsequentes ao término de cada exercício social, para (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral reúne-se, extraordinariamente, sempre que os interesses da Empresa o exigirem.

Política de Remuneração aos Acionistas

Os acionistas da Brasil Telecom são remunerados com dividendos e juros sobre capital próprio de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o estabelecido na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social. O Estatuto assegura às ações preferenciais prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo equivalente a 3% do valor do patrimônio líquido de cada ação, sempre que o dividendo calculado de acordo com esse critério superar o valor do dividendo de 6% do valor do capital social por ação.

A Empresa adota o procedimento de remunerar de forma equitativa os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, atribuindo-lhes a remuneração mínima equivalente a 3% do valor do patrimônio líquido de cada ação.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP)

Exercício	Tipo	Crédito nos registros contábeis	Base da posição acionária	Pagamento	Valor bruto (R\$/lote de 1.000 ações)	Valor líquido (R\$/lote de 1.000 ações)
2006	JSCP	30/06/2006	11/07/2006	A definir em AGO	0,511188752	0,434510439
2006	JSCP	29/12/2006	27/12/2006	A definir em AGO	0,629261492	0,534872268
2006	Dividendos	31/12/2006	31/12/2006	A definir em AGO	0,100888927	0,100888927

Os dividendos provisionados pela Empresa integram a proposta de destinação de resultados a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Mercado Acionário

A Bovespa voltou a apresentar desempenho positivo em 2006. O Ibovespa fechou o ano em 44.474 pontos, uma valorização de 32,9% em relação a 2005, refletindo o crescimento econômico, a tranquilidade política, a melhora da percepção de investidores estrangeiros sobre o Brasil e a credibilidade do mercado na política econômica do Governo brasileiro. O volume total negociado na Bovespa cresceu 49,3% em 2006, perfazendo R\$ 598,9 bilhões.

As ações ordinárias (BRTP3) e preferenciais (BRTP4) da Brasil Telecom Participações S.A. encerraram 2006 cotadas a R\$ 35,00 e R\$ 18,31 por lote de mil ações, respectivamente. O volume financeiro negociado no ano das ações ordinárias foi de R\$ 1,5 bilhão, enquanto o das preferenciais totalizou R\$ 1,9 bilhão.

O Dow Jones fechou em alta de 2,0%, com 12.463 pontos. O ADR da Brasil Telecom Participações S.A. (BRP) terminou o ano cotado a US\$ 42,69. O volume financeiro negociado no ano pelos ADRs da Brasil Telecom foi equivalente a US\$ 2,3 bilhões.

Evolução das Cotações das Ações

	Preço de Fechamento 31/12/2006	Em dezembro	Em 12 meses	Em 24 meses	Em 36 meses
Ações Ordinárias (BRTP3) (R\$/1.000)	35,00	7,6%	52,0%	50,2%	122,8%
Ações Preferenciais (BRTP4) (R\$/1.000)	18,31	15,7%	13,2%	12,7%	5,7%
ADR (BRP) (US\$/ADR)	42,69	16,7%	17,7%	30,4%	35,4%
Ibovespa (pontos)	44.473,71	6,1%	32,9%	69,8%	100,0%
Itel (pontos)	1.053,38	4,1%	10,7%	14,6%	18,7%
IGC (pontos)	5.169,65	7,2%	41,3%	103,1%	180,1%
Dow Jones (pontos)	12.463,15	2,0%	16,3%	15,6%	19,2%

RELATÓRIO SOCIAL

Apoiar projetos sociais, culturais e esportivos é responsabilidade na Brasil Telecom. Mais ainda; é uma maneira de retribuir ao País e seus cidadãos os resultados alcançados. No decorrer de 2006, foram investidos R\$ 10,0 milhões em 41 projetos sociais, 50 projetos culturais e mais de 40 atletas.

Projetos Sociais

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade, a Empresa criou o Programa Brasil Telecom de Apoio a Projetos Sociais, cujo objetivo é incentivar o equilíbrio social e a cidadania de crianças, jovens e adultos.

O Programa Brasil Telecom de Apoio a Projetos Sociais patrocina projetos voltados para o desenvolvimento do sistema de saúde e a educação de crianças, jovens e até professores, de forma a combater a pobreza e a exclusão social, reduzir a taxa de analfabetismo no País, promover a inclusão digital e resgatar a cidadania.

Projetos Culturais

Tendo assumido o compromisso, desde a sua constituição, de apoiar o desenvolvimento da cultura no País, a Empresa lançou o Programa Brasil Telecom de Estímulo à Cultura, baseado na valorização e no apoio a projetos culturais, que permite não só a expansão das manifestações artísticas, mas, sobretudo, o estreitamento dos laços com a comunidade.

O Programa Brasil Telecom de Estímulo à Cultura tem como objetivo a descoberta de novos talentos, a descentralização da cultura e a democratização do acesso à arte.

Projetos Esportivos

Através do esporte, a Brasil Telecom atua de forma importante junto à sociedade, buscando valorizar os talentos da sua região de atuação. São mais de 40 atletas de modalidades olímpicas patrocinadas pela Empresa – atletismo, vôlei e vela – que levam a marca da Brasil Telecom, além de outros eventos importantes no calendário desportivo mundial.

Robert Scheidt, oito vezes campeão mundial de vela na Classe Laser e, recentemente, vice-campeão mundial da Classe Star é um dos atletas patrocinados pela Brasil Telecom. Scheidt é uma personalidade do mundo esportivo, reconhecido pelo seu profissionalismo e liderança, atributos comuns também à Brasil Telecom.

Outro projeto esportivo relevante da Empresa é a Equipe Brasil Telecom de Vôlei Feminino, comandada pelo medalhista olímpico Renan dal Zotto. A equipe ficou em 6º lugar nas duas últimas edições da Superliga e, visando divulgar as iniciativas esportivas da Empresa e aproximar-se da sociedade, participou do Torneio Brasil Telecom de Vôlei, um evento promovido pela Brasil Telecom através de campeonatos com times regionais e clínicas de vôlei para crianças e adolescentes de comunidades carentes.

No atletismo, a Equipe Brasil Telecom de Atletismo tem como destaque o revezamento 4x100m masculino, que foi medalha de prata nas Olimpíadas de Sidney, medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos em 2003, e finalista nas Olimpíadas de Atenas. A Brasil Telecom patrocina ainda dois pára-atletas, entre eles André Ramos, atleta com deficiência visual que conquistou duas medalhas no atletismo (uma de ouro e uma de prata).

Pelo quinto ano consecutivo, o Ironman Brasil Telecom, prova de triatlo de longa distância, teve o patrocínio da Brasil Telecom. A única etapa da América Latina aconteceu em Florianópolis, no mês de maio. A cada edição aumenta o número de participantes: em 2006, 39 países foram representados por 1.192 atletas.

Perfil dos Empregados

A Brasil Telecom encerrou o ano com 5.835 colaboradores próprios, uma diminuição de 15,1% em relação ao ano anterior. Ao longo do ano foram 756 admissões e 1.793 desligamentos.

Quantidade de Colaboradores por Empresa

Empresa	2006	2005	Varição
Brasil Telecom S.A. (BrT)	4.742	5.338	-11,2%
BrT Móvel	636	1.069	-40,5%
Internet Group	344	334	3,0%
BrT GlobeNet	25	23	8,7%
BrT Comunicação Multimídia	86	100	-14,0%
Vant	2	8	-75,0%
Total	5.835	6.872	-15,1%

Quantidade de Colaboradores por Função

Função	2006	2005	Varição
Comercialização	2.173	2.623	-17,2%
Marketing e Vendas	2.069	2.178	-5,0%
Relacionamento com Clientes	104	445	-76,6%
Rede	1.978	2.321	-14,8%
Expansão	479	534	-10,3%
Operação	1.499	1.787	-16,1%
Tecnologia da Informação	358	485	-26,2%
Geral e Administrativa	1.208	1.337	-9,6%
Licenciados	118	106	11,3%
Total	5.835	6.872	-15,1%

Distribuição por Faixa Etária

Faixa Etária	2006	%	2005	%	Varição Relativa
Até 22 anos	179	3,1%	266	3,9%	-0,8 p.p.
De 23 a 27 anos	1.017	17,4%	1.341	19,5%	-2,1 p.p.
De 28 a 32 anos	1.323	22,7%	1.460	21,2%	1,5 p.p.
De 33 a 37 anos	992	17,0%	1.098	16,0%	1,0 p.p.
De 38 a 42 anos	756	13,0%	876	12,7%	0,3 p.p.
De 43 a 47 anos	693	11,9%	839	12,2%	-0,3 p.p.
De 48 a 52 anos	619	10,6%	713	10,4%	0,2 p.p.
De 53 a 57 anos	220	3,8%	242	3,5%	0,3 p.p.
Acima de 58 anos	36	0,6%	37	0,5%	0,1 p.p.
Total	5.835	100,0%	6.872	100,0%	-
Idade Média	36,5 anos		36,1 anos		

(continua)



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Distribuição por Tempo de Serviço

Tempo de Serviço	2006	%	2005	%	Variação Relativa
Até 2 anos	2.282	39,1%	2.687	39,1%	0,0 p.p.
De 3 a 5 anos	901	15,4%	1.284	18,7%	-3,3 p.p.
De 6 a 10 anos	971	16,6%	782	11,4%	5,2 p.p.
De 11 a 15 anos	371	6,4%	460	6,7%	-0,3 p.p.
De 16 a 20 anos	371	6,4%	479	7,0%	-0,4 p.p.
De 21 a 25 anos	315	5,4%	472	6,9%	-1,5 p.p.
De 26 a 30 anos	510	8,7%	581	8,5%	0,2 p.p.
Acima de 31 anos	114	2,0%	127	1,8%	0,2 p.p.
Total	5.835	100,0%	6.872	100,0%	-
Tempo Médio	9 anos		8,9 anos		

Distribuição por Gênero

Gênero	2006	%	2005	%	Variação Relativa
Masculino	3.929	67,3%	4.555	66,3%	1,0 p.p.
Feminino	1.906	32,7%	2.317	33,7%	-1,0 p.p.
Total	5.835	100,0%	6.872	100,0%	-

Distribuição por Grau de Instrução

Grau de Instrução	2006	%	2005	%	Variação Relativa
Ensino Fundamental Incompleto	18	0,3%	22	0,3%	0,0 p.p.
Ensino Fundamental Completo	20	0,3%	25	0,4%	-0,1 p.p.
Ensino Médio Incompleto	46	0,8%	51	0,7%	0,1 p.p.
Ensino Médio Completo	911	15,6%	1.347	19,6%	-4,0 p.p.
Superior Incompleto	982	16,8%	1.269	18,5%	-1,7 p.p.
Superior Completo	2.802	48,0%	3.113	45,3%	2,7 p.p.
Especialização	923	15,8%	926	13,5%	2,3 p.p.
Mestrado/Doutorado/Pós-doutorado	133	2,3%	119	1,7%	0,6 p.p.
Total	5.835	100,0%	6.872	100,0%	-

Terceiros

As empresas que prestam serviços para a Brasil Telecom, nas áreas de centrais de relacionamento, manutenção e operação das plantas interna e externa, limpeza, vigilância, segurança empresarial e manutenção de sistemas de informações, empregavam 31.694 pessoas ao final de 2006.

Política de Gestão de Pessoas

Antes de iniciar mudanças em sua gestão, a Brasil Telecom estabeleceu uma série de medidas buscando se preparar e dar suporte a todos os colaboradores. A Empresa investiu no aprimoramento de suas práticas de gestão, começando com um amplo planejamento estratégico, seguido do desdobramento de metas, construção de uma cultura ética e aprimoramento dos controles das áreas de risco. Para aperfeiçoar ainda mais essas melhorias, a Empresa passou a rever suas políticas críticas e formalizar suas ferramentas de gestão.

Formalização de Processos Internos

A Brasil Telecom iniciou em 2006 um projeto de integração das diversas áreas da Empresa que atuam com modelagem, revisão, aprimoramento e documentação de processos. O foco do trabalho, que preservou a diversidade das funções, foi integrar o conhecimento e o acervo de informações por meio da definição e desdobramento de metodologia, implementação de ferramentas únicas e capacitação adequada.

Gerenciador Eletrônico de Documentos

Para facilitar o acesso a documentos necessários para o desempenho das funções, a Brasil Telecom remodelou seu sistema de armazenamento de instrumentos normativos, o Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED). Em 2007, o GED passará a contar com maior capacidade de busca e recuperação de documentos, uma navegação mais simplificada e fácil acesso a anexos por meio da formação de kits, compilação de referências e links, acesso a versões anteriores de documentos, entre outras vantagens.

Segurança no Trabalho

A preocupação com a saúde e a segurança do trabalhador é algo traduzido em ações concretas na Brasil Telecom. Em 2006, a equipe responsável pela segurança do trabalho aprimorou seus processos e procedimentos nas unidades da Empresa e difundiu tais ações para as empresas prestadoras de serviços.

Entre as principais medidas tomadas estão:

- apresentação mensal de evidências das obrigações legais de “Saúde, Segurança e Meio Ambiente” das empresas prestadoras de serviços;
- curso *e-learning* de formação e atualização dos conceitos de Direção Defensiva em todas as unidades, com um total de 1.402 participantes;
- a revisão de projetos e implantação do “Sistema de Detecção, Alarme e Combate a Incêndio”;
- realização de auditorias internas, pela equipe de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSM), avaliando aspectos legais da saúde ocupacional, segurança do trabalho e preservação ambiental, a inspeção de itens de segurança de 100% dos veículos da frota;
- aumento das inspeções de campo nas empresas prestadoras de serviços – planta interna, externa, *call center* e serviços administrativos – e elaboração e acompanhamento do “Plano de Ação de Saúde, Segurança e Meio Ambiente”; e
- análise ergonômica, realizada pela equipe da SSM, para verificar as condições de trabalho em relação aos ruídos, mobília, iluminação, equipamentos, entre outros.

Programas de Desenvolvimento de Colaboradores

Buscando promover a atualização e o desenvolvimento profissional e estimular o bom desempenho das funções por seus colaboradores, a Brasil Telecom oferece a eles uma série de ações de capacitação. Com essas ações, a Empresa tem por objetivo fornecer o suporte necessário, através de treinamentos e cursos, para que os próprios colaboradores de todos os níveis hierárquicos possam ser os principais agentes das modificações na gestão da Brasil Telecom.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

O Programa de Desenvolvimento Gerencial tem por objetivo dar condições para que os gerentes conduzam suas equipes no sentido de valorizar os princípios de gestão estabelecidos pela Brasil Telecom, o alcance e a superação de metas, a solução de problemas, estimulando-as a criar um clima de trabalho favorável ao desenvolvimento do capital humano na Empresa. É composto por diversas ações, como o programa de desdobramento e fixação de metas coletivas e anuais de negócios, o programa de avaliação individual, o banco de talentos, o planejamento de sucessão, o planejamento diferenciado de treinamento e o treinamento gerencial.

Em 2006, várias atividades foram desenvolvidas, entre elas a criação do Portal de Liderança – serviço on-line que disponibiliza informações relevantes aos líderes – e os treinamentos gerenciais – que trabalharam temas como liderança, ferramentas de gestão, informações sobre recursos humanos e gestão de carreiras.

Programa TOR (Time de Otimização de Resultados)

Na busca por melhores desempenhos profissionais e pela excelência em seus processos e resultados, a Brasil Telecom criou em 2001 o Programa TOR. Baseado na metodologia de gestão conhecida como *Plan, Do, Check and Action* (PDCA), o TOR é formado por 29 equipes multifuncionais, com 210 colaboradores cada. A esses grupos é delegada a tarefa de trabalhar os principais desafios associados às estratégias da Empresa, reforçando as ações de melhoria contínua da qualidade dos produtos, do atendimento ao cliente e dos processos em geral.

Os integrantes do TOR, capacitados por meio de treinamentos *e-learning* e presenciais, são incentivados a trabalhar ações inovadoras e ousadas, constituindo equipes de alta performance. A capacitação envolve treinamento de ferramentas de gestão, reuniões eficazes, técnicas de apresentação, entre outras.

O Programa TOR fortalece as premissas da gestão pela qualidade na organização, bem como a disseminação de técnicas de solução de problemas que permitem identificar e analisar variações nos indicadores de desempenho, escalonar a importância relativa dos problemas a serem solucionados e o impacto das mudanças decorrentes das ações executadas. Estabelece, ainda, condições para o desenvolvimento e a plena utilização do potencial humano. Como uma empresa altamente competitiva, a Brasil Telecom investe continuamente na busca de melhores desempenhos visando alcançar a excelência em seus processos e resultados.

Outras ações de capacitação

A Brasil Telecom busca estimular, conduzir e promover o treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores por meio de diversos programas, ferramentas e ações de capacitação. Os principais destaques de 2006 foram:

- Programas de Educação a Distância e o Prêmio *e-Learning* Brasil: a Brasil Telecom é a única empresa no país escolhida como referência nacional, pela Micro Power, em educação a distância por quatro anos consecutivos;
- Programa de Educação Continuada: objetivou capacitar 30 colaboradores das áreas de Rede e TI no Mestrado Profissionalizante da Universidade de Brasília, cujo escopo foi totalmente formatado para as necessidades da Brasil Telecom;
- Programa de treinamentos técnicos com capacitação em conteúdos de tecnologia da informação e rede. Entre eles: a metodologia *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) e o Programa de Atualização Tecnológica;
- Formação de instrutores de treinamento pela Gerência de Educação Corporativa, cuja principal ação foi formar multiplicadores de conhecimento para a força de vendas da Diretoria Adjunta de Mercado

Brasil Telecom Participações S.A.CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Consumidor. O programa foi ampliado, em 2006, para 11 instrutores, que asseguram o treinamento de toda a força de vendas da Diretoria, com uma relevante redução de custos de consultoria para a Brasil Telecom;

- Desenvolvimento, pela área de Educação Corporativa, de novo currículo de treinamento convergente, contemplando as tecnologias fixa e móvel, para toda a força de vendas das Diretorias de Mercado Empresarial TUP, Recargas e Mercado Consumidor;
- Intensificação do sistema de reembolso educacional e co-patrocínio de cursos, como pós-graduação, idiomas, de interesse mútuo (colaborador e Empresa) de pós-graduação, mestrado e idiomas, que visa ao aperfeiçoamento e qualificação dos trabalhadores. Podem pleitear o reembolso educacional os profissionais que forem melhores avaliados no Programa de Avaliação Individual, baseado em resultados e competências, e indicados pelas chefias diretas; e
- Formação de 92 gestores dos canais de vendas da empresa, com vistas a dar suporte aos 1.900 agentes autorizados na gestão de empresas e nos pontos-de-venda.

Programas de Valorização de Colaboradores

Por meio do reconhecimento de seus colaboradores, a Brasil Telecom busca estimulá-los a alcançar um desempenho cada vez melhor, e, para isso, a Empresa desenvolve programas com o objetivo de valorizar o trabalho realizado por seu público interno.

Gente em Destaque

O Programa Gente em Destaque tem a finalidade de valorizar o trabalho dos responsáveis pela implantação de projetos que se destacaram pela inovação, criatividade e resultados alcançados para o bem da Empresa. Tem ciclo anual e se baseia numa visão sistêmica da Empresa que contempla clientes, pessoas, processos, estratégias e resultados.

Alinhado com o planejamento estratégico da Empresa, com os critérios do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) e com a metodologia de Gerenciamento de Projetos do *Project Management Institute* (PMI), o Gente em Destaque fortalece a cultura pela gestão da qualidade na organização e promove a utilização de práticas reconhecidas e aplicadas por grandes empresas em todo o mundo.

O Programa dissemina, ainda, a importância do trabalho em equipe, incentivando a participação e estimulando o desenvolvimento dos profissionais da Empresa. Em 2006, tiveram destaque 474 projetos inovadores.

Programa Arrancada de Vendas

Para motivar a equipe da força de vendas a superar as metas anuais estabelecidas, a Brasil Telecom anualmente desenvolve o Programa Arrancada de Vendas. Em sua quinta edição, o trabalho foi desenvolvido em 2006 com a figura do Gênio da Lâmpada e o *slogan* "Realize seu Desejo". A idéia do mote foi estimular os colaboradores da área a realizar seus sonhos, atingindo ou até mesmo superando as metas estabelecidas de vendas. Os vencedores puderam escolher entre viagem, carro ou barras de ouro.

Em 2006, mais de 1.400 colaboradores foram incentivados a buscar e superar os resultados, ultrapassando o número alcançado em 2005, quando 1.200 pessoas participaram do desafio. O programa premiou os melhores vendedores de cada mercado e canal de vendas, em cada filial, com cartões de premiação. As melhores equipes do Canal Varejo e do Mercado de Telefonia Pública & Recarga também foram premiadas.

Além disso, em 2006, a Brasil Telecom implantou o prêmio "Colaborador de Maior Assistência" em cada filial. Por meio de votação, a equipe de vendas faz a escolha mensal e anual do colaborador de fora da área comercial que mais contribuiu para melhorar o resultado das vendas.

Programa de Incentivo à Proteção da Propriedade Intelectual

Sua finalidade é estimular a criatividade dos próprios colaboradores para a invenção de ferramentas, instrumentos e todo tipo de tecnologia que possam oferecer ainda mais facilidades, praticidade e economia aos consumidores na área de telecomunicações. O colaborador que criar um produto inovador e inédito no mercado tem todo apoio da Empresa para registrá-lo no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e recebe uma premiação em dinheiro.

Desde que o programa foi implantado, em 2004, oito invenções já foram enviadas ao INPI, que está analisando o ineditismo das criações e tem o prazo de cinco anos para conceder a patente. O direito de exploração é cedido à Brasil Telecom, no entanto – em reconhecimento aos esforços dos colaboradores responsáveis pelas criações – a Empresa concede um cartão de compras no valor de R\$ 2 mil por invenção. Se o trabalho tiver sido feito em grupo, o valor pode chegar a R\$ 6 mil a serem divididos entre os criadores.

O Cartão Sinérgico, um dos melhores exemplos, foi criado pelo engenheiro Sebastião Boanerges Ribeiro Júnior. O produto permite usar créditos do cartão para celular pré-pago em ligações feitas em telefones fixos e até públicos. O engenheiro também é autor de outra invenção em conjunto com o colega de profissão Henrique Kirzenbaum. Eles criaram o serviço Brasil Virtual Cel, que permite ao cliente da Brasil Telecom ligar de um telefone fixo para um celular e pagar como se a ligação fosse de aparelho móvel para aparelho móvel. Com isso, o cliente economiza ao pagar uma tarifa mais baixa que o valor pago de fixo para móvel. Outra demonstração da criatividade dos colaboradores foi a invenção da Secretária Virtual Integrada, pelo engenheiro Haroldo Salata Passos. Em operação desde 2005, a tecnologia permite que a mensagem deixada na caixa postal do telefone fixo siga direto para a caixa postal do celular do cliente.

Além de estimular invenções, o programa é mais uma ferramenta de reconhecimento da capacidade inovadora dos colaboradores.

Programa Profissionais BrT

A Brasil Telecom possui, desde 2004, um programa que visa desenvolver, reconhecer e reter profissionais-chave que ainda não possuem cargos de gestão, além de formar um banco de talentos para sustentar decisões estratégicas como *job-rotation*, sucessões e mobilidade de carreira. Em 2006, o programa contemplou 160 colaboradores, na matriz e em filiais, que tiveram sua carreira potencializada com ações específicas de desenvolvimento, como ciclo de palestras e debates.

Estratégia de Remuneração

Para que consiga pagar seus colaboradores de forma justa e condizente com o desempenho das funções, a Brasil Telecom realiza pesquisas constantes de salários e benefícios oferecidos pelo mercado de trabalho. Trata-se de uma importante ferramenta para reter bons profissionais em seu quadro funcional e também atrair novos colaboradores. Além disso, a Empresa discute de forma aberta a questão salarial e de benefícios com sindicatos de classe.

Política de Remuneração

A política de remuneração da Brasil Telecom baseia-se em pagar salários condizentes com o mercado. Além do salário estabelecido, a remuneração anual de todos os colaboradores é composta pela participação nos resultados da Empresa, decorrente do cumprimento de metas pré-acordadas.

Programa de Participação nos Resultados (PPR)

Os colaboradores foram os principais responsáveis pelos sucessos obtidos pela Empresa em 2006. Consciente da importância do empenho de cada um, a Brasil Telecom vê no Programa de Participação nos Resultados (PPR) o melhor reconhecimento pelo trabalho feito por seu corpo profissional. O PPR de 2006 tem um potencial de pagar até 1,8 salário a mais para cada colaborador.

Programa de Bônus

Como parte da Participação nos Resultados, a Brasil Telecom oferece ainda o Programa de Bônus baseado numa programação anual de remuneração variável de curto prazo destinado aos gerentes e diretores. O prêmio é concedido como forma de orientar a percepção e a ação dos gestores, bem como retribui-los pelo alcance ou superação das metas estabelecidas no ano.

Programa de Remuneração Variável da Força de Vendas

O Programa de Remuneração Variável da Força de Vendas tem como objetivo incentivar o cumprimento de metas e estimular cada colaborador dessa área a se empenhar ao máximo para aumentar os resultados. Para tanto, os 958 colaboradores da força de vendas no mercado governamental, corporativo, empresarial e consumidor têm remuneração variável mensal e trimestral, de acordo com o cumprimento ou superação das metas estabelecidas para o período e com o desempenho do mercado.

Acordo Coletivo

Em 2005, foi firmado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que definiu reajustes salariais para 2006 com índices de correção que variam de 5,6% a 5,8%, de acordo com a faixa salarial, além de corrigir os benefícios concedidos pela Empresa.

Programas de Atendimento ao Público Interno

Todo o público interno da Brasil Telecom – seus colaboradores diretos e funcionários de empresas terceirizadas – recebe uma atenção especial no que diz respeito ao seu desenvolvimento pessoal e seu bem-estar. Nesse sentido, a Empresa realiza uma série de ações pensando em cada um não apenas como profissional, mas em todas as suas necessidades, interesses e expectativas.

Programa Viva Mais – Qualidade de Vida

Mais do que oferecer benefícios, a Brasil Telecom acredita que o próprio colaborador deve buscar a melhoria de sua qualidade de vida. O Programa Viva Mais foi criado com esse objetivo: despertar no trabalhador a iniciativa de buscar uma vida melhor e mais saudável.

O programa, implantado na matriz e nas filiais, abrange atividades voltadas para o esporte, saúde, lazer e atuação voluntária, propiciando ao colaborador realizar atividades diferentes de acordo com suas necessidades e interesses. Com isso, a Empresa acredita que o trabalhador terá uma vida mais saudável, alcançará o equilíbrio pessoal e conseguirá melhor rendimento profissional.

Esporte

A Brasil Telecom incentiva todos os colaboradores a praticarem algum tipo de atividade física para propiciar seu bem-estar físico e mental. Entre as opções de práticas esportivas promovidas pela Empresa estão aulas de yoga, corridas e caminhadas com o acompanhamento de profissionais especializados, entre outras, com o desenvolvimento de campeonatos internos em diversas modalidades. Além disso, a Brasil Telecom também fez parcerias com academias de ginásticas, com preços especiais para colaboradores e dependentes.

Lazer

As atividades de lazer e cultura são importantes fatores na busca pela qualidade de vida, pois além de proporcionar prazer e descontração também se tornam fonte de informação e desenvolvimento pessoal.



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Entre as atividades realizadas nesse sentido estão as festas (Natal e Junina, por exemplo), cursos de dança de salão, coral, além de ações pontuais em datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças - quando são feitos convênios com lojas e restaurantes para descontos em compras. Outra iniciativa para facilitar o acesso à cultura são os sorteios de ingressos para peças teatrais e shows.

Saúde

A questão da saúde é tratada diretamente no Programa Viva Mais com ações como ginástica laboral, medicina preventiva e estética, vacinação, orientações para uma alimentação mais saudável, convênios com farmácias, exames médicos periódicos, além das campanhas informativas e de prevenção.

Voluntariado

O voluntariado é considerado pela Brasil Telecom uma importante ação para o enriquecimento pessoal e social de sua força de trabalho. Os profissionais são motivados a utilizar sua experiência e conhecimento, tanto profissional como pessoal, para ajudar a comunidade.

Em cada unidade da empresa existe um Grupo de Voluntariado, que, além de participar das Escolas de Informática e Cidadania (EICs), realiza várias atividades, como arrecadação de alimentos, roupas e materiais de limpeza para entidades carentes, ações de lazer em asilos e creches, em prol da sociedade.

Programa de Saúde Ocupacional

Para promover o bem-estar de todos os colaboradores, a Brasil Telecom desenvolveu uma série de ações ao longo de 2006 focadas na prevenção e detecção precoce de doenças.

Durante o ano de 2006, foi realizada em todas as filiais e na matriz a Semana da Saúde, intitulada como "Dê um Tempo para Sua Saúde". O principal objetivo dessa campanha foi conscientizar os trabalhadores da necessidade de prestar atenção aos sinais que o corpo dá para detecção e até prevenção de enfermidades. Os temas tratados, entre eles hipertensão arterial, diabetes, obesidade, taxas de colesterol e cuidados com alimentação, foram escolhidos com base nos exames periódicos realizados em todos os colaboradores.

Outra ação realizada ao longo do ano foi o "Programa Semente", uma campanha permanente que busca disseminar dentro da empresa a cultura da prevenção à Aids e doenças sexualmente transmissíveis (DST) e sensibilizar os colaboradores em relação aos danos causados à saúde devido ao uso de drogas. O programa foi intensificado em datas especiais, como Dia dos Namorados, Carnaval, Semana da Saúde, na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) e também no dia Mundial de Combate à Aids. Os trabalhos foram coordenados pelo grupo de voluntários *Ressonância*. Os canais utilizados para divulgar as informações foram a intranet, e-mail corporativo e palestras.

Ainda em 2006, foi implantada a campanha permanente de doação de sangue em todas as unidades com o tema "Doe Sangue, Patrocine a Vida". Com o apoio dos hemocentros locais, a Brasil Telecom trabalhou para incentivar a doação por meio da difusão de informações sobre o tema. Outro evento foi a campanha de imunização contra a gripe realizada em todas as filiais e na matriz e estendida aos familiares. Ao todo, 2.370 pessoas foram imunizadas. Juntamente a esse evento, nos estados de Rondônia e Acre, foi realizada também a vacinação contra Hepatite B, atingindo 75 colaboradores.

Programa Com Você

Questões pessoais – sejam de ordem emocional, financeira ou jurídica – podem por vezes afetar o desempenho dos colaboradores. Com o objetivo de auxiliar na resolução desses casos, a Brasil Telecom implementou o "Programa Com Você". Por meio da linha confidencial, código 0800, o programa apóia e orienta os colaboradores da Empresa e seus familiares em assuntos financeiros, jurídicos e até emocionais. Após o contato inicial, o usuário é encaminhado para atendimento presencial com profissional especializado.

Funcionando de forma totalmente sigilosa, o "Programa Com Você" recebeu 524 ligações em 2006.

Benefícios

A política de benefícios da Brasil Telecom tem como principal objetivo a preservação da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores, de modo que eles possam desempenhar suas funções de forma eficiente.

Plano de Saúde

A saúde dos colaboradores e seus dependentes é uma questão estratégica para a Empresa. Em 2006, a Brasil Telecom consolidou a parceria com a Central Nacional Unimed, que passou a atender colaboradores e seus dependentes dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Rondônia e Acre, com a cobertura médica e hospitalar em todo o Brasil. Essa parceria ocorreu nas mesmas condições de co-participação praticada com o Bradesco Saúde, que desde 1999 administra os planos médico-hospitalar e odontológico da Brasil Telecom em todo o território nacional.

A parceria com as duas administradoras permitiu aos colaboradores e seus dependentes acesso aos principais estabelecimentos e profissionais de saúde do Brasil, de acordo com a Lei nº 9.656, que regulamenta os planos privados de assistência à saúde.

Auxílio-Alimentação

Em 2006, a Brasil Telecom modernizou o sistema de entrega de tíquetes-refeição e alimentação e, com isso, sincronizou o envio do benefício para todos os colaboradores ao mesmo tempo, por meio de crédito do valor correspondente no cartão eletrônico. Esse sistema é aplicado tanto para a aquisição de gêneros alimentícios quanto para o pagamento de refeições em estabelecimentos credenciados, conforme as condições estabelecidas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Seguro de Vida em Grupo

Buscando dar garantia e segurança aos seus colaboradores, a Brasil Telecom oferece um seguro de vida em grupo que prevê o pagamento aos beneficiários de uma indenização equivalente a 30 vezes o salário nominal do segurado, em caso de morte natural do trabalhador, e 60 vezes para morte acidental. Para invalidez total ou parcial, causada por acidente de trabalho, o valor pago pode ser parcial ou correspondente à indenização garantida em caso de morte natural.

Previdência Complementar

Com as reorganizações previdenciárias ocorridas em 2005, alguns fatos marcaram o ano de 2006, entre os quais podem ser destacados: a consolidação da gestão e operação definitiva do plano TCSPREV, pela Fundação 14 de Previdência Privada; o reinício das discussões e estudos pela empresa de trabalho formado por seus representantes e das Fundações 14 e BrTPREV, visando à unificação das duas entidades; a adesão de cerca de 640 novos participantes ativos e a realização de treinamento às equipes de recursos humanos das filiais e matriz sobre as características e funcionamento dos planos e entidades patrocinados pela Empresa.

O patrimônio dos quatro planos de previdência complementar, que contavam com 5.987 participantes ativos, 286 mantidos e 5.729 aposentados e pensionistas, totalizava cerca de R\$ 1,9 bilhão. As contribuições mensais da Brasil Telecom alcançaram, em média, R\$ 2,3 milhões. Já os benefícios pagos aos aposentados e pensionistas foram de R\$ 10,8 milhões por mês.

Estratégia de Atração e Retenção de Profissionais

A Brasil Telecom valoriza a diversidade de seu quadro funcional e busca sempre atrair e reter profissionais qualificados e que possam contribuir de forma concreta para o sucesso do negócio no desempenho de suas funções diárias. A Empresa gerencia seu capital intelectual valorizando talentos internos e proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

Programa de Estágio

Criado em 2001, o Programa de Estágios da Brasil Telecom visa contribuir para a formação e o desenvolvimento de estudantes universitários, assim como busca futuros profissionais com o perfil procurado pela Empresa. O processo seletivo é composto de dinâmicas de grupo, provas de inglês, português e conhecimentos gerais, além de entrevistas.

Em 2006, a Empresa proporcionou a oportunidade de realizar estágio a 84 novos estudantes de diversas áreas. Ao final de 2006, a Brasil Telecom contava com 218 estagiários.

Summer Internship Program

Em reconhecimento à importância da pesquisa acadêmica, a Brasil Telecom criou o *Summer Internship Program*. O programa visa atrair profissionais brasileiros que estejam cursando Master of Business Administration (MBA) em universidades internacionais, como as de Chicago, Wharton, Kellogg, Harvard, Michigan, Stanford, MIT, Berkeley, Duke, Columbia e London Business School, além de identificar potenciais executivos que queiram desenvolver carreira no mercado de telecomunicações, aliando o conhecimento acadêmico à cultura da Empresa. A divulgação é feita através dos principais jornais do País, pelo *hot site* da Brasil Telecom e ainda por meio de contato com universidades norte-americanas que possuem MBA. O participante do programa deverá desenvolver projetos alinhados às estratégias da Empresa. Desde 2002, 20 profissionais já participaram do programa, dos quais três deles passaram a fazer parte do quadro de gerentes e diretores.

Programa de Oportunidades Internas (POI)

Com o objetivo de valorizar os colaboradores, proporcionando oportunidades iguais, desenvolvimento pessoal, crescimento profissional e mobilidade de carreira, a Brasil Telecom criou o POI. O Programa contempla o processo de recrutamento interno de colaboradores e estagiários para as vagas abertas nas diversas áreas da Empresa. Em 2006, das 170 vagas mensais abertas, 20% foram fechadas com contratações por meio desse processo de seleção, ou seja, foram recrutados internamente 34 profissionais.

Programa Adolescente Aprendiz

Com foco no desenvolvimento de jovens em situação de risco social, a Empresa desenvolve o Programa Adolescente Aprendiz, em conformidade com a Lei de Aprendizagem – Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, CLT.

Por meio de parcerias com instituições sem fins lucrativos, o programa procura elevar a auto-estima, melhorar as relações interpessoais e desenvolver a capacidade profissional desses jovens. Para participar do programa, o adolescente precisa estar cursando o ensino fundamental ou ensino médio, ter entre 15 e 18 anos, pertencer a famílias cuja renda seja inferior ou igual a três salários mínimos e estar vinculado ao Programa de Aprendizagem, oferecido pela instituição parceira.

Ao todo, a Brasil Telecom já empregou 93 adolescentes, que estão na matriz e nas filiais desempenhando variadas funções. Além de trabalhar, o jovem atendido pelo programa faz cursos e treinamentos, ministrados por instituições de ensino parceiras, em diversas áreas, especialmente informática.

Programa Jovem Vendedor

Ainda dentro da iniciativa de contribuir para a formação e desenvolvimento de estudantes, a Empresa elaborou o Programa Jovem Vendedor. Jovens recém-formados, com potencial para atuar na área comercial, fazem cursos de técnicas de vendas. Dessa maneira, a Brasil Telecom criou uma reserva técnica de vendedores, uma espécie de banco de talentos. Tal iniciativa garante a oxigenação na Empresa e a manutenção do nível de atendimento ao cliente.

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/06	31/12/05	31/12/06	31/12/05		31/12/06	31/12/05		
ATIVO										
CIRCULANTE		1.724.840	1.263.826	7.498.113	6.314.002		477.562	738.414	4.852.403	5.312.426
Caixa e Contas Bancárias	18	740	208	127.900	63.283	32	19	74	78.580	78.288
Aplicações de Liquidez Imediata	18	1.431.604	883.482	3.846.052	2.550.490	33	34.398	54.288	1.613.090	1.995.475
Investimentos Temporários	19	-	-	89.424	-	34	165	26.959	851.399	803.486
Contas a Receber de Clientes	20	-	-	2.127.654	2.152.813	35	-	32.658	37.050	231.786
Estoques	21	-	-	64.164	83.035					
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	5.557	3.962	36	442.681	343.939	690.745	564.254
Tributos Diferidos e a Compensar	23	42.915	154.167	944.115	1.276.740	37	-	280.045	1.109.564	1.201.681
Depósitos Judiciais	25	-	-	119.058	31.465	38	-	-	135.848	55.516
Dividendos/JSCP a Receber	26	241.145	220.708	-	-	7	13	11	175.603	219.650
Outros Ativos	27	8.436	5.261	174.189	152.214	39	-	-	43.238	45.495
						40	-	-	52.643	31.602
						41	286	440	64.643	85.193
NÃO CIRCULANTE		4.042.916	4.766.552	10.295.677	11.266.916		12.010	41.869	5.844.726	5.213.285
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		285.534	1.020.246	2.128.357	1.841.387		12.010	41.869	5.844.726	5.213.285
Empréstimos e Financiamentos	22	-	720.355	2.852	106.309				6.709	21.357
Tributos Diferidos e a Compensar	23	279.655	284.595	1.649.463	1.512.325	33	-	-	14.924	62.266
Títulos de Renda	24	-	-	3.280	2.604	34	6.465	14.924	62.266	308.995
Depósitos Judiciais	25	5.284	15.296	429.925	152.931	35	1.298	23.666	51.484	33.079
Outros Ativos	27	595	-	42.837	67.218	37	-	69	4.265.626	3.367.400
						38	-	-	219.533	252.274
						7	4.247	3.210	557.186	433.300
						39	-	-	605.975	682.594
						40	-	-	70.665	84.587
						41	-	-	5.282	29.699
PERMANENTE		3.757.382	3.746.306	8.167.320	9.425.529				1.811.085	1.801.213
Investimentos	28	3.756.338	3.745.018	330.074	423.411					
Imobilizado	29	1.004	1.219	6.535.347	7.587.619					
Intangível	30	40	69	1.163.432	1.220.055					
Diferido	31	-	-	138.467	194.444					
TOTAL		5.767.756	6.030.378	17.793.790	17.580.918		5.278.184	5.250.095	5.285.576	5.253.994

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9	-	-	15.111.318	14.687.239
Deduções da Receita Bruta	9	-	-	(4.814.659)	(4.548.555)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9	-	-	10.296.659	10.138.684
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	10	-	-	(6.459.929)	(6.518.211)
LUCRO BRUTO		-	-	3.836.730	3.620.473
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(11.509)	(26.747)	(3.066.214)	(3.583.037)
Comercialização dos Serviços	11	-	-	(1.470.632)	(1.655.749)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(15.210)	(25.104)	(1.322.264)	(1.276.748)
Remuneração dos Administradores		(1.408)	(2.943)	(9.388)	(14.637)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	13	5.109	1.300	(263.930)	(635.903)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS E RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(11.509)	(26.747)	770.516	37.436
Despesas Financeiras, Líquidas	14	(204.790)	(358.937)	(609.992)	(1.161.887)
Resultado de Equivalência Patrimonial	28	287.245	(199.494)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		70.946	(585.178)	160.524	(1.124.451)
Receitas (Despesas) Não Operacionais	15	554	2.465	31.419	(146.560)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS E DAS PARTICIPAÇÕES		71.500	(582.713)	191.943	(1.271.011)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	16	(11.246)	(14.170)	(108.081)	373.097
LUCRO (PREJUÍZO) APÓS IMPOSTOS E ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		60.254	(596.883)	83.862	(897.914)
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(141.065)	93.860
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA REVERSÃO DE JSCP		60.254	(596.883)	(57.203)	(804.054)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	8	413.400	569.000	527.571	774.499
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		473.654	(27.883)	470.368	(29.555)
Ações em Circulação na data do balanço (milhões)		362.488	362.488	362.488	362.488
Lucro Líquido (Prejuízo) por lote de mil ações (em R\$)		1,31	(0,08)		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros				Total
	Capital Social	Ágio na Subscrição de Ações	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	Outras	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	2.568.240	263.235	71.758	2.217	208.487	671.063	2.371.903	(20.846)	6.136.057
Aumento do Capital Social									
Benefício Fiscal sobre Amortização de Ágio na Incorporação	28.032	43.726	(71.758)						
Movimentações de Lucros Acumulados									
Reversão de Reservas						(596.883)	596.883		
Prejuízo do Exercício							(27.883)		(27.883)
Dividendos Prescritos							10.921		10.921
Dividendos Adicionais - A.G.O. de 29/04/05							(300.000)		(300.000)
Destinação Proposta à A.G.O.									
Dividendos/JSCP Propostos							(569.000)		(569.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2.596.272	306.961	-	2.217	208.487	74.180	2.082.824	(20.846)	5.250.095
Movimentações de Lucros Acumulados									
Lucro Líquido do Exercício							473.654		473.654
Dividendos Prescritos							4.407		4.407
Destinação Proposta à A.G.O.									
Constituição da Reserva Legal					23.682		(23.682)		
Dividendos/JSCP Propostos							(449.972)		(449.972)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.596.272	306.961	-	2.217	232.169	74.180	2.087.231	(20.846)	5.278.184

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005		2006	2005	2006	2005
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS PELA ATIVIDADE OPERACIONAL					APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	473.654	(27.883)	470.368	(29.555)	Aumento do Realizável a Longo Prazo	595	67.865	285.928	553.837
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	141.065	(93.860)	Depósitos Judiciais	-	16.528	165.572	149.874
Despesas (Receitas) que Não Envolvem Movimentações de Capital de Giro	(316.020)	210.271	2.786.782	3.400.656	Tributos a Compensar	-	51.337	113.237	390.860
Depreciação e Amortização	312	2.085	2.731.232	2.797.945	Despesas Pagas Antecipadamente	595	-	6.722	12.013
Tributos Diferidos	(28.822)	(9.767)	(147.856)	(199.404)	Aplicações Financeiras - Títulos de Renda	-	-	397	1.090
Resultado da Equivalência Patrimonial	(287.245)	199.494	-	-	Aumento do Ativo Permanente	68	331	1.452.091	1.975.860
Provisão para Contingências	919	1.066	378.178	409.741	Investimentos	-	-	1.003	40.572
Provisão para Fundos de Pensão	-	-	20.014	253.767	Imobilizado	68	331	1.149.736	1.592.038
Variação Monetária e Juros de Longo Prazo	(630)	19.857	(171.632)	77.578	Intangível	-	-	300.117	340.951
Resultado na Baixa de Ativo Permanente	(494)	(77)	(37.528)	27.880	Diferido	-	-	1.235	2.299
Perdas (Ganhos) com Investimentos	(60)	(2.387)	(99)	43.336	Dividendos/JSCP Provisionados	449.972	869.000	584.390	1.074.499
Baixa de Incentivos Fiscais	-	-	14.473	-	Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	62.272
Outras	-	-	-	(10.187)	Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante	14.283	248.982	1.646.910	1.436.912
Total dos Recursos Gerados pela Atividade Operacional	157.634	182.388	3.398.215	3.277.241	TOTAL DAS APLICAÇÕES	464.918	1.186.178	3.969.319	5.103.380
ORIGENS DOS RECURSOS DE TERCEIROS					Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	721.866	(149.567)	1.644.134	(1.127.055)
Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.915.937	522.722	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
Adiantamentos de Clientes	-	-	-	13.277	Capital circulante final				
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante	748.264	422.122	268.234	105.402	Ativo Circulante	1.724.840	1.263.826	7.498.113	6.314.002
Transferência do Ativo Permanente para o Ativo Circulante	110	-	1.320	15.558	Passivo Circulante	477.562	738.414	4.852.403	5.312.426
Dividendos/JSCP Declarados Ativos	241.145	357.851	-	-	Menos - Capital circulante inicial	525.412	674.979	1.001.576	2.128.631
Venda de Bens do Ativo Permanente	15	179	15.272	3.723	AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	721.866	(149.567)	1.644.134	(1.127.055)
Dividendos Prescritos	4.407	10.921	14.475	18.606					
Outras Origens	35.209	63.150	-	19.796					
Total dos Recursos Gerados por Terceiros	1.029.150	854.223	2.215.238	699.084					
TOTAL DAS ORIGENS	1.186.784	1.036.611	5.613.453	3.976.325					

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

continua

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005		2006	2005	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS					ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	473.654	(27.883)	470.368	(29.555)	Dividendos/JSCP Pagos no Exercício	(296.098)	(689.990)	(399.872)	(874.222)
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	141.065	(93.860)	Empréstimos e Financiamentos	(272.189)	(163.700)	853.437	(202.167)
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa	(315.662)	401.847	3.474.604	4.818.169	Empréstimos Obtidos	-	-	1.915.937	522.722
Depreciação e Amortização	312	2.085	2.731.232	2.797.945	Empréstimos Liquidados	(272.189)	(163.700)	(1.062.500)	(724.889)
Perdas sobre Contas a Receber de Serviços	-	-	384.105	328.803	Acréscimos do Patrimônio Líquido	-	-	6.778	5.164
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	215	120.451	Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	(62.272)
Provisão para Contingências	921	1.078	488.078	482.534	Outros Fluxos das Atividades de Financiamentos	-	-	-	8.929
Provisão para Fundos de Pensão	-	-	28.709	266.195	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(568.287)	(853.690)	460.343	(1.124.568)
Tributos Diferidos	(29.096)	201.654	(120.108)	796.748	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Resultado na Baixa do Ativo Permanente	(494)	(77)	(37.528)	27.880	Investimentos Temporários	666.495	419.874	11.883	499
Equivalência Patrimonial	(287.245)	199.494	-	-	Recursos Obtidos na Venda de Ativo Permanente	15	62	15.272	3.607
Ganhos com Investimentos	(60)	(2.387)	(99)	(2.387)	Aplicações no Ativo Permanente	(68)	(331)	(1.504.908)	(1.954.694)
Mutações Patrimoniais	71.799	(272.351)	(1.708.448)	(2.232.418)	Aplicações	(68)	(331)	(1.504.908)	(1.910.349)
Contas a Receber de Clientes	-	-	(359.161)	(490.488)	Aplicações por Aquisição de Novas Empresas e Participações Societárias	-	-	-	(44.345)
Estoques	-	-	18.871	90.998	Valor de Aquisição	-	-	-	(44.345)
Depósitos Judiciais	10.012	(16.528)	(364.586)	(46.337)	Dividendos/JSCP recebidos de Controladas	220.708	387.379	-	-
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(53)	(349)	292	(208)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	887.150	806.984	(1.477.753)	(1.950.588)
Contas a Pagar e Despesas Provisãoadas	(19.892)	53.832	(344.216)	129.173	FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	548.654	54.907	1.360.179	(612.820)
Tributos	55.008	(268.745)	(59.553)	(1.703.168)	CAIXA, CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA				
Encargos Financeiros	45.936	(14.063)	(47.449)	106.338	Saldo Final	1.432.344	883.690	3.973.952	2.613.773
Autorizações para Exploração de Serviços	-	-	47.591	2.186	Saldo Inicial	883.690	828.783	2.613.773	3.226.593
Provisões para Contingências	118	(3)	(408.239)	(291.855)	VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO	548.654	54.907	1.360.179	(612.820)
Provisões para Fundos de Pensão	-	-	(107.585)	(98.280)					
Outras Contas Ativas e Passivas	(19.330)	(26.495)	(84.413)	69.223					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	229.791	101.613	2.377.589	2.462.336					

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2006		2005		2006		2005	
RECEITAS	4.826	0,8 %	6.925	5,8 %	14.528.845	202,2 %	14.184.688	215,9 %
Vendas de Serviços e Mercadorias	-	-	-	-	15.111.318	210,3 %	14.687.239	223,5 %
Descontos Incondicionais e Cancelamentos	-	-	-	-	(528.706)	(7,4) %	(329.501)	(5,0) %
Perdas com Contas a Receber	-	-	-	-	(384.320)	(5,3) %	(449.254)	(6,8) %
Outras Receitas e Resultados Não Operacionais	4.826	0,8 %	6.925	5,8 %	330.553	4,6 %	276.204	4,2 %
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.221)	(1,2) %	(17.359)	(14,4) %	(5.007.482)	(69,7) %	(5.254.784)	(80,0) %
Materiais	-	-	(60)	-	(412.016)	(5,7) %	(477.077)	(7,3) %
Serviços de Terceiros	(7.030)	(1,2) %	(16.966)	(14,1) %	(4.496.098)	(62,6) %	(4.731.007)	(72,0) %
Outras Designações de Terceiros	(191)	-	(333)	(0,3) %	(99.368)	(1,4) %	(46.700)	(0,7) %
RETENÇÕES	(1.233)	(0,3) %	(3.163)	(2,6) %	(3.219.310)	(44,8) %	(3.280.479)	(49,8) %
Depreciação e Amortização	(312)	(0,1) %	(2.085)	(1,7) %	(2.731.232)	(38,0) %	(2.797.945)	(42,5) %
Provisões para Contingências	(921)	(0,2) %	(1.078)	(0,9) %	(488.078)	(6,8) %	(482.534)	(7,3) %
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(3.628)	(0,7) %	(13.597)	(11,2) %	6.302.053	87,7 %	5.649.425	86,1 %
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	573.917	100,7 %	133.691	111,2 %	882.448	12,3 %	920.290	13,9 %
Resultado da Equivalência Patrimonial	287.245	50,4 %	(199.494)	(166,2) %	-	-	-	-
Dividendos (Investimentos ao Custo de Aquisição)	3	-	300	0,2 %	265	-	1.828	-
Receitas Financeiras	286.669	50,3 %	332.885	277,2 %	803.387	11,2 %	850.525	12,9 %
Receitas de Aluguéis	-	-	-	-	78.796	1,1 %	67.937	1,0 %
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	570.289	100,0 %	120.094	100,0 %	7.184.501	100,0 %	6.569.715	100,0 %
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Remuneração pelo Trabalho	4.288	0,8 %	5.211	4,3 %	614.105	8,5 %	819.703	12,5 %
Honorários, Salários e Adicionais	4.288	0,8 %	3.898	3,2 %	311.232	4,3 %	311.591	4,7 %
Encargos, Benefícios Sociais e Participações	2	-	1.313	1,1 %	274.164	3,8 %	241.917	3,7 %
Provisão para Fundos de Pensão	-	-	-	-	28.709	0,4 %	266.195	4,1 %
Governo - Tributos	35.421	6,2 %	59.083	49,2 %	4.651.701	64,8 %	4.206.911	64,0 %
Doações e Patrocínios	10	-	-	-	9.902	0,1 %	8.433	0,1 %
Rentistas	56.916	9,9 %	83.683	69,7 %	1.297.360	18,1 %	1.658.083	25,2 %
Aluguéis, Arrendamentos e Seguros	4.745	0,8 %	4.565	3,8 %	507.430	7,1 %	528.383	8,0 %
Despesas Financeiras	52.171	9,1 %	79.118	65,9 %	789.930	11,0 %	1.129.700	17,2 %
Acionistas	473.654	83,1 %	-	-	587.825	8,1 %	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	413.400	72,5 %	-	-	527.571	7,3 %	-	-
Dividendos	36.572	6,4 %	-	-	36.572	0,5 %	-	-
Destinação para Reserva Legal	23.682	4,2 %	-	-	23.682	0,3 %	-	-
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	26.894	0,4 %	(93.860)	(1,4) %
Insuficiência do Valor Retido	-	-	(27.883)	(23,2) %	(3.286)	-	(29.555)	(0,4) %
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	570.289	100,0 %	120.094	100,0 %	7.184.501	100,0 %	6.569.715	100,0 %
Informações Adicionais:								
Dividendos/JSCP Distribuídos com Valor Adicionado de Exercícios Anteriores	-	-	869.000	-	-	-	1.074.499	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil Telecom Participações S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 – Lei Geral das Telecomunicações, como parte do processo de cisão da TELEBRÁS, cujo protocolo e justificação da cisão foi aprovado em 22 de maio de 1998 em assembleia de acionistas.

A Sociedade tem por objeto social exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO") aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2 de abril de 1998. Tal controle é exercido através da Brasil Telecom S.A., que é uma concessionária responsável pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na Região II do PGO. Adicionalmente, a Sociedade pode participar do capital de outras sociedades.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na *Securities and Exchange Commission – SEC* dos EUA, tendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), onde também integra o Nível I de Governança Corporativa, e negocia seus *American Depositary Receipts ("ADRs")* na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

O controle da Sociedade é exercido pela SOLPART Participações S.A. ("SOLPART"), correspondendo, na data de encerramento do exercício, a 51,00% do capital votante e 18,78% do capital total.

Controladas Diretas da Sociedade

a. Brasil Telecom S.A.

A Brasil Telecom S.A. é uma concessionária responsável pelo STFC na Região II do PGO, que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Nessa área, a Brasil Telecom S.A. presta desde julho de 1998, o STFC nas modalidades local e de longa distância nacional intra-regional.

Faço ao cumprimento antecipado das obrigações de universalização constantes do Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU"), exigidas para 31 de dezembro de 2003, a Brasil Telecom S.A. obteve junto à Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), em 19 de janeiro de 2004, autorizações para a exploração do STFC nas seguintes modalidades de serviços: (i) Local e Longa Distância Nacional nas Regiões I e III e Setores 20, 22 e 25 da Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO"); e (ii) Longa Distância Internacional, nas Regiões I, II e III do PGO. Em decorrência dessas autorizações, a Controlada passou a explorar os serviços de Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional em todas as Regiões a partir de 22 de janeiro de 2004. No caso do Serviço Local nas novas regiões e setores do PGO, o serviço passou a ser ofertado a partir de 19 de janeiro de 2005.

Novos contratos de concessão na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre esses contratos estão citadas na nota explicativa nº 5.i.

As informações referentes às metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado de sua Controlada estão disponíveis para acompanhamento dos interessados na página eletrônica da ANATEL, no site www.anatel.gov.br.

b. Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc.

A Sociedade também detém o controle da Nova Tarrafa Participações Ltda. ("NTP") e da Nova Tarrafa Inc. ("NTI"). O objeto social dessas controladas é a participação no capital da Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), que se dedica à prestação de acesso à internet. Em 24 de novembro de 2004, a sociedade iG Cayman passou a fazer parte do grupo de controladas da Sociedade, com a aquisição de participações societárias pela Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd., uma sociedade indiretamente controlada. Em 31 de outubro de 2006, o controle da iG Cayman foi transferido à Brasil Telecom Serviços de Internet Ltda., sociedade também controlada indiretamente e que atua no segmento de internet.

A participação da NTP e NTI no iG Cayman na data de encerramento do exercício representava 9,25% e 0,16%, respectivamente, sendo que em conjunto com a Brasil Telecom Serviços de Internet S.A. a participação total era da ordem de 98,2%.

Controladas Indiretas da Sociedade

Em 1º de agosto de 2006, foi aprovada pelo conselho de administração da Brasil Telecom S.A. a reorganização societária de suas empresas controladas. Tal reorganização, que visa a otimização da estrutura de controle com a redução de empresas, concentração de atividades afins, simplificação das participações societárias inter-empresas, teve início durante o segundo semestre de 2006 e as alterações estão citadas nos comentários das empresas abaixo, quando a elas atribuídas. As alterações societárias realizadas, efetuadas com bases nos valores contábeis, não causaram impactos relevantes na estrutura de custos.

A controlada Brasil Telecom S.A. possui o controle das seguintes sociedades:

a. 14 Brasil Telecom Celular S.A.

A 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular") é uma subsidiária integral que opera desde o quarto trimestre de 2004 na prestação do Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), tendo autorização para atender à Região II do PGO.

b. BrT Serviços de Internet S.A.

A BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") é uma subsidiária integral que tem como principal produto o provimento de acesso à internet através de banda larga. Oferece ainda aos seus usuários, tanto residenciais quanto empresariais, uma série de serviços de valor agregado, entre os quais a conexão de acesso sem fio.

A BrTI, por sua vez, possui o controle das seguintes sociedades:

(i) Empresas BrT Cabos Submarinos

Estas empresas operam através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil, permitindo o tráfego de dados através de pacotes

de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais. As sociedades BrT Cabos Submarinos são as seguintes:

- Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS").
Até 1º de agosto de 2006, a BrTI mantinha o controle da Brasil Telecom Cabos Submarinos (Holding) Ltda. ("BrT CSH") e esta controlava a BrT CS. Na data citada, ocorreu a incorporação da BrT CSH pela BrT CS.
- Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda").
Até 1º de setembro de 2006, a BrTI mantinha uma participação minoritária na BrT SCS Bermuda e a Brasil Telecom S.A. mantinha o controle majoritário. Na data citada, a Brasil Telecom S.A. conferiu à BrTI o investimento a valor contábil que detinha na BrT SCS Bermuda, representando uma integralização de capital na BrTI. Por sua vez, a BrTI conferiu, em dezembro de 2006, seu investimento a valor contábil na BrT SCS Bermuda à BrT CS, representando um aumento do capital social desta última.
A BrT SCS Bermuda, por sua vez, detém o total das ações da Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") e da Brasil Telecom de Venezuela S.A. ("BrT Venezuela").

(ii) Empresas iBest

O iBest tem sua operação concentrada no provimento de acesso discado à internet, venda de espaço publicitário para divulgação em seu portal e serviço de valor agregado, sendo o acelerador de conexão à Internet um dos principais serviços. Está representado pelas principais sociedades: iBest Holding Corporation, constituída nas Ilhas Caimãs, e Freelance S.A., estabelecida no Brasil.

(iii) Empresas iG

O iG tem sua operação baseada no provimento de acesso à internet, tanto discado quanto banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial. Além desses serviços, o iG também conta com a venda de espaço publicitário em seu portal.

Em 24 de novembro de 2004, a BrT SCS Bermuda adquiriu 63,0% do capital total, e o conseqüente controle da sociedade Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), constituída nas Ilhas Caimãs. Em 26 de julho de 2005, a BrT SCS Bermuda complementou a aquisição de mais 25,6% do capital total da iG Cayman. Em 31 de outubro de 2006, tal participação da BrT SCS Bermuda na iG Cayman, que correspondia a 88,81%, foi transferida a valor contábil para a BrTI. Pelo valor equivalente desta permuta, a BrT SCS Bermuda procedeu a uma redução de parte do seu capital detido pela BrTI.

A iG Cayman é uma *holding* que detém, por sua vez, o controle das sociedades Internet Group do Brasil Ltda. ("iG Brasil") e Central de Serviços Internet Ltda. ("CSI"), ambas estabelecidas no Brasil.

Agência O Jornal da Internet Ltda. ("Jornal Internet")

A BrTI mantém o investimento de trinta por cento no capital social da sociedade Jornal Internet, que tem por objeto a comercialização de bens e serviços por meio da internet, edição de jornais diários ou periódicos, bem como a captação, geração e divulgação de notícias sobre fatos selecionados. Setenta por cento do capital social da sociedade Jornal Internet é detido por Caio Túlio Vieira Costa, diretor vice-presidente das empresas de internet controladas da Sociedade.

c. MTH Ventures do Brasil Ltda.

A Brasil Telecom S.A. detém 100% do capital da MTH Ventures do Brasil Ltda. ("MTH"), sociedade *holding* que possui 84,4% do capital da Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia"), sendo que a Brasil Telecom S.A. e a BrTI detém a participação restante.

A BrT Multimídia é provedora de serviços de rede privada de telecomunicações através de redes digitais de fibra ótica de âmbito local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e rede de longa distância conectando esses centros comerciais metropolitanos. Atua em âmbito nacional através de acordos comerciais com outras empresas de telecomunicações para oferecer serviços para as demais regiões do Brasil. Também possui um centro de soluções de internet em São Paulo, que oferece serviços de *co-location*, *hosting* e demais serviços de valor agregado.

d. Vant Telecomunicações S.A. ("VANT")

Sociedade da qual a Brasil Telecom S.A. detém a totalidade do capital social.

A VANT tem por objeto a prestação de serviços de comunicação multimídia, aquisição e cessão onerosa de capacidades e demais meios, tendo como área de atuação as principais capitais brasileiras.

e. Santa Bárbara dos Pinhais S.A. ("SB dos Pinhais")

Sociedade que na data de encerramento do exercício não estava em operação, tem como objeto a prestação de serviços em geral abrangendo atividades de administração de imóveis ou ativos, dentre outras.

Na data de 1º de agosto de 2006, a SB dos Pinhais incorporou as seguintes sociedades, as quais também não estavam em operação: Santa Bárbara dos Pampas S.A., Santa Bárbara do Cerrado S.A. e Santa Bárbara do Pantanal S.A.

Mudança da Administração

Em 27 de julho de 2005, foram destituídos, em Assembleia Geral Extraordinária, os membros do Conselho de Administração da Sociedade ligados ao antigo gestor Opportunity. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de agosto de 2005, uma nova Diretoria foi eleita, sendo mantido no cargo o Diretor Técnico.

Na Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 30 de setembro de 2005, foram destituídos os membros do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. e eleitos novos membros. Na mesma data, em Reunião do Conselho de Administração, deliberou-se pela destituição da então Presidente e pela eleição de novos membros para a Diretoria, tendo sido reeleito o Diretor de Rede. Tais deliberações foram ratificadas pelo Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. em reunião realizada no dia 5 de outubro de 2005.

[continua](#)

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

O processo de troca dos administradores da Sociedade e da Brasil Telecom S.A. foi litigioso, segundo consta de diversos fatos relevantes divulgados pelas Sociedades durante o exercício de 2005 e de diversas ações movidas pelo antigo gestor, visando retomar a gestão das Sociedades, que ainda estão em andamento.

Acordos de 28 de abril de 2005 sob a Gestão Anterior

Em 28 de abril de 2005, ainda sob a gestão anterior, a Brasil Telecom Participações S.A. e a Brasil Telecom S.A. celebraram vários acordos envolvendo os Grupos Opportunity e Telecom Itália ("Acordos de 28 de Abril").

Entre esses acordos, a Brasil Telecom S.A. e a sua subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. celebraram com a TIM International N.V. ("TIMI") e a TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIMB") um instrumento intitulado "Acordo de Incorporação" e um "Protocolo" a ele relacionado.

Conforme consta de fatos relevantes divulgados, a incorporação foi proibida por liminares expedidas pela Justiça brasileira e norte-americana. Também é objeto de discussão em arbitragem envolvendo acionistas controladores.

A atual administração da Brasil Telecom Participações S.A. e da Brasil Telecom S.A. entende que o Acordo de Incorporação, o respectivo Protocolo, e os demais Acordos de 28 de Abril, que incluíram desistência e transação em ações judiciais envolvendo as Sociedades, foram celebrados em conflito de interesses, com violação à lei e aos estatutos sociais das Sociedades e, ainda, em contrariedade a acordos de acionistas e sem as aprovações societárias necessárias. Ademais, a atual administração considera que tais acordos são contrários aos melhores interesses das Sociedades, notadamente quanto ao seu negócio de telefonia móvel.

Relacionado ao "Acordo de Incorporação" citado nesta nota, a controlada Brasil Telecom S.A. e a BrT Celular iniciaram, em 15 de março de 2006, uma arbitragem contra a TIMI e a TIMB, visando à anulação do mesmo. A Sociedade divulgou fato relevante sobre este assunto em 16 de março de 2006.

A TIMI e a TIMB enviaram à Brasil Telecom S.A. e à BrT Celular correspondência, datada de 2 de maio de 2006, rescindindo unilateralmente o referido "Acordo de Incorporação", reservando suposto direito de indenização por perdas e danos, o que está sendo tratado na citada arbitragem. Segundo análises dos assessores jurídicos da Sociedade, o risco de perdas referente ao suposto direito de indenização é remoto e seu montante não é passível de mensuração. Também no mês de maio de 2006, a Telecom Itália Internacional protocolou, junto à Anatel e ao CADE, petições de requerimento de arquivamento da operação relativa ao "Acordo de Incorporação" por perda de objeto.

A arbitragem anteriormente referida está em curso.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Critérios de Elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de conformidade com a legislação societária, normas da CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviços de telefonia.

A Sociedade, por estar registrada na SEC, está sujeita às suas normas, devendo elaborar demonstrações financeiras e outras informações utilizando critérios que atendam aos requisitos daquela entidade. No enquadramento a tais requisitos e visando atender às necessidades informativas do mercado, a Sociedade adota como princípio a divulgação das informações nos dois mercados e nos respectivos idiomas.

As notas explicativas às demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando estiver evidenciado de outra forma. Apresentam, de acordo com a situação, informações relativas à Sociedade e às demonstrações consolidadas, sendo identificadas como "CONTROLADORA" e "CONSOLIDADO", respectivamente. Quando as informações são comuns às duas situações, estão identificadas como "CONTROLADORA E CONSOLIDADO".

Em atendimento à Deliberação nº 489/05, da CVM, a partir de 2006 os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos. Visando proporcionar a melhor comparação entre os dados apresentados, foi promovida idêntica reclassificação dos saldos pertencentes ao exercício de 2005, bem como dos valores referentes ao fluxo de caixa. Ainda no que se refere à forma de apresentação, as presentes demonstrações contábeis passam a contemplar os requisitos determinados pela Deliberação da CVM, nº 488/05, a qual exige reclassificações de saldos pertencentes ao exercício anterior, em que destacamos, mais notadamente, a segregação dos ativos nos grupos circulante e não circulante, bem como pertencente a este último, a criação do subgrupo intangível.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, valoração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

A consolidação foi elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 247/96 e inclui as Sociedades citadas na nota nº 1.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas.

- Eliminação dos saldos das contas de investimento e correspondentes participações no capital, reservas e resultados acumulados entre as sociedades consolidadas.
- Segregação das parcelas do patrimônio líquido e do resultado pertencentes aos acionistas não controladores, indicadas em itens específicos.

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido pertencentes à Controladora e ao Consolidado está apresentada a seguir:

	LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2006	2005	2006	2005
CONTROLADORA	473.654	(27.883)	5.278.184	5.250.095
Registros efetuados no Patrimônio Líquido da Controlada				
Dividendos Prescritos e Doações e Subvenções para Investimentos	(6.778)	(5.164)	-	-
Juros Capitalizados na Controlada	3.492	3.492	(582)	(4.075)
CONSOLIDADO	470.368	(29.555)	5.277.602	5.246.020

Informações Suplementares

A Sociedade está apresentando como informações suplementares as demonstrações citadas a seguir:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Foram preparadas de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 20, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON").

Demonstrações de Valores Adicionados - DVA

Elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/05.

Relatório por Segmento

A Sociedade está apresentando, complementarmente na nota nº 43, o relatório por segmento de negócio. Um segmento é um componente identificável da sociedade, destinado à prestação de serviços (segmento de negócio), ou fornecimento de produtos e serviços o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes entre si.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados abaixo referem-se a práticas adotadas pela Sociedade e por suas controladas que estão refletidas nas demonstrações contábeis consolidadas.

a. Caixa, Contas Bancárias e Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras são investimentos temporários de alta liquidez, com vencimento imediato. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas do encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado. As quotas de fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota nas datas dos balanços patrimoniais.

b. Contas a Receber de Clientes: As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações estão registradas pelo valor da tarifa ou do serviço na data da sua prestação. As contas a receber de serviços incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data do encerramento do balanço. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes. O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera a apuração dos percentuais de perdas reais ocorridas em cada faixa de vencimento de contas a receber. Os percentuais históricos são aplicados às faixas atuais de contas a receber, incluindo também as contas a vencer, bem como a parcela de serviços prestados a faturar, constituindo assim o montante que poderá se transformar em perda futura, sendo registrado contabilmente a título de provisão.

c. Estoques de Materiais: Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem ao custo de reposição. Os estoques são segregados em expansão e manutenção da planta e estoques de mercadorias para revenda, representados principalmente por aparelhos celulares, acessórios e cartões eletrônicos - *chips*. Os estoques destinados a expansão estão classificados no imobilizado (obras em andamento), os estoques destinados a manutenção são classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, de acordo com o prazo em que serão utilizados, e os estoques destinados a revenda estão classificados no ativo circulante. Para os estoques considerados obsoletos são registradas provisões para perdas, sendo que para os aparelhos celulares e acessórios, a controlada BrT Celular registra ajustes, nos casos em que as aquisições foram realizadas por valores superiores, adequando-os ao valor de realização.

d. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios registrados foram apurados com base na expectativa de resultados futuros e sua

(continua)



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

amortização está relacionada ao volume de realização e tempo projetados, não excedendo ao período de dez anos. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas, quando aplicável. Os investimentos resultantes de aplicações em incentivos fiscais de imposto de renda são reconhecidos quando efetivadas as aplicações e resultam em ações de empresas incentivadas ou quotas dos fundos de investimentos. No período compreendido entre a aplicação e o recebimento de ações ou quotas dos fundos, permanecem registrados no ativo realizável a longo prazo. Periodicamente esses investimentos são avaliados e o resultado da comparação entre o seu custo original e o de mercado, quando este for menor, resulta na formação de provisões para perdas prováveis.

e. **Imobilizado:** Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os gastos incorridos que representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e de conformidade com as normas do Serviço Público de Telecomunicações. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na nota nº 29.

f. **Intangível:** Refere-se, principalmente, às licenças e direitos de uso de software e regulatórias. A composição deste grupo está demonstrada na nota nº 30. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, pelo período de cinco anos e as licenças regulatórias de acordo com os prazos determinados pelo órgão regulador. Quando identificado que uma licença ou direito ligado a este ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado não operacional.

g. **Diferido:** Está segregado entre diferido em amortização e em formação e sua composição está demonstrada na nota nº 31. A amortização é calculada pelo método linear, pelo período de cinco anos. Quando identificado que o ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado não operacional.

h. **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura, dentro dos parâmetros estabelecidos na Instrução CVM nº 371/02.

i. **Empréstimos e Financiamentos:** Estão atualizados pelas variações monetárias e/ou cambiais e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Idêntica atualização é aplicada aos contratos de garantia para cobertura da dívida (*hedge*).

j. **Provisões para Contingências:** As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do balanço. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na nota nº 7.

k. **Reconhecimento das Receitas:** As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição por tempo, conforme legislação em vigor. As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (Telefonia de Uso Público – TUP), aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando esses são entregues e aceitos pelos clientes. Para os serviços pré-pagos vinculados à telefonia celular a receita é reconhecida de acordo com a utilização dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

l. **Reconhecimento das Despesas:** As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo à sua vinculação com a realização das receitas. As despesas que competem a exercícios futuros são diferidas.

m. **Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:** As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com *hedge*. As despesas financeiras representam os juros incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras.

Os juros sobre capital próprio, quando creditados, compõem o saldo das despesas financeiras, sendo que para fins de apresentação os valores registrados são revertidos contra o resultado do exercício e reclassificados como dedução de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

n. **Benefícios a Empregados:** Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Sociedade e suas Controladas a seus empregados são administrados por três Fundações. As contribuições são determinadas atuarialmente, quando aplicável, e contabilizadas pelo regime de competência.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Brasil Telecom S.A. efetuou a contabilização do déficit atuarial existente naquela data, contra o patrimônio líquido, excluindo os efeitos tributários correspondentes. A partir de 2002, na medida em que novas reavaliações atuariais determinem a necessidade de ajustes à provisão,

os mesmos são reconhecidos contra o resultado do exercício. Informações complementares referentes aos planos de previdência privada estão descritas na nota nº 6.

o. **Participações no Resultado:** A provisão para participação de empregados e administradores nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social.

p. **Lucro ou prejuízo por mil ações:** O lucro ou prejuízo por mil ações é calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do encerramento do exercício. As ações em circulação são representadas pela totalidade das ações emitidas, subtraída das ações em tesouraria.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se às operações da Sociedade com as controladas Brasil Telecom S.A., Nova Tarrafá Participações Ltda. e Nova Tarrafá Inc.

As operações entre a Sociedade e as partes relacionadas são realizadas a preços e condições usuais de mercado. As principais transações realizadas são as seguintes:

Brasil Telecom S.A.

Avais e Fianças: (i) A Sociedade presta avais em garantia de empréstimos e financiamentos devidos pela Controlada às instituições financeiras credoras. Em 2006, sobre a garantia concedida a Sociedade auferiu receitas no montante de R\$ 3.562 (R\$ 2.483 em 2005); e (ii) a Sociedade prestou fiança para a Controlada, relativa à contratação de apólices de seguro garantia de obrigações contratuais (GOC) para o ano de 2006, as quais totalizaram R\$ 155.294 (R\$ 217.142 em 2005). Em 2006, por conta da remuneração de tal fiança, a Sociedade registrou uma receita operacional de R\$ 214 (R\$ 260 em 2005).

Valores a Pagar e Despesas: Resultantes de transações relacionadas a compartilhamento de recursos. O saldo a pagar é de R\$ 155 (R\$ 54 a pagar, em 31/12/05) e os valores contabilizados contra o resultado em 2006 estão representados por despesas operacionais de R\$ 337 (R\$ 4.291 em 2005).

Mútuos com a Controlada: Em 21 de dezembro de 2006, a Controlada quitou o saldo de sua dívida de mútuo com a Sociedade. O montante recebido foi de R\$ 47.766 (R\$ 58.798 era o saldo em 31/12/05). A perda financeira reconhecida contra o resultado em 2006, devido à queda da cotação do dólar norte-americano, foi de R\$ 3.658 (R\$ 7.258 de perda financeira em 2005).

Debêntures: Em 27 de julho de 2006, a Controlada quitou o saldo de sua dívida de debêntures privadas com a Sociedade. O montante recebido foi de R\$ 556.911 (R\$ 560.459 era o saldo em 31/12/05). Os rendimentos reconhecidos em 2006, até a data da liquidação, foram de R\$ 44.203 (R\$ 134.923 em 2005).

5. VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (INSTRUMENTOS FINANCEIROS) E ANÁLISE DE RISCOS

A Sociedade e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua materialidade. Aqueles instrumentos cujos valores se aproximam do valor justo, a exemplo de caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata, contas a receber, ativos e passivos de tributos, fundos de pensão, entre outros, e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade e das controladas, destacam-se:

a. Risco de Crédito

A maioria dos serviços prestados pela controlada Brasil Telecom S.A. está vinculada ao Contrato de Concessão e grande parte desses serviços subordina-se ao estabelecimento de tarifas por parte do órgão regulador. A política de crédito, por sua vez, no caso de serviços públicos de telecomunicações, fica subordinada às normas legais estabelecidas pelo poder concedente. O risco existe em razão da possibilidade da Controlada vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No ano de 2006, o montante consolidado de perdas com contas a receber, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondeu a 2,54% da receita bruta (3,06% em 2005). Através de controles internos, é monitorado permanentemente o nível das contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço (tráfego sainte) se a fatura estiver vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções para o caso de serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

continua

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

A controlada Brasil Telecom S.A. opera em co-faturamento, relativo às chamadas de longa distância com o uso do seu CSP (Código de Seleção de Prestadora) originadas por assinantes das outras operadoras de telefonia fixa e móvel. As contas a receber em co-faturamento são geridas por essas operadoras, com base nos acordos operacionais firmados com as mesmas e de acordo com a disciplina estabelecida pela ANATEL. As regras de bloqueio estabelecidas pelo órgão regulador são as mesmas para as sociedades de telefonia fixa e móvel fornecedoras do co-faturamento. A Controlada monitora separadamente os recebíveis dessa natureza e mantém provisão para perdas que poderão ocorrer, devidas aos riscos de não recebimento desses valores. Com relação à telefonia móvel, o risco de crédito na venda de aparelhos e na prestação de serviços na modalidade pós-pago é minimizado com a adoção de uma pré-análise de crédito. Ainda no que diz respeito ao serviço pós-pago, cuja base de clientes ao final do exercício era de 29,4% do total da carteira (31,3% em 2005), as contas a receber também são monitoradas a fim de limitar a inadimplência e efetua-se o bloqueio ao serviço (tráfego sainte) quando a fatura estiver vencida há mais de quinze dias.

b. Risco de Taxa de Câmbio

Ativos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Valor Contábil		Valor Contábil	
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Mútuos com Controlada	-	58.798	-	-
Empréstimos	-	101.098	-	101.098
Total	-	159.896	-	101.098
Longo Prazo	-	159.896	-	101.098

Os empréstimos e mútuos ativos foram integralmente recebidos no decorrer do quarto trimestre de 2006.

Passivos

A Sociedade e a controlada Brasil Telecom S.A. possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 17,0% (23,8% em 31/12/05) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos consolidados, desconsiderados os saldos de *hedge* contratados. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de *hedge* cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira, 61,6% (69,8% em 31/12/05) está coberta por operações de *hedge* e aplicações financeiras em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados dessas operações são registrados no resultado como ganho ou perda. Em 2006, a variação negativa acumulada dos contratos de *hedge* totalizou R\$ 136.508 (R\$ 246.124 de variação negativa em 2005).

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, é a seguinte:

	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	212	212
Total	-	-	212	212
Circulante	-	-	143	143
Longo Prazo	-	-	69	69

	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	840.177	880.804	1.005.503	1.050.837
Contratos de Hedge	398.518	395.611	311.469	301.119
Total	1.238.695	1.276.415	1.316.972	1.351.956
Circulante	203.824	204.938	118.544	119.443
Longo Prazo	1.034.871	1.071.477	1.198.428	1.232.513

O método utilizado para o cálculo do valor de mercado (valor justo) dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos de *hedge* foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do balanço.

c. Risco de Taxa de Juros

Ativos

O ativo consolidado decorre de empréstimos remunerados pelas taxas citadas abaixo, bem como títulos de renda (CDBs) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício

concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal – PRO-DF, sendo a remuneração desses títulos equivalente a 95% da taxa SELIC.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Valor Contábil e de Mercado		Valor Contábil e de Mercado	
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Empréstimos (Inclui Debêntures)				
Debêntures vinculadas ao CDI	-	560.459	-	-
Empréstimos vinculados ao IGP-M, Coluna 27 (FGV) e IGP-DI	-	-	8.409	9.173
Títulos de Renda, vinculados a:				
Taxa SELIC	-	-	3.280	2.604
Total	-	560.459	11.689	11.777
Circulante	-	-	5.557	3.962
Longo Prazo	-	560.459	6.132	7.815

Os valores contábeis se igualam aos valores de mercado, devido às condições de contratação atuais para esses tipos de instrumentos financeiros serem semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou não apresentarem parâmetros para cotação ou contratação.

Passivos

A controlada Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (TJLP, UMBNDES, CDI, IGP-M e IGP-DI). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. A Controlada tem pactuado contratos de derivativos de *hedge* para 15,1% (22,7% em 31/12/05) das obrigações sujeitas à taxa UMBNDES, na modalidade de *swap* cambial. Contudo, há um monitoramento contínuo das demais taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para proteção contra a volatilidade dessas taxas. A Controlada também emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que essas obrigações foram contratadas a taxas de juros vinculadas ao CDI e o risco surge em razão da possível elevação dessa taxa.

A situação dos passivos mencionados na data de encerramento do balanço é a seguinte:

	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos vinculados à TJLP (inclui Debêntures)	-	-	279.902	277.425
Total	-	-	279.902	277.425
Circulante	-	-	279.902	277.425

	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos vinculados à TJLP	2.240.615	2.261.198	2.356.113	2.354.519
Debêntures – CDI	1.625.939	1.628.510	547.767	540.356
Empréstimos vinculados a UMBNDES	185.881	185.990	272.601	273.318
Contratos de Hedge em UMBNDES	22.087	21.197	37.630	27.462
Empréstimos vinculados ao IGP-DI	25.501	25.501	19.310	19.310
Empréstimos vinculados ao IGPM	-	-	8.158	8.158
Outros Empréstimos (Taxa Fixa)	36.472	36.472	10.530	10.531
Total	4.136.495	4.158.868	3.252.109	3.233.654
Circulante	905.740	913.887	1.083.137	1.077.441
Longo Prazo	3.230.755	3.244.981	2.168.972	2.156.213

Alguns dos contratos citados têm os valores de mercado iguais aos valores contábeis, devido às condições de contratação atuais para esses tipos de instrumentos financeiros serem semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou não apresentarem parâmetros para cotação ou contratação.

d. Risco de Não Vinculação de Índices de Atualização Monetária de Empréstimos e Financiamentos com o Contas a Receber

Os índices de empréstimos e financiamentos contratados pela controlada Brasil Telecom S.A. não estão correlacionados com os valores das contas a receber. Desta maneira, existe um risco, pois os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Controlada.



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

e. Riscos Contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade entre provável, possível ou remota. As contingências consideradas como de risco provável são registradas no passivo. Os detalhes desses riscos estão apresentados na nota nº 7.

f. Riscos Relacionados a Investimentos

A Sociedade possui investimentos avaliados pelos métodos de equivalência patrimonial e custo de aquisição. A Brasil Telecom S.A., a Nova Tarrafa Participações Ltda. e a Nova Tarrafa Inc. são sociedades controladas, cujos investimentos são avaliados pela equivalência patrimonial.

Os investimentos avaliados pelo custo são irrelevantes em relação aos ativos totais. Os riscos a eles relacionados não produziram impactos relevantes nos resultados da Sociedade caso ocorressem perdas significativas.

Os valores relacionados aos investimentos são os seguintes:

	2006		2005	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Investimentos	3.756.338	8.247.697	3.745.018	5.547.050
Participações em Sociedades Controladas	3.748.789	8.240.148	3.737.948	5.539.980
Com Cotação em Bolsa	3.719.264	8.210.623	3.697.991	5.500.023
Sem Cotação em Bolsa	29.525	29.525	39.957	39.957
Outros Investimentos	7.549	7.549	7.070	7.070

O investimento com cotação em bolsa refere-se à participação na Brasil Telecom S.A. e seu valor de mercado foi avaliado com base na cotação de mercado utilizada na negociação entre acionistas não controladores.

g. Riscos de Aplicações Financeiras

São mantidas aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de investimento financeiro (FIFs) exclusivos, cujos ativos são constituídos por títulos públicos federais pós-fixados, pré-fixados e cambiais, e títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de primeira linha (CDBs), todos vinculados ao CDI, fundo de investimento financeiro (FIF) exclusivo, vinculado à variação cambial através de contratos futuros de dólar junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, aplicações de curto prazo, representadas por títulos emitidos pela República da Áustria, remunerados a um percentual da variação média do CDI, aplicações financeiras no exterior em *overnight*, em carteira própria de Certificados de Depósito (CD) emitidos por instituições financeiras no exterior. As aplicações em *overnight*, no fundo cambial e em certificados de depósito estão sujeitas ao risco de taxa de câmbio. As aplicações em *overnight* que possuem lastro neste tipo de certificado e as aplicações em Certificado de Depósito (CD) estão sujeitas ao risco de crédito da instituição financeira emissora.

O saldo das aplicações financeiras mantidas pela Sociedade na data de encerramento do exercício era de R\$ 1.431.604 (R\$ 883.482 em 31/12/05). Os rendimentos auferidos foram reconhecidos contabilmente como receita financeira e representaram R\$ 145.208 (R\$ 148.612 em 2005). Os valores atribuídos às demonstrações consolidadas eram de R\$ 3.846.052 (R\$ 2.550.490 em 31/12/05) para as aplicações financeiras e de R\$ 347.993 (R\$ 395.105 em 2005) para os rendimentos.

As aplicações consolidadas de curto prazo – investimentos temporários, na data de encerramento do balanço, estavam representadas pelo valor de R\$ 89.424 e os rendimentos auferidos no exercício, registrados como receita financeira, foram de R\$ 11.312.

h. Risco de Vencimentos Antecipados de Empréstimos e Financiamentos

As obrigações decorrentes de financiamentos, citadas na nota nº 37, relativas aos contratos do BNDES, debêntures públicas e a maioria referente às instituições financeiras, contém cláusulas que prevêm antecipação de vencimentos de obrigações ou retenção de valores atrelados a parcelas da dívida (*covenants*), nos casos em que não sejam atingidos determinados níveis para certos indicadores, como índices de endividamento, liquidez, geração de caixa e outros.

Para os contratos de financiamento mantidos com o BNDES, deve ser cumprido um conjunto de índices financeiros e no caso de descumprimento de algum destes índices, é facultado ao Banco solicitar o bloqueio temporário de valores, dados como garantia em conta vinculada. Em virtude do descumprimento desta cláusula, a Brasil Telecom S.A. esteve sujeita ao bloqueio parcial e temporário de suas aplicações financeiras, no montante de R\$ 247.442, decorrente de provisões reconhecidas nas demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/05. Em 2006, ocorreram bloqueios parciais nos fundos de investimentos consolidados da Controlada, no montante de R\$ 192.156, sem prejuízo da remuneração correspondente. A liberação total dos valores bloqueados ocorreu em dezembro de 2006, devido à assinatura de aditivo contratual com o BNDES e *pool* de bancos, que alterou os índices financeiros pactuados.

i. Risco de Aspecto Regulatório

Novos Contratos de Concessão

Estão em vigor os novos contratos de concessão local e longa distância nacional, firmados pela Brasil Telecom S.A. junto à ANATEL, com abrangência ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2006 e 31

de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios e vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos, destacam-se:

- O ônus da concessão definido como 2% da receita líquida de tributos, calculada a cada biênio, tomando por início o exercício social de 2006, cujo pagamento inicial recai ao dia 30/04/07 e assim sucessivamente até o término da concessão. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% para cada exercício social.
- A definição de novas metas de universalização, em especial o AICE – Acesso Individual de Classe Especial, de oferta obrigatória e os Postos de Serviço de Telecomunicações – PST, com ônus integral para a Concessionária.
- A possibilidade do órgão regulador impor planos alternativos aos obrigatórios.
- A introdução do direito do órgão regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros.
- A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis.
- A criação de conselho de usuários em cada concessão.

Adicionalmente, a regulamentação associada ao novo contrato de concessão prevê mudanças na forma de tarifação das chamadas locais, que passam de pulso para minuto no horário normal, nos valores das tarifas de público e nos critérios de reajuste, que teve o fator de excursão individual reduzido de 9% para 5%, e que passará a ter definição por um índice setorial – o IST, em cuja composição o maior peso é do IPCA.

Por sua vez, as tarifas de interconexão, conforme previsto, passam a ser definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, previsto para 2008, conforme definido no Regulamento de Separação e Alocação Contábil (Resolução nº 396/05).

AANATEL, na data de 23 de fevereiro de 2006, editou a Resolução nº 432, adiando pelo prazo de doze meses as datas constantes da Norma nº 423, de 06/12/05, que trata da Alteração da Tarifação do Plano Básico do STFC na Modalidade Local Prestado em Regime Público.

Não é possível avaliar, na data de elaboração destas demonstrações contábeis, os impactos futuros que serão produzidos por tal mudança regulamentar.

Projeto de Lei de Mudança da Lei Geral de Telecomunicações (“LGT”)

No início de março de 2006, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.677 para alteração da LGT nº 9.472, de 16/07/97, cujo conteúdo essencialmente é o de possibilitar a adoção de critérios diferenciados fundados na condição socioeconômica do pretendente-usuário, com objetivo de reduzir as desigualdades sociais e facilitar o acesso aos serviços de telecomunicações prestados em regime público. No mês de setembro de 2006, foi requerido pelo Poder Executivo o cancelamento do pedido de urgência para a citada proposição.

Por falta de elementos objetivos não é possível avaliar, na data de elaboração destas demonstrações contábeis, os impactos futuros que serão produzidos nos negócios da Brasil Telecom S.A., caso o referido projeto seja aprovado no Congresso Nacional.

Resolução nº 438, da ANATEL

Em 13/07/2006, foi publicada e entrou em vigor a Resolução nº 438, que aprova o novo Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP, revogando a Resolução nº 319/02.

As principais alterações são:

- Obrigatoriedade de implementar a modulação horária para a remuneração de rede – VU-M nos mesmos horários e percentuais aplicáveis à tarifa de público.
- Mudança do critério de pagamento dos valores de VU-M, que passa a ser devida sempre que a rede da prestadora do SMP for utilizada para originar ou terminar chamadas, em contraposição à regra anterior, na qual somente era devida a VU-M quando o tráfego sainte, em dada direção, fosse superior a 55% (cinquenta e cinco por cento) do tráfego total cursado.

A aplicação de tal Resolução acarretou uma redução ao resultado líquido consolidado, comparado ao critério anterior, da ordem de R\$ 13.917, livre da participação minoritária.

Sobreposição de Licenças

A Brasil Telecom S.A., quando recebeu a certificação do cumprimento das metas de universalização para 2003, estabelecidas pela ANATEL, já prestava o serviço de telefonia fixa (“STFC”) nas modalidades local e longa distância nacional (“LDN”) intra-regional na Região II do Plano Geral de Outorgas (“PGO”). Após o cumprimento das referidas metas, a ANATEL, em janeiro de 2004, expediu autorizações que ampliaram a possibilidade de atuação da Controlada: STFC local e LDN nas Regiões I e III do PGO (e em mais alguns setores da Região II); Longa Distância Internacional (“LDI”) nas Regiões I, II e III do PGO; telefonia móvel, mediante a controlada 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”), na Região II do Serviço Móvel Pessoal (“SMP”). Foram também ampliados os contratos de concessão já existentes, permitindo-se chamadas de LDN destinadas a qualquer ponto do território nacional. Se a Telecom Itália Internacional N.V. (“TII”) adquirisse uma participação indireta na Sociedade ou na Brasil Telecom S.A., estas e a TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM”) poderiam ser consideradas afiliadas sob a lei de telecomunicações brasileira. Isto implicaria que a capacidade de prestar serviços nacionais (LDN) e internacionais (LDI) de telefonia fixa, assim como serviços de telefonia móvel, nas mesmas regiões que a TIM, estaria sob o risco de ser parcialmente encerrada pela ANATEL. Em 16 de janeiro de 2004, a ANATEL emitiu o Ato nº 41.780, estabelecendo um período de 18 meses durante o qual a TII poderia

continua

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

readquirir uma participação indireta na Sociedade, desde que a TII não participasse ou votasse em quaisquer assuntos relacionados à sobreposição de serviços oferecidos pela Brasil Telecom S.A. e a TIM, tais como serviços de chamadas de longa distância nacional e internacional e serviços de telefonia celular. Em 30 de junho de 2004, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos autos da Medida Cautelar 08700.000018/2004-68, estabeleceu restrições ao exercício de direitos de controle por parte de Telecom Italia International N.V. e seus representantes nos conselhos de administração de Solpart Participações S.A., Brasil Telecom Participações S.A. e Brasil Telecom S.A.

Na data de 28 de abril de 2005, TII e TIM e a Brasil Telecom S.A. e BrT Celular celebraram vários acordos societários, inclusive um instrumento intitulado “Acordo de Incorporação” (*Merger Agreement*) e um “Protocolo” a ele relacionado. Dentre outras razões alegadas, essa operação de incorporação foi justificada pela administração da época como possível solução para a sobreposição de licenças e autorizações regulatórias com a TIM, para afastar sanções e penalidades que poderiam ser impostas pela ANATEL. A operação foi proibida por liminar expedida pela Justiça norte-americana. Também é objeto de discussão na Justiça brasileira e em arbitragem envolvendo acionistas controladores.

Em 7 de julho de 2005, a ANATEL declarou, por meio do Ato nº 51.450, que a contagem do prazo de 18 meses para a resolução da sobreposição de licenças começaria na data do efetivo retorno da TII ao grupo de controle da Brasil Telecom S.A. Em 26 de julho de 2005, a ANATEL, por meio do Despacho nº 576/2005, declarou que a contagem do prazo já iniciara em 28 de abril de 2005. Portanto, de acordo com a ANATEL, as empresas interessadas deveriam adotar as medidas necessárias para eliminar a sobreposição de outorgas até o encerramento do referido prazo, em outubro de 2006, sob pena de aplicação de sanções legais, o que poderá afetar a qualquer delas ou a ambas.

A depender da decisão final da ANATEL, essas sanções poderiam ter um efeito material adverso nos negócios e operações atribuídos à Sociedade, realizados através de sua controlada Brasil Telecom S.A. e da 14 Brasil Telecom Celular S.A. Em 18 de outubro de 2006, o Conselho Diretor da ANATEL, mediante sua assessoria de imprensa, comunicou sua anuência prévia à operação apresentada pela Telecom Itália Internacional (TII) com o objetivo de desfazer as sobreposições de outorgas do Serviço Móvel Pessoal (SMP) na Região II do Plano Geral de Autorizações (PGA) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) de longa distância nacional e internacional nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO).

A Agência manteve as vedações referentes ao exercício de voto e veto nas deliberações relacionadas aos serviços do STFC (LDN e LDI) e SMP. A operação consiste na transferência, para a Brasilco S.r.l. (subsidiária integral da TII, com sede na Itália), da totalidade das ações com direito a voto detidas pela TII no capital social da Solpart Participações S.A. (correspondentes a 38%), controladora da Brasil Telecom Participações S.A., da Brasil Telecom S.A. e da 14 Brasil Telecom Celular S.A. A participação da TII na Brasilco deverá ser administrada de forma independente, pelo Credit Suisse Securities (Europe) Limited.

Com a efetiva implementação da operação até 28 de outubro de 2006, cessariam as sobreposições de outorgas para exploração do SMP na Região II do PGA e do STFC de longa distância nacional e internacional nas Regiões I, II e III do PGO, conforme comunicado da ANATEL de 18 de outubro de 2006, acima mencionado.

Em 27 de outubro de 2006, a Brasil Telecom S.A. recebeu os termos de renúncia, datados do dia 20 de outubro de 2006, dos dois membros de seu Conselho de Administração indicados pela TII, bem como de seus respectivos suplentes. Também no dia 27 de outubro de 2006, a Sociedade recebeu carta de seu acionista controlador, SOLPART PARTICIPAÇÕES S.A., comunicando que a TII já realizara a transferência das ações nos termos aprovados pela ANATEL – portanto, dentro do prazo. Em 30 de outubro de 2006, a Sociedade divulgou ao mercado fato relevante relativo a estes dois assuntos.

Também no dia 30 de outubro de 2006, a ANATEL, mediante sua assessoria de imprensa, divulgou que a Telecom Itália Internacional protocolara junto à Agência, no dia 27 de outubro – portanto, dentro do prazo –, a documentação complementar necessária para análise e aprovação da operação: (i) comprovação da renúncia dos administradores e suplentes da Telecom Itália no Conselho de Administração da Brasil Telecom e da Solpart Participações S.A.; e (ii) documentos societários relativos à referida transferência de ações e à gestão independente da Brasilco pelo Credit Suisse, na qualidade de Trustee da Telecom Italia.

Com a confirmação – ainda pendente – da aprovação, pela ANATEL, da documentação apresentada pela TII à Agência no dia 27 de outubro de 2006, comprovando a implementação da operação até 28 de outubro de 2006, cessariam as sobreposições de outorgas para exploração do SMP na Região II do PGA e do STFC de longa distância nacional e internacional nas Regiões I, II e III do PGO.

Em novembro de 2006, a TII submeteu à ANATEL o ato de concentração com a Brasilco. No mesmo mês, a ANATEL, seguindo o trâmite legal, submeteu esta operação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

6. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os benefícios descritos nesta nota são oferecidos aos empregados da Sociedade, de sua controlada Brasil Telecom S.A. e das sociedades controladas por esta. Tais sociedades, para melhor citá-las quando em conjunto, podem ser referenciadas como “Empresas Brasil Telecom” e, para efeitos de previdência complementar citada nesta nota, também estão denominadas como “Patrocinadora” ou “Patrocinadoras”.

a. Previdência Complementar

São patrocinados planos de benefícios de previdência complementar, relacionados à aposentadoria para os empregados e participantes assistidos e, para estes últimos, assistência médica em alguns casos. Esses planos têm como administradoras as seguintes fundações: (i) Fundação 14 de Previdência Privada (“Fundação 14”); (ii) Fundação BrTPREV (“FBrTPREV”), originária da antiga CRT, sociedade incorporada pela Sociedade em 28/12/00; e (iii) Fundação SISTEL de Seguridade Social (“SISTEL”), originária de empresas do antigo Sistema Telebrás.

O estatuto social prevê a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, no que cabe aos planos específicos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para os planos de benefício definido identificados nesta nota explicativa, adota-se o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais, estando constituído o passivo integral para os planos que apresentam situação deficitária. Esta medida foi aplicada desde o exercício social de 2001, ano em que foram adotadas as normas da Deliberação CVM nº 371/00. Para os planos que apresentam situação atuarial positiva não são constituídos ativos em virtude da impossibilidade legal de reembolsos desses superávits.

A seguir estão reportadas as características dos planos de previdência complementar patrocinados.

FUNDAÇÃO 14

A Fundação 14 de Previdência Privada foi criada em 2004, com o papel de assumir a administração e operação do plano TCSPREV, fato que se efetivou a partir de 10 de março de 2005, cujo processo foi respaldado pela legislação específica do setor e devidamente aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

Conforme o Termo de Transferência firmado na ocasião entre a Fundação Sistel de Seguridade Social e a Fundação 14 de Previdência Privada, a SISTEL, através de Convênio de Administração, prestou serviços de administração e operação dos planos TCSPREV e PAMEC-BrT à Fundação 14, desde a data de efetivação da transferência desses planos, ocorrida em 10/03/05, até a data de 30/09/06. A partir de tal data, a Fundação 14 assumiu os serviços de administração e operação dos seus planos.

Planos

TCSPREV (Contribuição Definida, Benefício Saldado e Benefício Definido)

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28/02/00. Em 31/12/01 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela então Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício salgado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem. Em março de 2003 este plano deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere à contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 65,7% do quadro de empregados.

PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (Benefício Definido)

Destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT, o qual foi incorporado ao TCSPREV em 31/12/01.

Contribuições Estabelecidas para os Planos

TCSPREV

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 19.520,40 para o ano de 2006. Opcionalmente, o participante pode contribuir voluntariamente ou esporadicamente para o plano, acima da contribuição básica, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade de ingresso no plano. As patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco. Em 2006, as contribuições das patrocinadoras ao TCSPREV representaram 5,54% da folha de proventos dos participantes do plano. Para os empregados vinculados ao plano as contribuições representaram 5,49%.

PAMEC-BrT

As contribuições para este plano foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Novas contribuições estarão limitadas à necessidade futura de cobrir gastos, caso isto ocorra.

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

O plano de previdência complementar que permanece sob a administração da SISTEL é originário da época anterior à Cisão da Telebrás e atende aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em janeiro de 2000 (PBS-A). Permanece também administrado pela SISTEL o plano assistencial PAMA/PAMA-PCE, formado por participantes assistidos do Plano PBS-A, dos planos PBSs segregados por patrocinadora em janeiro de 2000 e do Grupo Interno do PBS-TCS, incorporado ao plano TCSPREV em dezembro de 2001.



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Planos

PBS-A (Benefício Definido)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00.

PAMA - Plano de Assistência Médica ao Aposentado / PCE – Plano de Coberturas Especiais (Contribuição Definida)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31/12/01 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela Fundação 14) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBSs patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações. Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004 e de dezembro de 2005 a abril de 2006, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). Os participantes que optaram pela migração passaram a contribuir para o PAMA/PCE.

Contribuições Estabelecidas para os Planos

PBS-A

As contribuições podem ocorrer em caso de apuração de déficit acumulado. Em 31/12/06, data da avaliação atuarial, o plano apresentava-se superavitário.

PAMA/PCE

A Patrocinadora efetua contribuições para este plano, correspondentes a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da Brasil Telecom, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31/12/01, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE.

FUNDAÇÃO BrTPREV

Trata-se da administradora originária dos planos patrocinados pela antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. no final do ano de 2000. O patrocínio junto à FBrTPREV tem por finalidade principal a manutenção de planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes.

Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciais suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à Filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Sociedade e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo. O BrTPREV atende atualmente a cerca de 29,9% do quadro de empregados.

Fundador – Brasil Telecom e Alternativo – Brasil Telecom

Planos de benefício definido, destinados à concessão de benefícios previdenciais suplementares aos da previdência oficial, fechados ao ingresso de novos participantes. Atualmente, esses planos atendem a cerca de 0,14% do quadro de empregados.

Contribuições Estabelecidas para os Planos

BrTPREV

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 20.193,00 para o ano de 2006. Opcionalmente o participante pode contribuir também voluntariamente ou esporadicamente para o plano, acima da contribuição básica, porém, sem a paridade da patrocinadora. Esta é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco. As contribuições da empresa em 2006 equivaleram a 9,17% da folha de proventos dos participantes vinculados a este plano, enquanto que para as contribuições dos empregados as contribuições representaram 5,27%.

Fundador – Brasil Telecom e Alternativo – Brasil Telecom

A contribuição normal da patrocinadora em 2006 foi de 3,42% sobre a folha de salários dos participantes dos planos, sendo que estes contribuem com taxas variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário, cuja taxa média foi de 3,42%. No Plano Alternativo – Brasil Telecom, os participantes também pagam uma jôia, dependendo da idade de ingresso no plano.

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição complementar da patrocinadora, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela FBrTPREV, tem o prazo máximo de liquidação estabelecido em vinte anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/SPC/GAB/COA,

de 25/01/02, da Secretaria de Previdência Complementar. Desse prazo máximo determinado restam 15 anos para a quitação total.

Situação dos Planos Patrocinados, Reavaliados na Data de Encerramento do Exercício Social

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 – TCSPREV	
	2006	2005	2006	2005
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	1.320.851	1.290.201	227.007	188.953
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	84.750	72.608	193.199	148.220
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	1.405.601	1.362.809	420.206	337.173
Valor Justo dos Ativos do Plano	(757.034)	(634.894)	(717.764)	(645.051)
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	648.567	727.915	(297.558)	(307.878)

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO

	2006	2005	2006	2005
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no início do exercício	1.362.809	1.056.702	337.173	319.073
Custo dos Juros	147.861	164.212	37.097	35.187
Custo do Serviço Corrente	8.030	141	5.285	4.090
Benefícios Pagos Líquidos (Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	(106.759)	(103.089)	(18.072)	(16.604)
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	1.405.601	1.362.809	420.206	337.173
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	634.894	555.256	645.051	475.911
Rendimentos dos Ativos do Plano	101.017	84.215	89.457	184.393
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	4.614	232	1.328	1.351
Patrocinadora	4.505	130	893	796
Participantes	109	102	435	555
Contribuições Amortizantes Recebidas da Patrocinadora	123.268	98.280	-	-
Pagamento de Benefícios	(106.759)	(103.089)	(18.072)	(16.604)
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	757.034	634.894	717.764	645.051
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido⁽¹⁾	648.567	727.915	(297.558)	(307.878)

⁽¹⁾ Em caso de ativo atuarial líquido, não há reconhecimento contábil na Patrocinadora.

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM

	2006	2005	2006	2005
Custo do Serviço Corrente	8.030	141	5.285	4.090
Contribuições dos Participantes	(109)	(102)	(435)	(555)
Custo dos Juros	147.861	164.212	-	-
Rendimento dos Ativos do Plano	(101.017)	(84.215)	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	(6.340)	244.843	-	-
Total da Despesa Reconhecida	48.425	324.879	4.850	3.535

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS

	2006	2005	2006	2005
Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	11,30%		11,30%	
Taxa Estimada de Inflação	5,00%		5,00%	
Índice de Aumento Salarial Real Estimado	2%		2%	
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	5,00%		5,00%	
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	13,22%	12,34%	12,86%	12,34%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP94 + 1	UP94 + 2	UP94 + 1	UP94 + 2
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas, -20% até 40 anos; e +30% acima de 40 anos.		Álvaro Vindas, -20% até 40 anos; e +30% acima de 40 anos.	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa de Rotatividade	Nula		Nula	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2006

- a) Os ativos e passivos dos planos acima estão posicionados em 31/12/06.
b) Os dados cadastrais utilizados são de 31/07/06, projetados para 31/12/06.

continua

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	SISTEL – PBS-A		Fundação 14 – PAMEC		Programa A
	2006	2005	2006	2005	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS					
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	580.506	570.260	1.471	1.063	Este programa é outorgado na extensão dos objetivos de performance atingidos, determinados pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos. Até 31 de dezembro de 2006 nenhuma opção foi outorgada.
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	-	-	58	36	
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	580.506	570.260	1.529	1.099	Programa B
Valor Justo dos Ativos do Plano	(895.205)	(738.735)	(883)	(925)	O preço de exercício é fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado do lote de mil ações na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento.
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	(314.699)	(168.475)	646	174	A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ (ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO					
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	570.260	529.690	1.099	886	
Custo dos Juros	61.684	57.197	122	98	
Custo do Serviço Corrente	-	-	5	1	
Benefícios Pagos Líquidos (Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	(49.096)	(46.997)	(19)	(83)	
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	580.506	570.260	1.529	1.099	
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	738.735	688.827	925	1.009	
Rendimentos (Perdas) dos Ativos do Plano	205.566	96.905	(23)	(1)	
Pagamento de Benefícios	(49.096)	(46.997)	(19)	(83)	
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	895.205	738.735	883	925	
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido⁽¹⁾	(314.699)	(168.475)	646	174	

⁽¹⁾ Em caso de ativo atuarial líquido, não há reconhecimento contábil na Patrocinadora.

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM

Constituição do Passivo Atuarial	-	-	-	174
Custo do Serviço Corrente	-	-	5	-
Custo dos Juros	-	-	122	-
Rendimento (Perda) dos Ativos do Plano	-	-	23	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	-	-	322	-
Total da Despesa Reconhecida	-	-	472	174

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS

Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	11,30%	11,30%		
Taxa Estimada de Inflação	5,00%	5,00%		
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	5,00%	5,00%		
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	13,18%	13,75%	13,75%	11,47%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP94 + 1	UP94 + 2	UP94 + 1	UP94 + 2
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	N/A		Mercer Disability	
Idade de Início dos Benefícios	N/A		5% aos 52 anos de idade; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria	

N/A = Não Aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2006

- a) Foram utilizados os ativos dos planos na posição de 30/11/06, como estimativa para o patrimônio de fechamento do exercício.
- b) Os dados cadastrais utilizados são de 30/09/06, projetados para 31/12/06.

b. Plano de Opção de Compra de Ações para Administradores e Empregados

A Assembléia Geral Extraordinária da controlada Brasil Telecom S.A., realizada em 28 de abril de 2000, aprovou o plano geral para a outorga de opções de compra de ações para seus administradores e empregados, incluindo os vinculados às suas controladas. O Plano autoriza a outorga de um limite máximo de 10% das ações de cada espécie de ações. As ações oriundas do exercício de opções garantem aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da respectiva sociedade. A administração desse plano foi atribuída a um comitê gestor designado pelo Conselho de Administração, o qual deliberou somente pela outorga de opções de ações preferenciais. O plano divide-se em dois programas distintos:

Programa A

Este programa é outorgado na extensão dos objetivos de performance atingidos, determinados pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos. Até 31 de dezembro de 2006 nenhuma opção foi outorgada.

Programa B

O preço de exercício é fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado do lote de mil ações na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

	Primeira Outorga		Segunda Outorga		Terceira Outorga	
	A partir de	Prazo Limite	A partir de	Prazo Limite	A partir de	Prazo Limite
33%	01/01/04	31/12/08	19/12/05	31/12/10	21/12/05	31/12/11
33%	01/01/05	31/12/08	19/12/06	31/12/10	21/12/06	31/12/11
34%	01/01/06	31/12/08	19/12/07	31/12/10	21/12/07	31/12/11

Esses prazos de aquisição poderão ser antecipados em razão da ocorrência de eventos ou condições especiais estabelecidos no contrato de outorga. Desde dezembro de 2004 até a data do encerramento do balanço não houve outorga de opções.

As informações relativas ao plano geral para a outorga de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

	2006		2005	
	Opções de Ações Preferenciais (Mil)	Preço Médio de Exercício R\$	Opções de Ações Preferenciais (Mil)	Preço Médio de Exercício R\$
Saldo no início do exercício	410.737	13,00	1.415.119	13,00
Opções Extintas	139.935	13,00	1.004.382	13,00
Saldo no final do exercício	270.802	13,00	410.737	13,00

Não houve outorga de opções de compra de ações exercidas até a data de encerramento do balanço e a representatividade do saldo de opções perante o total de ações em circulação da controlada Brasil Telecom S.A. é de 0,05% (0,08% em 2005).

Considerando a hipótese de que as opções serão exercidas integralmente, o custo de oportunidade dos prêmios das respectivas opções, calculado pelo método Black&Scholes, para a Controlada seria de R\$ 532 (R\$ 482 em 2005).

c. Outros Benefícios a Empregados

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio médico/odontológico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio transporte e outros.

7. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a. Contingências Passivas

A Sociedade e suas controladas efetuam periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, entre as alternativas de prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis ou remotos estão evidenciadas nesta nota. Em algumas situações, por exigência legal ou por uma opção de cautela, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses processos encontram-se em discussão em esferas administrativa e judicial e em várias instâncias, desde as iniciais até as extraordinárias.

Ressalte-se, ainda, que o apontamento apresentado abaixo demonstra, em alguns casos, objetos idênticos com diferentes classificações de grau de risco, fato que se justifica pela situação fática e processual peculiar relacionada a cada processo.

Trabalhistas

As provisões trabalhistas compreendem uma estimativa da administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, das perdas relativas a processos movidos por empregados, ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços, relacionados à matéria de ordem trabalhista.

Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos decorrentes de divergências quanto à interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Sociedade, das controladas e do fisco.

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Cíveis

As provisões de natureza cível compreendem uma estimativa de causas alusivas a reajustes de valores contratuais, decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo Federal e outras causas relacionadas a programas comunitários de telefonia e ações de natureza indenizatória e consumerista.

Classificação por Grau de Risco

Contingências de Risco Provável

As contingências classificadas como risco de perda provável, para as quais estão registradas provisões no passivo, apresentam os seguintes saldos:

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Provisões	4.260	4.455	1.012.280	1.008.814
Trabalhista	-	-	487.266	567.273
Tributária	4.208	3.780	178.710	164.848
Cível	52	675	346.304	276.693
Depósitos Judiciais Vinculados	-	(1.234)	(279.491)	(355.864)
Trabalhista	-	-	(244.579)	(332.540)
Tributária	-	-	(1.882)	(1.281)
Cível	-	(1.234)	(33.030)	(22.043)
Total das Provisões, líquidas de Depósitos Judiciais	4.260	3.221	732.789	652.950
Circulante	13	11	175.603	219.650
Longo Prazo	4.247	3.210	557.186	433.300

Trabalhista

Variações ocorridas em 2006:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/05	-	567.273
Variações ao Resultado	-	190.454
Atualização Monetária	-	62.008
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	80.226
Provisão de Novas Ações	-	48.220
Pagamentos	-	(270.461)
Subtotal I (Provisões)	-	487.266
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/05	-	(332.540)
Variações de Depósitos Judiciais	-	87.961
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(244.579)
Saldo em 31/12/06, líquido de Depósitos Judiciais	-	242.687

Os principais objetos que afetam as contingências trabalhistas provisionadas são os seguintes:

- Adicional de Periculosidade – refere-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7369/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência;
 - Diferenças Salariais e Reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
 - Plano de Cargos – refere-se a pedido de aplicação de plano de cargos e salários para empregados da Brasil Telecom S.A., Filial Santa Catarina (antiga Telesc), com a incidência de promoções por antiguidade e merecimento, supostamente não concedidos pela antiga Telesc;
 - Responsabilidade Solidária/Subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da controlada Brasil Telecom S.A., feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
 - Horas extras – refere-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
 - Reintegração – pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
 - Pedido de aplicação de regulamento que previa o pagamento de percentual incidente sobre os lucros da Sociedade, atribuídos à Filial Santa Catarina; e
 - Complemento de Multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários – refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.
- A Brasil Telecom S.A. ingressou com ação judicial, contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título.

Tributária

Variações ocorridas em 2006:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/05	3.780	164.848
Variações ao Resultado	428	107.065
Atualização Monetária	515	14.427
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(87)	13.540
Provisão de Novas Ações	-	79.098
Pagamentos	-	(93.203)
Subtotal I (Provisões)	4.208	178.710
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/05	-	(1.281)
Variações de Depósitos Judiciais	-	(601)
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(1.882)
Saldo em 31/12/06, líquido de Depósitos Judiciais	4.208	176.828

As principais causas provisionadas são referentes às seguintes controvérsias:

- Previdenciário – relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária incidente no pagamento feito a cooperativas, bem como divergência de entendimento sobre verbas que compõem o salário de contribuição;
- Tributos Federais – autuações diversas que contestam supostas irregularidades cometidas pela Sociedade, como compensação indevida de prejuízos fiscais ocorrida antes da incorporação das demais operadoras da Região II do PGO; e
- Tributos Estaduais – Créditos de ICMS, cuja validade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

Cível

Variações ocorridas em 2006:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/05	675	276.693
Variações ao Resultado	493	190.559
Atualização Monetária	32	20.988
Reavaliação dos Riscos Contingentes	459	88.476
Provisão de Novas Ações	2	81.095
Pagamentos	(1.116)	(120.948)
Subtotal I (Provisões)	52	346.304
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/05	(1.234)	(22.043)
Variações de Depósitos Judiciais	1.234	(10.987)
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(33.030)
Saldo em 31/12/06, líquido de Depósitos Judiciais	52	313.274

As causas provisionadas são as seguintes:

- Revisão de condições contratuais – ação judicial em que uma empresa fornecedora de equipamentos propôs contra a controlada Brasil Telecom S.A., pedindo revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica;
- Contratos de Participação Financeira – tem se firmado no TJ/RS a posição quanto à incorreção do procedimento anteriormente adotado pela antiga CRT, atual Filial Rio Grande do Sul, pertencente à controlada Brasil Telecom S.A., nos processos relativos à aplicação de norma emitida pelo Ministério das Comunicações. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;
- Pontos de atendimento a clientes – ações civis públicas, versando sobre o fechamento de postos de atendimento a clientes;
- Listas Telefônicas Obrigatórias Gratuitas – LTOGs – ações questionando a não entrega das listas telefônicas residenciais impressas; e
- Demais demandas – referem-se a diversos processos em curso, abrangendo ações de responsabilidade civil, indenizações por rescisão contratual e questões consumeristas em trâmite nos Juizados Especiais, Justiça Comum e Justiça Federal de todo o País.

Contingências de Risco Possível

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Trabalhista	8.866	-	488.474	419.169
Tributária	30.666	30.065	2.176.063	2.205.388
Cível	-	-	606.938	1.779.336
Total	39.532	30.065	3.271.475	4.403.893

(continua)

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Trabalhista

Variações ocorridas em 2006:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/05	-	419.169
Atualização Monetária	33	60.532
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	(124.115)
Novas Ações	8.833	132.888
Montante apurado em 31/12/06	8.866	488.474

Os principais objetos que compõem as perdas possíveis de natureza trabalhista referem-se à responsabilidade solidária/subsidiária, complementação da multa indenizatória de FGTS decorrente de expurgos inflacionários, adicional de periculosidade, promoções e pedido de contra-prestação remuneratória pelo desempenho de horas de trabalho supostamente excedentes da carga horária normal de trabalho acordada.

Tributária

Variações ocorridas em 2006:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/05	30.065	2.205.388
Atualização Monetária	4.319	285.191
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(3.718)	(1.054.719)
Novas Ações	-	740.203
Montante apurado em 31/12/06	30.666	2.176.063

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- Autuações do INSS, com defesas em sede administrativa ou judicial, versando sobre a composição de valores no salário de contribuição supostamente devidos pela empresa;
- Defesas administrativas em processos movidos pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de divergências de valores entre DCTF e DIPJ;
- Ações civis públicas questionando o suposto repasse de PIS e COFINS aos consumidores finais;
- ICMS incidente sobre ligações internacionais;
- ICMS – diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais;
- ICMS – autuações sobre a suposta incidência nas atividades descritas no Convênio nº 69/98;
- IR-Fonte – sobre operações relacionadas à proteção para cobertura de dívidas;
- Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicação – FUST – em virtude da ilegal retroatividade, no entendimento da Sociedade, da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL; e
- ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação.

Cível

Variações ocorridas em 2006:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/05	-	1.779.336
Atualização Monetária	-	41.177
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	(1.438.028)
Novas Ações	-	224.453
Montante apurado em 31/12/06	-	606.938

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- Retribuições em ações decorrentes de PCT – os autores pretendem, junto à Brasil Telecom S.A., a retribuição em ações relacionadas aos contratos decorrentes do Programa Comunitário de Telefonia. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Durante o corrente exercício esses processos passaram por criteriosa revisão quanto ao cálculo dos valores envolvidos e à exposição de risco, resultando na redução de seu montante;
- Ações de natureza indenizatória e consumerista; e
- Contratuais – Ações relativas à reclamação de percentual decorrente do Plano Real, a ser aplicado em contrato de prestação de serviços, revisão de conversão de parcelas em URV e posteriormente em Reais, relativa a fornecimento de equipamentos e prestação de serviços.

Contingências de Risco Remoto

Além das demandas citadas ainda existem contingências cujo grau de risco foi avaliado como remoto, cujos montantes estão demonstrados a seguir:

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Trabalhista	-	-	340.576	166.755
Tributária	19.172	23.981	165.482	700.858
Cível	39.321	36.290	575.207	443.232
Total	58.493	60.271	1.081.265	1.310.845

Cartas de Fiança

A Sociedade mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, no valor de R\$ 13.740 (R\$ 13.740 em 31/12/05), a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória. Essas fianças estão contratadas por prazo indeterminado e o respectivo encargo varia de 0,65% a 1,20% a.a., representando uma taxa média de 0,87% a.a. Para efeitos consolidados, as cartas de fiança com tal finalidade representam R\$ 747.754 (R\$ 639.499 em 31/12/05), e os encargos variam de 0,45% a 2,00% a.a., resultando numa taxa média ponderada equivalente a 0,83% a.a. Dos contratos consolidados, a parcela de 9,5% vencerá no exercício de 2007 e o restante está contratado por prazo indeterminado. Os depósitos judiciais relacionados a contingências de risco de perda possível e remoto estão demonstrados na nota nº 25.

b. Contingências Ativas

A seguir está apresentada a demanda judicial de ordem tributária promovidas pela Sociedade e pela Brasil Telecom S.A., através das quais é reivindicada a recuperação de tributos pagos, calculados de forma diversa da interpretação sustentada por seus assessores jurídicos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei.

Parte das ações movidas pela Controlada, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS, transitaram em julgado no decorrer de 2006. Dos valores ainda não ressarcidos à Controlada, a mesma mantém registrado em seu ativo créditos no montante de R\$ 89.608. Esta quantia, adicionada dos valores recebidos, representou o montante bruto de R\$ 99.269 contabilizado no resultado consolidado em 2006.

São aguardados os julgamentos dos demais processos, cuja avaliação de êxito na entrada futura de recursos está avaliada como provável, nos quais o montante estimado a recuperar não reconhecido contabilmente é de R\$ 138.579 (R\$ 120.808 da COFINS e R\$ 17.777 do PIS) para a Sociedade e R\$ 155.421 para o Consolidado (R\$ 122.123 da COFINS e R\$ 33.298 para o PIS).

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 700.000.000.000 (setecentos bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Sociedade poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembléia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos únicos dos art. 11 e 14 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Sociedade ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Sociedade, o que for maior.

O capital social subscrito e integralizado, na data do encerramento do balanço, é de R\$ 2.596.272 (R\$ 2.596.272 em 31/12/05), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

Espécies de Ações	Total de Ações		Ações em Tesouraria		Ações em Circulação	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
	Ordinárias	134.031.688	134.031.688	1.480.800	1.480.800	132.550.888
Preferenciais	229.937.526	229.937.526	-	-	229.937.526	229.937.526
Total	363.969.214	363.969.214	1.480.800	1.480.800	362.488.414	362.488.414
					2006	2005
Valor Patrimonial por mil Ações em Circulação (R\$)					14,56	14,48

Na apuração do cálculo do valor patrimonial por mil ações estão deduzidas as ações ordinárias mantidas em tesouraria.

b. Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13/09/04 foi divulgado o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade, para recompra de ações preferenciais e ordinárias de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.

(continua)



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

A movimentação das ações em tesouraria foi a seguinte:

	2006		2005	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	(em milhares)	Valor	(em milhares)	Valor
Saldo no início do exercício	1.480.800	20.846	1.480.800	20.846
Saldo no final do exercício	1.480.800	20.846	1.480.800	20.846

	2006	2005
	(em milhares)	(em milhares)
Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por lote de mil ações)		
Médio Ponderado	14,08	14,08
Mínimo	12,40	12,40
Máximo	17,00	17,00

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações. Até a data do encerramento do exercício não ocorreu qualquer alienação de ações ordinárias adquiridas.

Valor de Mercado das Ações em Tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2006	2005
Quantidade de ações ordinárias em tesouraria (milhares de ações)	1.480.800	1.480.800
Cotação por lote de mil ações na BOVESPA (R\$)	35,00	23,76
Valor de Mercado	51.828	35.184

A Sociedade mantém o saldo das ações em tesouraria em conta própria na sua contabilidade. Para efeitos de apresentação, o saldo da conta de lucros acumulados, que deu origem à recompra dessas ações, está assim demonstrado:

	2006	2005
Saldo apresentado na Contabilidade	2.087.231	2.082.824
Ações em Tesouraria	(20.846)	(20.846)
Saldo de Lucros Acumulados, líquido de Ações em Tesouraria	2.066.385	2.061.978

c. Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas de conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de Ágio na Subscrição de Ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Outras Reservas de Capital: formadas pela contrapartida dos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda.

d. Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva Legal: apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar: constituída nos exercícios em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei nº 6.404/76, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do exercício. A reserva pode absorver prejuízos em exercícios subsequentes ou, quando realizada, compõe o cálculo do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos. De acordo com a atualização promovida pela Lei nº 10.303/01, os lucros que forem registrados na reserva de lucros a realizar a partir do exercício social de 2002 deverão ser considerados pelo valor do próprio dividendo postergado. Entretanto, a reserva de lucros a realizar formada durante a vigência da regra anterior, quando realizada, continuará a compor a base de cálculo dos dividendos, que é o caso da reserva de lucros a realizar existente na Sociedade.

Lucros Acumulados: compostos pelos saldos de lucros remanescentes do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6404/76, ou pelo registro de ajustes de anos anteriores, quando for o caso.

e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da Sociedade e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração a Sociedade pode pagar ou creditar, a título de dividendos,

juros sobre o capital próprio (JSCP) nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo mínimo obrigatório, de acordo com o art. 44 do estatuto social.

Dividendos Mínimos Obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76

	2006	2005
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	473.654	(27.883)
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	596.883
Apropriação à Reserva Legal	(23.682)	-
Lucro Líquido Ajustado	449.972	569.000
Dividendos Obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado)	112.493	142.250

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP Creditados

A Sociedade creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas durante o exercício, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado. Na data de encerramento do exercício, os JSCP creditados, líquidos do imposto de renda de fonte, foram imputados aos dividendos e integram a proposta para destinação de resultados a ser apresentada para aprovação da assembleia geral ordinária de acionistas (A.G.O.).

	2006	2005
Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP – Creditados	413.400	569.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	(62.010)	(85.350)
JSCP Líquidos	351.390	483.650
Dividendos Provisionados, em Complemento aos JSCP	36.572	-
Total da Remuneração dos Acionistas	387.962	483.650
Ações Ordinárias	141.866	176.856
Ações Preferenciais	246.096	306.794

	2006	2005
Remuneração Total por Lote de Mil Ações (Em Reais) ⁽¹⁾		
Ordinárias	1,070272	1,334250
Preferenciais	1,070272	1,334250
Totalidade das Ações	1,070272	1,334250

⁽¹⁾ O cálculo dos dividendos/JSCP por lote de mil ações considera as ações existentes em circulação na data do encerramento do balanço.

A remuneração dos acionistas em 2006 e 2005 superou o valor dos dividendos obrigatórios, sendo também superior ao montante dos dividendos prioritários e dividendos para as ações ordinárias, calculados em igualdade de condições.

9. RECEITA OPERACIONAL DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Serviço Telefônico Fixo		
Serviço Local	6.928.969	7.227.070
Habilitação	27.443	23.607
Assinatura	3.517.369	3.516.562
Serviço Medido	1.374.012	1.487.413
Fixa Móvel – VCI	1.963.497	2.126.285
Aluguel	1.680	1.542
Outras	44.968	71.661
Serviço de Longa Distância	2.770.089	2.990.562
Fixa Intra Setorial	878.880	985.465
Fixa Intra Regional (Inter Setorial)	302.432	379.835
Fixa Inter Regional	260.402	302.598
VC2	713.095	725.390
Origem Fixa	283.802	292.015
Origem Móvel	429.293	433.375
VC3	569.980	535.774
Origem Fixa	244.433	222.014
Origem Móvel	325.547	313.760
Internacional	45.300	61.500
Interconexão	442.148	633.642
Fixa x Fixa	298.203	397.058
Móvel x Fixa	143.945	236.584
Cessão de Meios	328.431	307.822
Telefonia Pública	540.610	496.766
Serviços Suplementares, Rede Inteligente e Telefonia Avançada	367.559	338.100
Outras	43.459	37.459

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são provisionados de acordo com o regime de competência, sendo que as diferenças temporárias são diferidas. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Resultado Antes dos Impostos e das Participações	71.500	(582.713)	191.943	(1.271.011)
Resultado das Empresas Não Sujeitas ao Cálculo de IR/CSLL	-	-	62.862	79.120
Total do Resultado Tributado	71.500	(582.713)	254.805	(1.191.891)
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ				
IRPJ sobre o Resultado Tributado (10%+15%=25%)	(17.875)	145.678	(63.701)	297.973
Adições Permanentes	(3.052)	(158.174)	(40.177)	(66.525)
Amortização de Ágio	-	(431)	(11.516)	(41.083)
Variação Cambial sobre Investimentos	(44)	-	(5.520)	(11.431)
Equivalência Patrimonial	(2.565)	(156.427)	-	-
Outras Adições	(443)	(1.316)	(23.141)	(14.011)
Exclusões Permanentes	15.873	2.034	25.091	8.837
Equivalência Patrimonial	15.752	1.303	-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	1	75	89	457
Recuperação de Tributos Federais	-	-	1.387	4.184
Outras Exclusões	120	656	23.615	4.196
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	1.634	3.782
Constituição de IR Diferido sobre Prejuízos Fiscais Acumulados	-	-	-	37.007
Outros	(4.506)	22	(3.539)	(7.669)
Despesa de IRPJ na Demonstração de Resultado	(9.560)	(10.440)	(80.692)	273.405
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL				
CSLL sobre o Resultado Tributado (9%)	(6.435)	52.444	(22.932)	107.270
Adições Permanentes	(1.098)	(56.906)	(12.938)	(23.030)
Amortização de Ágio	-	(155)	(4.146)	(14.790)
Variação Cambial sobre Investimentos	(16)	-	(1.987)	(4.115)
Equivalência Patrimonial	(923)	(56.314)	-	-
Outras Adições	(159)	(437)	(6.805)	(4.125)
Exclusões Permanentes	5.714	732	7.906	3.114
Equivalência Patrimonial	5.671	469	-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	-	(27)	32	165
Recuperação de Tributos Federais	-	-	499	1.506
Outras Exclusões	43	290	7.375	1.443
Compensação de Base de Cálculo Negativa	-	-	587	1.399
Constituição de CSLL sobre Base de Cálculo Negativa Acumulada	-	-	-	13.323
Outros	133	-	(12)	(2.384)
Efeito de CSLL na Demonstração do Resultado	(1.686)	(3.730)	(27.389)	99.692
Efeito de IRPJ e CSLL na Demonstração do Resultado	(11.246)	(14.170)	(108.081)	373.097

17. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Participação de Empregados	-	-	(68.647)	(63.960)
Participação de Administradores	-	(401)	(10.775)	(4.674)
Total, alocado em Custos e Despesas Operacionais	-	(401)	(79.422)	(68.634)

18. CAIXA, CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Caixa	-	-	4.745	5.106
Contas Bancárias	740	208	123.155	58.177
Aplicações de Liquidez Imediata	1.431.604	883.482	3.846.052	2.550.490
Total	1.432.344	883.690	3.973.952	2.613.773

As aplicações de liquidez imediata representam valores aplicados em fundos exclusivos administrados por instituições financeiras e lastreados em títulos públicos federais e títulos privados (CDBs) de instituições de primeira linha, ambos com rentabilidade média equivalente ao DI CETIP (CDI), em fundos exclusivos administrados por instituições financeiras e lastreados em contratos futuros de dólar negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), aplicações financeiras no exterior em *overnight* que rendem variação cambial mais juros entre 5,0% a.a. e 5,2% a.a. e em certificados de depósitos emitidos por instituições financeiras no exterior.

A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações de liquidez imediata, na data do encerramento do balanço:

Instituição Financeira	CONTROLADORA							
	2006					Retificadoras		
	LTN (com cobertura de Swap)	Natureza das Aplicações			Over Selic	Provisão para IR	Passivos	Total
LFT		NTN-D	CDB					
Fundos Exclusivos								
ABN Amro	125.932	36.875	-	-	201	(1.037)	(136)	161.835
Banco do Brasil	97.878	194.905	-	6.157	10	(1.118)	(46)	297.786
Bradesco	168.630	33.985	-	-	4.176	(876)	(93)	205.822
Itaú	229.745	3.914	-	-	-	(1.026)	(119)	232.514
Safra	59.497	37.319	-	9.948	6.118	(242)	(43)	112.597
Western AM (Legg Mason)	364.609	10.917	47.595	-	22	(1.898)	(195)	421.050
Total de Fundos Exclusivos	1.046.291	317.915	47.595	16.105	10.527	(6.197)	(632)	1.431.604
Total de Aplicações de Liquidez Imediata	1.046.291	317.915	47.595	16.105	10.527	(6.197)	(632)	1.431.604

Instituição Financeira	CONSOLIDADO							
	2006							
	LTN (com cobertura de Swap)	Natureza das Aplicações			Over Selic	NTN-D		
LFT		CDB						
Fundos Exclusivos								
ABN Amro	218.343	63.935	-	-	348	-	-	-
Banco do Brasil	222.451	526.163	-	28.953	8.875	-	-	-
Bradesco	271.549	54.726	-	-	6.723	-	-	-
CEF	139.011	82.545	-	24.526	40.537	-	-	-
Itaú	455.992	7.769	-	-	1	-	-	-
Safra	108.944	42.381	-	12.410	7.486	-	-	-
Santander	298.749	80.353	-	17.661	14.534	-	1.094	-
Unibanco	282.282	69.502	-	-	2	-	-	-
Votorantim	151.286	32.332	-	10.020	11.394	-	-	-
Western AM (Legg Mason)	364.609	10.917	-	-	22	-	-	47.595
Total de Fundos Exclusivos	2.513.216	970.623	93.570	89.922	48.689			
Outras Aplicações								
Credit Suisse	-	-	-	-	-	-	-	-
Safra – New York	-	-	439	-	-	-	-	-
Smith Barney	-	-	27	-	-	-	-	-
Demais Instituições	-	-	5.670	-	-	-	-	-
Total de Outras Aplicações	-	-	6.136	-	-	-	-	-
Total de Aplicações	2.513.216	970.623	99.706	89.922	48.689			

Instituição Financeira	CONSOLIDADO				
	2006				
	Natureza das Aplicações	Retificadoras			Total
Fundos de Investimentos Abertos (Renda Fixa)		Overnight	Provisão para IR	Passivos	
Fundos Exclusivos					
ABN Amro	-	-	(1.512)	(235)	280.879
Banco do Brasil	-	-	(2.962)	(271)	783.209
Bradesco	-	-	(1.283)	(150)	331.565
CEF	-	-	(1.485)	(67)	285.067
Itaú	-	-	(1.852)	(236)	461.674
Safra	-	-	(409)	(83)	170.729
Santander	-	-	(1.995)	(393)	410.003
Unibanco	-	-	(1.520)	(155)	350.111
Votorantim	-	-	(887)	(363)	203.782
Western AM (Legg Mason)	-	-	(1.898)	(195)	421.050
Total de Fundos Exclusivos	-	-	(15.803)	(2.148)	3.698.069
Outras Aplicações					
Credit Suisse	-	111.868	-	-	111.868
Safra – New York	-	8.509	-	-	8.948
Smith Barney	13.644	-	-	-	13.671
Demais Instituições	8.226	-	-	-	13.896
Total de Outras Aplicações	21.870	120.377	-	-	148.383
Total de Aplicações	21.870	120.377	(15.803)	(2.148)	3.846.452

Bloqueio parcial por determinação judicial, considerado em Depósitos Judiciais (400)

Total de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata **3.846.052**

(continua)

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Os fundos exclusivos, que são regularmente auditados e para os quais não há ressalva de pareceres, estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas afins, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Sociedade para garantir essas obrigações.

19. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

A controlada Brasil Telecom S.A. adquiriu títulos emitidos pela República da Áustria, com remuneração vinculada ao percentual da variação média do CDI. O vencimento desses títulos ocorrerá em 16/02/07, sendo que o montante atualizado na data de encerramento do balanço era de R\$ 89.424.

20. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores relativos às contas a receber estão assim compostos:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Serviços Faturados	1.476.842	1.432.862
Serviços a Faturar	916.672	961.060
Vendas de Mercadorias	91.775	120.337
Subtotal	2.485.289	2.514.259
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(357.635)	(361.446)
Serviços Prestados	(353.203)	(353.078)
Vendas de Mercadorias	(4.432)	(8.368)
Total	2.127.654	2.152.813
A vencer	1.632.138	1.633.154
Vencidas, com atraso de:		
01 a 30 Dias	415.040	398.356
31 a 60 Dias	124.393	130.378
61 a 90 Dias	76.947	82.622
91 a 120 Dias	61.490	71.340
Mais de 120 Dias	175.281	198.409

21. ESTOQUES

Os estoques de manutenção e estoques para revenda, para os quais são constituídas provisões para perdas ou para ajustes à previsão em que os mesmos deverão ser realizados, estão assim compostos:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Estoque para Revenda (Aparelhos Celulares e Acessórios)	96.476	114.340
Estoque de Manutenção	9.175	12.497
Provisão para Ajuste ao Valor de Realização	(39.062)	(37.036)
Provisão para Perdas Prováveis	(2.425)	(6.766)
Total	64.164	83.035

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Empréstimos				
Empréstimos	-	101.098	8.409	110.271
Mútuos com Controlada	-	58.798	-	-
Financiamentos				
Debêntures de Controlada	-	560.459	-	-
Total	-	720.355	8.409	110.271
Circulante	-	-	5.557	3.962
Longo Prazo	-	720.355	2.852	106.309

23. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Tributos Diferidos	17.735	11.007	1.407.142	1.337.258
Outros Tributos a Compensar	304.835	427.755	1.186.436	1.451.807
Total	322.570	438.762	2.593.578	2.789.065
Circulante	42.915	154.167	944.115	1.276.740
Longo Prazo	279.655	284.595	1.649.463	1.512.325

Tributos diferidos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Imposto de Renda Diferido, sobre:				
Prejuízos Fiscais	-	-	433.124	298.795
Provisões para Contingências	1.065	1.114	245.966	246.554
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	-	-	162.303	182.022
Perda com Variação Cambial Swap/AFAC	-	-	-	56.367
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	89.245	90.216
ICMS – Convênio nº 69/98 e 78/01	-	-	58.480	68.601
Provisão para Exigibilidade Suspensa – COFINS/CPMF	16.287	9.767	17.341	23.631
Provisão para Participação nos Resultados	-	-	15.922	14.029
Provisão para Perda com Material de Estoque	-	-	10.288	-
Provisão para Exigibilidade Suspensa – FUST	-	-	10.246	-
Provisão para Perdas – BIA	-	-	1.285	-
Receita não Realizada	-	-	221	1.544
Outras Provisões	-	(201)	11.100	24.414
Subtotal	17.352	10.680	1.055.521	1.006.173
Contribuição Social sobre o Lucro				
Contribuição Social Diferida, sobre:				
Base de Cálculo Negativa	-	-	156.388	107.736
Perda com Variação Cambial Swap/AFAC	-	-	-	20.292
Provisões para Contingências	383	401	90.014	88.759
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	-	-	58.429	65.528
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	32.128	32.478
Provisão para Participação nos Resultados	-	-	6.421	5.188
Provisão para Perda com Material de Estoque	-	-	3.704	-
Provisão para Perdas – BIA	-	-	463	-
Receita não Realizada	-	-	79	556
Outras Provisões	-	(74)	3.995	10.548
Subtotal	383	327	351.621	331.085
Total	17.735	11.007	1.407.142	1.337.258
Circulante	4	1.241	270.782	366.160
Longo Prazo	17.731	9.766	1.136.360	971.098

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido, cujas origens estão fundamentadas nas diferenças temporárias entre o resultado contábil pelo regime de competência e o resultado fiscal, bem como no prejuízo fiscal e na base negativa da contribuição social, quando existentes. Os prazos de realização estão baseados em estudo técnico calcado nos lucros fiscais futuros previstos, gerados a partir dos exercícios sociais em que as diferenças temporárias tornarem-se despesas fiscalmente dedutíveis. A manutenção desse ativo está de acordo com os requisitos da Instrução da CVM nº 371/02, amparada em estudo técnico submetido à aprovação da diretoria e do conselho de administração, bem como ao exame do conselho fiscal.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
2007	-	-	4	270.782
2008	-	-	1.444	101.187
2009	-	-	16.287	133.397
2010	-	-	-	96.326
2011	-	-	-	126.116
2012 a 2014	-	-	-	381.549
2015 a 2016	-	-	-	224.061
Após 2016	-	-	-	73.724
Total			17.735	1.407.142
Circulante			4	270.782
Longo Prazo			17.731	1.136.360

O valor da recuperação prevista além do ano de 2016 decorre da provisão para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente pela controlada Brasil Telecom S.A., de acordo com o prazo máximo remanescente de 15 anos, em linha com o prazo delimitado pela Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"). Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela SPC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Controlada apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida.

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Não foram constituídos ativos de tributos no montante de R\$ 140.227, atribuídos ao Consolidado, em função da inexistência dos requisitos necessários de histórico e/ou previsibilidade futura de lucros fiscais na VANT, BrT Multimídia e BrT CS, sociedades indiretamente controladas.

Outros Tributos a Compensar

São compostos de tributos federais retidos na fonte e de pagamentos realizados, calculados com base em estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras. O ICMS a compensar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens para o ativo imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto pode ocorrer em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/00.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ICMS	-	-	632.227	496.163
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	268.157	400.572	322.848	743.868
PIS e COFINS	-	533	183.307	100.591
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	36.678	26.641	44.269	106.755
FUST	-	-	720	-
Outros	-	9	3.065	4.430
Total	304.835	427.755	1.186.436	1.451.807
Circulante	42.911	152.926	673.333	910.580
Longo Prazo	261.924	274.829	513.103	541.227

24. TÍTULOS DE RENDA

Representados por certificados de depósitos bancários (CDB) do Banco de Brasília S.A. – BRB, remunerados com 95% da taxa SELIC, mantidos pela Brasil Telecom S.A. e 14 Brasil Telecom Celular S.A., em garantia do financiamento obtido através do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ-DF. Tais títulos de renda serão mantidos durante o período de utilização e amortização do financiamento (passivo), cuja carência prevê o primeiro pagamento para o ano de 2019, com liquidação em 180 parcelas mensais e sucessivas. Esse ativo poderá ser utilizado para quitação das parcelas finais do referido financiamento.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Banco de Brasília S.A. – BRB – Certificados de Depósitos Bancários	-	-	3.280	2.604
Total	-	-	3.280	2.604
Longo Prazo	-	-	3.280	2.604

25. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto:

Vinculação por Natureza das Exigibilidades	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Trabalhistas	-	-	198.343	54.289
Tributárias	5.284	15.296	133.656	89.876
Cíveis	-	-	216.984	40.231
Total	5.284	15.296	548.983	184.396
Circulante	-	-	119.058	31.465
Longo Prazo	5.284	15.296	429.925	152.931

Os depósitos judiciais vinculados a provisões passivas estão apresentados de forma dedutiva de tais provisões. Vide notas nº 7 e nº 34.

26. DIVIDENDOS/JSCP A RECEBER

Refere-se ao JSCP, líquidos do IR-Fonte, e dividendos creditados pela controlada Brasil Telecom S.A. em 2006, cujo valor a receber é de R\$ 241.145 (R\$ 220.708 em 31/12/05).

27. OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	59.183	47.549
Adiantamentos a Empregados	-	-	33.610	30.593
Valores a Cobrar de Empresas de Telecomunicações	-	-	9.501	8.018
Cauções e Retenções Contratuais	-	-	1.134	1.299
Despesas Pagas Antecipadamente	8.900	4.872	100.207	95.569
Depósitos Compulsórios	-	-	1.750	1.750
Ativos para Venda	-	-	1.016	9.175
Incentivos Fiscais	-	-	-	14.473
Outros	131	389	10.625	11.006
Total	9.031	5.261	217.026	219.432
Circulante	8.436	5.261	174.189	152.214
Longo Prazo	595	-	42.837	67.218

28. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Participações Avaliadas pela Equivalência Patrimonial	3.748.768	3.737.927	-	-
Brasil Telecom S.A.	3.719.264	3.697.991	-	-
Nova Tarrafá Participações Ltda.	28.123	37.926	-	-
Nova Tarrafá Inc.	1.381	2.010	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	21	21	-	-
Nova Tarrafá Participações Ltda.	21	21	-	-
Ágios Pagos na Aquisição de Investimentos	-	-	260.852	356.430
iG Cayman	-	-	161.019	229.047
MTH Ventures do Brasil	-	-	51.504	73.578
Empresas iBEST	-	-	45.508	49.102
Empresas BrT Cabos Submarinos	-	-	2.821	4.703
Participações Avaliadas pelo Custo de Aquisição	6.911	6.910	46.059	46.059
Incentivos Fiscais, Líquidos de Provisões para Perdas	638	160	22.774	20.533
Outros Investimentos	-	-	389	389
Total	3.756.338	3.745.018	330.074	423.411

Os adiantamentos para futuro aumento de capital em favor da Controlada foram considerados na avaliação dos investimentos, pois os aportes destinados somente aguardam pela formalização de ato societário, para que seja efetivado o respectivo aumento de capital.

Participações avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial: compreendem a participação da Sociedade nas suas controladas Brasil Telecom S.A., Nova Tarrafá Participações Ltda. e Nova Tarrafá Inc., cujos principais dados são:

	BT S.A.	NTP(Ltda.)	NTI
Patrimônio Líquido	5.528.301	28.123	1.381
Capital Social	3.470.758	32.625	2.144
Valor Patrimonial da Ação/Quota (R\$)	0,010	0,86	1.376,54
Lucro Líquido (Prejuízo) Exercício	432.391	(9.803)	(455)
Quantidade de Ações/Quotas Possuídas pela Sociedade (em milhares)			
Ações Ordinárias	249.597.050	-	1
Ações Preferenciais	297.675.141	-	-
Quotas	-	32.625	-
% de Participação no Capital da Controlada ⁽¹⁾			
No Capital Total	67,28%	99,99%	100%
No Capital Votante	99,07%	99,99%	100%

⁽¹⁾ Considera o capital social em circulação.

O resultado da equivalência patrimonial é composto dos seguintes valores:

	Operacional		Não Operacional	
	2006	2005	2006	2005
Brasil Telecom S.A.	297.677	(198.898)	60	2.387
Nova Tarrafá Participações Ltda.	(9.803)	47	(3)	-
Nova Tarrafá Inc. ⁽¹⁾	(629)	(643)	-	-
Total	287.245	(199.494)	57	2.387

⁽¹⁾ Inclui variação cambial, vinculada a investimento no exterior.

Participações Avaliadas pelo Custo de Aquisição: representados pelas participações obtidas através da conversão em ações ou quotas de capital das aplicações incentivadas nos fundos regionais FINOR/FINAM, Lei de Incentivo às Empresas de Informática e Lei do Audiovisual. Predominam ações de outras empresas de telecomunicações localizadas nas regiões abrangidas por esses incentivos regionais.

Incentivos Fiscais: oriundos de investimentos nos fundos do FINOR/FINAM e Audiovisual e têm como origens parcelas de destinação do imposto de renda devido.

Outros investimentos: estão relacionados a bens para acervo cultural.

29. IMOBILIZADO

Natureza do Imobilizado	CONTROLADORA				
	2006		2005 ⁽¹⁾		
	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Geral	5% - 20%	52.282	(51.330)	952	1.149
Outros Ativos	19,9% ⁽²⁾	188	(136)	52	70
Total		52.470	(51.466)	1.004	1.219

⁽¹⁾ Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

⁽²⁾ Taxa anual média ponderada..

continua

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Natureza do Imobilizado	Taxas Anuais de Depreciação	CONSOLIDADO			2005 ⁽¹⁾
		2006	2006	2006	Valor Líquido
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Obras em Andamento	-	322.712	-	322.712	636.251
Equipamentos de Comutação Pública	20%	5.149.971	(4.778.262)	371.709	450.724
Equipamentos e Meios de Transmissão	17,4% ⁽²⁾	12.168.936	(9.507.398)	2.661.538	3.165.711
Terminação	20%	500.587	(463.368)	37.219	37.476
Equipamentos de Comunicação de Dados	20%	1.962.710	(1.138.392)	824.318	812.659
Prédios	4%	943.062	(530.424)	412.638	430.254
Infra-estrutura	8,9% ⁽²⁾	3.777.602	(2.327.267)	1.450.335	1.577.189
Bens de Uso Geral	18,5% ⁽²⁾	1.141.065	(771.083)	369.982	390.878
Terrenos	-	84.830	-	84.830	86.411
Outros Ativos	-	66	-	66	66
Total		26.051.541	(19.516.194)	6.535.347	7.587.619

⁽¹⁾ Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

⁽²⁾ Taxa anual média ponderada.

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da controlada Brasil Telecom S.A. que estiverem na condição de indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão, reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à Controlada resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos. O valor dos bens reversíveis na data de encerramento do balanço era de R\$ 21.131.523 para o custo, com residual de R\$ 4.015.235.

Aluguéis

São mantidos aluguéis de imóveis, direitos de passagem (postes e faixas de domínio em estradas) e equipamentos e meios de conexão, formalizados através de diversos contratos, os quais vencem em datas diferentes. Alguns desses contratos estão relacionados intrinsecamente à prestação de serviços e são de longo prazo. As despesas totais de aluguéis, meios e conexões inerentes a esses contratos e relativas ao Consolidado foram de R\$ 471.493 (R\$ 498.342 em 2005).

Arrendamento Mercantil

A controlada Brasil Telecom S.A. e a BrT Serviços de Internet S.A. possuem contratos de *leasing* financeiro para equipamentos de informática. As despesas registradas com arrendamento mercantil foram de R\$ 17.979 (R\$ 14.263 em 2005) para o Consolidado. A Sociedade somente registrou tal gasto em 2005, no valor de R\$ 1.231.

A seguir está demonstrada a posição consolidada na data de encerramento do exercício, dos valores a pagar decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, por ano de desembolso:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
2006	-	14.080
2007	20.953	13.980
2008	19.643	11.608
2009	7.614	1.909
Total dos Pagamentos Mínimos	48.210	41.577

O prazo médio da contratação de equipamentos de informática é de 45 meses e sua remuneração está vinculada à variação da taxa DI-Over.

Seguros

São mantidos pela Brasil Telecom S.A. programas de apólices de seguros para cobertura dos ativos reversíveis e para lucros cessantes estabelecidos no Contrato de Concessão junto ao poder público. Os gastos realizados com seguro foram de R\$ 4.745 (R\$ 3.330 em 2005) para a Sociedade e R\$ 17.957 (R\$ 15.778 em 2005) para o Consolidado.

Os ativos, responsabilidades e interesses cobertos por seguros são os seguintes (não auditados):

Modalidade	Abrangência	Valor Segurado	
		2006	2005
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura e equipamentos de tecnologia de informação	12.046.261	11.923.121
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	9.015.211	8.163.247
Garantias Contratuais	Cumprimento de obrigações contratuais	143.648	214.142
Responsabilidade Civil	Operações de serviços de telefonia	12.000	12.000

A Sociedade contratou a cobertura de seguros relacionados à responsabilidade civil de administradores, que também abrange a controlada Brasil Telecom S.A., cujo valor total segurado equivale a US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Não há cobertura de seguros para responsabilidade civil facultativa, relacionada a sinistros com veículos da Sociedade envolvendo terceiros.

30. INTANGÍVEL

A demonstração deste grupo é adotada a partir das presentes demonstrações contábeis, em atendimento à Deliberação CVM nº 488/05.

	CONTROLADORA			
	2006	2006	2005	2005
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	148	(118)	30	59
Marcas e Patentes	36	(26)	10	10
Outros	3.702	(3.702)	-	-
Total	3.886	(3.846)	40	69

	CONSOLIDADO			
	2006	2006	2005	2005
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	1.872.300	(1.011.103)	861.197	908.183
Licenças Regulatórias	325.367	(53.345)	272.022	307.684
Marcas e Patentes	1.887	(775)	1.112	1.101
Outros	144.381	(115.280)	29.101	3.087
Total	2.343.935	(1.180.503)	1.163.432	1.220.055

31. DIFERIDO

	CONSOLIDADO			
	2006	2006	2005	2005
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos com Instalação e Reorganização	337.453	(203.628)	133.825	186.889
Ágio decorrente de Incorporação	36.357	(36.231)	126	1.148
Outros	14.258	(9.742)	4.516	6.407
Total	388.068	(249.601)	138.467	194.444

⁽¹⁾ Ocorreram reclassificações de valores atribuídos ao ano de 2005, em função da criação do intangível, em atendimento à Deliberação nº 488/05, da CVM.

32. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Salários e Honorários	-	-	4.402	3.995
Encargos Sociais	19	66	61.083	61.157
Benefícios Sociais	-	8	6.447	6.391
Outros	-	-	6.648	6.745
Total	19	74	78.580	78.288

33. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Fornecedores	140	1.367	1.481.376	1.809.215
Consignações a Favor de Terceiros	34.258	52.921	138.423	207.617
Total	34.398	54.288	1.619.799	2.016.832
Circulante	34.398	54.288	1.613.090	1.995.475
Longo Prazo	-	-	6.709	21.357

Os valores registrados no longo prazo decorrem de obrigações com a remuneração da rede de terceiros, cuja liquidação depende da evolução dos trabalhos de aferição entre as operadoras, tais como confronto de tráfego.

34. TRIBUTOS INDIRETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ICMS, líquido de Depósitos Judiciais do Convênio nº 69/98	108	68	775.579	858.936
ICMS	108	68	993.117	1.124.942
Depósitos Judiciais referentes ao Convênio ICMS nº 69/98	-	-	(217.538)	(266.006)
PIS E COFINS	6.499	41.809	83.612	200.774
Outros	23	6	54.474	52.771
Totais	6.630	41.883	913.665	1.112.481
Circulante	165	26.959	851.399	803.486
Longo Prazo	6.465	14.924	62.266	308.995

continua



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

A controlada Brasil Telecom S.A. mantém saldo de parcelamento de PIS e COFINS, através do Parcelamento Especial ("PAES"), cujo saldo atualizado pela aplicação da TJLP é de R\$ 2.828 (R\$ 31.224 em 31/12/05), a ser pago parceladamente pelo prazo restante de 78 meses.

O saldo referente ao ICMS contempla valores decorrentes do Convênio 69/98, que vem sendo questionado na Justiça, ocorrendo depósitos em juízo mensalmente. Inclui, também, o diferimento incentivado pelo Governo do Estado do Paraná, relativo ao ICMS.

35. TRIBUTOS SOBRE A RENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Valores a Pagar	1.254	44.119	61.443	195.631
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	-	-	6.171	7.323
Subtotal	1.254	44.119	67.614	202.954
Contribuição Social Sobre o Lucro				
Valores a Pagar	44	12.205	18.698	59.275
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	-	-	2.222	2.636
Subtotal	44	12.205	20.920	61.911
Total	1.298	56.324	88.534	264.865
Circulante	-	32.658	37.050	231.786
Longo Prazo	1.298	23.666	51.484	33.079

36. DIVIDENDOS/JSCP E PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Acionistas Controladores	73.160	56.486	73.160	56.486
Dividendos/JSCP	84.853	66.454	84.853	66.454
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(11.693)	(9.968)	(11.693)	(9.968)
Acionistas Não Controladores	369.521	287.453	541.251	443.323
Dividendos/JSCP	365.118	285.946	499.536	412.690
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(50.317)	(42.892)	(67.443)	(61.904)
Dividendos de Exercícios Anteriores Não Reclamados	54.720	44.399	109.158	92.537
Total de Acionistas	442.681	343.939	614.411	499.809
Participação de Empregados e Administradores nos Resultados	-	-	76.334	64.445
Total	442.681	343.939	690.745	564.254

37. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui Debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Empréstimos	-	-	3.457	23.290
Financiamentos	-	218.331	5.129.237	4.077.090
Juros e Outros Encargos Provisionados sobre Financiamentos	-	61.783	242.496	468.701
Total	-	280.114	5.375.190	4.569.081
Circulante	-	280.045	1.109.564	1.201.681
Longo Prazo	-	69	4.265.626	3.367.400

Empréstimos

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Empréstimos – Moeda Estrangeira	3.457	23.290
Total	3.457	23.290
Circulante	3.457	-
Longo Prazo	-	23.290

O valor registrado como empréstimos refere-se a uma dívida da VANT com o seu antigo controlador. Tal passivo foi renegociado com o credor para pagamento em 05/02/07, tendo por atualização somente a variação cambial do dólar norte-americano.

Financiamentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
BNDES	-	-	2.448.583	2.386.442
Moeda Nacional	-	-	2.240.615	2.076.211
Cesta de Moedas, incluindo dólar	-	-	207.968	310.231
Instituições Financeiras	-	-	1.295.034	1.327.729
Moeda Nacional	-	-	61.973	37.999
Moeda Estrangeira	-	-	1.233.061	1.289.730
Debêntures	-	279.902	1.625.939	827.669
Fornecedores – Moeda Estrangeira	-	212	2.177	3.951
Total	-	280.114	5.371.733	4.545.791
Circulante	-	280.045	1.106.107	1.201.681
Longo Prazo	-	69	4.265.626	3.344.110

Financiamentos em moeda nacional: incidem (i) juros fixos de 2,4% e 14% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,16% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP, acrescidos de 2,3% a 6,5% a.a., UMBNDES acrescidas de 5,85% a 6,5% a.a., CDI acrescido de 1,0% a.a, 104% do CDI, resultando esses juros variáveis numa taxa média ponderada de 12,65% a.a.

Financiamentos em moeda estrangeira: incidem (i) juros fixos de 0% a 9,38% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,27% a.a.; e (ii) juros variáveis de 0,5% a.a. acima da LIBOR, 1,92% a.a. acima da YEN LIBOR, resultando numa taxa média ponderada de 2,48% a.a. As taxas LIBOR e YEN LIBOR em 31/12/06, para pagamentos semestrais, eram de 5,44% a.a. e 0,1519% a.a., respectivamente.

Debêntures emitidas pela controlada Brasil Telecom S.A.

Terceira emissão pública: 50.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 500.000, ocorrida em 5 de julho de 2004. O saldo atualizado destas debêntures é de R\$ 535.439 (R\$ 547.767 em 31/12/05), com vencimento para o dia 5 de julho de 2009. A remuneração corresponde à taxa de juros de 100% do CDI, capitalizada de uma sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano e sua periodicidade de pagamento é semestral.

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080.000, ocorrida em 1º de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. O saldo atualizado destas debêntures é de R\$ 1.090.500.

Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
2007	-	69	-	920.374
2008	-	-	437.569	503.868
2009	-	-	1.026.792	907.156
2010	-	-	588.426	402.850
2011	-	-	651.880	121.563
2012	-	-	520.459	745
2013 em diante	-	-	1.040.500	510.844
Total	-	69	4.265.626	3.367.400

Composição dos Financiamentos por Moeda / Indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Atualizada pela(o)				
TJLP	-	279.902	2.240.615	2.356.113
CDI	-	-	1.625.939	547.767
Dólares Norte-Americanos	-	212	488.391	573.556
IENE	-	-	351.786	431.947
HEDGE da Dívida em IENES	-	-	398.518	311.585
UMBNDDES (Cesta de Moedas do BNDES)	-	-	185.881	272.601
HEDGE da Dívida em UMBNDDES	-	-	22.087	37.630
IGP-DI	-	-	25.501	19.310
IGPM	-	-	-	8.158
HEDGE da Dívida em Dólares Norte-Americanos	-	-	-	(116)
Outras (Taxa Fixa)	-	-	36.472	10.530
Total	-	280.114	5.375.190	4.569.081

Garantias

Os financiamentos contraídos pela controlada Brasil Telecom S.A. estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia e aval da Sociedade.

Para os empréstimos e financiamentos consolidados, são mantidos contratos de hedge sobre 47,3% dessas obrigações em dólar norte-americano e iene firmados com terceiros e 15,1% da dívida em UMBNDES (cesta de moedas) firmada com o BNDES, com intuito de proteção de oscilações significativas nas cotações desses fatores de atualização da dívida. Em 31/12/06, considerando operações de hedge e aplicações financeiras em moeda estrangeira, a Sociedade possuía uma exposição efetiva de 9,7% (12,2% em 31/12/05). Os ganhos e perdas com estes contratos são reconhecidos pelo regime de competência.

continua

Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

As debêntures de emissão da Brasil Telecom S.A. possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela Sociedade. Pela escritura de emissão, a Sociedade, na qualidade de interveniente garantidora, obriga-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Controlada, relacionadas às suas debêntures.

38. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Serviço Móvel Pessoal	275.985	295.785
Concessão do STFC	67.363	-
Outras Autorizações	12.033	12.005
Total	355.381	307.790
Circulante	135.848	55.516
Longo Prazo	219.533	252.274

As autorizações do Serviço Móvel Pessoal estão representadas pelos termos assinados em 2002 e 2004 pela 14 Brasil Telecom Celular S.A. junto à ANATEL, para exploração do SMP pelo período de quinze anos na mesma área de atuação em que a Brasil Telecom S.A. possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da BrT Celular para ser pago em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para os exercícios de 2007 a 2010 (saldo de quatro parcelas) e 2007 a 2012 (saldo de seis parcelas), mantendo relação com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% ao mês.

A concessão do STFC refere-se à provisão constituída pela Brasil Telecom S.A., de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior. O primeiro pagamento está previsto para o mês de abril de 2007.

O valor de outras autorizações pertence à BrT Multimídia e são referentes à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. Inicialmente tal outorga foi obtida junto à ANATEL pela VANT e em abril de 2006 foi efetuado o registro de transferência para a BrT Multimídia, que assumiu o saldo devedor, sobre o qual incide variação do IGP-M acrescida de 1% ao mês. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em cinco parcelas anuais, iguais e sucessivas, contadas a partir de maio de 2007.

39. PROVISÕES PARA FUNDO DE PENSÃO

Referem-se ao reconhecimento, pela Brasil Telecom S.A., do déficit atuarial dos planos previdenciais de benefício definido administrados pela FBrTPREV e do plano previdencial administrado pela Fundação 14, avaliados por atuários independentes de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00. Tais planos patrocinados estão detalhados na nota nº 6.

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
FBrTPREV – Planos BrTPREV, Alternativo e Fundador	648.567	727.915
Fundação 14 – Plano PAMEC	646	174
Total	649.213	728.089
Circulante	43.238	45.495
Longo Prazo	605.975	682.594

40. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Cessão de Meios de Telecomunicações	92.630	87.210
Serviços Pré-Pagos	28.969	27.249
Outros Adiantamentos de Clientes	1.709	1.730
Total	123.308	116.189
Circulante	52.643	31.602
Longo Prazo	70.665	84.587

O saldo de longo prazo refere-se a contratos de cessão de meios de telecomunicações, para os quais os clientes efetuaram adiantamentos visando à obtenção dos benefícios por um período de maior abrangência, com realização prevista para ocorrer nos seguintes exercícios:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
2007	-	8.910
2008	7.063	6.818
2009	6.976	6.818
2010	6.826	6.789
2011	6.774	6.640
2012	6.774	6.136
2013	6.766	6.136
2014 e seguintes	29.486	36.340
TOTAL	70.665	84.587

41. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Obrigações por Aquisição de Créditos Tributários	-	-	15.086	37.301
Recursos de Autofinanciamento	-	-	24.143	24.143
Créditos Bancários e Recebimentos em Duplicidade em Processamento	-	-	12.226	9.860
Outros Tributos	-	-	4.835	297
Obrigações com Outras Empresas de Telecomunicações	-	-	1.616	1.613
CPMF – Exigibilidade Suspensa	-	-	2.286	27.114
Devolução de Parcelas de Autofinanciamento – PCT	-	-	737	1.185
Outras	286	440	8.996	13.379
Total	286	440	69.925	114.892
Circulante	286	440	64.643	85.193
Longo Prazo	-	-	5.282	29.699

Recursos de autofinanciamento

Correspondem aos créditos de participação financeira, pagos por promitentes assinantes, para aquisição do direito de uso de serviço telefônico fixo comutado, ainda sob a modalidade do extinto autofinanciamento. Ocorreu que, tendo os acionistas da controlada Brasil Telecom S.A. – Filial Rio Grande do Sul (antiga CRT) subscrito integralmente o aumento de capital efetuado para retribuir em ações os créditos de participação financeira, inexistiram sobras de ações para entrega aos promitentes assinantes. Parte desses promitentes que não aceitaram a Oferta Pública da Controlada para devolução dos referidos créditos em dinheiro, conforme estabelece o art. 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, aguardam solução do processo judicial em tramitação, interposto pelo Ministério Público e Outros, pretendendo a retribuição em ações.

42. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria nº 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo que o montante consolidado existente, de R\$ 7.974, é oriundo de planos negociados anteriormente à edição da citada Portaria, cujos acervos correspondentes já estão incorporados ao imobilizado através das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT. Para a retribuição em ações é necessário aguardar o desembargo judicial decorrente de processos promovidos pelos interessados.

43. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO – CONSOLIDADO

As informações por segmentos são apresentadas em relação aos negócios da Sociedade e de suas controladas, que foram identificados com base na sua estrutura de atuação e gerenciamento, assim como nas informações gerenciais internas.

As operações realizadas entre os segmentos de negócios apresentados foram baseadas em condições equivalentes ao mercado.

Os resultados por segmento, assim como os itens patrimoniais apresentados, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, levando em conta também aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.



Brasil Telecom Participações S.A.

CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	2006						2005						
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado	
Receita							Receita						
Operacional Bruta	13.653.447	1.788.972	342.050	-	(673.151)	15.111.318	Operacional Bruta	13.924.898	989.263	582.081	-	(809.003)	14.687.239
Deduções da Receita Bruta	(4.234.182)	(541.595)	(42.508)	-	3.626	(4.814.659)	Deduções da Receita Bruta	(4.190.616)	(289.415)	(68.894)	-	370	(4.548.555)
Receita Operacional Líquida	9.419.265	1.247.377	299.542	-	(669.525)	10.296.659	Receita Operacional Líquida	9.734.282	699.848	513.187	-	(808.633)	10.138.684
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas							Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas						
Mercadorias Vendidas	(5.769.433)	(1.176.083)	(145.564)	-	631.151	(6.459.929)	Mercadorias Vendidas	(5.911.156)	(959.251)	(337.784)	-	689.980	(6.518.211)
Lucro Bruto	3.649.832	71.294	153.978	-	(38.374)	3.836.730	Lucro Bruto	3.823.126	(259.403)	175.403	-	(118.653)	3.620.473
Despesas Operacionais, Líquidas							Despesas Operacionais, Líquidas						
Comercialização dos Serviços	(986.621)	(432.432)	(135.687)	-	84.108	(1.470.632)	Comercialização dos Serviços	(1.227.199)	(487.783)	(115.034)	-	174.267	(1.655.749)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.123.975)	(125.930)	(76.576)	(15.210)	19.427	(1.322.264)	Despesas Gerais e Administrativas	(1.079.120)	(128.092)	(58.640)	(25.104)	14.208	(1.276.748)
Remuneração dos Administradores	(7.767)	-	(213)	(1.408)	-	(9.388)	Remuneração dos Administradores	(9.196)	-	(2.499)	(2.942)	-	(14.637)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(209.697)	9.715	(2.680)	(1.459)	(59.809)	(263.930)	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(601.261)	27.414	7.768	(5.307)	(64.517)	(635.903)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras							Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras						
Financeiras	1.321.772	(477.353)	(61.178)	(18.077)	5.352	770.516	Financeiras	906.350	(847.864)	6.998	(33.353)	5.305	37.436
Contas a Receber de Clientes							Contas a Receber de Clientes						
Clientes	1.966.744	196.266	69.383	-	(104.739)	2.127.654	Clientes	2.055.750	186.143	62.918	-	(151.998)	2.152.813
Estoques	5.674	58.490	-	-	-	64.164	Estoques	5.372	77.672	-	-	(9)	83.035
Imobilizado e Intangível, Líquidos							Imobilizado e Intangível, Líquidos						
Intangível, Líquidos	6.129.360	1.472.857	96.400	1.044	(882)	7.698.779	Intangível, Líquidos	7.239.759	1.486.865	85.936	1.287	(6.174)	8.807.674

44 EVENTO SUBSEQÜENTE

Crédito de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP

A Administração da Sociedade deliberou, em 30 de janeiro de 2007, por delegação do Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data, o crédito de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 187.600 (R\$ 159.460 líquidos de imposto de renda na fonte). A data determinada para os registros contábeis do crédito é 31 de janeiro de 2007. Os JSCP creditados poderão ser imputados aos dividendos relativos ao exercício social de 2007 e ficarão sujeitos à assembléia geral de acionistas a ser realizada em 2008, que deliberará sobre a data de pagamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Spinelli Silva Junior
PresidentePedro Paulo Elejalde de Campos
ConselheiroElemér André Surányi
ConselheiroKevin Michael Altit
ConselheiroLênin Florentino de Faria
ConselheiroRicardo Ferraz Torres
Conselheiro

Brasil Telecom Participações S.A.CNPJ 02.570.688/0001-70
COMPANHIA ABERTA**DIRETORIA****Ricardo Knoepfelmacher**
Presidente**Charles Laganá Putz**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**Luiz Francisco Tenório Perrone**
Diretor de Recursos Humanos**Francisco Aurélio Sampaio Santiago**
Diretor Técnico**João Alberto Santos** - Diretor de Controladoria**Wagner Brilhante de Albuquerque** - Gerente de Contabilidade Corporativa**Célio José Godinho** - Contador CRC SC-0007293/T-8 DF**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Aos
Administradores e Acionistas da
Brasil Telecom Participações S.A.
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Brasil Telecom Participações S.A. e de suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil Telecom Participações S.A. e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor

adicionado, controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, tomadas em conjunto.

5. Os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos e as informações suplementares referentes às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, datado de 27 de março de 2006, conteve parágrafo de ênfase sobre acordo celebrado em 28 de abril de 2005, prevendo a incorporação da controlada indireta 14 Brasil Telecom Celular S.A. na Tim Brasil Serviços e Participações S.A.

São Paulo, 31 de janeiro de 2007.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" DF**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

"1. O Conselho Fiscal da Brasil Telecom Participações S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as demonstrações contábeis que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, bem como as Notas Explicativas relacionadas e demonstrações complementares que as acompanham e o correspondente parecer emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

2. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises de determinados documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e por representantes da Diretoria da Companhia.

3. Dessa forma e com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu parecer, emitido sem ressalvas com data de 27 de fevereiro de 2007 e, ainda, nos esclarecimentos prestados por representantes da Diretoria da Companhia, este conselho fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas convocada para os examinar".

Brasília, 27 de fevereiro de 2007.

José Arthur Escodro
Presidente**Fábio Takyi Sekiguchi**
Conselheiro**Rosalia Maria Tereza Sergi Agati Camello**
Conselheira



COMUNICADO AO MERCADO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDO COMPLEMENTAR DO EXERCÍCIO DE 2006

Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27/02/2007, a Brasil Telecom Participações S.A. ("Companhia") informa que a administração estará submetendo à Assembléia Geral Ordinária de 2007, a ser convocada, a distribuição de dividendo complementar e a imputação aos dividendos dos Juros sobre Capital Próprio ("JSCP") já declarados, relativos ao exercício de 2006, conforme a seguir:

Valores de JSCP Apropriados no Exercício de 2006:

DATA DO CRÉDITO NOS REGISTROS CONTÁBEIS	DATA BASE DA POSIÇÃO ACIONÁRIA	DATA DO "EX-JSCP"	VALOR TOTAL APROPRIADO (R\$)	BRUTO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)	LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
30/06/2006	10/07/2006	11/07/2006	185.300.000,00	0,511188752	0,434510439	A DEFINIR
29/12/2006	26/12/2006	27/12/2006	228.100.000,00	0,629261492	0,534872268	A DEFINIR

O dividendo complementar no valor de R\$36.571.066,99 (Trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e um mil, sessenta e seis reais e noventa e nove centavos), equivalente a R\$0,100888927 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais a ser distribuído relativo ao exercício de 2006 foi calculado com base em lucros apurados no exercício de 2006.

Farão jus ao dividendo complementar proposto pela administração, os acionistas com posição acionária na data de sua declaração na Assembléia Geral Ordinária, ainda a ser convocada, na forma do art. 205 da Lei 6.404/76. Brasília (DF), 01 de março de 2007.

CHARLES LAGANÁ PUTZ
Diretor de Relações com Investidores

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD

AVISOS DE LICENÇA

A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD torna público que requereu ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença de Instalação, para o empreendimento "Aumento da Capacidade Operacional do Pátio de Aroaba", na Estrada de Ferro Vitória a Minas, município de Serra/ES. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD torna público que requereu, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, licença de Instalação, para Implantação de uma linha de apoio ao Pátio de Tubarão, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, municípios de Serra e Vitória / ES. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD torna público que requereu, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, licença de Instalação, para Criação da 3ª linha ferroviária entre as RH's 64 e 66, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, município de Ipatinga / MG. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD torna público que requereu, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a licença de Instalação, para Relocação de Trecho Ferroviário ao Sul da Mina de Gongo Soco, pertencente à Estrada de Ferro Vitória a Minas, município de Barão de Cocais / MG. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

NEWTON AUGUSTO VIGUETTI FILHO
Coordenador de Meio Ambiente

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO
MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
DO TRABALHO LTDA - SICOOB CREDIJUSTRA**
CNPJ nº 37.079.720/0001-02 - NIRE: 53400001873

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
VII ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA/ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Trabalho LTDA - SICOOB CREDIJUSTRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, §2º do Estatuto Social, convoca seus 24 (vinte e quatro) delegados, representantes dos 2.065 (dois mil e sessenta e cinco) cooperados, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 24 de março de 2007, no Hotel Comfort Suítes, SHN Quadra 04 Bloco D, nesta capital (As Assembléias Gerais não serão realizadas na sede social por falta de acomodações), às 7:00 horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, ou em segunda convocação, às 8:00 horas, com metade mais um dos delegados ou em terceira e última convocação às 9:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a ORDEM DO DIA: I - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. 1 - Ampla reforma estatutária. II - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA. 1 - Prestação de Contas do Exercício Social de 2006; 2 - Destinação das Sobras; 3 - Fundo de Expansão Territorial; 4 - Fundo Prestamista; 5 - Coopervida; 6 - Posse do Diretor Financeiro; 7 - Eleição dos Componentes do Conselho Fiscal; 8 - Fixação da verba de representação e cédulas de presença da Diretoria e dos Conselhos.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.
ALTEVI OLIVEIRA DA COSTA

**ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA
E MARKETING**
UNIDADE RIO DE JANEIRO

**EDITAL
RETIFICAÇÃO**

O Diretor-Geral da Escola Superior de Propaganda e Marketing - Unidade Rio de Janeiro, torna pública a retificação do Edital publicado no D.O.U. Seção 03 de 20 de dezembro de 2006, páginas nºs.172, 173 e 174 "Aviso de Alteração Grades Curriculares":

No Curso de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda

1) Alunos que ingressarem a partir do Primeiro Semestre de 2007. Alterar grade a partir do 5º SEMESTRE, conforme abaixo:

5ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Gerenciamento de Marcas	4	72
Comunicação Dirigida	2	36
Produção de Rádio, TV e Cinema I	2	36
Finanças II	2	36
Mídia	4	72
TOTAL	14	252
6ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Marketing de Relacionamento	4	72
Planejamento em Comunicação II	2	36
Produção de Rádio, TV e Cinema II	2	36
TOTAL	8	144
7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Programa de Graduação ESPM - PGE I	2	36
Produção de Novas Mídias	2	36
TOTAL	4	72
8ºSEMESTRE I	Crédito	C/H
Programa de Graduação ESPM - PGE II	16	288
TOTAL	16	288
TOTAL - TRONCO COMUM	158	2844
ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO		
ÁREA DE CRIAÇÃO		
5ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Design de Marcas	2	36
Redação Publicitária III	2	36
Direção de Arte II	2	36
Criação Digital I	2	36
TOTAL	8	144
6ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Produção de Som	2	36
Criação Digital II	2	36
Criação Promoção e Merchandising	2	36
Produção Digital I	2	36
TOTAL	8	144
7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Produção de Imagem	2	36
Criação de Campanha	2	36
Produção de Digital II	2	36
TOTAL	6	108
TOTAL - ÁREA DE CRIAÇÃO	22	396
ÁREA DE PLANEJAMENTO EM COMUNICAÇÃO		
5ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Marketing de Varejo	2	36
Comunicação e Desenvolvimento	2	36
Inovação em Marketing e Comunicação	2	36
TOTAL	6	108

6ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Gerenciamento de Business-to-Business	2	36
Comunicação Corporativa	4	72
Finanças III	2	36
TOTAL	8	144
7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Comunicação Interna	4	72
Tópicos Avançados em Marketing	2	36
Finanças IV	2	36
TOTAL	8	144
TOTAL - ÁREA DE PLANEJ EM COM.	22	396
RESUMO GERAL - CARGA HORÁRIA		
	Créditos	C/H
Disciplinas do Tronco Comum	140	2520
Disciplinas de Especialização	22	396
Sub total	162	2.916
PGE - Projeto de Graduação ESPM	18	324
Sub total	180	3.240
Atividades Complementares	8	144
TOTAL GERAL	188	3348

2) Alunos que ingressaram a partir do Primeiro Semestre de 2005, conforme abaixo:

Onde se lê:

7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Comunicação Interna	2	34
Total - 7ºSEMESTRE	16	272
TOTAL GERAL - 2005/01	202	3434

Lê-se:

7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Comunicação Interna	4	68
Total - 7ºSEMESTRE	18	306
TOTAL GERAL - 2005/01	204	3468

3) Alunos que ingressaram a partir do Segundo Semestre de 2005, conforme abaixo:

Onde se lê:

7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Comunicação Interna	2	36
Total - 7ºSEMESTRE	16	288
TOTAL GERAL - 2005/02	200	3600

Lê-se:

7ºSEMESTRE	Crédito	C/H
Comunicação Interna	4	72
Total - 7ºSEMESTRE	18	324
TOTAL GERAL - 2005/02	202	3636

ALEXANDRE MATHIAS

FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA

**AVISOS DE ALTERAÇÃO
GRADES CURRICULARES**

Foi aprovado pelo Conselho Superior de Coordenação da Faculdade Campo Limpo Paulista, a nova Estrutura Curricular do curso semestral de Enfermagem, que entrará em vigor a partir do primeiro semestre do ano acadêmico de 2007. Primeiro Semestre - Morfologia Humana I (80), Sociologia e Políticas de Saúde (40), História e Fundamentos de Enfermagem (120), Saúde Ambiental (40), Química Geral (40), Parasitologia (80); Segundo Semestre - Mor-

fologia Humana II (80), Bioestatística (40), Gestão de Serviços de Enfermagem I (80), Química Orgânica (80), Histologia, Citologia e Embriologia (80), Introdução a Metodologia da Pesquisa (40); Terceiro Semestre - Fisiologia e Geral I (40), Anatomia Patológica (80), Gestão de Serviços de Enfermagem II (120), Bioquímica Geral e Metabólica (80), Epidemiologia (80); Quarto Semestre - Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem (40), Imunologia Básica (40), Fisiologia Geral II (80), Farmacologia Geral I (80), Diagnóstico de Enfermagem (80), Ética e Legislação em Enfermagem (40), Administração de Medicamentos (40); Quinto Semestre - Microbiologia (80), Farmacologia Geral II (80), Psicologia Aplicada à Saúde (40), Biologia Molecular e Genética Aplicada (40), Enfermagem em Saúde Coletiva (160); Sexto Semestre - Enfermagem em Centro Cirúrgico e RPA (80), Enfermagem em Central de Material Esterilizado (80), Enfermagem na Saúde do Adulto (160), Enfermagem em Urgências e Emergências (80); Sétimo Semestre - Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia (120), Enfermagem em Pediatria e Neonatologia (120), Enfermagem e UTI (80), Introdução ao TCC (80), Estágio Curricular Supervisionado I (460); Oitavo Semestre - Enfermagem Médico-Cirúrgica (120), Enfermagem na Saúde Mental (120), Estágio Curricular Supervisionado II (460).

Foi aprovado pelo Conselho Superior de Coordenação da Faculdade Campo Limpo Paulista, a nova Estrutura Curricular do curso semestral de Geografia, que entrará em vigor a partir do primeiro semestre do ano acadêmico de 2007. Primeiro Semestre - Sociologia da Educação (80), Língua Portuguesa e Metodologia Científica I (40), Filosofia da Educação I (40), Cartografia I Básica (80), Cultura Brasileira (80), Introdução aos Estudos Geográficos (80), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais I (40); Segundo Semestre - Psicologia da Educação (80), Filosofia da Educação II (40), Língua Portuguesa e Metodologia da Pesquisa II (40), História e Geografia da África (80), Geografia Regional e do Brasil (40), Cartografia II Temática (40), Geologia (80), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais II (40); Terceiro Semestre - História da Educação Brasileira (40), Educação Inclusiva (40), Estatística Aplicada (40), História e Geografia da América (80), Climatologia (80), Cartografia III Temática e Introdução a Fotointerpretação (80), Geografia da População (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais III (40); Quarto Semestre - Políticas Públicas e Educação Básica (40), Didática (40), Organização do Espaço Mundial (80), Pedagogia (40), Geomorfologia (80), Geografia Urbana (80), Prática de Ensino em Geografia e Estágio Supervisionado I (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais IV (40), Estágio I (100); Quinto Semestre - História do Brasil Contemporâneo (80), Geografia Agrária e Rural (80), Biogeografia (40), Geografia Econômica (40), Hidrogeografia (80), Orientação à Pesquisa em Geografia I (40), Prática de Ensino em Geografia e Estágio Supervisionado II (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais V (40), Estágio II (150); Sexto Semestre - Geografia Política (40), Planejamento Territorial (80), Educação Ambiental e Gestão (80), Geografia do Brasil (80), Geografia do Estado de São Paulo (40), Geografia da Indústria (40), Prática de Ensino em Geografia e Estágio Supervisionado III (40), Estágio III (150).

Foi aprovado pelo Conselho Superior de Coordenação da Faculdade Campo Limpo Paulista, a nova Estrutura Curricular do curso semestral de História, que entrará em vigor a partir do primeiro semestre do ano acadêmico de 2007. Primeiro Semestre - Sociologia da Educação (80), Língua Portuguesa e Metodologia Científica I (40), Filosofia da Educação I (40), Cartografia I Básica (80), Cultura Brasileira (80), Introdução aos Estudos Históricos (80), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais I (40); Segundo Semestre - Psicologia da Educação (80), Filosofia da Educação II (40), Língua Portuguesa e Metodologia da Pesquisa II (40), História e Geografia da África (80), Geografia Regional e do Brasil (40), História Antiga (40), História Medieval (40), História da Arte (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais II (40); Terceiro Semestre - História da Educação Brasileira (40), Educação Inclusiva (40), Estatística Aplicada (40), História e Geografia da América (80), História do Brasil I (80), História Moderna I (80), História da América I (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais III (40); Quarto Semestre - Políticas Públicas e Educação Básica (40), Didática (40), Organização do Espaço Mundial (80), Prática de Ensino em História I (40), História do Brasil II (80), História Moderna II (80), História dos Povos Africanos I (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais IV (40), Estágio Supervisionado I (200); Quinto Semestre - História do Brasil Contemporâneo (80), Teoria da História I (80), História Contemporânea I (80), História da América II (80), História dos Povos Africanos II (40), Pesquisa Histórica I (40), Prática de Ensino em História II (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais V (40), Estágio Supervisionado II (200); Sexto Semestre - Teoria da História II (40), História do Brasil IV (80), História Contemporânea II (80), Historiografia Brasileira (80), Pesquisa Histórica II (40), Arquivologia (80).

Foi aprovado pelo Conselho Superior de Coordenação da Faculdade Campo Limpo Paulista, a nova Estrutura Curricular do curso semestral de Matemática, que entrará em vigor a partir do primeiro semestre do ano acadêmico de 2007. Primeiro Semestre - Cálculo I (80), Geometria Analítica (80), Física Geral e Experimental I (80), Sociologia da Educação (80), Filosofia Educacional I (40), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais I (40); Segundo Semestre - Cálculo II (80), Física Geral e Experimental II (80), Probabilidade e Estatística (80), Filosofia da Educação II (40), Psicologia da Educação (80), Atividades Acadêmico-Científico-Culturais II (40); Terceiro Semestre - Cálculo III (80), Física Geral e Experimental III (80), Álgebra Linear I (40), Geometria I (80), Educação Inclusiva (40), História da Ciência (40), História da Educação (40); Quarto Semestre - Álgebra Linear II (40), Cálculo IV (80), Cálculo Numérico (80), Projeto de Ensino de Matemática I (80), Didática (80), Políticas Públicas e Educação Básica (40), Estágio Supervisionado

(40), Estágio (100); Quinto Semestre - Informática no Ensino da Matemática (40), Cálculo V (80), Geometria II (40), Álgebra I (80), Projeto de Ensino de Matemática II (40), Metodologia do Ensino de Matemática I (80), Matemática Financeira (40), Estágio Supervisionado I (40), Estágio (150); Sexto Semestre - Análise (80), Álgebra II (80), Matemática Combinatória (80), Metodologia do Ensino da Matemática II (80), Estágio Supervisionado II (80), Estágio (150).

Foi aprovado pelo Conselho Superior de Coordenação da Faculdade Campo Limpo Paulista, a nova Estrutura Curricular do curso semestral graduação em Pedagogia Licenciatura, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2006 que entrará em vigor a partir do primeiro semestre do ano acadêmico de 2007. Primeiro Semestre - Introdução à Sociologia e Sociologia da Educação (60), Introdução à Filosofia e Filosofia da Educação (60), Introdução à Psicologia (40), História da Educação e História da Educação Brasileira (60), Currículos (40), Formação de Professores (60), Metodologia de Pesquisa Aplicada à Educação I (40), Fundamentos da Língua Portuguesa (40); Segundo Semestre - Etnia Brasileira (60), Psicologia da Aprendizagem (60), Políticas Públicas e Legislação da Educação Básica (40), Metodologia da Pesquisa Aplicada à Educação II (40), Didática e Organização do Trabalho Educativo na Educação Infantil (60), Didática e Organização do Trabalho Educativo no Ensino Fundamental (60), Conhecimento e Informação (40), Língua Portuguesa (40); Terceiro Semestre - Cuidar, Educar e Brincar na Educação Infantil (60), Psicologia do Desenvolvimento (60), Metodologia da Alfabetização / Letramento (60), Gestão Escolar (60), Planejamento e Avaliação Educacional (60), Estágio Curricular (40), Brinquedoteca (60); Quarto Semestre - Natureza do Conhecimento Lógico-Matemático (60), Estatística Aplicada à Educação (40), Fundamentos da Educação Infantil (60), Tratamento Didático da Língua Portuguesa I (60), Educação Física na Infância (60), Estágio Curricular (40), Educação Através da Pesquisa (40), Educação de Jovens e Adultos I (40); Quinto Semestre - Ciências Naturais e Temas Transversais (60), Ciências Humanas I (60), Educação Matemática I (60), Tratamento Didático da Língua Portuguesa II (40), Educação Inclusiva e Estratégias de Inclusão (60), Estágio Curricular (40), Arte e Educação I (40), Educação de Jovens e Adultos II (40); Sexto Semestre - Ciências Naturais II (60), Ciências Humanas II (60), Educação Matemática II (60), Metodologia da Pesquisa Aplicada à Educação III (60), Educação Inclusiva e Deficiências (40), Arte e Educação II (40), Tecnologia Educacional (40), Língua Brasileira de Sinais - Libras (40), Atividades Complementares e Trabalho de Curso (100), Práticas de Docência e Gestão Educacional (400), Estágio Supervisionado (300).

Campo Limpo Paulista, 10 de fevereiro de 2007.
NELSON GENTIL
Diretor

FACULDADE DA IGREJA MINISTERIO FAMA FAIFA

EDITAL Nº 3, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007 PROCESSO SELETIVO

I. DO PROCESSO SELETIVO PARA CURSO PROGRAMA ESPECIAL PARA VALIDAÇÃO DE CRÉDITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TEOLOGIA A Faculdade da Igreja Ministério Fama - FAIFA (Portaria SESu/MEC n 3249 de 26 de novembro de 2002), faz saber que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo , de acordo com o disposto neste Edital, aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Faculdade FAIFA em 20 de agosto de 2006, com base nas disposições regimentais na Lei 9.394/96, e especificadamente no parecer CNE/CES 0063/2004. I DAS INSCRIÇÕES 2.1 O candidato fará sua inscrição via internet (www.faifa.com.br), ou na Secretaria da Faculdade no período de 27.02.2007 à 20.04.07. Para o PROGRAMA ESPECIAL PARA VALIDAÇÃO DE CRÉDITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TEOLOGIA com duração de 18 (meses) com aulas ministradas em 5 (cinco) encontros, de forma presencial ou conforme calendário escolar. 2.2 O Candidato terá que confirmar sua inscrição na Secretaria da Faculdade Faifa à Rua Florianópolis Qd. 11 LT.06, Vila Paraíso com cópias da RG,CPF, Comprovante de Endereço. 2.3 Pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais) , ou através de Depósito Bancário, no Banco do Brasil 3659-5, Conta n 017100-X, em nome da Organização Cultural Educacional Filantrópica - OCEF. III. DO RESULTADO 3.0 O resultado do presente Processo Seletivo terá validade para o primeiro semestre de 2007 3.1 A Faculdade reserva-se o direito de não abrir a turma objeto do presente Edital, caso não haja número suficiente de alunos que deve ser de no mínimo 30. IV DAS CONDIÇÕES 4. Provas serão realizadas nos dias 23 à 27 de Abril, no horário das 14:00 às 18:00, na sede da Faculdade Faifa 4.1 O Processo Seletivo de que trata o presente realizar-se-á com a seguinte programação: Prova única de Redação e Análise de Documentação. 4.3 Serão disponibilizadas 80 (Oitenta) vagas a serem preenchidas por candidato aprovados no Processo Seletivo. Maiores Informações se encontra no Manual do Candidato

EDMILSON RODRIGUES ALMEIDA
Diretor Acadêmico

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02PGE/2007

A Federação Nacional das APAES torna público que realizará Pregão Eletrônico tipo menor preço global dos serviços. Objeto: Contratação de empresa especializada em organização de eventos para

prestação de serviços abrangendo: fornecimento de passagens aéreas, hospedagem e alimentação para 108 pessoas, conforme Anexo "T" do Edital "Curso de Formação de professores sobre a prática institucional e metodológica" que se realizara em Brasília. Entrega Das Propostas: até às 9h00 do dia 14/03/2007, no site: www.licitacoes-e.com.br. Abertura Das Propostas às 9h15 do dia 14/03/2007, informações: SDS- Ed. Venâncio IV - Cobertura - Tel: (61) 3224-9922-Brasília-DF.

MARCOS ANTÔNIO LACERDA DE ARAÚJO
Pregoeiro

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo São Francisco 003/07 - Convênio n.º 722/05 Contratado: GKAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Fiscalização dos projetos EIA/RIMA do Ramal e Sistema Adutor do Agreste Pernambucano e Projetos de Apoio Municipal em 16 municípios - Planos Diretores. Declaração de Inexigibilidade: 29/01/2007 pela Comissão de Licitação. Ratificação: 31/01/2007, por Lauro Eduardo de Souza Pinto - Procurador. Valor Estimado: R\$85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais).

FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - FUNARBE

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2007

A FUNARBE comunica que realizará licitação para contratação de empresa para contratação de mão-de-obra. Data de abertura: 14/03/2007 - às 14:30 horas. Acessar Edital completo pelo site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo e-mail: brunosaraiva@funarbe.org.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2007

A FUNARBE comunica que realizará licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de material, execução de serviço de eletrificação de estruturas, equipamentos e instalações, para a Cozinha Alternativa da UFV, localizada na cidade de Viçosa-MG. Data de abertura: 09/03/2007 - às 14:30 horas. Acessar Edital completo pelo site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo e-mail: sampaio@funarbe.org.br.

BEATRIZ DE CASTRO AMORIM
Gerente de Compras/Importações

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2007

A Funpar - Fundação da Universidade Federal do Paraná, torna público a quem interessar possa, que realizará processo licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO de nº 155/07, o qual será regido pelo disposto na lei 10.520/02, decretos 3555/00, 3693/00 e 3784/01.

OBJETO - Fornecimento de materiais de expediente. VALOR MÁXIMO: R\$ 8.098,00. DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/03/2007 HORÁRIO: 09:00h. DATA DO PREGÃO: 16/03/2007 HORÁRIO: 10:00h. Informações Complementares: o Edital estará à disposição no site www.licitacoes-e.com.br. Dúvidas entrar em contato pelo telefone (41) 3360-7464.

FÁBIO MIRANDA BORGES
Pregoeiro

FUNDAÇÃO ALTINO VENTURA

RESULTADO DO JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

Convênio nº 161/2006
Objeto: Objeto: Aquisição de Equipamentos Oftalmológicos e aparelhos de ar-condicionado. Itens classificados: Vistatek Ltda. (item: 01) - R\$ 16.650,00; DFV Comercial e Industrial Ltda. (itens: 02, 03 e 04) - R\$ 91.900,00; ACR - Comercial (itens: 05 e 06) - R\$ 8.880,00; Porto Belo Com. e Turismo Ltda. (item 07); R\$ 4.100,00; Campos Equipamentos e Refrigeração Ltda. (itens 08 e 09) - R\$ 6.579,00. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme o art. 109, Inciso I, letra "b", da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Recife, 28 de fevereiro de 2007.
ZENILDO SOBREIRA BARROS
Presidente da Comissão



FUNDAÇÃO PROF. MARTINIANO FERNANDES FPMF

EXTRATO DE CONTRATO

Modalidade: Pregão Presencial nº 001_2007
01.Objeto: Equipamentos Médico-Hospitalares
02.Fonte de Recursos: Convênio nº 1699/2006 - M.Saúde/FPMF
03.Contratante: Fundação Prof. Martiniano Fernandes-FPMF
04.Contratada: Health International Company Ltda.,
05.Preço Global: R\$1.249.900,00 - conforme Contrato nº 001/2007.
06.Vigência: 12 meses contados a partir da entrega efetiva dos produtos pela Contratada.
07.Signatários: Pela Contratante: Antonio Carlos dos Santos Figueira
08.Pela Contratada: Temístocles Batista Cavalcanti - Sócio

FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELLO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

REF: Processo nº 360/2006 - OBJETO: Prestação de Serviços - Transporte - Convênio FINEP 1390/05. CEPEC/HUUFMA. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XXV, da Lei 8.666/93. Declaração de Dispensa em 07/06/2006. Dr. Alcimar Nunes Pinheiro - Diretor Presidente da FJMontello. Ratificação em: 08/06/2006. Valor: R\$ 12.250,00. Contratada: TJ ASSESSORIA E DESPACHOS ADUANEIROS LTDA.

FUNDAÇÃO DR. AMARAL CARVALHO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONCORRÊNCIA 001/2006
Data: 30 de janeiro de 2007
Objeto: fornecimento de medicamentos
Inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 25, I, da Lei 8.666/93
Prazo: 30 dias
Contratante: Fundação Dr. Amaral Carvalho
Contratado: Novartis Biociência S.A
Valor: R\$ 220.694,40
Data: 16 de fevereiro de 2007
Objeto: fornecimento de medicamentos
Inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 25, I, da Lei 8.666/93
Prazo: 30 dias
Contratante: Fundação Dr. Amaral Carvalho
Contratado: Novartis Biociência S.A
Valor: R\$ 202.480,50
TOMADA DE PREÇOS 002/2006
Data: 30 de janeiro de 2007
Objeto: fornecimento de material permanente
Dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, V, Lei 8.666/93
Prazo: 30 dias
Contratante: Fundação Dr. Amaral Carvalho
Contratado: Olympus Optical do Brasil Ltda.
Valor: R\$ 41.400,00

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

A direção da Fiotec, torna público aos interessados o Resultado de Julgamento da Tomada de Preços n.º 001/2007. Objeto: Execução de Obra de Construção de Edificação para abrigar o Projeto ELSA-RJ (Fundação, Estruturas (concreto e metálico), paredes, cobertura, impermeabilizações, revestimentos, forros, esquadrias, vidrarias, ferragens, pavimentação, peitoris, soleiras, rodapés, pintura, equipamentos sanitários e instalações gerais). A Comissão de Licitação se reuniu no dia 28/02/07 às 10:00hs e declarou vencedora a empresa de menor preço, ARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA no valor total de R\$ 401.068,43 (Quatrocentos e um mil, sessenta e oito reais e quarenta e três centavos).

LUCIANA GONZAGA CRUZ
Presidente da Comissão de Licitações

FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Convênio Nº 022/2004 firmado entre a Fundação Araucária e a FUNTEF-PR. Alteração da Cláusula de Vigência. Assinatura: 03/07/2006. Vigência: 07/11/2006. Assinam: Jorge Bounassar Filho pela Concedente e Tangriani Simioni Assmann pela Conveniente.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 13/2006, para aquisição de equipamentos para laboratório de controle da qualidade do leite, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
19.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 14/2006, para aquisição de equipamentos agrícolas, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
19.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 15/2006, para aquisição de sêmen bovino e botijão criogênico, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
19.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 16/2006, para aquisição de insumos agrícolas e sementes de leguminosas, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
19.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 17/2006, para aquisição de reagentes químicos, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
20.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 18/2006, para aquisição de equipamentos de informática, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
20.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 19/2006, para aquisição de osciloscópios, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640
- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
20.03.2007, às 14 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2006

A FUNTEF-PR, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 20/2006, para aquisição de mobiliário, com recursos do FUNDO-PARANÁ. A realização será no sítio www.licitacoes-e.com.br, local onde poderá ser obtido o Edital ou através dos telefones (46) 3220-2639/2640

- Início de acolhimento das propostas:
02.03.2007, às 7 horas
- Data de abertura das propostas:
15.03.2007, às 7 horas.
- Data Pregão (disputa de lances)
20.03.2007, às 14 horas

TANGRIANI SIMIONI ASSMANN
Diretora Executiva

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2006

A FUNTEF-PR torna público o resultado do Pregão Eletrônico 12/2006. Empresas Vencedoras: 06.194.394/0001-42 lotes 05 e 09; 01.975.274/0001-69 lote 06; 02.197.876/0001-03 lote 07; 04.567.265/0001-27 lote 10. Lotes 01, 02 e 03 restaram cancelados.

FÁBIO MARCELO WALTER
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2006

A FUNTEF-PR torna público o resultado do Pregão Eletrônico 08/2006. Empresas Vencedoras: 07.916.894/0001-03, lote 04. Lotes 01, 02, 03, 05 e 06 restaram desertos.

EDUARDO ALBERTO CARDOSO
Pregoeiro

INSTITUTO EUVALDO LODI

EXTRATO DE CONTRATO

CONVÊNIO: 134/2004 - MI
PROCESSO SAP 2886/2006 - CIA 00846/2006
CONTRATANTE: INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL NÚCLEO CENTRAL
CONTRATADO: MELLER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA INDUSTRIAL E COMÉRCIO LTDA
OBJETO: Fornecimento, instalação e posta em marcha de 01 (uma) unidade piloto contínua para processamento de massa de cacau, partindo da amêndoa seca, com capacidade de processamento de 360kg por uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, com tecnologia cedida da SPA - Sociedade Produtora de Alimentos Ltda, em conformidade com as especificações do Anexo I do contrato.
VALOR: R\$ 350.000,00
VIGÊNCIA: 29/11/2006 a 29/04/2007.
UNIDADE OPERACIONAL: 04.03.05 - GDE
CENTRO DE RESPONSABILIDADE: 2.04.01.03.01.10 - MI/Fruticultura
FUNDAMENTO LEGAL DISPENSA DE LICITAÇÃO: Lei 8.666/93 Artigo 25 inciso I.
ASSINA PELO CONTRATANTE: Armando de Queiroz Monteiro Neto
ASSINA PELO CONTRATADO: Flávio da Cruz Abaurre

INSTITUTO RECÔNCAVO DE TECNOLOGIA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007 TÉCNICA E PREÇO

Objeto: Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação (TI) para Prestação de Serviço de Desenvolvimento de protótipo (hardware/software embarcado) e projeto de produção industrial de placa mídia-gateway VoIP E1 Digital para plataformas de Call Center e PABX IP, conforme especificações contidas no Anexo I, parte integrante do Edital.

As entregas e aberturas dos envelopes com as propostas serão no dia 02/04/2007 às 09:00h (Horário de Brasília) na sala de reunião do IRT situado na Av. Tancredo Neves, 805, 3º andar - Caminho das Árvores - Salvador - Ba - CEP 41.820-021. Edital disponível no seguinte endereço eletrônico www.reconcavotecnologia.org.br

ARIOVALDO DO SACRAMENTO SANTANA
Presidente da Comissão de Licitação

**IELF - INSTITUTO DE ENSINO JURÍDICO
PROFESSOR LUIZ FLÁVIO GOMES LTDA**
CNPJ/MF nº 05.792.326/0001-12

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO DE SÓCIOS**

Ficam os sócios quotistas do IELF - Instituto de Ensino Jurídico Professor Luiz Flávio Gomes Ltda. convocados a comparecer à reunião de sócios a ser extraordinariamente realizada fora da sede social, na Rua Bela Cintra, 1.149, 6º andar, São Paulo/SP, no dia 09/03/2007, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre a propositura de uma ação judicial de arbitramento de remuneração e cobrança de valores devidos pelo Prima Cursos Preparatórios Ltda. ao IELF, bem como a propositura de ação objetivando a retirada daquele da rede televisiva deste.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.
BRUNO ALBANO VIZZOTTO
Diretor

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
O DESENVOLVIMENTO**
EXTRATOS DE CONTRATOS

Projeto BRA 04/048 - Implementação da Capacidade de Vigilância em Saúde

Modalidade Produto Nacional

Extrato de Contrato de Trabalho SAP Nº 095347

Nº do Contrato: 2007/000004-00

Objeto: Realizar análises que subsidiem o Projeto de Avaliação do Programa Nacional de Vigilância e Controle da Tuberculose. Aprimoramento e formação de capacitações para análise de dados do SIM, SINASC e SINAN. Análises que visam divulgar as informações do SIM. Valor: R\$74.760,00 (Setenta e quatro mil, setecentos e sessenta reais)
Contratado: Ana Luiza de Souza Bierrenbach - CPF 148.314.088-16
Modalidade Produto Nacional

Extrato de Contrato de Trabalho SAP - 095664

Nº do Contrato: 2007/000215-00

Objeto: Elaboração de material instrucional sobre aspectos teóricos de Avaliação em Saúde.

Valor: R\$5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais)

Contratado: ISABELLA CHAGAS SAMICO - CPF 577.741.614-49

Modalidade Produto Nacional

Extrato de Contrato de Trabalho SAP - 095580

Nº do Contrato: 2007/000140-00

Objeto: Análise do perfil imunológico dos pacientes através da quantificação sorológica e identificar infecções virais por meio da detecção de antígenos teciduais, para melhor compreender a resposta imunológica e celular desenvolvidas contra infecções importantes como HIV, Herpesvírus tipo 2, Vírus Epstein-Barr (EBV), Citomegalovírus e Toxoplasma gondii.

Valor: R\$55.200,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos reais)

Contratado: JUCICLAYTON SOUSA - CPF 637.407.452-15

Modalidade Produto Nacional

Extrato de Contrato de Trabalho SAP - 095498

Nº do Contrato: 2007/000107-00

Objeto: Análises do Sistema Nacional de Diagnóstico Laboratorial, em atendimento às ações de vigilância epidemiológica implantada para surtos e eventos inusitados em saúde, bem como elaborar estratégias de respostas rápidas às demandas registradas pelo CIEVS/SVS/MS.

Valor: R\$49.080,00 (Quarenta e nove mil e oitenta reais)

Contratado: Karla Neves Laranjeira Braga - CPF 785.742.261-49

Modalidade Produto Nacional

Extrato de Contrato de Trabalho SAP - 095487

Nº do Contrato: 2007/000096-00

Objeto: Análise das bases de dados da Vigilância em Saúde Ambiental, elaboração de metodologias de análise de situação em saúde ambiental, articulação para o desenvolvimento de sistemas de informações para Vigilância em Saúde Ambiental e estratégias de integração de bases de dados, estruturação de rotinas de análise de situação de saúde ambiental para a tomada de decisões no âmbito do SUS.

Valor: R\$77.630,00 (Setenta e sete mil, seiscentos e trinta reais)

Contratado: Regina Maria Mello CPF 225.901.961-72

Modalidade Produto Nacional

Extrato de Contrato de Trabalho SAP - 095624

Nº do Contrato: 2007/000181-00

Objeto: Análise e avaliação dos perfis das consultorias por produto e execução financeira/orçamentária dos mesmos no âmbito do Projeto PNUD BRA 04/048, para os exercícios de 2006 e 2007, administrado pela Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Valor: R\$47.750,00 (Quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais)

Contratado: Tatiana Silva - CPF 719.580.611-15

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA**

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contratante: UNESCO / Projeto: 914BRA1107 SVS-MS

Contratado: Ana Cláudia Simões Cardoso

Referência: Produto / ED00891/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 34.500,00

Signatários / CPF

Ana Cláudia Simões Cardoso - 962.094.964-15

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Elaboração estratégias com vistas à atualização do banco de registros de casos de hanseníase e gestão de medicamentos nos níveis municipal, estadual e federal.

Contratado: Carlos Estênio Freire Brasilino

Referência: Produto / ED00855/2007

Data de Assinatura: 01/02/2007

Vigência: 01/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 43.140,00

Signatários / CPF

Carlos Estênio Freire Brasilino - 694.983.344-04

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Montar diretrizes que possibilitem ao executor planejar, pautar, produzir e distribuir à mídia impressa e eletrônica textos jornalísticos sobre temas relacionados à Epidemiologia, construir orientações para os dirigentes no contato com a mídia, qualificar a produção de material publicitário de utilidade pública, preparar material para compor o conteúdo Web da Secretaria de Vigilância em Saúde e organizar eventos para promover o relacionamento com a imprensa.

Contratado: Denise de Freitas Tavares da Silva

Referência: Produto / ED00325/2007

Data de Assinatura: 02/02/2007

Vigência: 02/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 38.800,00

Signatários / CPF

Denise de Freitas Tavares da Silva - 071.943.687-73

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Subsidiar as ações de vigilância em saúde de populações expostas a solo contaminado ? VIGISOLO

Contratado: Flavia Maria Daou Lindoso da Fonseca

Referência: Produto / ED00894/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 33.980,00

Signatários / CPF

Flavia Maria Daou Lindoso da Fonseca - 225.459.301-30

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Realizar levantamento e detalhamento das ações previstas no SIS-PLAN ? Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde, exercício 2007, contemplando a programação apresentada, assim como relação dos convênios firmados junto ao Departamento de Análise de Situação de Saúde, permitindo ao Departamento conhecer, descrever, e analisar o cumprimento da programação apresentada e dos convênios com estados e municípios e instituições colaboradoras.

Contratado: Gertrudes Monteiro da Costa

Referência: Produto / ED00893/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 25.500,00

Signatários / CPF

Gertrudes Monteiro da Costa - 409.956.904-72

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Diagnosticar as ações realizadas pelos estados da federação que visam à melhoria da cobertura e qualidade das informações do SIM, a investigação dos óbitos com causas mal definidas ocorridos a partir de 2005 e a apresentação do levantamento dos sepultamentos efetuados sem documentação regular em municípios, especificamente no Estado de Sergipe.

Contratado: Heliana Raimunda de Macedo

Referência: Produto / ED00967/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 42.320,00

Signatários / CPF

Heliana Raimunda de Macedo - 276.548.852-53

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Elaboração estratégias com vistas à atualização do banco de registros de casos de hanseníase e gestão de medicamentos nos níveis municipal, estadual e federal.

Contratado: Suen Oliveira Santos

Referência: Produto / ED00892/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 30/09/2007

Valor do contrato: R\$ 34.500,00

Signatários / CPF

Suen Oliveira Santos - 052.075.607-00

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Elaboração estratégias com vistas à atualização do banco de registros de casos de hanseníase e gestão de medicamentos nos níveis municipal, estadual e federal.

Total Contratados: 7

Valor Total Contrato: R\$ 252.740,00

Contratante: UNESCO / Projeto: 914BRA2009 VIGISUS II SVS

Contratado: Bruno Santana Carneiro

Referência: Produto / SC01009/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 14/02/2008

Valor do contrato: R\$ 55.200,00

Signatários / CPF

Bruno Santana Carneiro - 454.449.272-68

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Reorganização das informações dos bancos de dados de espécimes de peixes proporcionando o estabelecimento de novas análises estatísticas como fonte de informação para ações que contribuam significativamente para o desenvolvimento da vigilância ambiental em saúde na Amazônia.

Contratado: Manuel Rodrigues Filho

Referência: Produto / SC00861/2007

Data de Assinatura: 15/02/2007

Vigência: 15/02/2007 a 14/02/2008

Valor do contrato: R\$ 54.360,00

Signatários / CPF

Manuel Rodrigues Filho - 057.071.978-00

Vincent Defourny - 743.972.061-04

Objetivo da Contratação - Atividade

Elaboração de 2 (dois) projetos de arquitetura e engenharia, a nível executivo, de área laboratorial de Biologia Molecular e adequação de 2 (dois) projetos executivos dos Laboratórios de Fronteira dos Municípios de Chuí/RS e de Corumbá/MS.

Total Contratados: 2

Valor Total Contrato: R\$ 109.560,00

**PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO - PMDB**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONVENÇÃO NACIONAL ORDINÁRIA**

A Comissão Executiva Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, com fundamento nos arts. 22, 26, 30 e parágrafos, 64, VII e 66, I e parágrafo único, todos do Estatuto Partidário, CONVOCA a Convenção Nacional com seus respectivos membros, os Deputados Federais e Senadores da República, os Delegados titulares e suplentes das Seções Estaduais e do Distrito Federal, os membros titulares e suplentes do Diretório Nacional e os membros do Conselho Nacional não integrantes do Diretório Nacional, a comparecerem à reunião ordinária deste órgão partidário que se realizará no dia 11 de março de 2007, no Centro de Convenções ULYSSES GUIMARÃES, sito no SDC-Sector de Divulgação Cultural, Eixo-Monumental, na cidade de Brasília-DF, para decidir sobre a seguinte ordem do dia:

1.Eleição, das 9:00 às 17:00 horas, dos membros titulares e suplentes do Diretório Nacional e da Comissão Nacional de Ética e Disciplina;

2.Eleição, pelo novo Diretório Nacional, da Comissão Executiva Nacional e do Conselho Fiscal, das 17:00 às 18:00 horas ou nos 5 (cinco) dias subsequentes;

3.Alterações Estatutárias por recomendação do Ministério Público.

Nota:

I-Todos os convencionais deverão estar munidos de documento de identificação;

II-Os respectivos suplentes serão convocados para exercer o direito de voto somente a partir das 15.00 horas.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.

MICHEL TEMER

Presidente Nacional do PMDB

SARAIVA FELIPE

Secretário-Geral



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO

EXTRATO DE COMPROMISSO

Espécie: Processo 5669/2006 - Termo de Compromisso 003/2007
Partes: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - ACIRP, o Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto - SINCOVARP, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP e a Associação das Empresas de Serviços Contábeis de Ribeirão Preto e Região - AESCON-RP.

Objetivo: renovação do Posto Sebrae-SP de Atendimento ao Empreendedor no município de Ribeirão Preto. Vigência: 12 meses, contados a partir de sua assinatura, em 06/02/2007. Assinaturas: pelo Sebrae-SP, Ricardo Luiz Tortorella, José Milton Dallari Soares e Paulo Eduardo Stábile de Arruda; pela Prefeitura, Welson Gasparini; pela ACIRP, Francisco Carlos Júlio Pinghera; pelo SINCOVARP, Pedro Abrahão Além Neto; pelo CIESP, Dorival Luiz Balbino de Souza e pela AESCON-RP, César Augusto Campezo Neto.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Processo 4026/2006 - Contrato 003/2007
Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
Contratada: Esdeve Indústria Gráfica S.A.
Objetivo: prestação de serviços de impressão do Jornal de Negócios. Valor Global: R\$ 278.496,00. Vigência: 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, em 31/01/2007. Assinaturas: pelo contratante, Ricardo Luiz Tortorella, José Milton Dallari Soares e Paulo Eduardo Stábile de Arruda e pela contratada, Juracy Azevedo Neves.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Processo 1150/2006 - 1º Termo Aditivo ao Convênio 046/2006
Partes: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo e a Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Objetivo: transferir valores da rubrica "participação em eventos/intercâmbio técnico" para a rubrica "participação em feiras nacionais/regionais", sem alteração dos valores iniciais. Data de assinatura: 17/10/2006. Assinaturas: pelo Sebrae-SP, José Luiz Ricca, Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, Carlos Roberto Pinto Monteiro e Sérgio Luis Soares e pela Fiesp, Paulo Antonio Skaf e Marcelo Lemos.

Espécie: Processo 038/2006 - 1º Termo Aditivo ao Convênio 007/2006.
Partes: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC
Objetivo: prorrogar a vigência do convênio até 31/05/2007, bem como remanejar rubricas do ajuste, elevando o valor total do projeto para R\$ 220.454,23. Data de assinatura: 30/01/2007. Assinaturas: pelo Sebrae-SP, Ricardo Luiz Tortorella, José Milton Dallari Soares, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e Irina Freire Pereira e pela Agência, José Auricchio Júnior e Silvio Augusto Minciotti.

Espécie: Processo 007/2006 - 1º Termo Aditivo ao Convênio 014/2006.
Partes: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo e o Instituto Barretos de Tecnologia - IBT.
Objetivo: prorrogar a vigência do convênio até 31/05/2007, bem como remanejar rubricas do ajuste, ocasionando o acréscimo de R\$ 19.493,20 no valor total do projeto. Data de assinatura: 12/02/2007. Assinaturas: pelo Sebrae-SP, Ricardo Luiz Tortorella, José Milton Dallari Soares, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e Marcos José Amâncio e pelo IBT, Eliane Pinheiro Miranda Dib e Wanderley Mauro Dib.

Espécie: Processo 020/2006 - 1º Termo Aditivo ao Convênio 018/2006.
Partes: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo e o Sindicato Rural de Piraju
Objetivo: prorrogar a vigência do convênio até 31/05/2007, bem como remanejar rubricas do ajuste, ocasionando o acréscimo de R\$ 14.069,61 no valor total do projeto e ainda, transferir a gestão do projeto por parte do Sebrae-SP para o funcionário Leandro Ranolfi Girardi. Data de assinatura: 24/01/2007. Assinaturas: pelo Sebrae-SP, Ricardo Luiz Tortorella, José Milton Dallari Soares, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e Leandro Ranolfi Girardi e pelo Sindicato, José Rubens de Oliveira e Alonso Passos de Amorim.

Espécie: Processo 711/2005 - 1º Aditamento ao Contrato 030/2006
Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
Contratada: Lílian Patrícia Ferraz Marques Correa EPP.
Objetivo: prorrogar a vigência do contrato por até 60 dias, contados a partir de 09/03/2007. Data de assinatura: 13/02/2007 Assinaturas: pelo contratante, Ricardo Luiz Tortorella, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e José Milton Dallari Soares e pela contratada, Rogério César Carli.
Formato Global

Espécie: Processo 252/1996 - 1º Aditamento ao Contrato 437/1996
Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
Contratado: Harada, Coimbra e Andrade - Advogados.
Objetivo: alterar a razão social do contratado para Harada e Andrade Advogados, bem como retificar a cláusula quinta, para constar que a vigência do contrato ficará adstrita ao trâmite da ação proposta sob o nº 1742/1996, acrescendo-se o prazo de 30 dias, para apresentação de relatórios. Data de assinatura: 15/01/2007 Assinaturas: pelo contratante, Ricardo Luiz Tortorella, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e José Milton Dallari Soares e pelo contratado, Cícero Harada e Fernando Augusto Pitol de Andrade.

Espécie: Processo 605/2005 - 1º Aditamento ao Contrato 005/2006
Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
Contratada: Sarasampa Prestadora de Serviços de Segurança Ltda.
Objetivo: prorrogar a vigência do contrato por mais 12 meses, contados a partir de 06/02/2007. Data de assinatura: 05/02/2007 Assinaturas: pelo contratante, Ricardo Luiz Tortorella, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e José Milton Dallari Soares e pela contratada, Maria do Socorro Santos Sampaio e Luiz Carlos Barros Sampaio.

Espécie: Processo 605/2005 - 2º Aditamento ao Contrato 175/2005
Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
Contratada: Centurion Segurança e Vigilância Ltda.
Objetivo: prorrogar a vigência do contrato por mais 03 meses, contados a partir de 18/01/2007, bem como reajustar o valor contratual em 3,31%, passando o valor mensal para R\$ 61.906,74. Data de assinatura: 16/01/2007 Assinaturas: pelo contratante, Ricardo Luiz Tortorella, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e José Milton Dallari Soares e pela contratada, Aguinaldo Assis Toledo.

Espécie: Processo 198/2000 - 4º Aditamento ao Contrato 127/2001
Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
Contratada: Arquivo Comercial Ltda.
Objetivo: prorrogar a vigência do contrato por mais 06 meses, contados a partir de 23/01/2007. Data de assinatura: 16/01/2007 Assinaturas: pelo contratante, Ricardo Luiz Tortorella, Paulo Eduardo Stábile de Arruda e José Milton Dallari Soares e pela contratada, Amílcar Amarelo Júnior.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 15/2007

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul - SENAI/RS, torna público a todos os interessados a realização da licitação, na modalidade "PREGÃO", sob o nº 015/2007, do tipo de menor preço, cujo objeto é a aquisição de MÁQUINA EXTRUSORA, que será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI, publicado no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2006. A sessão de abertura, dar-se-á em 12 de março de 2007, encerrando-se o ingresso de interessados às 10 horas. O Edital com todas as informações, encontra-se à disposição gratuitamente, no site do SENAI, www.senai.org.br, ou diretamente na sede do SENAI, sito a Av. Assis Brasil, nº 8787, Porto Alegre - RS, na Gestão de Suprimentos "GE-SUP", de segunda à sexta-feira, no horário das 14 às 17 horas.

Porto Alegre-RS, 1º de março de 2007.
VANESSA DA COSTA MARQUES
Pregoeira

SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE - SEST

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2007-C

O SEST - Serviço Social do Transporte torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão, por meio de sistema presencial, que tem como objeto o fornecimento de equipamentos, mobiliários e materiais para clínicas oftalmológicas do SEST em Rondonópolis/MT, Palmas/TO, Ponta Grossa/PR, Uruguaiana/RS e Criciúma/SC. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se ao SAS Qd. 06, Bl. "J", Ed. Camilo Cola, 1º andar, Brasília, DF. Data e hora para recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preços: 09 de abril de 2007 às 09:00 horas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2007-C

O SEST - Serviço Social do Transporte torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão, por meio de sistema presencial, que tem como objeto a aquisição de equipamentos de informática para atender as unidades do SEST. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se ao SAS Qd. 06, Bl. "J", Ed. Camilo Cola, 1º andar, Brasília, DF. Data e hora para recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preços: 12 de abril de 2007 às 15:00 horas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2007-C

O SEST - Serviço Social do Transporte torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão, por meio de sistema presencial, que tem como objeto o fornecimento de equipamentos, mobiliários e materiais para clínicas geral, ginecológica e pediátrica do SEST em Rondonópolis/MT, Palmas/TO, Ponta Grossa/PR, Uruguaiana/RS e Criciúma/SC. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se ao SAS Qd. 06, Bl. "J", Ed. Camilo Cola, 1º andar, Brasília, DF. Data e hora para recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preços: 17 de abril de 2007 às 09:00 horas.

A COMISSÃO

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SENAT

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2007-C

O SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão, por meio de sistema presencial, que tem como objeto o fornecimento de móveis em Rondonópolis/MT, Palmas/TO, Ponta Grossa/PR, Uruguaiana/RS e Criciúma/SC. Para retirada do edital e acesso às demais informações, os interessados deverão dirigir-se ao SAS Qd. 06, Bl. "J", Ed. Camilo Cola, 1º andar, Brasília, DF. Data e hora para recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preços: 26 de março de 2007 às 09:00 horas.

A COMISSÃO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ALAGOAS

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Contrato nº 41/2006, decorrente do Processo nº 27/2006, Pregão nº 03/2006. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Nutricash Serviços de Alimentação ao Trabalhador Ltda. Objeto: Fornecimento de cartões eletrônicos, utilizados na operação de compras de combustíveis em redes de postos credenciados para abastecimento da frota de veículos do SEBRAE/AL. Valor: Valor global anual de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), pela execução do objeto deste contrato, considerando a taxa de administração de 4,8% (quatro vírgula oito por cento) e o consumo de combustíveis efetivamente utilizado no período. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 26/06/2006. Data da Assinatura: 26 de maio de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; Rosane de Freitas Manica, pela contratada.

Contrato nº 46/2006, decorrente do Processo nº 103/2006. Comodatante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Associação Comercial de Pão de Açúcar e Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 07/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Lázaro Haruo Ota, Presidente e José Elpidio Porfírio Santos, Diretor Financeiro, pela Associação Comercial de Pão de Açúcar; Sérgio Papini de Mendonça Uchoa, Presidente e Ricardo Q. Gomes de Barros, Diretor Financeiro, pela FEDERALAGOAS.

Contrato nº 48/2006, decorrente do Processo nº 104/2006. Comodatante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Associação Comercial de Porto Calvo e Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 07/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Senivaldo Gonzaga de Oliveira, Presidente e Marinalva Leandro Azevedo, Diretora Financeira, pela Associação Comercial de Porto Calvo; Sérgio Papini de Mendonça Uchoa, Presidente e Ricardo Q. Gomes de Barros, Diretor Financeiro, pela FEDERALAGOAS.

Contrato nº 49/2006, decorrente do Processo nº 105/2006. Comodante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Associação Comercial de Capela e Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 07/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Valderedo Tenório Padilha, Presidente e Lúcia Cotrim Moreira, Diretora Financeira, pela Associação Comercial de Capela; Sérgio Papini de Mendonça Uchoa, Presidente e Ricardo Q. Gomes de Barros, Diretor Financeiro, pela FEDERALAGOAS.

Contrato nº 50/2006, decorrente do Processo nº 106/2006. Comodante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Câmara de Dirigentes Lojistas de Coruripe e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 08/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Maria Pastora de Souza, Presidente e José Francisco Borges, 1º Diretor Tesoureiro, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Coruripe; Egnaldo Pedro da Silva, Presidente e Ibn Pinto e Silva, Diretor Financeiro, pela FCDL.

Contrato nº 51/2006, decorrente do Processo nº 107/2006. Comodante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Câmara de Dirigentes de Teotônio Vilela e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 08/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Maria de Lourdes da Silva, Presidente e Flávio Souza Santana, Diretor Tesoureiro, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Coruripe; Egnaldo Pedro da Silva, Presidente e Ibn Pinto e Silva, Diretor Financeiro, pela FCDL.

Contrato nº 52/2006, decorrente do Processo nº 108/2006. Comodante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Câmara de Dirigentes Lojistas de União dos Palmares e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 08/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; José Mendes de Amorim, Presidente e José Carlos Leal P. de Oliveira, Diretor Financeiro, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de União dos Palmares; Egnaldo Pedro da Silva, Presidente e Ibn Pinto e Silva, Diretor Financeiro, pela FCDL.

Contrato nº 53/2006, decorrente do Processo nº 109/2006. Comodante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Comodatários: Câmara de Dirigentes Lojistas de São Miguel dos Campos e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL. Objeto: O comodante cede por empréstimo ao comodatário, por prazo determinado, bens móveis com a finalidade de promover ações constantes do convênio nº 08/2006. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 14 de julho de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Marcos Alexandre Martins Palmeira, Presidente e Edson José Oliveira da Silva, Diretor Tesoureiro, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de São Miguel dos Campos; Egnaldo Pedro da Silva, Presidente e Ibn Pinto e Silva, Diretor Financeiro, pela FCDL.

Contrato nº 61/2006, decorrente do Processo nº 77/2006, credenciamento nº 02/200. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Sônia Maria Toshie Onuki. Objeto: Prestação de serviços de instrutoria e consultoria. Valor: A remuneração pelos serviços prestados será de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por hora. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 02 de outubro de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Sônia Maria Toshie Onuki, pela contratada.

Contrato nº 66/2006, decorrente do Processo nº 71/2006, Pregão Presencial nº 12/2006. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Construhindo Ltda. Objeto: Fornecimento de 89 (oitenta e nove) kits contendo materiais para sistema de irrigação com o objetivo de atender as Unidades Familiares de Produção Agrícola e Sustentável - UFPAS nos municípios de Poço das Trincheiras, Água Branca e Pão de Açúcar. Valor: Valor global anual de até R\$ 85.245,65 (oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). Vigência: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 07 de novembro de 2006. Assina-

turas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; Felipe Sampaio Padilha, pela contratada.

Contrato nº 70/2006, decorrente do Processo nº 96/2006, Pregão nº 14/2006. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Nordestys'us Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Objeto: Fornecimento, montagem e assistência técnica de móveis de escritório, para a Central Fácil do SEBRAE/AL. Valor: Valor total é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Vigência: 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 22 de novembro de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; Elizabete Cechinel da Rosa, pela contratada.

Contrato nº 71/2006, decorrente do Processo nº 93/2006, Dispensa nº 05/2006. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Vital Serviços Ltda. Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação, com o objetivo de atender a sede do SEBRAE/AL, Central Fácil, Armazém SEBRAE, Fácil Arapiraca, Escritórios Regionais de Arapiraca e Penedo. Vigência: 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 29 de novembro de 2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; Ednaldo Vital da Silva, pela contratada.

4º Termo de Aditamento ao Contrato nº 14/2003. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratado: Instituto Euvaldo Lodi - IEL. Objeto: Prorrogar o contrato, por 09 (nove) meses, contados a partir da data da assinatura. Data da Assinatura: 03/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico pelo SEBRAE/AL; José Carlos Lyra de Andrade, pelo contratado.

2º Termo de Aditamento ao Contrato nº 04/2004. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Céfora Patrícia Farias Santos. Objeto: Prestação de Serviços de Consultoria, por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura. Data da Assinatura: 23/03/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; e Céfora Patrícia Farias Santos, pela contratada.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 91/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Escritório de Arte, Produção Artística e Assessoria Ltda. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 19/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; Silvana Valença Lyra, pela contratada.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 94/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratado: Fernando Antônio Barbosa Maciel. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 19/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e José Roberval Cabral da Silva Gomes, Diretor Administrativo-Financeiro, pelo SEBRAE/AL; Fernando Antônio Barbosa Maciel, pelo contratado.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 95/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratado: Fernando de Carvalho Pedroza Júnior. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 24/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Fernando de Carvalho Pedroza, pelo contratado.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 96/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratado: Harry Guerra Clarck. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 24/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Harry Guerra Clarck, pelo contratado.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 99/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratado: Ismar Macário Pinto Júnior. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 24/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Ismar Macário Pinto Júnior, pelo contratado.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 102/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Joelma Cunha Marinho Atayde. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 19/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Joelma Cunha Marinho Atayde, pela contratada.

1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 104/2005. Contratante: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL. Contratada: Lêda Morgana Espíndola Bulhões. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, por 12 (doze) meses, contados a partir de 05/08/2006. Data da Assinatura: 19/07/2006. Assinaturas: Marcos Antônio da Rocha Vieira, Diretor Superintendente e Osvaldo Viégas, Diretor Técnico, pelo SEBRAE/AL; Lêda Morgana Espíndola Bulhões, pela contratada.

SOMESB - SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA S/C LTDA

EDITAL

O Vice-Presidente da SOMESB - SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA S/C LTDA torna público que o conteúdo deste aditivo altera algumas informações constantes no Edital de 02 de fevereiro de 2007, publicado no DOU3, de 05 de fevereiro de 2007, página 109, prevalecendo o conteúdo deste Aditivo sobre o conteúdo do Edital no que divergirem. A Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia S/C Ltda, Instituição Educacional constituída como pessoa Jurídica de Direito Privado, com observância do artigo 44, inciso 11, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, das Portarias 1.120 de 16/07/99 do MEC e 1.449 de 23/09/99 da SESu, na forma de seu Contrato Social e do Regimento Geral, torna público que se encontram abertas, no período de 21 de fevereiro a 16 de março de 2007, as inscrições para o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas em todos os estados do Brasil, para os cursos ministrados pela Faculdade de Tecnologia e Ciências / Educação a Distância - FTC EaD, cujos candidatos classificados e regularmente matriculados estarão acadêmica e administrativamente sob a coordenação e responsabilidade da SOMESB, de acordo com as Normas constantes deste Edital e das Normas Complementares que venham a ser baixadas. Dos cursos: O presente concurso destina-se ao preenchimento das vagas dos Cursos de Licenciatura em História, Matemática, Letras - Português / Inglês, Biologia, Geografia e Normal Superior (Séries Iniciais do Ensino Fundamental), de acordo com o Ato Legal de Autorização dos Cursos e respectivas vagas - Portaria Ministerial nº. 2.144, de 16 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº. 138, de 20 de julho de 2004, Seção 1, página 99 e Portaria Ministerial nº. 588, de 20 de fevereiro de 2006. Das Inscrições: Período de 21 de fevereiro a 16 de março de 2007; Taxa de inscrição e acesso ao Manual do Candidato - O pagamento da taxa será no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), de 21 a 26/02 e de R\$30 (trinta reais) de 27/02 a 16/03, e o Manual do Candidato estará disponível na Internet, na página de inscrição. Das provas: As provas serão realizadas no dia 01 de abril de 2007 nas cidades relacionadas no site <http://www.ead.ftc.br>. O horário e local das provas serão indicados no site www.ead.ftc.br, através do Manual do Candidato, tendo duração de 2,0 horas. O Vestibular será válido por 03 (três) anos a partir da data de sua divulgação. Serão cumpridas, para todos os efeitos, as determinações contidas no Manual do Candidato para o Processo Seletivo, que completam o presente Edital. A FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS / EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA cumpriu os termos da Portaria Ministerial nº 2.402 de 09 de novembro de 2001. A FTC EaD obteve conceito "A" da Comissão de Especialistas do MEC no seu projeto de Implantação. Os demais artigos, itens e subitens permanecem inalterados. Publique-se.

WILLIAM LIMA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente



VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A

CNPJ nº 27.486.182/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria, tem a satisfação de submeter à apreciação de Vs.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Cariacica-ES, 28 de fevereiro de 2007. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

ATIVO	2006	2005	PASSIVO	2006	2005
Circulante	25.648.288	23.193.230	Circulante	34.236.406	39.288.094
Caixa e bancos	4.408.767	5.201.922	Fornecedores	4.577.765	5.488.140
Aplicações financeiras	7.000.393	-	Instituições financeiras	18.118.013	13.688.846
Direitos realizáveis	14.239.128	17.991.308	Impostos, taxas e contribuições	4.475.902	3.762.065
Contas a receber de clientes	8.911.752	7.932.856	Salários e encargos trabalhistas	197.879	235.483
Adiantamentos	383.324	378.384	Provisões p/ IR e CSLL	1.290.849	280.037
Impostos a recuperar	691.969	512.932	Outras provisões	3.954.242	3.665.401
Contas a receber de pessoas ligadas	565.985	963.886	Outras contas e despesas a pagar	1.018.932	11.346.243
Outras contas a receber	709.897	4.623.555	Débitos com empresas ligadas	602.826	821.880
Estoques	2.737.705	3.358.237	Exigível a longo prazo	45.653.390	45.975.266
Despesas de exercícios seguintes	238.496	221.458	Instituições financeiras	31.934.131	30.402.608
Realizável a longo prazo	13.813.148	16.290.391	Financiamentos	27.208.013	25.202.882
Depósitos para investimentos			Empréstimos	4.726.118	5.199.726
incentivados	1.457.104	1.457.104	Débitos com empresas ligadas	3.867.211	4.431.985
Depósitos judiciais	4.007.484	2.840.108	Obrigações tributárias	6.368.402	7.657.028
Outras	3.079.800	2.949.427	Outras contas a pagar	3.483.645	3.483.645
Créditos com acionistas	5.268.761	9.043.752	Patrimônio líquido	79.120.999	75.734.820
Permanente	119.549.358	121.514.559	Capital social	47.575.858	47.575.858
Investimentos	70.566.261	68.083.836	Reservas de capital	480.080	480.080
Participações em empresa coligada			Reservas de lucros	2.734.550	2.150.985
ou controlada	15.717.538	13.235.113	Lucro/(prejuízo) acumulado	17.242.782	25.527.897
Ágio na aquisição de investimentos	54.622.665	54.622.665	Resultado do exercício	11.087.730	-
Outros investimentos	226.059	226.059			
Imobilizado	48.983.097	53.430.723	Total do Passivo	159.010.795	160.998.179
Custo das imobilizações	153.392.241	144.108.309			
(-) Depreciações acumuladas	(104.409.143)	(90.677.586)			
Total do Ativo	159.010.795	160.998.179			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros / Prejuízos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2004	37.575.858	480.080	2.035.896	25.608.692	65.700.525
Aumento de capital	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.301.795	2.301.795
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.267.500)	(2.267.500)
Reserva legal	-	-	115.089	(115.089)	-
Saldos em 31/12/2005	47.575.858	480.080	2.150.985	25.527.898	75.734.820
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.671.294	11.671.294
Dividendos distribuídos	-	-	-	(8.285.115)	(8.285.115)
Reserva legal	-	-	583.565	(583.565)	-
Saldos em 31/12/2006	47.575.858	480.080	2.734.549	28.330.513	79.120.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - Em milhares de reais

1 - Contexto operacional
A atividade da companhia está ligada ao transporte rodoviário de passageiros, atuando nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rondônia e Minas Gerais.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Lei 6.404/76). A Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1.995 no seu artigo 4º revoga a utilização de correção monetária de balanço, para fins fiscais e societários a partir de 1º de janeiro de 1.996.

3 - Principais diretrizes contábeis
Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das Demonstrações Contábeis destacam-se:

a) Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e a longo prazo
O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Estoques
Os estoques de materiais para consumo estão registrados ao custo médio de aquisição.

c) Investimentos
• Estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente, até 31 de dezembro de 1.995.
• Os investimentos feitos em participação no capital da empresa Viação Salutaris e Turismo S/A estão avaliados segundo o Método de Equivalência Patrimonial.

d) Imobilizado
• Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo corrigido monetariamente

até 31 de dezembro de 1.995, e é depreciado pelo método linear com bases em taxas estabelecidas em função de tempo de vida útil fixado por espécie de bens.

• As contas do Imobilizado apresentaram a seguinte situação em 31/12/2006:

Nomenclatura	2006	2005
Edifícios e construções	6.453.751	9.898.016
Equip., máquinas e instalações ind.	1.780.278	1.907.590
Móveis, utensílios e instal. comerciais	3.839.064	3.587.303
Terrenos	556.808	560.590
Veículos	122.322.206	109.375.139
Equipamentos de informática	3.168.828	3.133.591
Sistemas de informática	2.961.634	2.829.593
Direito de uso de telefone	197.133	197.133
Marcas e patentes	70.759	64.994
Concessão de linhas rodoviárias	11.831.621	11.691.560
Ferramentas	138.617	-
Imobilizações em andamento	71.542	862.800
Depreciações e amortizações	(104.409.143)	(90.677.586)
Total do imobilizado	48.983.097	53.430.723

4 - Operações com empresas ligadas
Referem-se a operações de mútuo pactuadas com empresas ligadas, em condições usuais de mercado.

5 - Capital social
O Capital Social subscrito é de R\$ 47.575.857,53 e está representado em 31 de dezembro de 2006 por 41.005.254 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.
Reconhecemos a exatidão destas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2006.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2006	2005
Receita Bruta	201.283.082	184.848.658
Vendas de serviços transporte	201.283.082	184.848.658
Deduções	36.453.638	33.036.397
Impostos e contribuições	25.358.553	22.808.618
ICMS	17.579.162	16.088.185
ISS	97.237	69.527
PIS	1.368.354	1.184.571
COFINS	6.313.800	5.466.335
Vendas canceladas	11.095.086	10.227.779
Receita líquida	164.829.444	151.812.261
Custos dos serviços prestados	138.809.754	133.036.534
Lucro bruto	26.019.690	18.775.727
Receitas e (despesas) operacionais	(10.932.266)	(16.246.489)
Receitas financeiras	1.940.720	1.155.445
Despesas financeiras	(7.787.221)	(6.228.558)
Despesas gerais e administrativas	(17.072.702)	(17.732.802)
Resultado da equivalência patrimonial	7.913.345	2.729.425
Outras receitas operacionais	4.073.591	3.830.001
Lucro (prejuízo) operacional	15.087.424	2.529.238
Resultado não operacional	28.325	1.808.771
Resultado antes do IR e CSLL	15.115.749	4.338.008
Provisão para contribuição social	932.586	555.147
Provisão para imposto de renda	2.511.869	1.481.066
Lucro (prejuízo) líquido do período	11.671.294	2.301.795
Lucro líquido por ação	0,28	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2006	2005
Origens dos recursos		
Das operações		
Lucro líquido do período	11.671.294	2.301.795
Ajustes do lucro líquido		
Mais		
Juros e variação monet. sobre emprést. e financ. de longo prazo	4.232.544	4.670.525
Depreciações	18.638.115	11.671.033
Valor custo do imobilizado baixado/alienado	8.100.968	13.685.602
Outros Ajustes	58	1.613
	30.971.685	30.028.773
Menos		
Result. positivo de equiv. patrimonial	(7.913.345)	(2.729.425)
Depreciação imobilizado baixado/alienado	(4.906.558)	(13.343.581)
Variação cambial ativa sobre exigível a longo prazo	(157.052)	(694.370)
	(12.976.954)	(16.767.376)
Lucro líquido ajustado	29.666.025	15.563.192
De terceiros		
Transf. realizável a longo prazo p/circulante		4.075.606
Dividendos recebidos	5.432.461	3.332.199
Financiamentos	15.418.000	17.482.860
Empréstimos de mútuo		2.667.212
	20.850.461	27.557.878
Dos Acionistas		
Empréstimos de mútuo	3.774.991	375.207
Transf. realizável a longo prazo p/ circulante		956.248
	3.774.991	1.331.455
Total das origens	54.291.477	44.452.525
Aplicações dos recursos		
Depósitos e cauções	1.167.376	31.903
Tributos à recuperar na aquisição de imobilizado	130.373	856.354
Investimentos em controladas	1.600	9.999
Investimento aquisição de imobilizados	17.384.899	24.525.825
Transferências p/o passivo circulante	19.815.368	23.698.998
Dividendos distribuídos	8.285.115	2.267.500
Total das aplicações	46.784.731	51.390.579
Aumento no capital circ. líquido	7.506.746	6.938.054

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	31/12/2006	31/12/2005	Variação
Ativo circulante	25.648.288	23.193.230	2.455.058
Passivo circulante	34.236.406	39.288.094	(5.051.688)
Capital circulante líquido	(8.588.118)	(16.094.864)	7.506.746

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Renan Chieppe
Diretor Geral

Nilton Carlos Chieppe
Diretor Adjunto

Paulo Renato Sant'ana Oaskes
Contador - CRC ES-007328/O-0

VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A

CNPJ nº 32.285.454/0001-42

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria, tem a satisfação de submeter à apreciação de Vs.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Parabá do Sul-RJ, 28 de fevereiro de 2007.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			PASSIVO			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais		
ATIVO	2006	2005		2006	2005		2006	2005
Circulante	10.473.133	7.330.895	Circulante	6.469.578	4.817.843	Receita bruta	52.536.277	46.104.451
Disponibilidades	5.040.122	3.391.552	Fornecedores	1.292.503	1.181.995	Vendas de serviços transporte	52.536.277	46.104.451
Caixa e bancos	2.442.203	2.095.993	Instituições financeiras	1.078.102	45.825	Deduções	8.910.692	6.850.862
Aplicações financeiras	2.597.919	1.295.559	Impostos, taxas e contribuições	1.026.210	961.978	Impostos e contribuições	7.439.947	6.074.998
Direitos realizáveis	5.433.011	3.939.343	Salários e encargos trabalhistas	56.353	77.859	ICMS	5.409.546	4.312.064
Contas a receber de clientes	2.962.200	2.190.483	Provisões p/ IR e CSLL	685.632	270.396	ISS	24.926	504
Adiantamentos	40.750	31.394	Outras provisões	739.941	812.129	PIS	357.200	313.909
Impostos a recuperar	383.312	17	Outras contas e despesas a pagar	1.590.838	1.267.913	COFINS	1.648.276	1.448.521
Contas a receber de pessoas ligadas	144.394	77.089	Débitos com empresas ligadas	-	199.751	Vendas canceladas	1.470.744	775.864
Outras contas a receber	73.785	74.011	Exigível a longo prazo	3.649.349	415.044	Receita líquida	43.625.585	39.253.589
Estoques	1.750.484	1.541.366	Instituições financeiras	3.234.305	-	Custos dos serviços prestados	31.260.842	34.995.090
Despesas de exercícios seguintes	78.086	24.984	Financiamentos	3.234.305	-	Lucro bruto	12.364.743	4.258.500
Realizável a longo prazo	3.271.806	2.738.916	Empréstimos	-	-	Receitas e (despesas) operacionais	(2.074.847)	(1.610.416)
Depósitos judiciais	71.242	69.722	Débitos com empresas ligadas	-	-	Receitas financeiras	362.898	346.909
Outras	533.353	1.982	Obrigações tributárias	-	-	Despesas financeiras	(644.454)	(532.701)
Créditos com acionistas	2.667.211	2.667.211	Outras contas a pagar	415.044	415.044	Despesas gerais e administrativas	(2.212.613)	(2.076.053)
Permanente	12.079.927	8.388.131	Patrimônio líquido	15.705.939	13.225.055	Outras receitas operacionais	419.322	651.429
Investimentos	183.530	60.730	Capital social	11.402.000	11.402.000	Lucro (prejuízo) operacional	10.289.896	2.648.084
Participações em empresa coligada			Reservas de lucros	532.138	136.471	Resultado não operacional	161.800	939.217
ou controlada	122.800	4.124	Lucro/(prejuízo) acumulado	3.771.800	1.686.584	Resultado antes do IR e CSLL	10.451.696	3.587.301
Outros investimentos	60.730	56.606	Total do Ativo	25.824.866	18.457.942	Provisão para contribuição social	-	-
Imobilizado	11.896.397	8.327.401	Total do Passivo	25.824.866	18.457.942	Provisão para imposto de renda	2.538.351	857.876
Custo das imobilizações	32.505.815	28.394.652				Lucro (prejuízo) líquido do período	7.913.345	2.729.425
(-) Depreciações acumuladas	(20.609.418)	(20.067.251)				Lucro líquido por ação	0,63	0,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros / Prejuízos Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2004	11.402.000	-	-	2.425.830	13.827.830
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.729.425	2.729.425
Dividendos distribuídos	-	-	-	(3.332.199)	(3.332.199)
Reserva legal	-	-	136.471	(136.471)	-
Saldos em 31/12/2005	11.402.000	-	136.471	1.686.585	13.225.056
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.913.345	7.913.345
Dividendos distribuídos	-	-	-	(5.432.461)	(5.432.461)
Reserva legal	-	-	395.667	(395.667)	-
Saldos em 31/12/2006	11.402.000	-	532.138	3.771.801	15.705.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

	2006	2005
Origens dos recursos		
Das operações		
Lucro líquido do período	7.913.345	2.729.425
Ajustes do lucro líquido		
Mais		
Var. monet. sobre emprést. e financ. de longo prazo	40.935	-
Depreciações	1.130.103	4.699.317
Valor custo do imobilizado baixado/alienado ..	707.936	1.836.819
	1.878.975	6.536.136
Menos		
Depreciação imobilizado baixado/alienado ...	(587.936)	(1.821.475)
	(587.936)	(1.821.475)
Lucro líquido ajustado	9.204.383	7.444.087
De terceiros		
Transf. realizável a longo prazo p/circulante	-	447
Financiamentos	4.292.420	-
	4.292.420	447
Dos acionistas		
Empréstimos de mútuo	-	-
Total das origens	13.496.803	7.444.533
Aplicações dos recursos		
Empréstimos de mútuo	-	2.667.212
Depósitos e cauções	1.519	-
Tributos à recuperar na aquisição de imobilizado	531.371	-
Investimentos em controladas	122.800	-
Investimento aquisição de imobilizados	4.819.099	703.421
Transferências para o passivo circulante	1.099.050	47.656
Dividendos distribuídos	5.432.461	3.332.199
Total das aplicações	12.006.301	6.750.489
Aumento ou diminuição no capital circ. líquido	1.490.502	694.045

**DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL
CIRCULANTE LÍQUIDO**

	31/12/2006	31/12/2005	Varição
Ativo circulante	10.473.133	7.330.895	3.142.237
Passivo circulante	6.469.578	4.817.843	1.651.735
Capital circulante líquido	4.003.554	2.513.052	1.490.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - Em milhares de reais

1 - Contexto operacional

A atividade da companhia está ligada ao transporte rodoviário de passageiros, atuando nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Lei 6.404/76). A Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1.995 no seu artigo 4º revoga a utilização de correção monetária de balanço, para fins fiscais e societários a partir de 1º de janeiro de 1996.

3 - Principais diretrizes contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das Demonstrações Contábeis destacam-se:

a) Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e a longo prazo

O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Estoques

Os estoques de materiais para consumo estão registrados ao custo médio de aquisição.

c) Investimentos

• Estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente, até 31 de dezembro de 1.995.

d) Imobilizado

• Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1.995, e é depreciado pelo método linear

com bases em taxas estabelecidas em função de tempo de vida útil fixado por espécie de bens.

• As contas do Imobilizado apresentaram a seguinte situação em 31/12/2006:

Nomenclatura	2006	2005
Edifícios e construções	7.073.079	7.073.079
Equipamentos, máquinas e instalações ind.	948.519	847.633
Móveis, utensílios e instalações comerciais	1.144.016	1.124.565
Terrenos	1.010.214	1.130.214
Veículos	18.765.629	14.703.862
Equipamentos de informática	574.966	568.072
Sistemas de informática	200.123	198.473
Marcas e patentes	5.243	4.723
Concessão de linhas rodoviárias	167.437	150.000
Ferramentas	60.734	60.734
Fundo de comércio	1.974.827	1.974.827
Imobilizações em andamento	581.027	558.471
Depreciações e amortizações	(20.609.418)	(20.067.251)
Total do imobilizado	11.896.397	8.327.401

4 - Operações com empresas ligadas

Referem-se a operações de mútuo pactuadas com empresas ligadas, em condições usuais de mercado.

5 - Capital social

O Capital Social subscrito é de R\$ 11.402.000,00 e está representado em 31 de dezembro de 2006 por 12.486.936

ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reconhecemos a exatidão destas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2006.

Renan Chieppe
Diretor Geral

José Cláudio da Cruz
Diretor Financeiro

Paulo Renato Sant'ana Oaskes
Contador - CRC ES-007328/O-0 S-RJ



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO
FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 9/2007**

PROCESSO Nº 053.000.446/2007/CBMDF. O Diretor da DAL, com fulcro no Inciso II do Art. 25 c/c Inciso VI do Art. 13 da Lei 8.666/93 e no Parecer Jurídico 041/2007/SAJur e em atenção ao Art. 26 da mesma Lei, RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação, para a contratação direta com ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA, CNPJ:00.714.403/0001-00, visando inscrição de 09 (nove) militares do CBMDF para o Curso de Ordenador de Despesa, Responsabilidade Fiscal e Contratos Administrativos.

Cel/Dal.-EDSON DE OLIVEIRA BARROSO

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO**
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS

**AVISOS
PREGÕES ELETRÔNICOS NºS 28 E 62/2007 -
CECOM/SUPRI/SEPLAG**

O PREGOEIRO comunica que os Resultados dos Julgamentos dos Pregões acima citados encontram-se afixados no Quadro de Avisos da Central de Compras, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco "L" 5º andar, Edifício Lino Martins Pinto e no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.
ADRIANO FORTALEZA BRANDES

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG**

O PREGOEIRO comunica a repetição do Pregão acima citado, cujo objeto é aquisição de equipamento de proteção, segurança e socorro (Equipamento tipo gancho de carga com interface para bambi bucket), conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 14 de março de 2007, processo nº: 050.001.177/2006- SSPDS/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG

Objeto: Aquisição de material químico (reagentes químicos sais e solventes), conforme condições, quantidade e especificações constantes do anexo I do Edital, para inclusão no Sistema de Registro de Preços. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 16 de março de 2007, processo nº: 040.000.441/2007-SEPLAG/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos para confecção de impressos (cartões pré-impressos e abraçadeiras), conforme condições, quantidade e especificações constantes no anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 14 de março de 2007, processo nº: 063.000.008/2007- FHB/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.
ADRIANO FORTALEZA BRANDES
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG

Objeto: Obtenção de melhor proposta pra Registro de Preços de material hospitalar (campo duplo em cretone em algodão cru e fenestrado, simples, capote cirúrgico e área restrita, linhas para costura, conjunto de short e camiseta), conforme discriminação, descrição, características, prazos, condições e demais obrigações e informações constantes dos Anexos do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 14 de março de 2007, processo nº. 040.000.439/2007-SEF/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2006 - CECOM/SUPRI/SEPLAG

Objeto: Aquisição de farmacológico (aripiprazol, carbamazepina, carbonato, carvedilol, ciclobenzaprina, cilostazo., citrato de potássio, diclofenaco, diidroergocristina, estazolam, etoricoxibe, hidroclorotiazida, indapamida, levotiroxina, lorazepan, losartano, nortripina, pantoprazol, pioglitazona, piracetam, prazosina, primidona, psyllium, sulbutiamina, tioridazina, trimetazidina, ácido acetilsalicílico) conforme condições, quantidade e especificações constantes do anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 15 de março de 2007, processo nº. 040.000.424/2007; 040.000.426/2007; 040.000.421/2007-SEF/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG

Objeto: Obtenção de melhor proposta para Registro de Preços de gêneros alimentícios (amendoim, rapadura, frutas, legumes, verduras), conforme discriminação, descrição, características, prazos, condições e demais obrigações e informações constantes dos Anexos do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 19 de março de 2007, processo nº. 040.009.113/2006-SEF/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.
EDSON DE SOUZA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG/DF

Objeto: Seleção e contratação de empresa especializada para aquisição de material permanente (aparelho de ar condicionado), de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo II, com recursos do convenio nº. 306/2000 - MEC/BID/PROEP. Data e horário para recebimento das propostas: até 09:00 horas do dia 19 de março de 2007, processo nº. 080.020.535/2006. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.
AUGUSTO CÉSAR PIRES ARANHA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2007 - CECOM/SUPRI/SEPLAG

Repetição

O PREGOEIRO comunica a repetição do Pregão acima citado, cujo objeto é contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos sinalizadores rotativos (Rotor-Light) marca Engesig, modelos Aeroflex, Asa, Led e Vector e marca Rotam, modelos RT Asa e RTK/RT-100, instalados nos veículos da Secretaria de Segurança Pública, com aplicação de peças e acessórios, conforme condições, quantidades e especificações constantes do anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: até 08:30 horas do dia 20 de março de 2007, processo nº: 050.000.345/2006-SSP/DF. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.fazenda.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referido site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325.

Brasília-DF, 1º de março de 2007.
EDSON DE SOUZA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
AGÊNCIA DE FLORESTAS E NEGÓCIOS
SUSTENTÁVEIS DO AMAZONAS

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2007-CGL**

O Estado do Amazonas, através da Comissão Geral de Licitação - CGL, torna pública a Tomada de Preços nº 039/2007-CGL, Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Obras e Serviços de Engenharia para a Construção de Obras Civis nos Municípios de Juruá, Itamarati, Carauari, Tefé, Amaturá e Fonte Boa - Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas - AFLORAM. Data de realização: 19/03/2007 às 08:30 horas. Valor do Edital: R\$ 50,00 (Cinquenta Reais). O Edital e seus respectivos anexos, quando for o caso, podem ser examinados e adquiridos na Av. Djalma Batista, 346 - 1º andar - Departamento Executivo - Chapada, fone/fax: (92) 3214-5622, das 08:00 às 13:00 horas e das 14:30 às 17:30 horas, mediante pagamento do valor correspondente, acrescido da taxa de expediente (R\$ 2,50), através de DAR (Documento de Arrecadação) - código do tributo: 4441 - Venda de Editais/Secretarias, em uma das Agências da Rede Bancária credenciada pela SEFAZ.

Em 28 de fevereiro de 2007.
EPITÁCIO DE ALENCAR E SILVA NETO
Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007**

A Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, através da Assessoria Especial de Licitações, torna público que sagrou-se Vencedora da licitação a empresa Marco Construtora Ltda.

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2007.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2007

A Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, através da Assessoria Especial de Licitações, torna público que sagrou-se VENCEDORA da licitação a empresa Construtora Locatelli Ltda.

Cuiabá, 28 de fevereiro de 2007.
EDUARDO TOMIO IWASHITA
Assessor Especial de Licitações

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SPAL Nº 05.2007/0065 - PPM**

Objeto: Aparelhos para Laboratório (Contador, aparelhos para ensaios e destiladores)
Dia da Licitação: 20 de março de 2007, às 09:00 horas. Local: Rua Mar de Espanha, 505 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em: 05/03/2007. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Licitações e Compras/Pregão).

PREGÃO PRESENCIAL SPAL Nº 05.2007/0069 - PPM

Objeto: Cromatógrafo.
Dia da Licitação: 21 de março de 2007, Hora: 14:30 horas, à Rua Mar de Espanha, 505 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em: 05/03/2007, no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Compras/Pregão).

PREGÃO PRESENCIAL SPAL Nº 05.2007/0063 - PPM

Objeto: Aparelhos para Laboratório.
Dia da Licitação: 13 de março de 2007, Hora: 14:30 horas, à Rua Mar de Espanha, 505 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em: 26/02/2007, no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Compras/Pregão).

MÁRCIO NUNES
Diretor-Presidente da Empresa

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE**
SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS
HÍDRICOS

AVISO

Processo nº 30944/2006-2 - SERHID
Objeto: Supervisão e Acompanhamento das Obras Cíveis e Supervisão da Obra do Canal do Piató, no Rio Cipó, Município de Assu, neste Estado, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário.

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - CPL/SEMARH torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que, após proceder no exame dos documentos de habilitação da licitação em referência, resolveu por unanimidade de seus membros Habilitar a licitante KL Serviços e Engenharia S/S Ltda. A prosseguir no referido certame.

Os autos do Processo e o relatório de julgamento da habilitação encontram-se à disposição dos interessados, para fins do disposto no Artigo 109, I, "a", da Lei 8.666/93 e suas alterações, a partir da data desta publicação.

Natal-RN, 28 de fevereiro de 2007.
IVAN GALHARDO JÚNIOR
Presidente da CPL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 27 de fevereiro de 2007

LICITAÇÃO Nº 001/2007 CLSC/ SEMARH
PROCESSO. Nº 12189/2007 - 3-SEMARH
Objeto: Serviços e Materiais para Complementação de Redes e Ramais das Comunidades Rurais

Tendo em vista a Recomendação para Adjudicação expedida pela Comissão de Licitação e Seleção de Consultores do PROÁGUA-RN, homologo o resultado do julgamento da licitação na modalidade Shopping Nacional (Execução de Pequenas Obras 001/2007-PROÁGUA/RN), e adjudico o objeto licitado a empresa Loseng - Locadora e Serviços de Engenharia Ltda., pelo valor global de R\$ 779.485,26 (Setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos), a qual apresentou proposta substancialmente adequada e de menor preço avaliado, em conformidade com as Diretrizes para Aquisições com Empréstimos do BIRD e Créditos do

IDA (Guidelines for Procurement under IBRD Loan and IDA Credits), acolhidas pelas disposições do art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666/93, em sua redação atual.

IBERÊ PAIVA FERREIRA DE SOUZA

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RETIFICAÇÃO

Nos Avisos de Manifestação de Interesse - TOR nºs 65 a 67/2006, publicados na edição do DOU nº 41, de 1º/3/2007, seção 3, pág. 99, no título, onde se lê: Governo do Estado do Rio Grande do Norte - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, leia-se: Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

(p/COEJO).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 18/2007

A Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto torna público abertura do PREGÃO Nº 018/2007 - Processo nº 024/2007, do tipo menor preço por item, com encerramento a partir das 09:30h., do dia 16/03/2007, para Pintura, Reforma, Confeção de Prateleiras e Readequação, com recursos do Termo Convênio nº 3592/2004, que entre si celebraram a União Federal através do Ministério da Saúde e a Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto.

Site para consulta: www.hemocentro.fmrp.usp.br
O Edital na íntegra, poderá ser retirado a partir desta data, na rua Tenente Catão Roxo, 2501 - Ribeirão Preto - SP, de 2ª a 6ª feira das 9 às 17 horas - Fone: (16) 2101.9323 - 2101.9300.

SILVIA ELAINE R. CORBACHO
Coordenadora Técnico Administrativa

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 020/2007
Processo nº 2005/3845/000.554
Contratante: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS- DERTINS
Contratada: CTE-CENTRO TECNOLÓGICO DE ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Execução dos serviços de Supervisão das Obras de Melhoramentos das Rodovias Vicinais da região do sudeste Estado do Tocantins, integrantes do PDRS
Valor: R\$ 1.172.898,58 (um milhão, cento e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência: 16 (dezesesseis) meses.
Dotação Orçamentária: 38450.26.782.0088.3125, Elemento de despesa: 44.90.51, Fontes: 00 e 70.
Modalidade de Licitação: Convite nº 002/2005.
Data da assinatura: 09/02/2007.
Signatários: José Edmar Brito Miranda - Representante da Contratante.
Fausto Nieri Moraes Sarmento - Representante da Contratada.

Contrato nº 032/2007
Processo nº 2007/3845/000.001
Contratante: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS- DERTINS
Contratada: LUCIMARA ALBIERI DE OLIVEIRA.
Objeto: contratação de treinamento para utilização do Software AutoCad
Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Vigência: 05/03/2007 a 16/03/2007
Dotação Orçamentária: 38450.04.122.0088.3129, Elemento de despesa: 33.90.39, Fontes: 00 e 70.
Modalidade de Licitação: Shopping List.
Data da assinatura: 26/02/2007.
Signatários: José Edmar Brito Miranda - Representante da Contratante.
Lucimara Albiéri de Oliveira - Representante da Contratada.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2007

OBJETO: Locação de Veículos (utilitário e tipo - van) DATA: 16 de março de 2007 HORAS: 08h30 min TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço: FONTE DE RECURSO: 01 (RP) e 02 (Convênio), REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal Nº. 769 de 07/11/2005 e demais legislação correlata, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal 8.666/93 INFORMAÇÕES: CEL I/PMRB - Rua Rui Barbosa, nº. 285 - centro - Rio Branco - CEP 69.900-120 - Telefone (68) 3212-7108 - Fax (68) 3212-7063 E-mail cpl@riobranco.ac.gov.br.

Rio Branco-AC, 1º de março de 2007.
DORINALDO DO VALE BRAZ
Pregoeiro da CEL I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 00/2007

PARTES: Prefeitura Municipal de Bujari e a Empresa Motorauto Veículos e Máquinas Ltda.

OBJETO: será objeto deste Contrato o fornecimento de um trator de esteiras, novo, de fabricação nacional, motor a diesel, potencia de 110 cv, conforme especificações contidas no Anexo II - Planilha Orçamentárias..

VALOR GLOBAL: R\$ 412.500,00 (Quatrocentos e doze mil e quinhentos reais)

PRAZO DE ENTREGA: 10 (dez) dias, contados da data de emissão da ordem de entrega.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 26782.0116.1007.0000; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 e Fonte de Recursos: 001 (RPM) e 009 (CONV), CR nº. 200.102.53/2006-firmado com a MDA/CEF.

PREGÃO: 005/2006

ASSINAM: Michel Marques Abrahão pela Prefeitura Municipal de Bujari e Olavo Pires Neto pela Motorauto Veículos e Máquinas Ltda.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2007

PARTES: Prefeitura Municipal de Bujari e a Empresa Novesa Veículos Automotores Ltda.

OBJETO: será objeto deste Contrato o fornecimento de um caminhão novo, 34 , 4x2, a diesel com carroceria carga seca, conforme especificações contidas no Anexo II - Planilha Orçamentárias.

VALOR GLOBAL: R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)

PRAZO DE ENTREGA: 10 (dez) dias, contados da data de emissão da ordem de entrega.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 26.782.0116.1007.0000; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 e Fonte de Recursos: 001 (RPM) e 009 (CONV), CONVENIO nº. 007/2006 - firmado com a SUFRAMA.

PREGÃO: 006/2006

ASSINAM: Michel Marques Abrahão pela Prefeitura Municipal de Bujari e Sebastião Luiz Pinheiro Nemetala pela Novesa Veículos Automotores Ltda.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIBE

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007

OBJETO: Compra de mercadorias para merenda escolar. DATA, HORA E LOCAL: Dia 20 de Março de 2007, às 14:00 hs, na sala de reuniões desta prefeitura, na Praça Dr. Castro Azevedo, nº. 47, Centro, Coruribe/AL.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. INFORMAÇÕES: O Edital encontra-se à disposição dos interessados das 08h00min às 12h00min horas na sede da Prefeitura.

Coruribe-AL, 1º de fevereiro de 2007.
JOSUÉ DE SOUZA LESSA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
DO IPANEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2007

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, torna público que fará realizar as 11:00 (onze) horas do dia 12.03.2007 no auditório do prédio sede da Prefeitura. - rua Cel. Lucena Maranhão, 141 - Centro - Santana do Ipanema, o pregão presencial No. 01/2007, destinado à aquisição de medicamentos e material médico hospitalar e odontológico, Informações e o edital, no endereço acima, no horário de 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira. Fone - 36213640.

JAILSON JOSÉ SANTANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2007

A Prefeitura Municipal de Porto Calvo/AL comunica às empresas interessadas que fará realizar às 10:00 horas do dia 20 de março de 2007, na sede do Município, na Rua Dr. Antônio Dorta, nº18, Centro, Porto Calvo/AL, em sessão pública, a Tomada de Preços nº04/2007, que objetiva a ampliação e melhoria no sistema de tratamento e abastecimento d'água do município. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no horário das 08:00 horas às 12:00 horas na sede da Prefeitura.

Porto Calvo-AL, 1º de março de 2007.
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA MOURA
Presidente da CPL

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE WAGNER

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

Expirado o prazo recursal, comunico a homologação proferida pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Wagner, Bahia, referente à licitação Tomada de Preços nº 001/2007, ficando convocada a licitante GMM CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, para a assinatura do contrato, nos termos do art. 64, caput, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Wagner-BA, 1º de março de 2007.
ELTER SILVA BASTOS
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

Torna público que pretende realizar no dia 19/03/07 às 10:00 horas, (horário local), no setor de Licitação, TOMADA DE PREÇO Nº 001/2007, destinado a contratação de empresa de construção civil para construção, ampliação e reforma de escolas da Rede Municipal de Ensino. Conforme Edital disponível, em consonância com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações. Maiores informações na Prefeitura de Canavieiras ou pelo Telefax; (73)-3284-1105 e (73) 3284-1795. Site:www.canavieiras.ba.io.org.br.

Canavieiras-BA, 1º de março de 2007.
JOSÉ WELINGTON O. DOS SANTOS
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2007

A Prefeitura Municipal de Quijingue torna público a realização da modalidade de licitação Pregão Presencial nº. 004/2007, tipo menor preço global. Objeto: Prestação de Serviços na Locação de Veículo para o Transporte de Alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio durante o exercício de 2007. Atendendo assim as necessidades da Secretaria de Educação. Data para apresentação das propostas: 13/03/2007, as 08:00, no prédio Sede Administrativa. Edital e informações na sede da Prefeitura, no horário das 08:00 às 14:00 ou através do telefone 75(3387-2124-2138. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante pagamento de 200,00(Duzentos reais).

Quijingue-BA, 28 de fevereiro de 2007.
REINALDO OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2007

A Prefeitura Municipal de Simões Filho-BA torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2007, sessão de abertura 14/03/2007 às 09:00h, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios (Cereais). Os interessados poderão adquirir o Edital na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, sito à Praça 7 de novembro nº 359 - Centro, Simões Filho. Maiores informações no tel. (71)3296-8300- R=276 e no site www.diariooficialdosmunicipios.org.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2007

A Prefeitura Municipal de Simões Filho-BA torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008/2007, sessão de abertura 14/03/2007 às 14:00h, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios (Congelados). Os interessados poderão adquirir o Edital na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, sito à Praça 7 de novembro nº 359 - Centro, Simões Filho. Maiores informações no tel. (71)3296-8300- R=276 e no site www.diariooficialdosmunicipios.org.

Simões Filho-BA, 1º de março de 2007.
LUIS CARLOS ALMEIDA DA BOA MORTE
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2007

A Prefeitura Municipal de Curaçá, comunica a todos os interessados que resolveu revogar com base na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal a Licitação de Concorrência Pública nº 01/2007, destinada a Contratação de empresa objetivando Executar Ações Integradas para Revitalização do Rio São Francisco no Município de Curaçá.



A revogação é elevada a efeito para atendimento do interesse público. Adote-se as Providências necessárias resultantes do presente ato.

Curacá-BA, 1º de março de 2007.
ARISTOTELES LOUREIRO
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 2/2007
CONCORRÊNCIA Nº 1/2007**

A Comissão Setorial Permanente de Licitação/SMS, com base nas Leis nº 8.666/93 e 4.484/92, no que couber, torna público para conhecimento dos interessados a realização da seguinte licitação: CONCORRÊNCIA Nº 001/2007 - Processo nº 8114/2006 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, NA ÁREA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (RAIO X SIMPLES E CONTRASTADO, ULTRA-SONOGRAMIA, DENSITOMETRIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E MEDICINA NUCLEAR) NA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL, EXCLUINDO AS ULTRA - SONOGRAFIAS EM CARDIOLOGIA E OFTALMOLOGIA, com abertura para o dia 18/04/2007, às 14:00 horas. O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados na Rua Miguel Calmon, 32, 6º andar do prédio da SMS - Comércio, das 13:00 às 17:00 horas.

Salyador, 28 de fevereiro de 2007.
FLÁVIA VASCONCELOS SOUZA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2007**

A Prefeitura Municipal de Cotegipe, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica que fará realizar no dia 16 de março de 2007 às 10:00, na Praça da Bandeira, s/n - centro, Prédio da Prefeitura, Licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 00003/2007, objetivando a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia para Construção de Uma Unidade de Saúde do Programa Saúde da Família - PSF. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no valor de R\$150,00 no endereço acima citado, maiores informações pelo telefone (77) 3621-2424.

Cotegipe-BA, 28 de fevereiro de 2007.
FRANCISCO MARINHO FILHO
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBOTIRAMA

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2007**

A Prefeitura Municipal de Ibotirama comunica aos interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2007-PMI/BA, do tipo menor preço global, tendo como objeto Contratação de empresa especializada nos serviços de Transporte Escolar para atender os alunos da Educação Básica, deste município, que será realizada no dia 14 de março de 2007, às 9:00 h, na sala de Licitações desta Prefeitura. O edital poderá ser adquirido no site desta Prefeitura: www.ibotirama.ba.gov.br e na sede da mesma. As informações serão obtidas na sede da Prefeitura das 8:00 às 14:00 h pelo telefone 77 3698-1465/3292.

ANDERSON DE CARVALHO LIMA
Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ibotirama comunica aos interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 001/2007, do tipo empreitada por preço global, tendo como objeto Execução dos serviços de implantação do sistema de abastecimento de água da comunidade de Lagamar, Município de Ibotirama, conforme convênio nº 2.000.06.0012-00 CODEVASF com um valor estimado de 165.000,00 (cento e sessenta cinco mil reais). Que será realizada no dia 19 de março de 2007, às 9:00 h, na sala de Licitações desta Prefeitura. O edital poderá ser adquirido por R\$ 50,00 (cinquenta reais). As informações serão obtidas na sede desta Prefeitura situada na Praça Ives de Oliveira, 78 das 8:00 às 14:00 horas pelo telefone 77 3698-3292/1465. Poderá ser retirado o edital até a data de 12/03/2007.

Ibotirama-BA, 1º de março de 2007.
JOELMA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGA

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2007**

A Prefeitura Municipal de Guaratinga, através da sua CPL, comunica aos interessados que irá realizar no dia 12/03/2007 às 10:00 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 001/2007, para realizar contratação de empresa que fornecerá gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme discriminado no Anexo II do Edital de Licitação. O capital mínimo R\$ 100.000,00. O Edital e Anexos com todas as informações poderá ser adquirida na sede da Prefeitura, na Av, JK nº 589, centro, Guaratinga-BA.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2007

A Prefeitura Municipal de Guaratinga, através da sua CPL, comunica aos interessados que irá realizar no dia 13/03/2007 às 10:00 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2007, para realizar contratação de empresa de transportes para transportar alunos do ensino fundamental e ensino médio da sede e zona rural, conforme discriminado no Anexo II do Edital de Licitação. O capital mínimo R\$ 100.000,00. O Edital e Anexos com todas as informações poderá ser adquirida na sede da Prefeitura, na Av, JK nº 589, centro, Guaratinga-BA.

Em 28 de fevereiro de 2007.
ADILSON DIAS GOBIRA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Resultado de Julgamento da Tomada de Preços nº036/2006, da Edição de número 30 do DOU Seção 3 de 12 de fevereiro de 2007,pág.121 onde se lê: "Santana-BA, 12 de janeiro de 2007.", leia-se: "Santana-BA, 12 de fevereiro de 2007."

**ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2007**

A Prefeitura de Manaus, através da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde - CLS/PM torna público que realizará o procedimento licitatório: Concorrência Pública nº 001/2007 - CLS/PM. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização da reforma geral das 158 Unidades de Saúde da Família, localizadas nos 04 Distritos Sanitários (Norte, Sul, Leste e Oeste) da cidade de Manaus. Data: 09/04/2007, às 09:00hs. O Edital e a documentação que o compõem poderá ser consultado e/ou adquirido na Comissão de Licitação da SEMSA, na Rua Recife, 1695, Adrianópolis, acesso pela Rua Maceió, das 07:30 às 13:30hs, de segunda à sexta-feira.

Manaus,AM, 28 de fevereiro de 2007.
HUMBERTO FIGLIUOLO
Presidente da Comissão

**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2007**

A Prefeitura Municipal De Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através da Pregoeira e Equipe de Apoio, realizará a licitação em epígrafe às 08:30 horas do dia 15 (quinze) de março de 2007, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo: Proposta Comercial E Documentos De Habilitação, respectivamente, para a execução do seguinte objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e materiais de copa e cozinha, conforme especificações contidas no edital. Os interessados poderão entrar em contato com o Departamento de Compras/Licitação, pelo telefone (066) 4115214, no horário das 14:00 às 18:00 horas.

Rondonópolis-MT, 28 de fevereiro de 2007.
SÍLVIA MARIA DE MOURA BONJOUR
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007**

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Huguency, n.º552 centro, Alto Araguaia-MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que realizará às 15:00 horas (Brasília), do dia 16/03/2007, licitação na modalidade supracitada, do tipo menor preço, com regime de execução indireta e sob empreitada por preço unitário, que tem por objeto Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem. Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitadas no endereço supracitado, de Segunda a Sexta-feira, das 14:00 às 18:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, pelo tel. (66) 3481-2885.

Alto Araguaia-MT, 28 de fevereiro de 2007.
RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2007**

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 09:00 horas do dia 20 de março de 2007, na sede da Prefeitura, sito à Av: Gaspar Dutra, snº, Cláudia/MT, licitação na modalidade Tomada de Preços, por valor global "Para a construção de UMA ESCOLA MUNICIPAL COM UMA QUADRA POLIESPORTIVA". Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente - Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-1250.

Cláudia-MT, 1º de março de 2007.
ALTAMIR KÜRTEEN
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2007**

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, torna publico para conhecimento dos interessados, quanto a licitação Modalidade de Tomada de Preços nº.: 005/2007, a qual se dará no dia 15 (quinze) de março de 2007, destinada a selecionar a melhor proposta pelo menor valor global, para contratação de empresa do ramo pertinente para execução de obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvias, neste Município de Barra do Bugres MT, mediante recolhimento de taxa não reembolsável no valor de R\$-150,00-(cento e cinquenta reais), demais informações e o edital completo poderão ser obtidos junto a Comissão de Licitação em horário comercial das 07:00 às 13:00 hs.

JOSÉ APARECIDO DE CARVALHO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2007**

A Prefeitura Municipal De Brasnorte, Estado de Mato Grosso, faz saber que se encontra aberta a Tomada de Preços, regida pela Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94, no Tipo "Menor Preço por item" para aquisição de Merenda Escolar para atender Escolas Municipais deste Município. Os envelopes contendo a Documentação de Habilitação e de Proposta deverão ser entregues às 09:00 horas do dia 19 de Março de 2007, no Paço Municipal localizada a rua Campo Grande nº 1.133 em Brasnorte, no setor de Licitação. O Edital completo poderá ser adquirido durante o horário normal de expediente, a partir da data desta publicação.

Brasnorte-MT, 1º de março de 2007.
CLADES FINCKLER
Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO
DA SERRA**

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2007**

Objeto: Aquisição de materiais de expedientes, escritórios e papeleria, para atender as Sec. da Adm Pública Municipal de Planalto da Serra-MT. A Pregoeira Oficial, regido pela Portaria 002/2007 da Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o Pregão Presencial, nº 003/2007, cujo certame se deu às 10:00 hs (horário de Brasília) do dia 23/02/2007. Sagrou-se vencedores do certame as Empresas Papeleria Grafite Comércio E Representações Ltda - Me, Com 16 Lotes, D@T Informática E Papeleria Comércio E Serviços- Ltda, Com 02 Lotes, Assan F. Salim Papeleria, Com 01 Lote E A Empresa - Tec Info Comércio De Computadores - Ltda, com 12 lotes

Planalto da Serra-MT, 26 de fevereiro 2007.
CLAÚDIA M. S RODRIGUES
Presidente da Comissão de Licitação

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2007**

O MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA, ESTADO DE SERGIPE, por conduto da sua COMISSÃO DE LICITAÇÃO, torna público que fará realizar CONCORRÊNCIA Nº 02/2007, Tipo Menor Preço Unitário, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para: composição da merenda escolar das unidades de ensino da rede pública municipal através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e respectiva Contrapartida; composição da merenda escolar da Creche Municipal, através do PNAC (Programa Nacional de Alimentação para Creches) e respectiva Contrapartida; composição da merenda escolar dos alunos do Programa de Educação

de Jovens e Adultos - EJA; composição da merenda escolar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; atendimento ao Programa AABB Comunidade; atendimento ao Programa ASEP (Ações Sócio-Educativas Junto à Família da Creche); atendimento ao CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial); manutenção das Secretarias Municipais de Ação Social e do Trabalho; manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Serviços Urbanos e manutenção da Secretarias Municipais de Saúde, no dia 04 de abril de 2007, às 09:00 horas, na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal, sito à Praça Olímpio Campos nº 278, Centro, Itabaianinha/SE. O Edital completo poderá ser obtido na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima mencionado, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo preço de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Demais informações pelo telefone (79) 3544-2446.

Itabaianinha-SE, 27 de fevereiro de 2007.
VANESSA BARRETO HORA
Presidente da CPL

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2007 - EDUCAÇÃO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Canindé, informa aos interessados que está a disposição na Sala da Comissão de Licitação o Edital da Modalidade Pregão Presencial Nº 004/2007 para Aquisição de Material Didático, Limpeza e Expediente para uso nas Escolas Municipais, através da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, que irá se realizar no dia 16/03/2007 às 8:00h na Sala da Comissão de Licitação (Paço Municipal), sito ao Largo Francisco Xavier de Medeiros, S/N, Bairro Imaculada Conceição.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2007 - EDUCAÇÃO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Canindé, informa aos interessados que está a disposição na Sala da Comissão de Licitação o Edital da Modalidade Pregão Presencial Nº 005/2007 para Aquisição de Material de Limpeza, Expediente e Informática para Diversos Setores da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, que irá se realizar no dia 16/03/2007 às 11:00h na Sala da Comissão de Licitação (Paço Municipal), sito ao Largo Francisco Xavier de Medeiros, S/N, Bairro Imaculada Conceição.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2007 - AÇÃO SOCIAL

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Canindé, informa aos interessados que está a disposição na Sala da Comissão de Licitação o Edital da Modalidade Pregão Presencial Nº 005/2007 para Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Expediente e Equipamentos e Material de Informática para Uso do Cadastro Único, através da Secretaria de Ação Social, que irá se realizar no dia 20/03/2007 às 8:00h na Sala da Comissão de Licitação (Paço Municipal), sito ao Largo Francisco Xavier de Medeiros, S/N, Bairro Imaculada Conceição.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2007 - EDUCAÇÃO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Canindé, informa aos interessados que está a disposição na Sala da Comissão de Licitação o Edital da Modalidade Pregão Presencial Nº 006/2007 para Aquisição de Material de Construção para Uso nos Serviços de Reforma e Manutenção das Escolas Municipais, que irá se realizar no dia 16/03/2007 às 15:00h na Sala da Comissão de Licitação (Paço Municipal), sito ao Largo Francisco Xavier de Medeiros, S/N, Bairro Imaculada Conceição.

Canindé-CE, 1º de março de 2007.
MARIA ALDENICE PEREIRA ALMEIDA
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2007

Modalidade: Tomada de Preços Nº 011/2007. Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Construção de 01 (uma) Escola com 08 (oito) Salas de Aula e demais dependências, constituindo uma Área construída de 864,98m² na Sede do Município de Caririçu, Estado do Ceará. Local de Realização do Certame: Sede da Prefeitura Municipal de Caririçu - Parque Recreio Paraíso, S/N - Paraíso - CEP 63.220-000 - Caririçu - CE. Data: Dia 20 de Março de 2007. Hora: 08:00 horas. Maiores informações e cópia deste Edital poderão ser obtidas no endereço acima citado de segunda-feira à sexta-feira no horário de 07 horas às 12 horas.

Caririçu-CE, 1º de março de 2007.
HENRIQUE DE SOUSA BRITO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2007

Modalidade: Tomada de Preços Nº 006/2007. A Co-missão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Caririçu - Ce., torna público o Resultado da Fase de Habilitação da Tomada de Preços Nº 006/2007, que tem como Objeto a Aquisição de Materiais Médico-Hospitalares e Medicamentos destinados a Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde, Postos do Programa de

Saúde da Família (PSF) e Hospital e Maternidade Geraldo Lacerda Botelho. Empresas Habilitadas: Cariri Medicamentos e Comege - Comercial de Medicamentos Gentil Ltda. Empresa Inabilitada: D & V Comércio de Material Hospitalar Ltda (itens 31.5.1 e 3.1.5.4). Fica aberto o prazo recursal. Não havendo impetração de recursos a abertura das Propostas de Preços ocorrerá no dia 12 de Março de 2007, às 14:00 horas. Local de Realização: Sede da Prefeitura Municipal de Caririçu - Parque Recreio Paraíso, S/N - Paraíso - CEP 63.220-000 - Caririçu - CE.

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2007

Modalidade: Tomada de Preços Nº 007/2007. A Co-missão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Caririçu - Ce., torna público o Resultado da Fase de Habilitação da Tomada de Preços Nº 007/2007, que tem como Objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à Composição da Merenda Escolar para serem utilizadas nas Escolas do Ensino Fundamental do Município, atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Empresas Habilitadas: Lidiane Cardoso da Rocha Parente - ME, Maria das Graças Araújo de Sousa - ME, José Laildo Machado Leite - ME e Francisco Marcondes Pereira Feitosa (Pessoa Física). Em-presas Inabilitadas: Cícero Gonçalves da Silva - ME (item 3.1.2.1) e NB Distribuidora - ME (item 3.1.4.2). Fica aberto o prazo recursal. Não ocorrendo recursos a abertura das Propostas de Preços ocorrerá no dia 12 de Março de 2007, às 08:00 horas. Local de Realização: Sede da Prefeitura Municipal de Caririçu - Parque Recreio Paraíso, S/N - Paraíso - CEP 63.220-000 - Caririçu - CE.

Caririçu-CE, 1º de março de 2007.
HENRIQUE DE SOUSA BRITO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

A Comissão Permanente de Execução das Licitações do Município de Fortaleza, torna público que estará recebendo, em sua sede, situada na Av. Heráclito Graça, 600 - Centro - Fortaleza (Ce), no horário até às 16h00, do dia 12 de março de 2007, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Propostas de Preços da referida licitação, originária da Secretaria de Administração do Município - SAM, cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para aquisição de licença de uso, implantação, treinamento e manutenção de um sistema de gestão de almoxarifado via web para a Prefeitura Municipal de Fortaleza, conforme especificações do anexo I. A licitação é do tipo Técnica e Preço Global e será regida pela lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. O edital em seu texto integral poderá ser lido e obtido no endereço acima mencionado e as informações sobre o edital através dos telefones (85) - 3452-3479 e 3452-3480.

Fortaleza, 1º de março de 2007.
VICTOR HUGO CABRAL DE MORAIS
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

A Comissão Permanente de Execução das Licitações do Município de Fortaleza, torna público que estará recebendo, em sua sede, situada na Av. Heráclito Graça, 600 - Centro - Fortaleza (Ce), no horário compreendido entre 13:30 e 13h40, do dia 02 de abril de 2007, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Propostas de Preços da referida licitação, originária da Secretaria de Turismo de Fortaleza - SETFOR, cujo objeto é a Contratação de empresa para realização de pesquisa sobre a demanda por qualificação profissional no receptivo fortaleza. A licitação é do tipo Melhor Técnica e será regida pela lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. O edital em seu texto integral poderá ser lido e obtido no endereço acima mencionado e as informações sobre o edital através dos telefones (85) - 3452-3479 e 3452-3480.

Fortaleza, 1º de março de 2007.
VICTOR HUGO CABRAL DE MORAIS
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0203.01/2007

A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo de 20 de Março de 2007, às 10:00h, estará abrindo Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 0203.01/2007, Tipo Menor Preço, cujo Objeto é a Construção de Sistema de Abastecimento D'Água em Diversas Escolas do Município de Tauá. O Edital completo poderá ser adquirido nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 13:00h, na Sede da Prefeitura no Centro Administrativo José Fernandes Castelo, S/N, Centro.

Tauá-CE, 1º de março de 2007.
JÓRIO DE FRANÇA SOBRINHO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍÇABA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2007.02.28.01-SEINFRA

A Prefeitura Municipal de Itaiçaba, torna público aos interessados que abrirá certame Licitatório na Modalidade Tomada de Preço. Tipo: Menor Preço com o seguinte Objeto: Execução das Obras de Pavimentação em Paralelepípedo com Rejuntamento em Brita "O" e Emulsão Asfáltica, na Av. Cícero Paulo, sede do Município, Itaiçaba/CE. Local de realização do certame: Sede da Comissão de Licitação/Prefeitura Municipal. Rua Cel. João Correia, Nº 298 - Itaiçaba. Telefone: (88) 3410.1112. O certame terá início na data e horário abaixo indicados com o recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta das empresas: 20 de Março de 2007, às 10:00hs. Os interessados terão acesso ao Edital, em toda sua amplitude, nas dependências da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, no endereço acima indicado, no horário de 07h 30min às 13h30min, nos dias de segunda a sexta-feira. Informações também poderão ser obtidas através do telefone: (88) 3410.1112.

Itaiçaba-CE, 28 de fevereiro de 2007.
RONNI KLEITON BARBOSA MOREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 0301001/2007 - FME

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardim, torna pública a Licitação na Modalidade Concorrência, que tem como Objeto a Contratação de Serviços de Transporte Escolar e de interesse da Secretaria Municipal de Educação. Data e Hora do Recebimento dos Envelopes: 02 de Abril de 2007, às 14:00 horas. Edi-tais: Travessa Aristides Ancilon Aires Alencar, 51. Maiores informações pelo telefone (088) 3555.1640, no horário de 08:00 às 12:00hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº 0301001/2007 - FME

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardim - Fundo Municipal de Educação, torna pública a Licitação na Modalidade Tomada de Preços, que tem como Objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Fontes de Recurso: PNAE Data e Hora de Entrega: 20 de Março de 2007, às 9:00 horas. Editais: Travessa Aristides Ancilon Aires Alencar, 51. Maiores informações pelo telefone (088) 3555.1640, no horário de 08:00 às 12:00hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº 0301002/2007

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardim, torna pública a Licitação na Modalidade Tomada de Preços, que tem como Objeto a Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes destinados a Frota de Veículos da Administração Direta, Indireta e Fundos Municipais desta Municipalidade. Data e Hora de Entrega: 20 de Março de 2007, às 13:00 horas. Editais: Travessa Aristides Ancilon Aires Alencar, 51. Maiores informações pelo telefone (088) 3555. 1640, no horário de 08:00 às 12:00hs.

Jardim-CE, 1º de março de 2007.
MARCOS ANTÔNIO SAMPAIO DE SOUSA
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 25.01.001/2007- SEDUC

Através da Comissão Permanente de Licitação torna publico o Resultado do Parecer 001/2007/CPL; Objeto: Julgamento da Documentação de Habilitação apresentada pelas Empresas Licitantes: JRC - Comércio e Representações Ltda CNPJ: 05.165.559/0001-95, Sônia Maria de Lima - ME CNPJ: 07.733.303/0001-62, Francisco Ivan Sousa Mendes - ME CNPJ: 06.972.532/0001-77, Omega Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda CNPJ: 41.600.131/0001-97 na Sessão Pública realizada no dia 21/02/2007 (Quarta-feira) às 14:00h, referente à Tomada de Preços - Processo Nº 25.01.001/2007 cujo Objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os Alunos pertencentes a Rede Pública Municipal de Ensino de Carnaubal - Ceará. Do Julgamento: nos termos do item 7.3 do Edital; Empresas Licitantes Inabilitadas: Francisco Ivan Sousa Mendes - ME, Omega - Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda; Empresas Licitantes Habilitadas: Sonia Maria de Lima - ME - Concorrendo aos produtos requisitados, com exceção dos requisitados nos itens 09, 10, 11, 14 e 16, por não cumprimento das exigências editalicias. JRC Comércio e Representações Ltda - Concorrendo a todos os produtos requisitados, por cumprir todas as exigências editalicias; Intimem-se as Empresas Licitantes para o direito de recurso previsto no art.109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93, no prazo de 05 (Cinco) dias, decorrido este prazo, dê-se à eficácia do mesmo; Sala das Sessões da Comissão Permanente de Licitação.

Carnaubal-CE, 27 de fevereiro de 2007.
PAULO SÉRGIO MARTINS FREITAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007**

A Comissão de Licitação de Baturité - Ce, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 21 de Março de 2007, às 10:00 horas, na Sede da Comissão de Licitação, sito na Travessa 14 de Abril, S/N, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preço, tombada sob o Nº 001/2007, com fins de Contratação de Empresa para Fornecimento de Combustível e Derivados para as Diversas Secretarias do Município conforme especificações contidas no Edital e Anexos, o qual encontra-se na íntegra no endereço já especificado, Travessa 14 de Abril, S/N, Baturité - Ce, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas, telefone: (0xx85) 3347.1143.

Baturité-CE, 28 de fevereiro de 2007.
FRANCISCA ELONEIDA FERREIRA DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA

**AVISO DE ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 07.06.02.001**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barroquinha, torna público a Anulação da Tomada de Preços Nº 07.06.02.001-TP, Tipo Técnica e Preço, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para a Elaboração do Plano Diretor Participativo de Barroquinha, a ser desenvolvido conforme Orientações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX e seus apêndices do Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II.

Barroquinha-CE, 28 de fevereiro de 2007.
PAULO HERNESTO DE SOUZA MORAES
Presidente da Comissão

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 07.06.03.001**

Objeto: Contratação de Empresa para a Elaboração do Plano Diretor Participativo de Barroquinha, a ser desenvolvido com-forme orientações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX e seus apêndices do Regulamento Operacional do PRODETUR/NE II. TIPO: Técnica e Preço. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barroquinha, comunica aos interessados que no dia 17 de Abril de 2007 às 14:00hs na sala da CPL da Prefeitura, localizada à Rua Boa Esperança, 100 - Centro - Barroquinha - Ceará, receberá Envelopes: "A" Documentos de Habilitação, "B" Proposta Técnica e "C" Proposta de Preços, para o Objeto acima citado. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital, na sala da CPL, a partir da publicação deste Aviso, nos horários de 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone: (088) 3623.1800.

Barroquinha-CE, 28 de fevereiro de 2007.
PAULO HERNESTO DE SOUZA MORAES
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU

**AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2007 - FME**

No Edital acima citado, publicado no DOU do dia 16/02/2007, página 123, Seção 3. Objeto: Contratação de Empresa para Aquisição de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar do Ensino Fundamental - PNAE/FNDE, de acordo com o Anexo I deste Edital. No Edital acima citado Onde se lê: "04.01 - O Pregoeiro solicitará, dos Licitantes, 01 (uma) Amostra de cada Produto após o Julgamento das Propostas ...", Leia-se: "04.01 - O Pregoeiro solicitará, dos Licitantes, 01 (uma) Amostra de cada Produto na data apresentada no preâmbulo do Edital ...".

Senador Pompeu-CE, 1º de março de 2007.
AILA MARIA JORGE HOLANDA
Pregoeira

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2007**

Objeto: Aquisição de um veículo 0 Km com uma caçamba coletora compactadora de lixo. Recebimento das Propostas: 13 horas do dia 15/3/2007. Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 13h15min do dia 15/3/2007. Local: Prefeitura Municipal de Santa Teresa - Rua Darly Nerty Vervloet, 446 - Centro, Santa Teresa/ES. Contato para informações adicionais: Tel./Fax: (27) 3259-3903/3911 - E-mail: licitacao@limainfo.com.br Endereço Eletrônico: www.bb.com.br

Santa Teresa, 1º de março de 2007.
LUIZ CLÁUDIO PEREIRA
Pregoeiro

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2006**

Resultado de Licitação - O Município de Santa Teresa/ES, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o resultado da licitação: Pregão Eletrônico nº. 003/2006. Vencedor: Lote 1 - José Rufino Netto-ME. Valor global: (R\$ 6.838,53).

Santa Teresa, 1º de março de 2007.
LUIZ CLÁUDIO PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

**AVISO DE ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2007**

A Prefeitura Municipal de Vargem Alta, através da Equipe de Pregão Presencial, vem a público, informar que fica anulação do Pregão Presencial 019/2007, destinado a aquisição de máquina retroescavadeira, com abertura marcada para o dia 02/02/2007, devido a modificações na especificação do objeto. Novo edital será lançado posteriormente. Esclarecimentos no mesmo endereço ou pelo telefone (28) 3528-1010.

Vargem Alta-ES, 28 de fevereiro de 2007.
IZABELA MARIA P. DE AZEVEDO
Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2007**

O Município de Vargem Alta/ES, por intermédio de sua pregoeira, torna público que se realizará, no dia e horário abaixo especificado, na Sala de Reunião da comissão Permanente de licitação, situada na rua Paulino Francisco Moreira, 162, Centro - Vargem Alta/ES, licitação, na modalidade Pregão Presencial. Esclarecimentos no mesmo endereço, pelo telefone (28) 3528-1010 ou pelo site www.pmvaes.com.br. Pregão Presencial nº 025/2007. Abertura - 16/03/2007. Objeto - Aquisição de Gêneros alimentícios. Horário - 15:30 hs. Tipo - Menor Preço Global por Lote.

Vargem Alta-ES, 28 de fevereiro de 2007.
IZABELA Mª PEREIRA DE AZEVEDO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
DE JETIBÁ**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2007

CONTRATANTE: Município de Santa Maria de Jetibá-ES.
CONTRATADA: Construtora Rochel Ltda.
OBJETO: Execução de obra de reforma e adaptação do prédio para instalação da Farmácia Popular do Brasil, na sede do município.
VALOR: R\$ 30.063,15 (trinta mil, sessenta e três reais, quinze centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 011003.1030400302.012 - Manutenção das Atividades Administrativas dos Serviços de Saúde, 449051000 - Obras e Instalações.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura da ordem de serviços.
DATA DA ASSINATURA: 06 de fevereiro de 2007.

**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2007**

Objeto: Aquisição de alimentos para a Merenda Escolar.
Abertura: 15/03/2007, às 08:30 horas.
Local: Auditório da Prefeitura de Jataí - Rua Itarumã, 355 - Setor Santa Maria.
Fone: (64) 3632-8818.
Site: www.jatai.go.gov.br

LEANDRO MELO DO AMARAL
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL

**AVISO DE ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental, Estado de Goiás, nomeada pela Portaria nº 2801/2006 de 04 de dezembro de 2006, nos termos da Legislação em vigor, torna Público aos interessados que o certame licitatório, na modalidade Tomada de Preço nº 001/2007 visando a contratação de 22 (vinte e dois), ônibus, em perfeito estado de conservação e condições de uso, para o transporte de alunos e Professores do Ensino Fundamental, que residam na zona rural e distante das Escolas a qual estão matriculados, foi anulada em virtude de alterações e novas exigências realizadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do Município, fato este que elevou a estimativa dos valores relativos à prestação de serviços em montante superior ao limite estabelecido para a modalidade tomada de preços.

Cidade Ocidental, 28 de fevereiro de 2007.
ELAINE CRISTINA FERNANDES DOS SANTOS
Presidenta da Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2007**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL faz saber aos interessados que realizará no dia 03 de abril de 2007, às 09:00 horas, licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2007, para a contratação de 23 (vinte e três), ônibus, em perfeito estado de conservação e condições de uso, para o transporte de alunos e Professores do Ensino Fundamental, que residam na zona rural e distante das Escolas a qual estão matriculados, atendendo a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, conforme Edital de Licitação, que poderá ser adquirido na sede da Secretaria de Administração, Finanças, Planejamento e Meio Ambiente, situada à Super Quadra 16 Quadra 11 Lote 20 Centro em Cidade Ocidental - GO, das 09:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira.

Cidade Ocidental, 28 de fevereiro de 2007.
ELAINE CRISTINA FERNANDES DOS SANTOS
Presidenta da Comissão Permanente de Licitação

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

**AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007 - CPL**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, e com base no Art. 21 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 02/2007-CPL, conforme segue: Objeto: Confecção de impressos gráficos, conforme lote I, II, e III Data da abertura das propostas: 19/03/2007, às 08:30horas, será realizado o recebimento das documentações de habilitações e propostas das empresas interessadas. Edital: Está a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal de Pinheiro, Praça José Sarney, 560 - Centro - Pinheiro - MA, Informações: Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra citado ou pelo 381 - 0606- Ramal 225..

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2007 - CPL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, e com base no Art. 21 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 03/2007-CPL, conforme segue: Objeto: Locação de veículos para coleta de lixo em ruas e avenidas, na sede do Município de Pinheiro. Data da abertura das propostas: 19/03/2007, às 11:00horas, será realizado o recebimento das documentações de habilitações e propostas das empresas interessadas. Edital: Está a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal de Pinheiro, Praça José Sarney, 560 - Centro - Pinheiro - MA, Informações: Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra citado ou pelo 381 - 0606- Ramal 225,

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2007 - CPL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, e com base no Art. 21 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 04/2007-CPL, conforme segue: Objeto: Fornecimento de passagens especial reduzida em ônibus coletivo para alunos das escolas da rede municipal do ensino fundamental do Município de Pinheiro. Data da abertura das propostas: 19/03/2007, às 13:00horas, será realizado o recebimento das documentações de habilitações e propostas das empresas interessadas. Edital: Está a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal de Pinheiro, Praça José Sarney, 560 - Centro - Pinheiro - MA, Informações: Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra citado ou pelo 381 - 0606- Ramal 225.

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2007 - CPL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, e com base no Art. 21 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 05/2007-CPL, conforme segue: Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agentes de portarias, conforme lote I, e II. Data da abertura das propostas: 19/03/2007, às 16:00horas, será realizado o recebimento das documentações de habilitações e propostas das empresas interessadas. Edital: Está a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal de Pinheiro, Praça José Sarney, 560 - Centro - Pinheiro - MA, Informações: Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra citado ou pelo 381 - 0606- Ramal 225.

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2007 - CPL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, e com base no Art. 21 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 06/2007-CPL, conforme segue: Objeto: Aquisição de peças e acessórios para veículos, conforme lote I, e II. Data da abertura das propostas: 19/03/2007, às 16:00horas, será realizado o

recebimento das documentações de habilitações e propostas das empresas interessadas. Edital: Está a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal de Pinheiro, Praça José Sarney, 560 - Centro - Pinheiro - MA, Informações: Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra citado ou pelo 381 - 0606- Ramal 225,.

Pinheiro-MA, 1º de março de 2007.
LINELSON RIBEIRO RODRIGUES
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2007 - CPL

(Retificação)

OBJETO: Construção de 02 (duas) Quadras Poliesportivas, uma com arquibancada no bairro Bacuri e outra sem arquibancada no povoado Vila Conceição I.

ABERTURA: 23 de Março de 2.007 às 17:00 horas.

ENDEREÇO: Av. Dorgival Pinheiro de Souza, 1400, Ed. Imperatriz Shopping - 2º andar - Imperatriz - MA

TIPO LICITAÇÃO: Menor preço global.

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada a Av. Dorgival Pinheiro de Souza, 1400, Ed. Imperatriz Shopping - 2º andar - Imperatriz - MA. Onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Imperatriz-MA, 1º de março de 2007.
CHRISTIANE FERNANDES SILVA
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO

AVISOS DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007

A Prefeitura Municipal de Brejo-MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que realizará Tomada de Preço, tipo menor preço por empreitada Global, para os serviços de Pavimentação de Ruas. Data da Abertura: 16/03/07 às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Rui Fernandes Costa s/n - centro, de acordo com a lei n. 8.666/93 e suas alterações. Os interessados em participar da Licitação, poderão obter o Edital, mediante comprovação de pagamento de taxa de R\$ 80,00 (oitenta reais), através de DAM e outras informações complementares junto à CPL/PMNR, no horário do expediente normal das 08:00 às 12:00hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2007

A Prefeitura Municipal de Brejo-MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que realizará Tomada de Preço, tipo menor preço por empreitada Global, para os serviços de Pavimentação de Ruas. Data da Abertura: 16/03/07 às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Rui Fernandes Costa s/n - centro, de acordo com a lei n. 8.666/93 e suas alterações. Os interessados em participar da Licitação, poderão obter o Edital, mediante comprovação de pagamento de taxa de R\$ 80,00 (oitenta reais), através de DAM e outras informações complementares junto à CPL/PMNR, no horário do expediente normal das 08:00 às 12:00hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2007

A Prefeitura Municipal de Brejo-MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que realizará Tomada de Preço, tipo menor preço por empreitada Global, para os serviços de Pavimentação de Ruas. Data da Abertura: 16/03/07 às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Rui Fernandes Costa s/n - centro, de acordo com a lei n. 8.666/93 e suas alterações. Os interessados em participar da Licitação, poderão obter o Edital, mediante comprovação de pagamento de taxa de R\$ 80,00 (oitenta reais), através de DAM e outras informações complementares junto à CPL/PMNR, no horário do expediente normal das 08:00 às 12:00hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2007

A Prefeitura Municipal de Brejo-MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que realizará Tomada de Preço, tipo menor preço por empreitada Global, para os serviços de Pavimentação de Ruas. Data da Abertura: 16/03/07 às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Rui Fernandes Costa s/n - centro, de acordo com a lei n. 8.666/93 e suas alterações. Os interessados em participar da Licitação, poderão obter o Edital, mediante comprovação de pagamento de taxa de R\$ 80,00 (oitenta reais), através de DAM e outras informações complementares junto à CPL/PMNR, no horário do expediente normal das 08:00 às 12:00hs.

LUIZ RÉGIS FURTADO
Presidente da CPL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2007

Processo: 54290.002886/2006-31. Contratante: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PA Taquara - CNPJ/MF Nº 03.130.378/0001-06. Contratada: Engemar Engenharia e Construção Ltda. CNPJ/MF Nº 08.251.188/0001-52. Objeto: Prestação de Serviço de Execução de Obras de Complementação e Adequação do Sistema de Abastecimento de Água no projeto de Assentamento Taquara. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações e contrato de empréstimo INCRA/BID Nº 1248/OC-BR. Vigência: 24/01/2007 a 06/09/2007. Valor Total: R\$ 148.209,19. Fonte: c/c 13.930-0 - Ag. 0740-4 - Banco do Brasil S/A. Data de Assinatura: 24/01/2007. Presidente da Associação do Assentamento Taquara: Ailton Teodoro de Souza.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2007

Torna público que fará realizar licitação na Modalidade de Pregão Presencial Nº 003/2007, tipo menor preço por item. Objeto: Aquisição de 625.000 (seiscentos vinte e cinco mil) mudas de erva-mate, conforme especificações descritas no Edital. Data e Horário da realização: 15 de março de 2007, às 09:00 horas (horário de MS). Local de Realização do Pregão: Sala de Licitações (Auditório do Paço Municipal), sito à Rua Guia Lopes, 663 - Centro. Os interessados poderão obter pastas contendo as especificações e base da licitação na Secretaria Municipal de Administração - Setor de Licitações, localizado à Rua Guia Lopes, 663 - Centro, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Ponta Porã-MS, 17 de fevereiro de 2007.
EVERALDO DE FIGUEIREDO
Pregoeiro

ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 9/2007

PRC 00170/07. Objeto: Aquisição de material esportivo para escolas municipais de ensino fundamental, recurso Qese. Dia da Licitação: 14/03/2007, às 13:00 horas. Local: Pça. Prof. Botelho Reis, 28, 3º andar-Centro-Leopoldina-MG. O Edital encontra-se disponível no site www.leopoldina.mg.gov.br, Link Licitações, ou, no Pregão (endereço acima), mediante a entrega de um CDR vazio, sendo que as empresas deverão enviar recibo de edital para o telefax (32) 3694-4287, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias.

Leopoldina-MG, 1º de março de 2007.
LUCIANA AMÉLIA COSTA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALILEIA

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 5/2007

O Município de Galiléia, comunica que abrirá Processo Licitação 011/2007 na modalidade Pregão Nº 005/2007, tipo menor preço por item, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte escolar. O recebimento dos envelopes e início do julgamento das propostas dar-se-á às 10:00 horas do dia 13 de março de 2007, na sede da Prefeitura Municipal. O Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02.03.2007 até o dia 13.03.2007, no horário de 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, na Rua Ary Machado, 599, Centro, Galiléia - MG. Informações através do Tel/fax: (0xx33) 3244-1309/ 3244-1887.

PREGÃO Nº 6/2007

O Município de Galiléia, comunica que abrirá Processo Licitação 012/2007 na modalidade Pregão Nº 006/2007, tipo menor preço por lote, cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para preparo da Merenda Escolar e Material de Limpeza para atendimento à toda Administração Pública Municipal. O recebimento dos envelopes e início do julgamento das propostas dar-se-á às 14:00 horas do dia 13 de março de 2007, na sede da Prefeitura Municipal. O Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02.03.2007 até o dia 13.03.2007, no horário de 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, na Rua Ary Machado, 599, Centro, Galiléia - MG. Informações através do Tel/fax: (0xx33) 3244-1309/ 3244-1887.

GILBERTO DE SOUZA MELLO
Prefeito

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2007

O Município de Galiléia, através da CPL, comunica que abrirá Processo Licitação 013/2007 na modalidade Tomada de Preços Nº 005/2007, tipo menor preço por item, cujo objeto é a locação de Máquina retroescavadeira e Caminhão para manutenção de estradas vicinais e serviços gerais urbanos. A abertura do envelope de documentação e início do julgamento das propostas dar-se-á às 14:00 horas do dia 18 de março de 2007, na sede da Prefeitura Municipal. O Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02.03.2007 até o dia 18.03.2007, no horário de 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, na Rua Ary Machado, 599, Centro, Galiléia - MG. Informações através do Tel/fax: (0xx33) 3244-1309.

RICARDO CARVALHO PIMENTA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 080/06 - Pregão nº 224-SMA/05.

Contratado: Município de Poços de Caldas.

Contratado: Empresa Pedro Gomes Neto.

Objeto: visando alteração cláusula 2ª e prorrogação do contrato nº080/06.

Vigência: 01/02/06 a 01/02/08

Data da assinatura: 01/02/07

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 33/2007

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1105/07 - MOD. Proc. Registro de Preços- Pregão Nº 33/07 -Tipo: Menor Preço unitário OBJETO: Sacos de lixo reforçado 200 litros. A abertura da sessão será às 14: 00 dia 14/03/07, Local: R. Cel. José Gonçalves D Amarante nº 83, Licitação, Formiga MG 037-3322-5150 / 3322-5142.

PREGÃO Nº 36/2007

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1106/07 - MOD. Pregão Nº 36/07 -Tipo: Menor Preço unitário OBJETO: Aquisição de coleções educativas de DVD'S. A abertura da sessão será às 09:00, dia 15/03/07, Local: R. Cel. José Gonçalves D Amarante nº 83, Licitação, Formiga MG 037-3322-5150 / 3322-5142.

PREGÃO Nº 37/2007

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 908/07 - MOD. Pregão Nº 37/07 - Tipo: Menor Preço unitário OBJETO: Aquisição de computadores A abertura da sessão será às 14:00, dia 15/03/07, Local: R. Cel. José Gonçalves D Amarante nº 83, Licitação, Formiga MG 037-3322-5150 / 3322.

LUCIANA ALVES
Supervisora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO DEMAP/SECOM Nº 19/2007

O Município de Itabira, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO PMI/SMA/DEMAP/SECOM Nº 019/2007 cujo objeto consiste na Aquisição de material de construção em geral para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social - PAMFIS. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 14/03/2007 às 08:00 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 14/03/2007 às 13:30 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br ou na Seção de Compras, 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 - Centro - Itabira/MG - Telefone (031) 3839-2336 - 3839-2200 - Fax: 3839-2445, de 2ª a 6ª feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas.

DEOCLÉCIO FONSECA MAFRA
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2007

Aviso de Licitação - Encontra-se aberto o Pregão Presencial nº. 014/2007, do tipo menor preço por item para a aquisição de equipamentos de informática, equipamentos eletrônicos e materiais para implantação do Telecentro Comunitário. Recursos Financeiros provenientes do Convênio MC/113/2005 entre o Ministério das Comunicações e este Município. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 16/03/2007, às 14h. O instrumento convocatório em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 10h às 16h, na Rua Afonso Pena, 225, Bueno Brandão, CEP: 37578-000, tel. (35) 3463-1000 e no endereço eletrônico www.buenobrandao.com.br

LUIZ ANTÔNIO FURQUIM
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2007**

A Prefeitura Municipal de Prata, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, avisa a quem possa interessar que fará realizar, na Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Prata, às 8h30min, do dia 15/03/2007, LICITAÇÃO PÚBLICA na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2007, para o devido objeto: Aquisição de equipamentos de informática e móveis, visando a manutenção dos serviços de cadastramento e acompanhamento do benefício Bolsa Família - Programa Social do Governo Federal. Para participar da presente Licitação Pública, favor comparecer a DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES da Prefeitura Municipal de Prata, situada à Praça XV de Novembro nº 35 Centro Prata-MG para retirar o edital e receber as respectivas informações a respeito do processo.

Prata, 27 de fevereiro de 2007.
MARIA JOSÉ MARTINS VERAS VILELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGUINHO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº060/07 Contratante: Município de Piranguinho/MG. CNPJ- 18192906/0001-10. Contratado: Construter Serralheria Ltda Conf. Contrato de repasse nº0174752-59/2005/Ministério do esporte/CAIXA. Objeto: Exec. Obra 2ª etapa constr. quadra poliesportiva do Bairro Santa Bárbara. Valor: R\$ 60.996,00. Vigência: 22/02/07 a 22/04/07.

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007**

O Município de Piranguinho/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade tomada de preço, tipo menor preço global, para contratação de empresa para fornecimento de retroescavadeira, nos termos do Contrato de repasse nº 0197253-06/2006/MAPA/CAIXA. Data de julgamento: 19/03/07. O edital e informações poderão ser obtidos com a CPL, nos dias úteis, no horário de 08:00 às 16:00, pelo tel. (35) 3644-1222.

ALEXANDRA R. MOTA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2007**

A Prefeitura Municipal de Coromandel - MG, realizará no dia 14/03/2007 às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº 3674 na modalidade Pregão Presencial de nº 08/2007 - Objeto: Aquisição de material de limpeza e consumo para uso nas Unidades Básicas de Saúde da zona urbana da Secretaria Municipal de Saúde pelo Convênio Saúde em Casa. Edital e informações encontram-se a disposição dos interessados no setor de Licitações à Rua Artur Bernardes, 170 - Centro - Fone: (0xx34) 3841-1344 ou pelos endereços eletrônicos www.coromandel.mg.gov.br e compraspmc2@yahoo.com.br em dias úteis no horário 08:00 às 18:00 hs.

Coromandel-MG, 1º de março de 2007.
CARLOS ROBERTO ARAÚJO
Pregoeiro

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2007**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS - PODER EXECUTIVO, comunica a todos os interessados que estará realizando processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, de nº 001/07 - SEMMU, objetivando a aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (móveis, eletrodomésticos e eletrônicos) para serem utilizados no Projeto Casa Abrigo, da Secretaria Municipal da Mulher no município de Parauapebas, Estado do Pará. A data de recebimento e abertura de propostas será no dia 13/03/07 às 9:30h na sala da CPL. Os interessados em obter o edital deverão se dirigir à Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Fazenda, na Rua F, Quadra 80 - Lote Especial.

Parauapebas, 27 de fevereiro de 2007.
ARGENOR SOUSA SILVA
Pregoeiro

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2007**

Torna público o Pregão Eletrônico Nº 002/2007. Objeto: aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, complementares da terceira etapa de implantação do Centro Cultural. CONVÊNIO Nº 081/2004, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

E O MINISTÉRIO DA CULTURA. Recebimento das Propostas: das 8h30min às 10h30min de 13/03/2007. Abertura das Propostas: das 10h31min às 13h30min de 13/03/2007. Início da Sessão de Disputa de Preços: 13h31min de 13/03/2007. Formalização de consultas: Pregão eletrônico nº 002/2007 e-mail: mariza@doisvizinhos.pr.gov.br Fone: (46) 3536-8804 - Fax: (46) 3536 - 88222. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília - DF.

Dois Vizinhos-PR, 28 de fevereiro de 2007.
LESSIR CANAN BORTOLI
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

**AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº1/2007**

Torna público a realização da TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2007. OBJETO: EXECUÇÃO DE UM GINÁSIO DE ESPORTES

DATA ABERTURA: 20/03/2007 - 9:00 (NOVE) horas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2007

Torna público o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2007. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS/EQUIPAMENTOS. DATA ABERTURA: 15 DE MARÇO DE 2007 - 9:00 (NOVE) HORAS. Maiores informações e cópias do edital, poderão ser obtidas na Unidade de Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre as 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hs.

Mandaguari-PR, 1º de março de 2007.
CYLLÊNÊO PESSOA PEREIRA JÚNIOR
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL
DOMINGOS SOARES**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2007**

Extrato de Edital de Licitação - Pregão Eletrônico 02/2007. Objeto: Aquisição de veículo de 1000cc, novo. Preço máximo R\$ 22.000,00. Propostas até: 09 horas do dia 15 de março de 2007. Início dos lances de 10 horas da mesma data no portal da Confederação Nacional dos Municípios - CNM no site www.cidadecompras.com.br. Informações no endereço ou pelo fone (46)3254-1166.

Coronel Domingos Soares, 1º de março de 2007.
ALBERTO KNOLSEISEN
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2007**

Tipo: Menor Preço, Regime de Compra: Menor Preço Unitário por Item. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pessoal, cuja finalidade será empregada no transporte de pequenos e médios agricultores do município para eventos técnico-agrícola, durante o ano de 2007. Abertura: O recebimento e a abertura dos envelopes ocorrerão em sessão pública às 09:00 horas no dia 15 de Março de 2007, às, na Prefeitura Municipal de Guairá, sito à Av. Coronel Otávio Tosta, 126, centro, Guairá - Pr. Edital: O Edital estará disponível aos interessados no site eletrônico www.guaira.pr.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Guairá, situada à Avenida Coronel Otávio Tosta nº 126, centro em Guairá, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, mediante pagamento da importância de R\$ 10,00 (dez reais), via Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido até às 16:00 horas do dia 14/03/2007, pelo Departamento de Tributação do Município de Guairá, que deve ser pago nas Agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal ou nas casas lotéricas vinculadas à Caixa Econômica Federal.

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2007

Tipo: Técnica e Preço, Regime de Execução: Indireta, na forma de Empreitada por Preço Global. Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria, com vistas à elaboração de Plano de Fortalecimento Institucional no âmbito do MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ. Abertura: O recebimento e a abertura dos envelopes ocorrerão em sessão pública às 09:00 horas do dia 02 de Abril de 2007, no Paço Municipal Kurt Walter Hasper, localizado à Av. Cel. Otávio Tosta, 126, centro, Guairá - Pr. Edital: Os documentos integrantes do Edital, estarão disponíveis aos interessados, no endereço acima mencionado mediante o pagamento da importância de R\$ 30,00 (trinta reais), nas Agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou nas casas lotéricas vinculadas à Caixa Econômica Federal, somente através do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido pelo Departamento de Tributação do Município de Guairá, até às 16:00 horas do dia 30/03/2007. A publicação no site www.guaira.pr.gov.br, servirá somente para efeito de divulgação e consulta dos licitantes interessados.

LUIZ ANTONIO PRATTI
Presidente da Comissão de Licitações

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO
DO UNA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2007**

A Prefeitura Municipal de São Bento do Una-PE, torna público que estará realizando no dia 19 de março de 2007, Tomada de Preço nº 04/2007, tendo como Objeto serviço de pavimentação em paralelepípedo graníticos, no bairro Maria Augusta Lins-Sao Bento do Una. Maiores informações junto a CPL, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00 hrs, no prédio sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Una, ou pelo fonefax: (81) 3735-0701.

São Bento do Una, 27 de fevereiro de 2007.
DÁRIO CAVALCANTE ALVES
Presidente da CPL

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA
E SANEAMENTO**

**AVISO DE ADIAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2007**

A EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO - EMUSA, comunica aos interessados que a abertura da CP nº 01/07 marcada para o dia 1º (primeiro) de março de 2007, às 11:00 (onze) horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde Sepetiba nº987 - 11º andar - Centro - Niterói -RJ, que tem por objeto " a Concessão de serviço público precedida de execução de obra pública compreendendo os serviços de implantação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da ligação rodoviária (túnel) entre os bairros Charitas e Cafubá." fica adiada "Sine Die", uma vez que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro não concluiu o exame do Edital.

Niterói, 28 de fevereiro de 2007.
FILINTO DOS ANJOS DO S. BRANCO
Presidente da Empresa

**PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**AVISO DE ALTERAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS
LICITAÇÃO Nº 76/CPL/06**

A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, torna público que, após manifestação da Secretaria de Transporte e Serviços Públicos - SEMTESP, selecionará através de tomada de preço EMPRESA PARA EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO DE 21 (VINTÉ EUM) ABRIGOS, PARA PAVIMENTAÇÃO DOS TRECHOS DE PASSEIO PÚBLICO ONDE SERÃO IMPLANTADOS OS ABRIGOS, E EXECUÇÃO DE 6 (SEIS) BAIAS DE ÔNIBUS. Em virtude de alteração no Edital, informamos que a referida ERRATA encontra-se a disposição nesta CPL, bem como comunicamos a alteração da data de entrega e abertura dos envelopes de licitação 076/CPL/06, que passa a ser a seguinte: 19 DE MARÇO DE 2007 ÀS 14:00.

Quaisquer esclarecimentos relativos à licitação poderão ser prestados através dos telefones (0XX21) 2669-4976, 2667-6703, ou email: licitacao@novaiguacu.rj.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura, nos horários de 13:30 às 17:30 horas.

Nova Iguaçu-RJ, 1º março de 2007.
RENATO DOS PASSOS GUIMARÃES
Presidente da Comissão

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS
LICITAÇÃO Nº 172/CPL/06**

A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, torna público que selecionará através de tomada de preço EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA. A tomada de preço se realizará no dia 19 de março de 2007 às 10:00 horas, à sala da Comissão Permanente de Licitação situada no 2º pavimento da Prefeitura na Rua Athaide Pimenta de Moraes n.º 528 - Centro - Nova Iguaçu, sendo o valor para retirada do edital 1 Resma de papel A4, sendo imprescindível a apresentação do carimbo de CNPJ da empresa para retirada do edital. Quaisquer esclarecimentos relativos à licitação poderão ser prestados através dos telefones (0XX21) 2669-4976, 2667-6703, ou email: licitacao@novaiguacu.rj.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura, nos horários de 13:30 às 17:30 horas.

Nova Iguaçu-RJ, 1º de março de 2007.
RENATO DOS PASSOS GUIMARÃES
Presidente da Comissão

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTAURI**

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº: 004/2007 - Tomada de Preços nº 01/2007, CONTRATANTE: Município de Montauri (RS), CONTRATADO: Construtora Cotrefe - Ltda, OBJETO: Conclusão da Construção da Unidade Básica de Saúde - Posto de Saúde do Município de Montauri,

com recursos do Ministério da Saúde, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 4976/2005, PROCESSO 25000.199321/2005-04, VALOR: R\$ 304.992,59, DATA DA ASSINATURA: 09/02/2007.

CONTRATO Nº: 005/2007 - Tomada de Preços nº 02/2007, CONTRATANTE: Município de Montauri (RS), CONTRATADO: Construtora JBF Ltda, OBJETO: Construção de Um Centro de Convivência do Idoso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 207/MDS/2005, PROCESSO 71000.007332/2005-86, VALOR: R\$ 163.490,94, DATA DA ASSINATURA: 09/02/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007

A Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, torna público que encontra-se aberta a Licitação, Processo: 00910/2007 - Tomada de Preço Nº 002/2007. Objeto: Construção de Casas Populares. Valor Estimado: R\$ 177.608,40. Recebimento dos envelopes: 20 de março de 2007, às 09 horas. Os envelopes deverão ser encaminhados à sala nº 21, da Sec. Mun. da Fazenda, Rua Brigadeiro Canabarro, 836. Os interessados poderão obter maiores informações no Depto de Licitações e Contratos, na sala 19 (endereço acima), de segunda a sexta feira, das 07:30hs às 13:30hs, ou pelo fone (55) 3242-5265. O edital está à disposição no site www.santanadolivramento.rs.gov.br.

Sant'Ana do Livramento-RS, 27 de fevereiro de 2007.
ROSEMARY DIAS G. DA SILVA
Departamento de Licitações e Contratos

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

DESPACHO DO PREFEITO Em 1º de março de 2007

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de bens móveis, materiais, bem como a contratação de serviços essenciais para o adequado funcionamento do Município de Alexandria;

CONSIDERANDO o não comparecimento de interessados em concorrer nos processos licitatórios, publicados inclusive em nível nacional, e o conseqüente parecer da Comissão Permanente de Licitações sobre a deserção;

CONSIDERANDO a não interposição de recursos por possíveis interessados e a expiração do prazo recursal, em razão da publicação do Parecer da CPL no Diário Oficial da União de 28 de Fevereiro de 2007;

CONSIDERANDO por fim o disposto nos artigos 24, V, e 26 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993; resolve:

I - RATIFICAR o parecer da Comissão Permanente de Licitações e DECLARAR dispensada a licitação nos certames: Processo nº 03/2007 Objeto: Aquisição de combustível e lubrificantes para os veículos da frota municipal; Processo nº 04/2007 Objeto: Aquisição de combustível e lubrificantes para os veículos da frota municipal na Cidade de Natal; Processo nº 05/2007 Objeto: Aquisição de pneus e acessórios para os veículos da frota municipal; Processo nº 07/2007 Objeto: Aquisição de material escolar e fardamento destinado aos alunos das redes de ensino infantil e fundamental; Processo nº 09/2007 Objeto: Contratação dos serviços de transporte escolar da Zona Rural à sede do Município; Processo nº 10/2007 Objeto: Locação de veículos para servir às Secretarias de Obras e Saúde; Processo nº 11/2007 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda das Unidades Escolares de Ensino Básico, incluindo o os Ensinos Infantil, Fundamental e EJA; Processo nº 12/2007 Objeto: Contratação de Escritório de Contabilidade para assessorar a Secretaria de Finanças e Tributação; Processo nº 13/2007 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda do PETI; Processo nº 14/2007 Objeto: Aquisição de medicamentos éticos para a população carente do Município. Abertura: 22/02/2007 Hora: 10:40.

Processo nº 16/2007 (Parcial) Objeto: Aquisição de material odontológico, de laboratório e hospitalar para a Secretaria Municipal de Saúde; Processo nº 17/2007 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Casa do Alexandriense em Natal; Processo nº 18/2007 Objeto: Aquisição de passagens para Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Souza/PB; com base no artigo Art. 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

II - Proceda-se às exigências do artigo 26 da Lei de Licitações, para posteriores contratações de empresas interessadas em fornecer os bens necessários ao bom funcionamento dos serviços essenciais oferecidos pelo Município de Alexandria.

ANTÔNIO MOREIRA PIRES
Prefeito
Em Exercício

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/PMNM/2007

Proc. 112/COMOSP/2007

Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo tipo Caminhonete - Pich-Up, conforme especificação e quantitativo constante no ANEXO ÚNICO, parte integrante do Edital. Recebimento, abertura das propostas e início da disputa: 16/03/2007 às 10:00 horas. A cópia do Edital do

Pregão, estará disponível aos interessados na Sala de Sessão da Pregão, desta Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, localizado à Av. Desidério Domingos Lopes, nº 3040, no horário das 7:30 às 13:30 horas, nos dias úteis. Outras informações pelo fone (0XX69) 3544-3188.

Nova Mamoré-RO, 1º de março de 2007.
FLORISMAR BARROSO RODRIGUES
Pregoeira

ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAJARI

AVISOS DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2007

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAJARI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público que, em atendimento a pleito formulado pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, realizará licitação na modalidade Tomada de Preços nº 005/2007, do tipo menor preço global, na forma indireta, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, objetivando a Construção de 01 (uma) Quadra Coberta, com 770,27 m², a ser construída na Vila do Trairão, a ser realizada às 10:00 horas do dia 23 de Março de 2007, na sala da CPL, na sede da Prefeitura Municipal de Amajari. O Edital e seus anexos podem ser adquiridos pelos interessados, ao preço de R\$ 100,00 (cem reais), na Sede da Prefeitura, na Av. Tepequém. s/nº-Centro, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2007

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAJARI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público que, em atendimento a pleito formulado pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, realizará licitação na modalidade Tomada de Preços nº 006/2007, do tipo menor preço global, na forma indireta, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, objetivando a Construção de 01 (um) Centro Social de Múltiplo Uso, com 342,59m², a ser construído em Vila Brasil, Sede do Município de Amajari, a ser realizada às 11:00 horas do dia 23 de Março de 2007, na sala da CPL, na sede da Prefeitura Municipal de Amajari. O Edital e seus anexos podem ser adquiridos pelos interessados, ao preço de R\$ 100,00 (cem reais), na Sede da Prefeitura, na Av. Tepequém. s/nº-Centro, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Amajari-RR, 1º de março de 2007.
EDVILSON GENTIL RIBAS
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 31/2006

Processo: 0103/2006-(SMOU)

CLASSIFICADA	Menor Preço Global
VIA NORTE ENGENHARIA S/A	R\$ 512.934,73
PARALELLA ENGENHARIA LTDA	R\$ 213.272,92

A CPL classificou a empresa supramencionada por ter apresentado Menor Preço Global.

MARIDALVA DA CRUZ LEITÃO
Presidente da Comissão

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA Em 1º de março de 2007

Pregão Eletrônico nº 001/2007
Processo 0304/2006-SMEC

HOMOLOGO E ADJUDICO O PROCESSO LICITATÓRIO nº 0304/2006-SMEC - Pregão Eletrônico nº 001/2006, tendo como objeto Aquisição de gêneros alimentícios não-perecíveis, a fim de atender as necessidades nutricionais das crianças do ensino fundamental da SMEC, tendo como vencedora do Lote I a empresa N. DE L. AMARAL, por apresentar o Menor Preço dos Lotes no valor total de R\$ 27.489,30 (Vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos) e vencedora do Lote II a empresa J.L.C DE MELO, por apresentar o Menor Preço por Lotes no valor total de R\$ 36.799,50 (Trinta e seis mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e vencedora do Lote III a empresa, TECMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, por apresentar o Menor Preço por Lotes no valor total de R\$ 14.399,50 (Quatorze mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 78.688,30 (Setenta e oito mil seiscentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).

Pregão Eletrônico nº 293/2006
Processo 0293/2006-SMEC

HOMOLOGO E ADJUDICO O PROCESSO LICITATÓRIO nº 0293/2006-SMEC - Pregão Eletrônico nº 293/2006, tendo como objeto Aquisição de material de consumo diversos, a fim de atender ao convênio nº 791/2005, desenvolvido pela SMEC, tendo como vencedora do Lote I, II, III a empresa ARMARINHO RIO BRANCO LTDA ME, por apresentar o Menor Preço dos Lotes no valor total de R\$ 1.780,00 (Um mil setecentos e oitenta reais) e vencedora do Lote IV a empresa R.A OLIVEIRA ME, por apresentar o Menor Preço por Lotes no valor total de R\$ 13.127,66 (Treze mil cento e vinte sete reais e sessenta e seis centavos), e vencedora do Lote V a empresa TECMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME por apresentar o Menor Preço por Lotes no valor total de R\$ 505,00 (Quinhentos e cinco reais) perfazendo um total de R\$ 15.412,66 (Quinze mil quatrocentos e doze reais e sessenta e seis centavos).

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007

Encontra-se aberta na Secretaria de Meios e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Tubarão, a TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2007, tipo MENOR PREÇO POR ITEM que trata da aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, destinado à Secretaria de Educação, conforme especificações e quantidades que integram o referido edital.

A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 21 de março de 2007, às 8:30 horas, na Prefeitura Municipal de Tubarão, sito a Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, Setor de Licitações, Secretaria de Meios e Suprimentos. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, de 2ª a 6ª feira, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Tubarão, qual seja das 7 às 13 horas. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado.

Tubarão-SC, 28 de fevereiro de 2007.
CARLOS JOSÉ STUPP
Prefeito

ESTADO DE SÃO PAULO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2007

Acha-se aberta nesta Prefeitura a seguinte licitação: - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2.007 - Obras de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas, nos Bairros Vila Isabel e Jardim Bela Vista. Encerramento às 14:00 horas do dia 03/04/2007. O Edital completo e demais detalhes serão fornecidos na Seção de Compras, no horário normal de expediente.

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2007

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2.007 - Obras de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas, na Rua:- Marginal-Córrego Aranha, Rua:- João Soares de Almeida e na Praça Maria de Lourdes Camargo. Encerramento às 14:00 horas do dia 19/03/2007. O Edital completo e demais detalhes serão fornecidos na Seção de Compras, no horário normal de expediente.

Itapeva, 1º de março de 2007.
ISMAEL RODRIGUES DE MORAIS
Encarregado da Seção de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITUBA

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2007

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITUBA/SP torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para a entrega dos envelopes contendo a documentação e propostas, bem como o credenciamento foi adiado pelo motivo da última publicação (D.O.U) não ter saído na data prevista, redesignado-se nova data para a apresentação dos mesmos, qual seja, o dia 15/03/2007, às 13:00 horas, no mesmo local indicado inicialmente.

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo Edital.

Quaisquer informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura, sito a Rua São Benedito, nº 366, centro -Taquarituba-SP, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas ou pelo telefone 0**14-3762-9669 - Fax Ramal 9660 ou e-mail: lic.pmtaquarituba@terra.com.br.

Taquarituba-SP, 27 de fevereiro de 2007.
ITAVICO DOGNANI
Prefeito

ESTADO DE TOCANTINS PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO E RE-RATIFICAÇÃO Nº. 001 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 453/2006 ESPÉCIE: CONTRATO DE PRE3STAÇÃO DE SERVIÇO CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMAS CONTRADA: EMPRESA PHA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aditamento ao contrato de prestação de serviços nº 453/2006 referente a execução dos serviços de manutenção do prédio onde funciona a Unidade de Saúde da 407 Norte. ADITAMENTO: consignar a prorrogação do prazo contratual pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de seu vencimento. BASE LEGAL: Processo nº. 31231/2006, nos termos da Lei nº. 8.666/93.